



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DENISSE BRUST LÓPEZ

**LUGAR DE FALA E COMPORTAMENTISMO RADICAL:
EXPLORANDO A DIMENSÃO POLÍTICA DO COMPORTAMENTO
VERBAL**

Londrina
2023

DENISSE BRUST LÓPEZ

**LUGAR DE FALA E COMPORTAMENTISMO RADICAL:
EXPLORANDO A DIMENSÃO POLÍTICA DO
COMPORTAMENTO VERBAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

L864I López, Denisse Brust.
Lugar de fala e comportamentalismo radical : explorando a dimensão política do comportamento verbal. / Denisse Brust López. - Londrina, 2023.
343 f. : il.

Orientador: Carlos Eduardo Lopes.
Tese (Doutorado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Lugar de fala - Tese. 2. Comportamentalismo radical - Tese. 3. Comportamento verbal - Tese. 4. Política - Tese. I. Lopes, Carlos Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

DENISSE BRUST LÓPEZ

**LUGAR DE FALA E COMPORTAMENTISMO RADICAL: EXPLORANDO A
DIMENSÃO POLÍTICA DO COMPORTAMENTO VERBAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof.^a Dr.^a. Carolina Laurenti
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof.^a Dr.^a. Maria de Nazaré Pereira da Costa
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Diego Mansano Fernandes
Universidade Nove de Julho - UNINOVE

Prof. Dr. Henrique Mesquita Pompermaier
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Londrina, 25 de julho de 2023

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, com todo o meu carinho, a todas as pessoas que fizeram que este trabalho fosse possível e àquelas que me acompanharam, me ajudaram e me ampararam ao longo do caminho.

Ao meu irmão, por me apresentar informalmente a filosofia e me fazer gostar dela desde que eu era criança; por subir comigo no telhado da nossa antiga casa no Uruguai e me mostrar os planetas e constelações enquanto me contava sobre as coisas que tinha aprendido na escola ou lido nas revistas. Obrigada Pablo (Pablos), pela Enmita e pela Agu, e também pela Piercito. Às minhas avós, Coca e Delia, e ao Pepe, por todo o carinho comigo e com quem eu amo. Aos meus pais, Alicia e José, por terem me dado a vida e pelo cuidado e educação que me deram. Obrigada por terem me ensinado a amar os livros e as aventuras, a ser persistente e a pensar de forma lógica desde cedo. Por terem me educado para valorizar os estudos e a independência. Fizeram muitas coisas boas e importantes por mim, e sou grata por tudo isso.

Às minhas professoras e professores. Sou filha da educação pública e, sem vocês honrando-a e lutando por ela, este trabalho não existiria. Quero agradecer especialmente à Silvia e à Teresita, da minha querida Escuela de Barros Blancos, e à Lali e à Yaya, do Colegio El Médano. À Ana Paz, por me apresentar formalmente a filosofia no ensino médio, lá no Instituto Magallanes, e, com ela, mais um mundo de perguntas e de reflexões. Obrigada pela sua paciência, pelas conversas e pelas dicas; me lembro delas com carinho até hoje. À Ednéia, por compartilhar comigo seu amor às políticas públicas durante a graduação na UEM. Sua sensibilidade e coerência com os atravessamentos de classe, especialmente naquele 4to ano tão difícil, assim como seu carinho e torcida desde então, foram muito importantes para mim. À Telma, por me ensinar sobre articulação, sobre trabalho em equipe e sobre o papel político da universidade. Aprendi muito no projeto de extensão que você coordenava, obrigada! À professora Nádia, pela competência e cuidado com nossas aulas do mestrado na UEL, e por toda a ajuda e carinho fora delas, por ser um exemplo de professora, pelo respeito que tem pelos seus alunos e alunas. À Camila, pelas aulas maravilhosas, por todas as vezes que me socorreu como coordenadora do PPGAC, e por me encorajar com suas palavras; obrigada professora! Aos professores Nazaré, Diego e Henrique, por terem aceitado o convite de avaliar este trabalho na banca de defesa, pela leitura cuidadosa e pelas respeitadas contribuições, perguntas e discussões. Obrigada por mostrar interesse no trabalho, pelas palavras de incentivo e por compartilhar comigo suas ideias e

projetos, isso me deixou muito feliz.

À Carol Laurenti, por me acolher com tanto carinho desde o primeiro ano da graduação e me apoiar e incentivar em cada passo que dei até agora. Obrigada por me ensinar tanto; dá para sentir seu amor pelo que faz em cada aula, em cada texto, em cada palavra e em cada gesto seu. Que sorte que eu tive de ser sua aluna logo no início da aventura que tem sido estudar e fazer psicologia e de poder contar com você ao longo de toda a jornada. Sua sensibilidade, seus ensinamentos e suas palavras amáveis foram fundamentais para mim, nas aulas e nas pesquisas, nos estágios e nas diferentes atividades da vida acadêmica e não-acadêmica. Neste trabalho, em especial. Obrigada, Carol, por me demonstrar as possibilidades bonitas do caminho que trilha; e obrigada, sobretudo, por caminhar comigo.

Ao Carlos, por me orientar com toda essa sua paciência, coerência, respeito e integridade desde a minha primeira pesquisa na graduação até o doutorado. Carlos, você me ensinou, na teoria e na prática, que o rigor científico pode (e precisa) ir da mão da bondade e da generosidade. Que a criticidade e a humildade, a objetividade e o compromisso político-social, a ética e a rebeldia, podem e devem caminhar juntos. Obrigada por me provar que isso é possível. Obrigada, também, por me dar as ferramentas para aprender a pesquisar e, junto delas, a liberdade, a confiança, a coragem e o amparo necessários para explorar, para arriscar, para errar e para me encontrar nesse processo. Você e a Carol foram (e são) com toda certeza, um dos grandes motivos pelos quais eu não desisti da psicologia, nem na época da graduação, nem agora. A sensibilidade que sempre tiveram em relação aos atravessamentos políticos que perpassam a minha trajetória acadêmica foram muito importantes para que eu permanecesse na universidade até agora, e a forma como vocês veem a ciência, o ser humano, a análise do comportamento e o mundo foi algo que me afetou profundamente e que não trocaria por nada neste mundo. Vocês são exemplos de pessoas, de professores e de pesquisadores para mim. Obrigada por tudo!

À Inês, por sempre me ajudar tão atenciosamente com as questões burocráticas e por responder tão amavelmente as minhas dúvidas.

Às minhas amigas e amigos de infância e de adolescência, por construir comigo o que hoje entendo como amizade. E que coisa bonita, divertida, sólida e douradora que criamos...! Greta, obrigada por tantas horas, noites e dias de conversas, de desenhos, de escrita e de brincadeiras. Imaginávamos e pensávamos juntas sobre todas as coisas, desde as mais bobas até as mais profundas; nossa amizade me marcou para sempre. Daniela (Osezno), mi cubanita peleadora, obrigada por sua autenticidade e lealdade, por me incentivar, por me

ouvir e por se interessar por este trabalho. Obrigada por tirar tempo para estar sempre presente, sem julgamentos, me apoiando e me aconselhando. Clara (Ros), obrigada por sua bondade e transparência, por estar sempre tão próxima, mesmo estando tão geograficamente distante. Obrigada pelos seus conselhos tão simples e tão sábios, e também por ser besta junto comigo jajaj. Yonatan (Uruguayazo), obrigada pela sua amizade sincera e por sempre torcer por mim!

Quero agradecer também às amigas e amigos que a UEL me deu. Principalmente à Carol Prestes, pela sua amizade e companheirismo nas aulas e fora delas, pelas conversas e risadas nos intervalos e nos almoços, por me brindar sua ajuda e compreensão quando precisei. Ao Renan, por estar sempre disposto a ajudar a mim e aos que o cercam, pela companhia e diversão. Ao Marcelo, por tantas conversas, piadas, caronas e gestos amistosos. Obrigada pela sua abertura para me compreender e me aceitar como sou, pela sua generosidade e por me permitir ser sua amiga! À Daiane (Dai) pela parceria, pelas conversas sobre gostos em comum e também sobre coisas tão novas para mim, e à Patrícia (Paty), por sua sensibilidade e amabilidade durante as aulas do doutorado.

Às minhas amigas e amigos de Maringá: à Dieylle (Diey), ao Ismael (Isma), ao Wesley (Wisllow) e ao Matheus, por tantos momentos de diversão e parceria, pela curiosidade e o respeito com que me perguntavam e me ouviam falar sobre a minha pesquisa. Diey, obrigada pelo carinho, e por dividir comigo a sua força e a sua inteligência. À Kawany (Kaw) e ao José (Zé), pela amizade e pelos momentos de descontração. À Rosbelis (Rosito), à Elaine e à Jéssica (Jeh), pelas risadas, pelo companheirismo e pelo incentivo. Obrigada por construir comigo relações de união e de colaboração nas longas horas de trabalho fora da academia. Rosito, gracias por, simplemente siendo tú misma, ser exactamente el contexto que necesitaba en aquel momento y por seguir a mi lado hasta ahora, siempre dándome ánimos y preguntándome por la tesis y por la vida. À Edilma e ao Marcos; por tantos anos de amizade (lá desde a época do cursinho...!), por tanto carinho, apoio e parceria, pela Isinha e pelo Pedro. À Lígia, pelo ânimo e pelo carinho. Às amigas e amigos de Matinhos: obrigada, Débora, Thiago, Dani e Felipe, por nos acolher tão bem nesta cidade e na vida de vocês!

Às pessoínhas que tive o prazer de conhecer na graduação e que hoje são tão importantes na minha vida. Especialmente à Gabriela de Andrade (Gabs); você foi um presente inesperado do projeto de extensão, no 5to ano da graduação, e não só me ensinou muito sobre coragem, abertura e colaboração, como também se fez presente ao longo deste trabalho, sempre me dando ânimos, me acompanhando e me colocando para cima. Obrigada,

também, por compartilhar seu conhecimento e sua caminhada como assistente social. Admiro muito seu trabalho, niña, e isso repercutiu no meu.

Tiemi (Ti), esta caminhada não teria sido a mesma sem você. Obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos, desde as conversas nos corredores da UPA, quando decidimos, juntas, que íamos tentar o mestrado, até sua preocupação e carinho na defesa. Estudamos, moramos, rimos e choramos juntas. Enfrentamos desafios, comemoramos vitórias, nos apoiamos, nos ajudamos e nos acompanhamos, de perto e de longe. Obrigada por me aceitar, por abrir as portas da sua casa e da sua família para mim (obrigada, Sandra, Shiguero, Ne!). Obrigada por todas as comidas deliciosas, pelas caronas, por todas as tardes e noites de estudos, café, bis branco e risadas. Obrigada pela sua pesquisa linda, que enche a minha de sentido, e obrigada por me mostrar que é possível viver, no dia-a-dia, muito do que você escreveu. Obrigada por, humilde e gentilmente, encarnar a filosofia prática que descreveu em seu trabalho e por compartilhá-la comigo. Ser sua amiga é incrível, você é incrível.

Karla (Zi), você foi (e é) uma das principais responsáveis por me fazer sentir em casa no Brasil e na minha própria pele. Quando encontrei sua amizade, no primeiro ano da graduação, pareceu que, finalmente, tudo começava a se encaixar de novo. Ainda bem que tive a cara de pau de te pedir aquelas caronas de moto! A gente se entende num nível que é difícil de explicar, e isso fez com que você compreendesse cada uma das angústias e alegrias desta pesquisa como se fossem suas. Obrigada por acolher e validar todas elas, por me ajudar a pensar, por me ouvir e por tratar, a mim e ao meu trabalho, com tanto respeito, cuidado e carinho. Poder compartilhar a sua trajetória foi algo que, sem dúvidas, também se refletiu nesta pesquisa. Obrigada por fazer espaço para mim no seu mundo e na sua família (obrigada Leh e Ciro!); por ser escudo além de espada. Por me dar esses tão valiosos empurrões de coragem quando precisei. Obrigada por ser você, do jeito que é. “Só” isso já me ajudou de formas que você nem imagina.

Quero agradecer também à Solange e ao Geovanio, amigos queridos que, sem ninguém nem imaginar, já estavam presentes neste trabalho desde antes inclusive de eu começar a graduação. Solange, você foi a pessoa que me inspirou, me incentivou e me fez decidir tentar o vestibular para psicologia depois de tantas vezes tentando para medicina. Te conhecer e me tornar a sua amiga me fez mudar a visão que eu tinha da psicologia e dar uma chance a esse caminho. E como se isso já não bastasse, você e o Geovanio sempre estiveram ali, nos apoiando e ajudando, para que o ensino superior não fosse apenas um sonho, mas uma

realidade (pois sabemos que não basta entrar, precisamos nos manter ali dentro também). Obrigada por tanto!

Às minhas alunas e alunos. Aprendi e aprendo muito com vocês. Mesmo sem vocês saberem, sempre deram um jeito de me lembrar do tanto que eu gosto de ensinar e de dar aula, e de como isso (como Carlos, Carol e Nádia me ensinaram) não se dissocia de forma alguma das atividades de pesquisa. Obrigada por serem ar fresco e incentivo no caminho que levou à escrita deste trabalho!

À Isabela Tarosso (Isa), por me permitir vivenciar, de forma tão gratificante, a minha primeira experiência de coorientação de uma pesquisa. Acho que tive muita sorte de ser justamente você, e de ser justamente a sua pesquisa (sobre educação transgressora, sobre ajuda mútua e sobre encontrar a própria voz) as que me conduziram pela disciplina de estágio em pesquisa, me mostrando a potência e o sentido da educação e, com o tempo, se transformando também em amizade. Tem sido lindo acompanhar sua caminhada. Obrigada pela sua sensibilidade, contribuição e preocupação em relação a mim e a esta pesquisa. Obrigada, Carol, por formar parte dessa experiência incrível e também por criar condições para que ela acontecesse!

A Adriano (Henri), mi compañero de vida. ¿Cómo hago para agradecer por tanto? Obrigada por me apresentar sua (nossa) terra e, com ela, todas as possibilidades, pessoas e experiências que vivi nesses últimos 13 anos. Existe um eu antes e um eu depois de você. E é quase que certo afirmar que eu não estaria fazendo um doutorado aqui, no Brasil, se não tivesse conhecido você. Em você eu vejo como a inteligência, a bondade, o humor e a honestidade convergem e se fundem de uma forma tão bonita e tão real que não tem como não deixar a minha vida e a de todos que convivem com você mais bonita também. Obrigada por me emprestar sua força quando eu não tinha mais, e por, tantas e tantas vezes, me mostrar o mundo com seus olhos; esses seus olhos práticos, francos, límpidos, corajosos, bons. Obrigada por me acompanhar e me apoiar ao longo do caminho, por estar ao meu lado em cada palavra, em cada tropeço, em cada alegria, em cada lágrima, em cada dúvida e em cada certeza deste texto. Por me ouvir durante horas, seja falando sobre ele, seja lendo-o em voz alta para você. Por revisá-lo comigo, por me ajudar com tabelas e com formatações todas as vezes que foi necessário. Obrigada por ser refúgio, por me fazer rir todos os dias, por me ensinar tanto com seu coração generoso e com seu jeito bonito de viver. Obrigada, bicho, por acreditar em mim. Por lutar comigo por este trabalho e por um mundo melhor.

Junto com você, eu conheci a sua família, cujo apoio e acolhimento também

foram responsáveis pelo fato de eu ter chegado até aqui, pelo amor que tenho pelo Brasil e pela escrita desta tese. Obrigada Josi e Waldeir, por me tratar sempre tão bem, por me receber na sua casa, por todo o carinho e apoio que nos brindaram para que pudéssemos começar nossa vida aqui e entrar na universidade. Por se interessar e por se alegrar tão genuinamente por mim. Obrigada Elsa, por me adotar como sua neta; obrigada Monique e Henrique pelo carinho. Gustavo (Gu, Gustepa) e Gabriela Campi (Gabos), a gente praticamente cresceu juntos, ne, niños? Obrigada por serem meus amigos e por se tornarem uns cunhados tão “de la hostia”. Por nunca deixarem eu me sentir sozinha, mesmo estando num país novo, com uma língua e uma cultura diferentes das minhas. Gabos, obrigada por se fazer tão presente, por tantos momentos divertidos e gestos de carinho. E obrigada também por trazer o Junior (Junho) para nossas vidas!

Num mundo tão injusto e desigual, cheio de horrores e de becos que parecem não ter saída, vocês me mostram cotidianamente que ainda há gente fazendo coisas bonitas, boas, generosas. Ensinando o que sabe, se ajudando mutuamente, se organizando, se permitindo aprender e mudar. Gente que, apesar de tudo, continua tentando, lutando por um mundo mais justo para todas e todos. Mudando (às vezes sem nem perceber quanto) a vida dos outros para melhor. Fazendo parte e construindo contingências que, para mim, não tem outra palavra que as defina se não “esperança”. Obrigada, então, por me provar que esse mundo ainda vale a pena e que vale a pena lutar por ele. Por serem para mim essa esperança concreta; uma esperança que, como canta *La Otra*, no es magia, porque es pura realidad.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro.

*Mesmo sendo perigosos
Examine os corações dessas máquinas que você odeia
Antes de descartá-las
E nunca lamente não ter o seu poder*

Audre Lorde

*Soñamos en grande, que se caiga el imperio
Lo gritamos alto, no queda más remedio
...
Somos africanos, latinoamericanos
Somos este sur y juntamos nuestras manos
...
Todos los callados, todos los sometidos, todos los
invisibles, ¡todos!*

Ana Tijoux

minha poesia é marginal e por isso vê o centro

Estrela Ruiz Leminski

LÓPEZ, Denisse Brust. **Lugar de fala e comportamentalismo radical: explorando a dimensão política do comportamento verbal**. 2023. 343 f. Tese (Doutorado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

O conceito de “lugar de fala” tem ganhado uma presença marcante no debate público, especialmente no espaço virtual. O termo comumente permeia discussões de caráter social, relacionadas a questões raciais, de gênero, sexualidade e política. A definição de lugar de fala, porém, permanece pouco delimitada, dando margem para usos diferentes, difusos e inclusive contraditórios do conceito. Apesar dessa vagueza conceitual, algumas autoras brasileiras têm se preocupado em resgatar a história e a relevância do conceito, mostrando como as noções de discurso e de poder têm um papel central para seu entendimento. O crescente interesse por temáticas de natureza sociocultural, assim como a possibilidade de compreensão do discurso e da fala em termos de comportamento verbal e práticas culturais, tornam a Análise do Comportamento uma proposta psicológica promissora para discutir o conceito. Considerando esses pontos, o objetivo deste estudo foi demonstrar as implicações políticas de uma interlocução entre o conceito de lugar de fala e a teoria skinneriana do comportamento verbal. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza teórico-conceitual dividida em quatro etapas: 1) Mapeamento dos usos do conceito de lugar de fala na literatura acadêmica; 2) Discussão de seus pressupostos teórico-filosóficos; 3) Caracterização da noção skinneriana de comportamento verbal; e 4) Demonstração das implicações políticas de uma interlocução entre o conceito de lugar de fala e a teoria skinneriana do comportamento verbal. Os resultados mostraram que, mesmo havendo diversos campos de investigação que fazem uso do conceito, é no contexto do feminismo negro que o lugar de fala ganha destaque no cenário brasileiro, consolidando-se como um conceito deliberadamente político que confronta as dinâmicas discursivas de exploração e dominação a partir de uma crítica interseccional das relações de poder. Uma interpretação pluralista do comportamentalismo radical partilha da visão de mundo relacional e contextualista do feminismo negro, segundo a qual discursos e silêncios são sempre situados, nos corpos, nas relações sociais e culturais, sendo, portanto, parciais. As análises feministas negras destacam que essa localização é sempre numa matriz de dominação interseccionada, evidenciando, assim, que as dinâmicas políticas dos discursos são uma questão estrutural. Nesse contexto, o comportamentalismo radical fornece ferramentas filosóficas, teóricas e conceituais para a efetiva explicitação do controle social institucionalizado exercido pelos grupos hegemônicos mediante os discursos, assim como para explorar, junto com movimentos sociais como o feminismo negro, possibilidades para seu desmantelamento. Conclui-se que a desestabilização das estruturas de poder somente é possível num movimento coletivo de resistência que parta dos grupos marginalizados, pois a probabilidade dos grupos hegemônicos se comportarem para limitar os próprios reforçadores tende a ser muito menor. Ademais, sua sensibilidade comportamental tende a ser mais estreita, pois as práticas verbais que controlam grande parte de seu comportamento instituíram apenas uma pequena parcela da população como seres humanos cuja dor e cujo silêncio são, de fato, percebidos como importantes. Portanto, os discursos das margens, se construídos no contexto de comunidades verbais alternativas cujas práticas verbais não coincidam com aquelas das agências controladoras, se constituem como uma peça-chave na construção de uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Lugar de fala. Comportamentalismo Radical. Comportamento verbal. Feminismo Negro. Política.

LÓPEZ, Denisse Brust. *Lugar de fala* and Radical Behaviorism: exploring the political dimension of verbal behavior. 2023. 343p. Doctoral dissertation (Doctorate in Behavior Analysis) – State University of Londrina, Londrina, 2023.

ABSTRACT

The concept of “lugar de fala” has increasingly gained a significant role in the public debate, specially in the virtual space, taking part in social discussions related to race, gender, class, sexuality and politics in general. The concept, however, remains loosely defined and is used in different ways, which are often diffused and even contradictory. Despite its conceptual vagueness, female Brazilian authors have been making efforts to retrieve the concept’s history and relevance in an attempt to show how the notions of discourse and power play a central role in its comprehension. Behavior Analysis’ increasing interest in sociocultural issues, combined with the possibility of understanding discourse and speech in terms of verbal behavior and cultural practices, makes it a promising psychological approach to discuss the concept of “lugar de fala”. Thus, the aim of this study was to demonstrate the political implications of a dialogue between the concept of “lugar de fala” and the Skinnerian theory of verbal behavior. For this purpose, this theoretical-conceptual research was carried out in four stages: 1) Mapping of the uses of the concept of “lugar de fala” in academic literature; 2) Discussion of its theoretical and philosophical assumptions; 3) Characterization of the skinnerian notion of verbal behavior; and 4) Demonstration of the political implications of a dialogue between the concept of “lugar de fala” and the Skinnerian theory of verbal behavior. Results show that, even when several research fields are using the concept, its within Black Feminism that it gains relevance as a deliberately political concept that confronts the discourse dynamics of exploitation and domination from an intersectional critique of power relations. A pluralistic interpretation of Radical Behaviorism shares the relational and contextual worldview of Black Feminism, according to which discourses and silences are always situated in social and cultural relations, thus having a corporeal and partial nature. Black Feminist analysis also emphasizes their location in an intersectional matrix of domination, which highlights the structural nature of the political dynamics of discourses. In this regard, Radical Behaviorism provides philosophical and conceptual tools that may be useful in uncovering the institutionalized social control exerted by the hegemonic groups through discourses, as well as for exploring possibilities for its dismantling along with social movements such as Black Feminism. Therefore, it can be concluded that the disruption of those power structures is only feasible by a collective movement of resistance arising from marginalized groups, since the probability of hegemonic groups behaving in ways that limit their own reinforcers tends to be significantly lower. Furthermore, their behavioral sensitivity also tends to be considerably narrower, since the verbal practices that control the majority of their behavior identify only a small percentage of the population as subjects, that is, as human beings whose pain, voices and silences actually matter. Consequently, marginal discourses, when built in the context of alternative verbal communities whose verbal practices do not overlap with those of the controlling agencies, constitute a key element in the process of building a more egalitarian society.

Key words: *Lugar de fala*. Radical Behaviorism. Verbal Behavior. Black Feminism. Politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição de artigos por ano de publicação	33
Figura 2 – Porcentagem de artigos que apresentaram ou não definição e/ou referências em cada ano de publicação	34
Figura 3 – Porcentagem de artigos classificados em cada campo de estudo.....	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	OBJETIVOS	24
2.1	GERAL	24
2.2	ESPECÍFICOS	24
3	MÉTODO	25
3.1	CARACTERIZAÇÃO DAS ETAPAS	25
4	CAPÍTULO 1: MAPEAMENTO DO CONCEITO DE LUGAR DE FALA NA LITERATURA ACADÊMICA	29
4.1	SOBRE A SELEÇÃO DOS ARTIGOS	32
4.2	SOBRE A CRONOLOGIA DOS ARTIGOS	33
4.3	SOBRE OS RISCOS DE ESVAZIAMENTO CONCEITUAL.....	33
4.4	SOBRE AS DELIMITAÇÕES DO CONCEITO DE LUGAR DE FALA.....	35
4.4.1	Usos Negativos do Conceito	35
4.4.2	Usos Positivos do Conceito	36
4.5	DISCUSSÃO	50
4.6	CONCLUSÃO	54
4.7	DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE DO CONCEITO DE LUGAR DE FALA.....	56
5	CAPÍTULO 2: COMPROMISSOS TEÓRICO-FILOSÓFICOS DO CONCEITO DE LUGAR DE FALA	59
5.1	PREMISSA I: TODO DISCURSO É SITUADO	60
5.2	PREMISSA II: TODO DISCURSO ENVOLVE RELAÇÕES DE PODER.....	68
5.3	PREMISSA III: TODO DISCURSO É ATIVO	93
5.4	PREMISSA IV: O DISCURSO SUBALTERNIZADO TEM O POTENCIAL DE SER UMA FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL RADICAL	109
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CONCEITO DE LUGAR DE FALA.....	131

6	CAPÍTULO 3: UMA CARACTERIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO VERBAL	134
6.1	SOBRE A DEFINIÇÃO DO COMPORTAMENTO VERBAL	134
6.1.1	O Caráter Comportamental do Comportamento Verbal.....	135
6.1.2	O Caráter Social do Comportamento Verbal	137
6.1.3	O Caráter Mediado do Comportamento Verbal	139
6.1.4	A Comunidade Verbal e o Caráter Cultural do Comportamento Verbal	142
6.1.4.1	Entre ambientes verbais e comunidades verbais: alguns apontamentos terminológicos	147
6.2	A COMPLEXIDADE DO COMPORTAMENTO VERBAL	155
6.2.1	Os Operantes Verbais	157
6.2.1.1	O mando	157
6.2.1.2	O ecóico	159
6.2.1.3	O operante textual	160
6.2.1.4	O intraverbal	161
6.2.1.5	A transcrição	162
6.2.1.6	O tacto	163
6.2.1.7	O autoclítico	167
6.2.2	O Controle Múltiplo do Comportamento Verbal: O Ambiente Verbal como uma Complexificação do Ambiente	168
6.2.3	O Episódio Verbal Total	170
6.3	O PODER DO COMPORTAMENTO VERBAL	172
6.4	MAS... E O PODER <i>NO</i> COMPORTAMENTO VERBAL?	179
6.4.1	Vislumbres de uma Dimensão Pouco Explorada	179
6.4.2	O Comportamento Verbal: Um Terreno Político	184
7	CAPÍTULO 4: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DE UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE O CONCEITO DE LUGAR DE FALA E O COMPORTAMENTO VERBAL	187
7.1	A EXPLORAÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA DO COMPORTAMENTO VERBAL: UM CAMINHO QUE NÃO SE TRILHA A SÓS	187
7.1.1	Discurso e Lugar de Fala: Um Olhar Político sobre o Comportamento Verbal	188

7.2	DISCURSOS SÃO SITUADOS, E SILÊNCIOS TAMBÉM: A PARCIALIDADE INERENTE DO COMPORTAMENTO VERBAL	197
7.2.1	O Ambiente Físico Não é o Mesmo para Todos: Falar é uma Questão de Acesso	198
7.2.2	O Ambiente Cultural e Verbal: Nem Todo Lugar Social é um Lugar de Fala	201
7.2.2.1	Distribuição e controle desigual do ambiente como um mecanismo de silenciamento	203
7.2.2.2	A multidimensionalidade do silêncio	204
7.2.2.3	Silêncio e punição: quando <i>não falar</i> produz consequências	204
7.2.2.4	Silêncio e autoedição: quando rejeitamos a nossa própria voz	207
7.2.2.5	As localizações políticas do silêncio	209
7.2.3	As Comunidades Verbais e suas Dinâmicas Interseccionais	218
7.2.3.1	Comunidades verbais e alienação: sobre silêncios literais e silêncios figurados	222
7.2.3.2	As subcomunidades verbais e o controle sutil do comportamento verbal	225
7.2.4	As Audiências e a Função Política do Ouvinte.....	228
7.2.4.1	Audiências no próprio indivíduo: as dinâmicas políticas do pensamento	232
7.2.4.2	Audiências negativas: quando se é contexto para o silêncio	237
7.2.5	O Organismo como Produto e Produtor de Discursos	241
7.2.5.1	Do organismo ao corpo: a politização da carne	243
7.2.5.2	Corpos que falam e corpos que calam	244
7.2.6	O Falante em Estado Motivacional ou Emocional	248
7.2.6.1	A emoção invisível na “voz de ninguém”.....	252
7.2.7	As Agências Controladoras e Seus Discursos Cristalizados	255
7.2.7.1	Cooptação dos discursos rebeldes e outras mudanças para que tudo permaneça igual	256
7.2.8	As Histórias Individuais do Falante e Do Ouvinte	260
7.2.8.1	A multiplicidade e a interseccionalidade dos repertórios verbais	260
7.2.9	As Interações Verbais	263
7.2.9.1	A responsabilidade do falante na atualização dos discursos.....	264
7.2.10	Parcialidade, Ciência e Pluralismo	267
7.3	DISCURSOS DO CENTRO E DISCURSOS DA MARGEM: O AGIR VERBAL NA MATRIZ DE DOMINAÇÃO	285

7.3.1	Os Discursos do Centro e a Manutenção das Relações de Poder	288
7.3.1.1	Não há topografia neutra no comportamento verbal	289
7.3.1.2	Mentalismo e imagens controladoras: culpabilizando os explorados para justificar e mascarar a exploração.....	293
7.3.2	Os Discursos da Margem e a Desestabilização das Relações de Poder	298
7.3.2.1	O potencial subversivo das contranarrativas marginais	299
7.4	DO SILÊNCIO À VOZ PRÓPRIA: O LUGAR DE FALA COMO A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE COMUNIDADES VERBAIS MARGINAIS.....	307
8	CONCLUSÃO	310
9	Algumas palavras sobre a voz que escreve	322
	REFERÊNCIAS	324

1. Introdução

O conceito de *lugar de fala* tem ganhado cada vez mais espaço, tanto no debate público quanto no contexto acadêmico (Ribeiro, 2017). O termo tem sido utilizado principalmente em discussões de temáticas sociais, sobretudo naquelas relacionadas a grupos minoritários e às pautas das diferentes lutas sociais e políticas (Cruz, 2011; Bernardino-Costa, 2018; Danner et al., 2020; Gomes, 2014; Gorjon et al., 2019; Lima, 2018; Lisboa & Bambirra, 2019; Mwewa et al., 2018; Oliveira et al., 2019; Penna, 2014; Ribeiro, 2017; Silva & Felipe, 2019).

Nesse contexto, o conceito de lugar de fala aparece em debates sobre quem pode ou não falar a respeito de determinados assuntos (ou em nome de determinadas pessoas), gerando diversos questionamentos éticos, políticos e teóricos a respeito dos processos discursivos. Reflexões a respeito da participação de homens em discussões feministas, da importância da presença de pessoas negras em debates sobre relações étnico-raciais, da legitimidade de alguém da Europa decidir quais pautas são ou não relevantes nos movimentos sociais latino-americanos, são alguns exemplos do tipo de discussões nas quais o termo lugar de fala é trazido à tona. De modo geral, trata-se de um conceito que, embora polêmico e aparentemente recente, parece integrar preocupações sociais e políticas com questões discursivas de autoridade, legitimidade e visibilidade, inspirando reflexões a respeito das diversas implicações do falar (Gorjon et al., 2019; Ribeiro, 2017).

A análise do comportamento é uma vertente da psicologia que, apesar de ainda não ter introduzido sistematicamente o termo lugar de fala em suas produções, também tem se preocupado em discutir questões sociais e políticas. Esse interesse sociopolítico tem ganhado força nas últimas décadas, especialmente no Brasil (Carrara, 2015). Na última década, por exemplo, analistas do comportamento brasileiros têm iniciado debates sobre feminismo (Barbosa, 2022; Couto & Dittrich, 2017; Fontana, 2022; Mizael, 2021; Laurenti et al. (2021);

Linhares et al., 2021; Linhares & Laurenti, 2018; Pinheiro & Mizael, 2019; Silva & Laurenti, 2017), gênero (Oka & Laurenti, 2017), sexualidade (Costa-Júnior, 2020; Gallo et al., 2019; Mizael, 2018; Villa & Melo, 2021), preconceito racial (Mizael & de Rose, 2017; Mizael et al., 2020), cultura, ética e política (Bogo & Melo, 2019; Júnior Flores et al., 2021; Laurenti & Lopes, 2015; Lopes, 2020; Tamura & Laurenti, 2017), entendendo que uma psicologia ética e socialmente engajada não pode deixar de considerar essas questões em sua prática científica.

Ademais, a teoria comportamentalista conta com uma ampla produção sobre comportamento verbal, incluindo trabalhos que invocam conceitos e compromissos filosóficos da análise do comportamento para abordar questões relacionadas ao discurso (e.g., Borloti et al., 2012; Borloti, et al., 2008; Dourado et al., 2021; Fonai & Sérgio, 2007; Paracampo et al., 2001; Passos, 2003; Skinner, 1957). Esses debates, no entanto, não parecem explorar diretamente a relação entre práticas discursivas e as questões sociopolíticas anteriormente mencionadas – algo bastante evidente no conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2017). Em outras palavras, a ligação entre as variáveis decorrentes das diferentes relações de poder culturalmente estabelecidas e a topografia, função, dinâmica e probabilidade de emissão de diferentes tipos de comportamento verbal é ainda pouco explorada nas análises comportamentais do discurso. Tendo isso em vista, é razoável concluir que a introdução de uma discussão sistemática sobre lugar de fala no comportamentalismo radical poderia contribuir com a explicitação das dimensões políticas do comportamento verbal. Questões sobre quem fala, quando fala, por quê fala e sobre o que fala poderiam, então, ganhar novas perspectivas, enriquecendo o escopo da teoria e ampliando sua participação na esfera mais social do debate.

O comportamentalismo radical, filosofia da análise do comportamento, entende o comportamento verbal como um dos aspectos fundantes do ser humano (Skinner, 1957), já que sua evolução deu origem a características consideradas tipicamente humanas, como a

consciência, o raciocínio, a linguagem e o discurso. Comportar-se *verbalmente*, dessa forma, não implica necessariamente comportar-se *vocalmente*, mas sim relacionar-se com o ambiente de uma maneira diferenciada, de modo a ampliar e diversificar o controle sobre ele, tanto espacial como temporalmente. Tais efeitos, entretanto, dependem da existência de duas condições indispensáveis: 1) a mediação de pelo menos outro organismo verbalmente competente, e 2) a preparação prévia desses organismos por uma comunidade verbal, sendo essas as características que basicamente diferenciam o comportamento verbal do comportamento não-verbal (Skinner, 1957).

Nessa linha de raciocínio, o comportamento verbal continua sendo um comportamento operante (aplicando-se a ele todos os princípios comportamentais básicos), pelo qual continuaria a ser denominado *comportamento*, já que não haveria nada que justificasse seu deslocamento para um patamar diferenciado de análise (Skinner, 1957). Suas características específicas, no entanto, são relevantes o suficiente para merecer uma nomenclatura diferente, capaz de assinalar a presença desse novo e importante elemento: a comunidade *verbal*. Falar em comportamento verbal, dessa forma, implica necessariamente falar em relações sociais mediadas verbalmente, prestando atenção não apenas em quem fala, mas também na audiência em cuja presença algo é (ou não) dito.

Partir dessa definição skinneriana de comportamento verbal implica em enfatizar seu caráter social, isto é, aliar a atenção dada às questões (mais formais) com o papel da audiência e, principalmente, da comunidade verbal nos processos de produção discursiva (Skinner, 1957). A discussão do lugar de fala parece ir ao encontro dessa perspectiva, pois o conceito não só remete à interação falante-ouvinte que caracteriza qualquer episódio verbal (Skinner, 1957), mas também dá indícios de se preocupar com as *localizações sociais* de ambas as partes, ou seja, com os contextos culturais mais amplos que caracterizam comunidades verbais. O conceito parece chamar a atenção, então, para um papel político da comunidade

verbal, dado que, ao contextualizá-la de uma forma mais ampla, aumentariam as chances de evidenciar variáveis importantes e, até então, consideradas de uma forma complementar nos estudos dos discursos. Em outras palavras, um diálogo nesses termos poderia ajudar a “dar rosto” a uma comunidade verbal tradicionalmente tratada como homogênea, incluindo de forma mais sistemática o controle de estímulos exercido pelas variáveis culturais de classe, raça, gênero e das relações de poder de modo geral.

Inserir o conceito de lugar de fala e as discussões a ele atreladas no debate analítico-comportamental, no entanto, significa enfrentar alguns desafios. Um deles é que o conceito cobre diferentes temáticas e áreas de investigação, sendo empregado em trabalhos relacionados à arte, mídia, feminismo, questões raciais, literatura, direito, epistemologia, saúde, comunicação, prática científica, psicologia, processos de produção de marginalização e desigualdades sociais, dentre outras. A diversidade de debates nos quais o termo se aplica anuncia uma certa complexidade conceitual, cujas implicações têm o potencial de afetar um amplo leque de discussões. Sendo assim, uma discussão analítico-comportamental do lugar de fala precisaria, necessariamente, considerar essa multidimensionalidade, atentando para seus possíveis desdobramentos.

Uma segunda dificuldade, ainda relacionada com a primeira, diz respeito à definição do conceito. Não faz sentido pensar em um diálogo com o comportamentalismo radical enquanto o conceito não puder ser minimamente delimitado. No entanto, a diversidade de áreas de conhecimento que empregam o conceito sugere que sua delimitação pode não ser uma tarefa simples. Afinal, será que as/os autoras/es de diferentes áreas, que empregam o termo lugar de fala para discutir uma variedade de questões, fazem isso sempre com o mesmo sentido? Assim, uma discussão comportamentalista do lugar de fala também precisaria estar

atenta a uma eventual pluralidade de usos e definições, enfrentando o desafio de como delimitar esse conceito¹.

Em terceiro lugar, há também uma série de críticas e contra-argumentos que precisam ser considerados ao propor uma discussão analítico-comportamental do conceito de lugar de fala (e.g., Bosco, 2017; Carvalho, 2017). Essas críticas comumente associam o termo a “movimentos identitários” ou “políticas da identidade”, atrelando-o a uma perspectiva individualista e reducionista que seria, em última instância, capaz de anular a ação moral dos sujeitos e fragmentar as lutas contemporâneas por justiça social. Esse tipo de apontamentos críticos, geralmente, está relacionado a um emprego do conceito de lugar de fala em argumentos do tipo *ad hominem* ou com legitimidade e autoridade para discursar sobre algo. Por exemplo:

Que os marcadores de gênero, raça/etnia, cor, classe, regionalidade, sexualidade, entre outros são fundamentais na construção das possibilidades de vida e também de fala dos sujeitos políticos, não há dúvida. O problema é a pressuposição de que tais marcadores sejam produtores automáticos e inquestionáveis de um projeto político determinado. A este processo, soma-se uma confusão política entre “falar com” e “falar por”, entre aliança e protagonismo político. Esta confusão leva, no limite mais absurdo dos conflitos políticos na internet, à inversão da pergunta de Gayatri Spivak: não se tratando mais de “se pode o subalterno falar”, mas se atualmente “só poderia o subalterno falar”, e, quanto mais marcadores de subalternidade, maior seria a legitimidade política (Carvalho, 2017, pp. 355-356).

¹ A delimitação de um conceito não implica necessariamente no apagamento de uma possível pluralidade de usos. Pelo contrário: delimitar um conceito inclui, segundo Laurenti e Lopes (2016), analisar os diferentes usos existentes e seus respectivos contextos históricos, de modo a identificar os parâmetros que justificam a adoção mais ou menos estável de determinadas palavras para falar do assunto. Nesse sentido, trabalhos de pesquisa conceitual se mostram úteis para estabelecer diálogos mais éticos e coerentes entre diferentes teorias ou áreas, assim como para elaborar hipóteses e planejar experimentos de forma mais efetiva, contribuindo com a verificação de que todas as partes estão “falando a mesma língua”. Assim, delimitar um conceito não tem como objetivo propor uma definição última ou “correta”, nem encerrar a discussão a respeito do assunto, mas ajudar a evitar confusões que possam dificultar práticas éticas e efetivas na ciência e em outros contextos.

Sendo assim, tratar do lugar de fala no comportamentalismo radical também implicaria abordar questionamentos sobre o papel do conceito no avanço das diferentes lutas sociais e políticas, e inclusive até a própria pertinência do termo nesses debates.

A discussão é, sem dúvida, complexa, e os desafios são vários. Porém, entender de forma mais clara as origens e os pressupostos filosóficos que embasam a discussão do lugar de fala permitiria assentar as bases necessárias para o estabelecimento de um diálogo potencialmente proveitoso entre o conceito e o comportamentalismo radical. Uma aproximação nesses termos não só poderia aportar novas nuances à teoria analítico-comportamental, mas também lançaria questionamentos necessários para seu avanço como uma ciência engajada.

A análise do comportamento, por sua vez, parece ser uma proposta capaz de abordar a questão do lugar de fala sem deixar de considerar as diferentes dimensões do ser humano (individuais, sociais, culturais) e, especialmente, as relações entre tais dimensões. Uma explicação desse caráter plural poderia ajudar a discutir o assunto sem comprometer sua complexidade nem seu viés histórico e contextual, mas também sem perder de vista o indivíduo e sua singularidade.

É um passo nessa direção que este trabalho pretendeu dar ao propor a demonstração das implicações políticas de uma interlocução entre o conceito de lugar de fala e a teoria skinneriana do comportamento verbal. Considerando, por um lado, a atualidade do conceito e as pautas que ele levanta, e, por outro, as possíveis contribuições do comportamentalismo radical com essa discussão, pretendeu-se investir na potencialidade de um diálogo que se mostra promissor.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

Demonstrar as implicações políticas de uma interlocução entre o conceito de lugar de fala e a teoria skinneriana do comportamento verbal.

2.2. Objetivos específicos

- Mapear os diferentes usos do conceito de lugar de fala na literatura acadêmica.
- Descrever os compromissos teórico-filosóficos que embasam o conceito de lugar de fala na literatura acadêmica.
- Articular os compromissos teórico-filosóficos do conceito de lugar de fala com a teoria skinneriana do comportamento verbal.
- Demonstrar as implicações políticas de uma interlocução entre o conceito de lugar de fala e a teoria skinneriana do comportamento verbal.

3. Método

Foi realizada uma pesquisa é de natureza teórico-conceitual. Esse tipo de pesquisa ocupa-se da identificação e da análise de confusões conceituais, lacunas e contradições no uso de conceitos por uma determinada teoria ou campo do conhecimento. Ao mesmo tempo, também procura identificar afinidades, aproximações e/ou influências, podendo apontar possibilidades de diálogo frutíferas entre diferentes teorias, áreas e/ou conceitos (Laurenti & Lopes, 2016).

Partindo dessa definição, esta pesquisa pretendeu investigar o conceito de lugar de fala por meio de uma interlocução com a teoria skinneriana do comportamento verbal, buscando demonstrar as implicações políticas dessa interlocução.

Para tanto, a pesquisa foi dividida em quatro etapas. Para fins descritivos, no entanto, as etapas serão aqui apresentadas em dois grupos: primeiramente a etapa 1 (cujos objetivos específicos demandam um método próprio, diferente das etapas posteriores); e, em seguida as etapas 2, 3 e 4 (que compartilham do mesmo método).

3.1. Caracterização das Etapas

Etapa 1: Mapeamento do conceito de lugar de fala na literatura acadêmica

A primeira etapa da pesquisa visou mapear os diferentes usos do conceito de lugar de fala na literatura acadêmica, de modo a delimitar um ponto de partida para a discussão desse conceito. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa de literatura (Mendes et al., 2008), de acordo com os seguintes aspectos.

Fontes

Embora a literatura acadêmica seja composta de diferentes formas de publicação, os artigos científicos têm se tornado uma fonte preferencial para a veiculação da produção

acadêmica em diferentes áreas de conhecimento (Miranda et al., 2018; Mueller, 2005). Além disso, a facilidade de acesso e de compilação de um material amplo sobre o assunto justificaram a adoção de artigos publicados em periódicos acadêmicos como fonte para a revisão.

Os artigos foram recuperados no *Portal de Periódicos da Capes* e na *Scielo*. Embora o Portal de Periódicos da Capes inclua a Scielo como uma de suas bases de dados, uma busca no próprio *site* da Scielo revela, por vezes, resultados diferentes, justificando o emprego das duas bases de dados na pesquisa.

Critérios de inclusão e exclusão

O processo de seleção se deu por meio da busca pela palavra-chave “*lugar de fala*” no campo “assunto”, restringindo o tipo de recurso a “artigos”, sem delimitação de data de publicação. Não houve restrições de idioma nos campos de busca, embora apenas a versão em português da palavra-chave tenha sido empregada. Com isso, tentou-se evitar a inclusão de eventuais traduções da expressão, que poderiam ampliar demais o escopo semântico do conceito.

Análise do material

O material selecionado foi analisado em dois passos sucessivos:

Primeiramente, em uma planilha foram transcritos os títulos de todos os artigos selecionados, seguidos de: (a) ano de publicação; (b) presença (ou ausência) de definições explícitas do conceito de lugar de fala; e (c) menção (ou não) de referências que acompanhassem o conceito. Com isso, foi possível identificar o quanto a literatura acadêmica tem evitado os riscos de esvaziamento conceitual, empregando a expressão *lugar de fala* com definição ou referências.

Em seguida, com o emprego do recurso “Ctrl+F” do computador, foram compiladas as definições e referências diretamente relacionadas ao conceito de lugar de fala mencionadas no material. A leitura desse material permitiu agrupar os diferentes usos do conceito de lugar de fala em áreas de investigação mais ou menos específicas, destacando, ao final, convergências e divergências entre esses usos.

Etapa 2: Compromissos teórico-filosóficos do conceito de lugar de fala

Os resultados da análise específica da Etapa 1 serviram de base para a discussão dos compromissos teórico-filosóficos do conceito de lugar de fala. Para tanto, foram considerados os pontos de convergência na literatura analisada, bem como as referências recorrentemente mencionadas por essa literatura. No caso da identificação de usos do conceito incompatíveis entre si, foi considerada a definição mais frequente, bem como as referências vinculadas a ela.

Etapa 3: O lugar de fala à luz da teoria skinneriana do comportamento verbal

Esta etapa teve como objetivo articular os compromissos teórico-filosóficos do conceito de lugar de fala discutidos na etapa anterior com a teoria skinneriana do comportamento verbal. Para tanto, foi feita uma análise do livro *Verbal Behavior* (Skinner, 1957), norteadas pelos resultados da Etapa 2. Durante essa análise, textos de comentadores, que permitiram uma melhor articulação com a temática investigada, também foram incluídos.

Procedimento de análise dos textos (Etapas 2 e 3)

O procedimento de análise dos textos das etapas 2, 3 e 4 consistiu, em primeiro lugar, de uma leitura prévia de cada texto, de modo a entrar em contato com o material e poder contextualizar as análises posteriores. Em seguida foi realizada uma leitura mais detalhada, de modo a identificar a estrutura argumentativa do texto (seus principais conceitos, teses

tradicionais, críticas e teses alternativas), o que corresponde às etapas I e II do Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT) (Laurenti & Lopes, 2016). Também foram considerados exemplos relevantes para o entendimento da discussão apresentada nos textos. Os resultados foram sistematizados em arquivos formato *Word*, contendo: nome, ano e autor/a da obra, referência completa, citações diretas das categorias anteriormente descritas, exemplos, comentários, número de página e capítulo.

Etapa 4: Demonstração das implicações políticas de uma interlocução entre o conceito de lugar de fala e a teoria skinneriana do comportamento verbal

Nesta etapa, foi realizada uma síntese dos resultados de modo a apresentar uma discussão das implicações políticas de uma interlocução entre o conceito de lugar de fala e a teoria skinneriana do comportamento verbal. Essa síntese foi construída no formato de um texto que reuniu e discutiu os principais aspectos da proposta, bem como possíveis implicações conceituais, éticas e políticas dessa interlocução.

4. Capítulo 1

Mapeamento do conceito de lugar de fala na literatura acadêmica

A expressão *lugar de fala* tem sido frequentemente empregada em discussões não-acadêmicas, aparecendo sobretudo em redes sociais *online*. Nesse contexto, o termo está, por vezes, vinculado a temáticas políticas como gênero, questões raciais e sexualidade, especificando quem poderia ou não falar a respeito desses assuntos (ou em nome de determinadas pessoas) (Carvalho, 2017). Reflexões sobre a participação de homens em discussões feministas, sobre a importância da presença de pessoas negras em debates sobre relações étnico-raciais, e sobre os problemas decorrentes de alguém da Europa decidir pautas em movimentos sociais latino-americanos, são alguns exemplos de discussões em que o lugar de fala é trazido à tona.

Justamente por se tratar de um âmbito não-acadêmico, a forma como o termo vem sendo empregado nesses debates políticos virtuais apresenta algumas características comuns. Por exemplo, raramente há uma preocupação em definir o conceito, em ser consistente com o seu uso, ou em referenciar as fontes que, eventualmente, o embasam. Conseqüentemente, o termo lugar de fala acaba sendo utilizado de maneiras diversas, difusas e até mesmo contraditórias, o que, em última instância, pode acarretar em uma espécie de “esvaziamento conceitual”. Como alerta Ribeiro (2017):

Acredito que muitas pessoas ligadas a movimentos sociais, em discussões nas redes sociais, já devem ter ouvido a seguinte frase “fique quieto, esse não é seu lugar de fala”, ou já deve ter lido textos criticando a teoria *sem base alguma* com o único intuito de criar polêmica vazia. Não se trata aqui de diminuir a militância feita no mundo virtual, ao contrário, mas de ilustrar o quanto muitas vezes há um *esvaziamento*

de conceitos importantes por conta dessa urgência que as redes [sociais] geram (p. 56, grifos nossos).

Os riscos de um uso indiscriminado do conceito de lugar de fala, sobretudo no âmbito de debates em redes sociais *online*, também foram indicados por Carvalho (2017). Nas palavras do autor:

O que me parece mais interessante, e preocupante ao mesmo tempo, é o uso de noções de “lugar de fala” como forma de garantir ou retirar legitimidade política de quem fala, ou escreve. Essa noção . . . aparece constantemente em postagens que enunciam uma série de marcadores sociais dos sujeitos envolvidos em determinado conflito político (pp. 355-356).

A preocupação mencionada pelo autor seria a de que discussões políticas complexas e importantes estariam sendo ignoradas nesses debates virtuais, como se a mera menção de marcadores sociais, sob a rubrica de “lugar de fala”, fosse capaz de substituir essas discussões: “O problema é a pressuposição de que tais marcadores sejam produtores automáticos e inquestionáveis de um projeto político determinado” (Carvalho, 2017, p. 356). Assim, o esvaziamento conceitual poderia acabar convertendo-se em um esvaziamento político, no qual o conceito perde de vista a fundamentação teórica que sustenta um projeto político específico, do qual participa a explicitação de certos marcadores sociais.

O esvaziamento conceitual também cria dificuldades para um debate político crítico. O uso indiscriminado de um termo, sem a devida definição ou menção de fontes que permitam delimitar os seus diferentes usos, pode torná-lo excessivamente amplo e, no limite, inútil. Nesse caso, a expressão lugar de fala não apenas passa a admitir múltiplos significados, o que em princípio não é um problema, mas essa diversidade semântica torna-se inclassificável, uma vez que seria impossível distinguir seus diferentes sentidos. Isso acaba inviabilizando uma avaliação da pertinência de eventuais críticas dirigidas ao conceito. Um exemplo

emblemático é a crítica de que o conceito de lugar de fala é empregado apenas “para desqualificar os sujeitos ‘de fora’, a fim de desencorajá-los a entrar no debate” (Bosco, 2017, pp. 28-29). Será que essa crítica aplica-se a qualquer uso do conceito? Não seria possível empregar a noção de lugar de fala para ampliar o debate ao invés de restringi-lo?

Outra faceta desse ponto, diz respeito ao questionamento formulado por Spivak no final dos anos 1980, sobre a possibilidade dos subalternos falarem por si mesmos. A discussão de Spivak (1988/1995) denuncia o silenciamento de classes marginalizadas, ao mesmo tempo em que lança o desafio de como dar voz a esses subalternizados, de modo que eles possam construir uma narrativa que sirva de contraponto à narrativa oficial colonizadora. De acordo com Carvalho (2017), o uso indiscriminado da expressão lugar de fala opera, por vezes, uma mudança aparentemente sutil, mas com efeitos significativos na pergunta colocada por Spivak. Nas palavras do autor: “não se tratando mais de ‘se pode o subalterno falar’, mas se atualmente ‘só poderia o subalterno falar’, e quanto mais marcadores de subalternidade, maior seria a legitimação política” (Carvalho, 2017, p. 356). Usado dessa maneira, o conceito de lugar de fala converte-se em uma estratégia de silenciamento e “monólogos”, ao invés da construção das bases para um diálogo mais justo e amplo que reconheça o peso de diferentes relações de poder. Novamente, a ausência de uma delimitação conceitual dificulta a avaliação da pertinência da crítica.

Em tese, os riscos de eventual esvaziamento conceitual seriam menores em discussões acadêmicas que empregam a noção de lugar de fala. Isso porque o “jogo de linguagem” acadêmico segue regras que tentam garantir uma maior coerência textual e argumentativa, além de demandar a explicitação de fontes que embasam a trama conceitual dos trabalhos. Dessa forma, o que se espera é que na literatura acadêmica um conceito seja delimitado por definições explícitas e pela possibilidade de mapear a bibliografia relacionada a ele. Considerando essa característica dos debates acadêmicos, parece recomendável iniciar a

tentativa de compreensão de um conceito pela investigação dos seus usos na literatura acadêmica. É justamente isto que se pretende com este capítulo: iniciar uma aproximação com o conceito de lugar de fala, por meio de um mapeamento sistemático dos diferentes usos desse conceito na literatura acadêmica nacional.

A questão que permanece é se a inserção da expressão lugar de fala em trabalhos acadêmicos seria uma condição suficiente para a delimitação desse conceito, evitando assim os riscos de esvaziamento conceitual. Partindo dessa questão, foi realizada uma revisão integrativa (Mendes et al., 2008), visando mapear os usos da expressão lugar de fala na literatura acadêmica. Com isso, pretendeu-se responder a duas questões complementares: (a) a literatura acadêmica tem afastado os riscos de esvaziamento conceitual da noção de lugar de fala, apresentando definições ou referências explícitas ao empregar essa questão? (b) quais as convergências e divergências entre os usos do conceito de lugar de fala delimitados por definições ou referência nessa literatura?

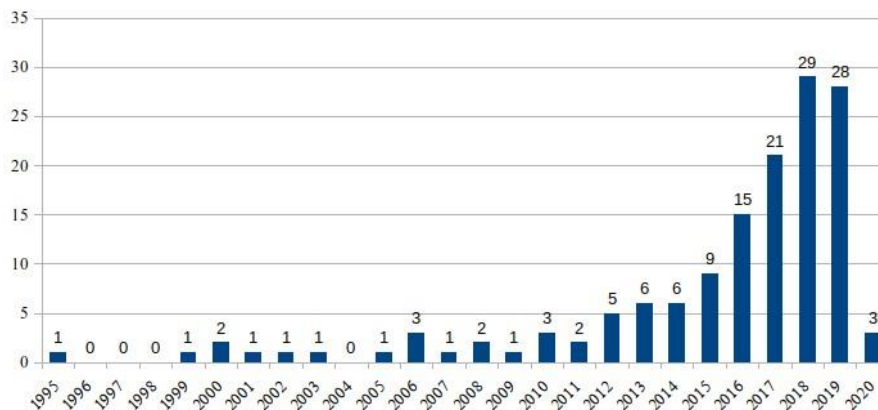
4.1. Sobre a seleção dos artigos

Seguindo esses critérios, em 23 de maio de 2020, foram recuperadas 160 publicações no Portal de Periódicos da *Capes* e 12 na *Scielo*. Eliminadas 6 repetições, restaram 166 publicações. Dessas, foram excluídas 19 publicações de outra natureza (anais de eventos, resenhas de livros, entrevistas, apresentações de revistas ou notas de editoras/es), por serem materiais que podem tolerar um emprego menos rigoroso de conceitos e sem a menção de referências bibliográficas. Também foram excluídos 5 artigos em que a expressão lugar de fala aparecia apenas na lista de referências, como título de outro trabalho. Assim, restaram 142 artigos para análise.

4.2. Sobre a cronologia dos artigos

A primeira análise realizada no material selecionado foi em função da data de publicação dos artigos. A Figura 1 representa a distribuição dos artigos nos respectivos anos de publicação.

Figura 1 – Distribuição de artigos por ano de publicação



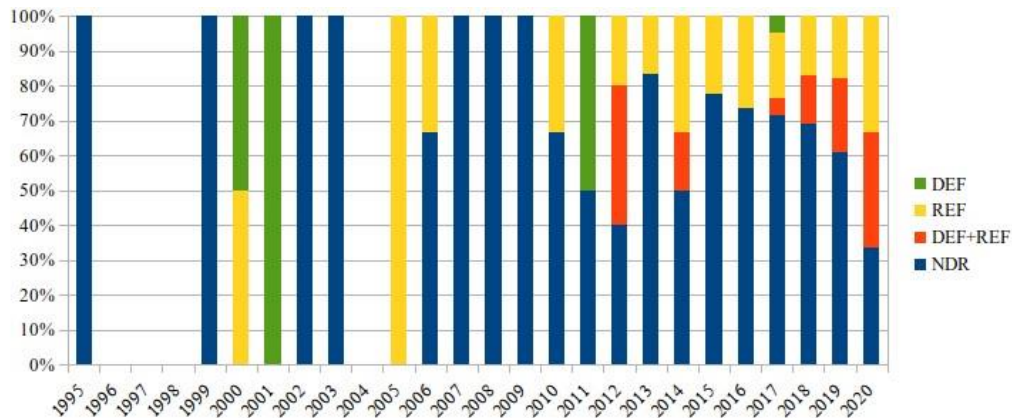
O exame das datas de publicação do material selecionado mostra que o uso consistente do conceito de lugar de fala é relativamente recente no contexto acadêmico. Embora a primeira ocorrência da expressão tenha sido identificada em 1995, até a primeira década de 2000 o termo apareceu em poucas publicações e de forma esporádica. A partir de 2012 é possível identificar uma tendência de crescimento do uso da expressão lugar de fala, que se mantém até os anos 2018 e 2019. Como a seleção do material restringiu-se ao início de 2020, não é possível afirmar que essa tendência se mantém.

4.3. Sobre os riscos de esvaziamento conceitual

Uma segunda análise do material selecionado, mais diretamente relacionada aos objetivos do estudo, consistiu na identificação de definições ou referências que acompanhassem o uso da expressão lugar de fala. Esse resultado foi cruzado com os anos de

publicação dos artigos de modo a identificar eventuais tendências no período analisado. A Figura 2 sistematiza esses resultados, com uma distribuição da porcentagem de artigos por ano de publicação, considerando os estudos que apresentaram definição explícita e referências para o conceito de lugar de fala (DEF+REF), os que apresentaram apenas definição (DEF), os que apresentaram apenas referências (REF), e aqueles que não apresentaram nem definição nem referências (NDR).

Figura 2 – Porcentagem de artigos que apresentaram ou não definição e/ou referências em cada ano de publicação



Como pode ser observado na Figura 2, com exceção dos anos 2000, 2001 e 2005, o uso da expressão lugar de fala sem definição ou referência foi encontrado em todos os anos de publicação do material analisado. Além disso, mesmo nos anos em que o conceito foi mais consistentemente definido ou referenciado, o que se verifica é um predomínio de um uso da expressão lugar de fala que não evita os riscos de esvaziamento conceitual. Tampouco foi possível identificar uma tendência no material a um uso mais delimitado do conceito no decorrer do tempo e, por isso, os dados mostram que os riscos de esvaziamento conceitual ainda estão mantidos mesmo na literatura acadêmica.

4. 4. Sobre as delimitações do conceito de lugar de fala

Considerando que a ausência de definições ou referências inviabilizaria uma análise detalhada dos usos da expressão lugar de fala, artigos desse tipo foram desconsiderados nesta etapa da análise. Do material selecionado inicialmente, 48 artigos (34%) apresentaram definição ou, pelo menos, referências mencionadas para amparar o uso do conceito de lugar de fala (4 apresentaram apenas definição, 15 apresentaram tanto definição quanto referência, e 29 apenas referências). Cinco desses artigos apresentaram um “uso negativo”, com críticas mais ou menos explícitas ao conceito de lugar de fala, enquanto os outros 43 artigos apresentaram um “uso positivo” do conceito, empregando-o em diferentes contextos.

4.4.1. Usos negativos do conceito

No caso dos trabalhos que apresentaram um uso “negativo”, nem sempre o conceito foi diretamente discutido, mas seu emprego nesses artigos foi sempre crítico, indicando riscos e, eventualmente, inadequações do conceito em contextos específicos. Essas problematizações do lugar de fala chamam a atenção para tensões que atravessam essa noção, como individual *versus* coletivo, pós-moderno *versus* moderno, relativo *versus* absoluto, particular *versus* geral. Diante dessas tensões, as especificidades destacadas pelo lugar de fala podem culminar em um uso apolítico do conceito, perdendo o contato com uma dimensão macrossocial e coletiva, convertendo-se em mera descrição de opiniões pessoais, história de vida, convicções. Esse ponto é destacado por Campos (2012) na discussão do posicionamento de cientistas sociais brasileiros sobre a questão de cotas raciais. O autor argumenta que:

ainda que qualquer argumentação continue carregando as marcas identitárias de seus portadores, não se pode considerar cada discurso como uma mera expressão de um dado lugar de fala. Cada autor, embora situado, deve realizar um trabalho de

coletivização (ou des-singularização) de suas visões parciais, de modo que elas sejam aceitas como pertinentes por um público mais amplo (p. 55).

Outra problematização do conceito encontra-se no artigo de Ribeiro (2006), que se insere no contexto da crítica musical. Enfatizando o debate moderno *versus* pós-moderno, a autora discute os riscos de uma crítica musical exclusivamente orientada pelo lugar de fala do ou da artista, e que, como tal, desconsideraria aspectos formais e técnicos da criação musical (por os considerar elitistas). Nesse caso, a oposição a critérios absolutos no julgamento artístico culminaria na defesa de um completo relativismo (com ausência de qualquer critério além do lugar de fala). Embora a questão seja dirigida ao campo da crítica musical, o argumento também tem implicações políticas (destacadas pela própria autora), visto que o “ultra-relativismo” ajusta-se bem às demandas de uma sociedade individualista neoliberal – uma sociedade que, ironicamente, tende a ser criticada por autores e autoras que se valem da noção de lugar de fala.

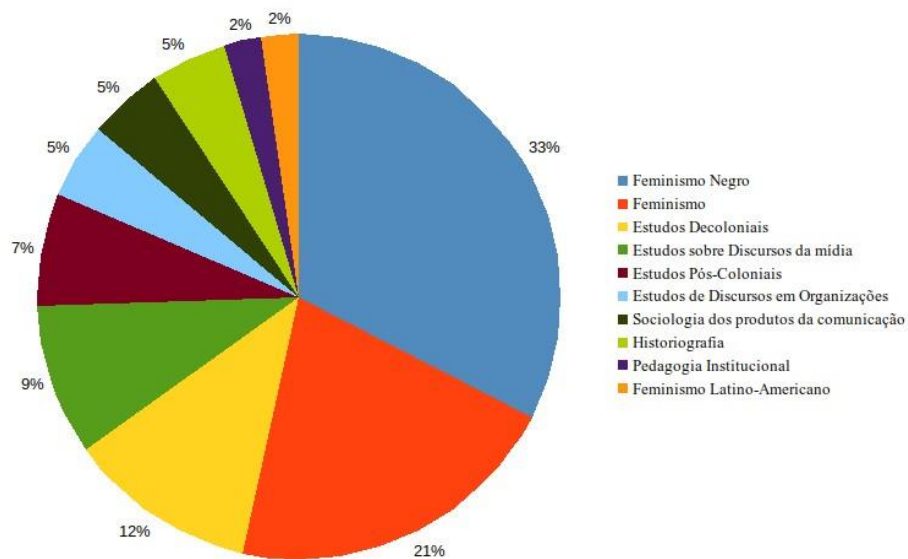
Os outros artigos considerados como apresentando usos negativos do conceito de lugar de fala foram: Carvalho (2017), mencionado na introdução deste trabalho, que problematiza o uso de lugar de fala em debates virtuais; Cruz (2011), que emprega o conceito de lugar de fala *en passant* como sinônimo de “visão de mundo” do profissional de comunicação que pode entrar em conflito com a visão de mundo da empresa em que ele trabalha; e Aguiar e Schaun (2016), que cita o conceito como uma das dimensões do jornalismo enfatizadas por teorias construcionistas, estruturalistas e interacionistas, mas nenhuma dessas teorias é adotada por eles nas discussões sobre jornalismo.

4.4.2. Usos positivos do conceito

Em relação aos “usos positivos” de lugar de fala, a análise partiu das definições e referências associadas a esse conceito em cada um dos artigos. Essa análise permitiu

identificar diferentes usos do conceito que foram agrupados em campos de estudo mais ou menos específicos. A Figura 3 sumariza a porcentagem de artigos de acordo com a classificação em campos de estudo proposta para os diferentes usos do conceito de lugar de fala encontrados no material analisado.

Figura 3 – Porcentagem de artigos classificados em cada campo de estudo



Como pode ser observado na Figura 3, os três campos que mais concentraram os usos positivos do conceito de lugar de fala foram feminismo negro (33%), feminismo (21%) e estudos decoloniais (12%). Em todos esses casos, o lugar de fala articula-se com a defesa da produção de autodefinições por parte de grupos historicamente silenciados. Ele participa, portanto, de uma luta para que os membros desses grupos possam construir suas próprias narrativas, ao invés de serem definidos por narrativas impostas por grupos dominantes (Collins, 1990/2002; Dussel, 2005, 1994; hooks, 1989/2015; Mignolo, 2007; Spivak, 1988/1995; Young, 1987).

A diferença entre esses três campos diz respeito ao reconhecimento de que os “grupos subalternizados” que sofrem silenciamento não são homogêneos, mas têm demandas e

dificuldades próprias. Por exemplo, embora as mulheres sejam historicamente um grupo silenciado por homens, a construção de uma autodefinição de mulheres negras seria específica e ainda mais difícil de se libertar de narrativas hegemônicas (ver Collins, 1990/2002). Por conta disso, a autodefinição de mulheres negras não poderia apenas repetir uma narrativa construída por mulheres brancas.

Seguindo essas especificidades, foi possível distinguir inicialmente trabalhos que empregaram o conceito de lugar de fala no contexto do feminismo em geral daqueles que usaram esse conceito no âmbito do feminismo negro. O principal critério empregado para essa distinção foi a análise das referências mencionadas por cada artigo. Os trabalhos considerados de feminismo negro citaram um conjunto de autoras amplamente reconhecidas como representantes desse movimento, como Audre Lorde, bell hooks, Grada Kilomba, Jota Mombaça, Kimberlé Crenshaw, Patricia Collins. Além disso, o livro da filósofa brasileira Djamila Ribeiro, *O que é lugar de fala?* embora também tenha sido citado em outros trabalhos, foi expressivamente referenciado pelos artigos considerados como de feminismo negro. Já no caso do feminismo em geral, as principais referências encontradas foram Carmen Hein de Campos, Donna Haraway, Iris Marion Young, Marcia Tiburi. Da mesma forma, a identificação de referências específicas que defendem um recorte latino-americano para as pautas feministas (e.g., Mendoza, 2010), permitiu a classificação ainda mais específica de um artigo (Seabra & Assis, 2016) como feminismo latino-americano.

O feminismo negro, que concentrou o maior número de artigos que empregaram o conceito de lugar de fala de forma delimitada, caracteriza-se pela articulação de uma leitura crítica das relações de poder, especialmente de raça e de gênero, em uma perspectiva interseccional e anticolonial (hooks, 1991/1995; 1989/2015; Kilomba, 2010; Raul, 2016; Ribeiro, 2017). Assim, o movimento implica num desafio às estruturas hegemônicas tradicionais, tanto materiais quanto discursivas, bem como numa contingência de

transformação social e coletiva de tais relações (Bairros, 1995; Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Werneck, 2009). O silêncio historicamente imposto à mulher negra tem sido questionado e analisado por trabalhos de autoras, que entendem que a voz (especialmente a voz que surge nas margens) é um poderoso mecanismo de mudança social e política.

Nesse contexto, o conceito de lugar de fala destaca o conjunto de possibilidades de produção discursiva derivadas do lugar ocupado pelos grupos sociais nas relações de poder. Essa produção discursiva implica numa afronta à organização hierárquica tradicional, tanto da sociedade e seus espaços quanto do conhecimento e das epistemologias, já que não apenas *situa* os diferentes processos discursivos, mas também os reivindica como igualmente legítimos e importantes instrumentos de mudança social e política (Collins, 1990/2002; Gonzalez, 1984; hooks, 1991/1995, 1989/2015; Ribeiro, 2017).

Entendido dessa maneira, o conceito de lugar de fala tem um sentido explicitamente coletivo e não individual. Como destacado por Gorjon e tal. (2019): “o lugar de fala não parte do ‘indivíduo’ e sua experiência, mas sim das múltiplas condições sociais que resultam em hierarquizações dos grupos sociais” (p. 4). Abordado dessa forma, o conceito de lugar de fala também não pressupõe uma dinâmica de mero silenciamento dos grupos privilegiados, e sim um movimento crítico de redistribuição das possibilidades de fala, de escuta e, em última instância, de existência: “evidenciar como estes corpos estão inscritos em uma relação de poder frente a corpos que se inscrevem de modos diferentes no seio destas normas” (Gorjon et al., 2019, p. 5). Nessa mesma perspectiva, Bambirra e Lisboa (2019) argumentam que “todos/as temos lugares de fala, pois somos/estamos socialmente localizados. Não obstante, as implicações variam conforme a localização social do sujeito” (p. 272).

No caso dos artigos que utilizaram o conceito de lugar de fala numa perspectiva feminista, também se observa uma raiz coletiva do termo. Apesar dos pertinentes apontamentos feitos pelo feminismo negro e outros feminismos não-hegemônicos acerca dos

eixos de opressão racial, étnico e de classe serem, por vezes, considerados de forma colateral (hooks, 1989/2015; Davis, 1981/1983), a noção de lugar de fala feminista ainda pauta-se no entendimento de que todo conhecimento é situado nas experiências compartilhadas por grandes grupos de pessoas, como é o caso das mulheres. Almeida e Martins (2010), por exemplo, argumentam que no debate político não existe discurso neutro, e que, portanto, os discursos daqueles que detêm mais poder se sobrepõem aos daqueles com condições e histórias de vida menos favorecidas. Em suas palavras:

O “lugar de fala” dos participantes . . . não é um lugar neutro, ao contrário, é demarcado por assimetrias expressas na distribuição desigual de recursos simbólicos e materiais. Afinal, o próprio expediente legitimador da fala para os deliberativos, o discurso racional, pressupõe . . . que exista um critério neutro de tradução de demandas, o que é ilusório e excludente, pois há outras formas de comunicação que são mais acessíveis para determinados grupos que o argumento racional e que precisam ser reconhecidas válidas no debate (Almeida & Martins, 2010, p. 129).

O artigo de Nogueira (2017), também considerado na categoria *feminismo*, merece um comentário suplementar. Embora a dimensão coletiva feminina seja explicitamente considerada (o que justifica a classificação do artigo como feminista), o uso do conceito de lugar de fala é, nesse caso, permeado por dimensões subjetivas e até mesmo individuais. Por exemplo, “a demarcação dos lugares de fala busca situar pontos de vista e *subjetividades*, entendendo que toda escrita é *subjetiva* e permeada pelo olhar e pelos conceitos de quem analisa” (p. 5, grifos nossos). As discussões assumidamente autobiográficas apresentadas no artigo, parecem, por vezes, incorrer em um tipo de “subjetivismo”, que corre o risco de esvaziamento político. Isso porque, mesmo recorrendo a marcadores sociais, o foco parece continuar sendo o indivíduo:

Penso nos marcadores sociais como coesão de um sentido de grupo que vai aos poucos caminhando em direção à uma individuação . . . Como se o olhar para dentro que o coletivo gera . . . fosse um potencializador para que o olhar siga, desta vez para dentro de mim (p. 18).

A manutenção da dimensão política do conceito de lugar de fala exige que esse processo de “individuação”, que culminaria em um “olhar para dentro”, não perca de vista sua raiz coletiva. Em outras palavras, de uma perspectiva política, o “dentro de si” não pode ser um fim em si mesmo e, por isso, o subjetivo deve sempre se reconectar ao coletivo – algo que as discussões apresentadas no artigo não parecem garantir.

No caso dos artigos considerados como pertencentes aos estudos decoloniais, a especificidade encontra-se na defesa de um recorte geopolítico específico para o reconhecimento das demandas e dificuldades de grupos subalternizados. A origem dessa discussão são os estudos pós-coloniais – ao qual se vinculam três artigos da amostra (Campos & Castro, 2017; Lima, 2000; Paiva, 2016) –, cujas produções denunciam o domínio colonial dos países do “primeiro mundo” em relação aos países “terceiro-mundistas”, tanto no eixo norte-sul quanto no ocidente-oriental (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016). Sem negar a evidente exploração econômica e dominação política por parte dos países colonizadores, o pensamento pós-colonial enfatizou a presença de uma “violência epistêmica”, que impõe uma narrativa imperialista, moderna, capitalista e eurocêntrica para os colonizados. A construção de uma narrativa dos subalternizados seria inviabilizada por essa colonização epistêmica, que tende a ser reiterada pelos próprios intelectuais (incluindo aqueles reconhecidamente críticos como Foucault e Deleuze) quando eles falam em nome dos subalternos (ver Spivak, 1988).

A vertente decolonial caracteriza-se por uma radicalização das críticas pós-coloniais, situando as discussões nas Américas, mais especificamente na América Latina, e propondo uma série de conceitos e pautas próprias (Dussel, 1994, 2005; Grupo de Estudios sobre

Colonialidad [GESCO], 2014; Lander, 2005 Mignolo, 2007). Nesse contexto, fala-se de um *giro decolonial*, que exige uma reestruturação da geopolítica do conhecimento, criando novos *lugares* de produção discursiva (como a América Latina).

À semelhança do que foi feito em relação ao feminismo e feminismo negro, o critério de distinção entre estudos pós-coloniais e decoloniais foi a presença de referência explicitamente mencionadas em cada artigo. Os artigos incluídos nos estudos decoloniais foram aqueles que fizeram referência a Walter Mignolo, Enrique Dussel, Franz Fanon, Aníbal Quijano, Paulo Freire. Já no caso dos artigos considerados pós-coloniais, as principais referências foram Gayatri C. Spivak, Homi Bhabha, Edward Said.

Um exemplo de emprego do conceito de lugar de fala no contexto decolonial é o artigo de Penna (2014), que, apoiando-se em discussões de Paulo Freire, defende a necessidade de um deslocamento do lugar de fala das classes oprimidas. O argumento retoma a questão da dominação epistêmica, por meio da noção de *roubo* da palavra do oprimido pelo opressor. Trata-se de um processo no qual o oprimido fica destituído da possibilidade de enunciar e transformar sua realidade, o que em termos freirianos significaria dizer a *palavra verdadeira*. A *palavra verdadeira* distingue-se da *palavra inautêntica* pela possibilidade de transformação que a primeira possibilita ao ser humano, uma vez que ela “não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1968/1979, p. 52).

Pensada nesses termos, a dinâmica da dominação parece se organizar ao redor da questão sobre quem detém o poder de enunciar (e transformar) a realidade. Numa relação de dominação, como a de colonizador e colonizados, por exemplo, a desigualdade é instaurada e mantida mediante o controle desse poder: se, por um lado, o opressor é capaz de *dizer a palavra verdadeira* (ou seja, de usar um discurso e uma linguagem gestada por ele e pelo grupo ao qual pertence a partir de sua realidade e seus interesses), por outro lado, o oprimido

é despojado dessa possibilidade, restando-lhe apenas a opção de *dizer a palavra inautêntica* (isto é, reproduzir um discurso imposto pelo opressor que é alheio à realidade e às necessidades do oprimido, e de cuja construção ele não participou).

O caminho para a libertação dos dominados passaria, portanto, por um processo de conscientização que implica abandonar a palavra inautêntica (imposta por uma realidade diferente) para começar a pronunciar a palavra verdadeira (que parta da perspectiva do oprimido e obedeça a seus próprios interesses). É esse processo de deslocamento do direito de enunciação da palavra verdadeira (do lugar de fala) que Penna (2014) aponta como uma das afinidades entre o pensamento de Freire e o pensamento decolonial.

Uma perspectiva decolonial conduz ao uso do conceito de lugar de fala como o lugar geopolítico a partir do qual se produzem discursos visando a transformação da realidade. Dado o marco teórico que fundamenta essa leitura decolonial do conceito, é possível afirmar ainda que tal concepção também implica num desafio aos sistemas de dominação e hierarquização dos espaços, culturas e epistemologias tradicionais como discursos colonizadores, ou seja, geopoliticamente situados. Ao mesmo tempo que denuncia, o conceito também elenca a possibilidade (e a necessidade) de produção e valorização de discursos (conhecimento, epistemologias, *palavras verdadeiras*, *voz-praxis*) por parte dos povos colonizados, de modo a criar as condições de transformação de sua realidade, ou, em outras palavras, de sua decolonização.

Tal como no caso das publicações vinculadas ao feminismo negro, o conceito de lugar de fala teve um uso explicitamente coletivo em artigos considerados pós-coloniais e decoloniais. Isso é evidenciado, por exemplo, no trabalho de Danner et al. (2020), que discute a convergência entre epistemologia e política na fala dos povos indígenas latino-americanos. Argumentando sobre a necessidade dessas minorias falarem por si próprias e a partir de suas realidades e perspectivas, as/os autoras/es afirmam que:

essa superação da invisibilização, do silenciamento e do privatismo acontece e é assumida, por parte das minorias, desde essa perspectiva de publicizar a voz, de politizar, via ativismo e engajamento, a história nacional e nossos sujeitos político-culturais exemplares *por meio do lugar de fala* político, esteticamente mediado, isto é, por meio da voz pública, das experiências e histórias como minorias contadas a todos/as, espalhadas aos quatro ventos via *voz-práxis* estético-literária. Nessa situação de politização das e pelas minorias, tem-se a transformação da arte e, em especial no nosso caso, da literatura em perspectiva anticolonial de resistência, luta e reelaboração do que se é, em crítica e enquadramento da sociedade envolvente (p. 69).

Uma categoria menos específica que as anteriores foi composta por quatro artigos (Barros & Meneguim, 2014; França, 2001; Natansohn, 2000; Rocha, 2017) que empregaram o conceito de lugar de fala em discussões de práticas discursivas da mídia. Diferente de casos anteriores, a análise das referências que acompanhavam o conceito de lugar de fala não permitiu a vinculação desses artigos a um campo de estudo específico. No entanto, todos os artigos incluídos nessa categoria adotaram uma concepção explicitamente coletiva de lugar de fala, por vezes, recusando uma concepção estritamente individual. Por exemplo, Natansohn (2000) enfatiza que “[Os exemplos de falas de uma médica em um programa de televisão citados no estudo] foram tomados não como produtos individuais, senão como discursos expressivos do ‘lugar de fala’, como esse lugar que possibilita a um interlocutor dizer (ou calar) determinadas coisas, de determinada maneira” (p. 56). De modo similar, França (2001) identifica uma rádio criada por moradores de uma favela como um lugar de fala, definindo-a como

lugar de expressão de um determinado grupo social, lugar onde este aparece e se coloca enquanto sujeito. Não se trata de dizer que ela [a Rádio Favela] ‘representa’ o pobre, tomando essa representação enquanto tradução e soma de vozes e anseios

(assim como entendemos, por exemplo – pelo menos teoricamente – a ideia da representação parlamentar). Na sua natureza de espaço de produção discursiva, uma rádio de favelados se constrói enquanto representação (ou apresentação) de um outro sujeito social (p. 6).

Essa discussão aproxima-se daquelas apresentadas anteriormente nas quais o conceito de lugar de fala delimita muito mais um grupo subalternizado do que um indivíduo particular. A questão seria, portanto, construir “de dentro” uma nova narrativa da experiência de indivíduos pertencentes a grupos marginalizados, contrapondo-se a descrições impostas “de fora”.

Próxima dessa discussão, mas com um referencial mais delimitado, foi identificado outro campo de estudo em dois artigos da amostra (Silva & Moraes, 2012; Zamin, 2018). Trata-se da sociologia dos produtos da comunicação. Em ambos os trabalhos as autoras adotam a definição de lugar de fala proposta pelo cientista social brasileiro José Luiz Braga (2000). Braga entende esse conceito como um instrumento metodológico efetivo para estudar os produtos (ou enunciados) culturais, especialmente aqueles decorrentes do campo da comunicação. Para o autor, o produto cultural da comunicação tem características específicas (como, por exemplo, sua imediaticidade, sua relação com a situação concreta, sua capacidade constitutiva da realidade) que tornam inadequadas as análises e instrumentos metodológicos tipicamente utilizados para entender outros tipos de produtos culturais.

De acordo com Braga (2000), lugar de fala é a “articulação específica de uma fala com aquela situação com que se relaciona” (p. 12), sendo que “a fala, então, diz a situação – produzindo com isto um lugar em que ela pode ser dita – e sendo dita, existir” (p. 10). Desse modo, a fala, embora influenciada por questões sociais e políticas, é também construtora ativa da situação em que se dá, apresentando tanto potencial reprodutivo quanto criativo, já que, nas

palavras do autor, “uma fala produz uma resposta e o lugar em que esta resposta faz sentido” (Braga, 2000, p. 10).

Além de apresentar e definir o conceito de lugar de fala nesses termos, o autor é enfático ao diferenciá-lo do *lugar sociológico do falante*. Entendendo este último como o lugar social que o sujeito que fala ocupa na sociedade em termos de classe, *status*, interesses etc. Braga (2000) aponta dois problemas (e, por conseguinte, dois principais distanciamentos) entre este conceito e o lugar de fala por ele proposto. Primeiramente, o lugar sociológico do falante colocaria a fala numa posição meramente sintomática das condições sociais mais amplas nas quais o sujeito comunicativo está inserido, entendendo a fala como uma *tradução* desse lugar social que não permitiria a emanção de contradições ou mesmo de elementos originais. Além disso, a noção de lugar sociológico do falante também apresentaria excessiva generalidade, o que poderia resultar no apagamento de particularidades ou potenciais criativos passíveis de estarem presentes na fala dos sujeitos ao se “distrair” do discurso para focar em análises estruturais mais amplas e monocromáticas.

Um exemplo do uso do conceito de lugar de fala no âmbito da sociologia dos produtos culturais da comunicação é o artigo de Silva e Moraes (2012). Ao analisarem a política de telessaúde do Brasil, as autoras investigaram os documentos relacionados à Rede Universitária de Medicina, mencionando o conceito de lugar de fala para se referir aos especialistas que participaram da construção desses escritos. Dessa maneira, o conceito é definido como uma ferramenta metodológica (diferente do lugar social do falante) que se assenta no debate mais amplo da epistemologia da comunicação. Tal definição articula diversos aspectos, como a fala, a situação na qual a fala acontece, o sentido que ela faz nessa situação e a relação que tal discurso estabelece com a realidade (de atualização ou reprodução), de modo a elucidar a lógica interna do enunciado em questão.

Dois artigos (Gomes, 2016; Rese, et al, 2017) foram considerados em uma categoria menos específica, os Estudos de discursos em organizações. O artigo de Gomes (2016) aborda a comunicação organizacional uma perspectiva “sistêmico-discursiva”, na qual seriam consideradas “referências pessoais, temporais e espaciais . . . ou uma posição de enunciação ou lugar de fala” (s.p.). A referência que acompanha o conceito é de Michel Foucault, mais especificamente, sua aula inaugural no *Collège de France* em 1970, em que destaca os diferentes recortes entre grupos dominados e dominantes, no que diz respeito às suas possibilidades discursivas (Foucault, 1971/1999). No entanto, esse encaminhamento político na análise de práticas discursivas não é perseguido pelo artigo, que se restringe a questões internas da comunicação organizacional. O segundo artigo nessa categoria, de Rese et al. (2017), emprega a noção de lugar de fala para se referir aos “posicionamentos e defesas” de participantes de uma estratégia organizacional (p. 243), sem explorar, portanto, uma dimensão política do conceito.

Outros dois artigos foram incluídos na categoria Historiografia (Fernandes, 2018; Vieira et al., 2018), delimitada pela referência a trabalhos de Michel de Certeau. Ao mencionar o conceito de lugar de fala, ambos artigos posicionam-se contra uma visão de completa neutralidade na construção e análise de uma narrativa histórica: “todo trabalho em História possui um lugar de fala ocupado pelo intelectual, que, por sua vez, orienta também uma prática e um tipo de escrita” (Vieira et al., 2018, p. 3). Ou ainda, “os procedimentos de análise envolvendo a historiografia implicam em selecionar, lembrar e esquecer as sobras do passado a partir de nosso objeto de estudo e de nosso lugar de fala” (Fernandes, 2018, p. 215). Nesse sentido, o lugar de fala descreve e enfatiza que as narrativas históricas não são neutras e que a posição ocupada pelo intelectual/historiador não pode ser ignorada na análise dessas narrativas.

O último campo de estudo delimitado que pôde ser identificado nos artigos analisados foi a pedagogia institucional. Apenas o artigo de Gonzaga e Andrade (2012) foi considerado nesse campo. O estudo teve como objetivo verificar se num contexto escolar a instituição de um lugar de fala no grupo de professores produziria efeitos subjetivos nos docentes, em relação ao seu manejo de situações de indisciplina. O conceito de lugar de fala foi, portanto, introduzido no próprio objetivo do artigo, o que antecipa sua centralidade no trabalho e justifica uma análise detalhada.

Gonzaga e Andrade (2012) definem lugar de fala como “um espaço coletivo para a discussão sobre dificuldades relacionais, de aprendizagens, para trocas de experiências vivenciadas no cotidiano escolar e para tomar decisões” (p. 90). Tanto essa definição quanto o restante dos argumentos a respeito do conceito são fundamentados pelos autores em referências da pedagogia institucional como Jacques Pain, Édith Héveline, Bruno Robbes, Françoise Thébaudin, Fernand Oury.

A pedagogia institucional surgiu da confluência de três correntes de pensamento: a pedagogia de Élise Freinet, a psicanálise, e a psicoterapia institucional. Influenciada por essa convergência de ideias, a pedagogia institucional é definida por Héveline e Robbes (2009) como um “conjunto de técnicas, de organizações, de métodos de trabalho, de instituições internas nascidos da práxis das salas de aula orientadas por uma pedagogia ativa” (p. 29) que, segundo os autores, “articulam o desejo de fazer do/a aluno/a (desejo este que não é, forçosamente, elemento prazeroso) e a lei necessária a toda vida social” (p. 30). Dadas essas preocupações, a pedagogia institucional estabelece a importância de *instituir* relações escolares de modo a facilitar os processos de ensino e aprendizagem e de lidar efetivamente com a violência e a indisciplina escolar. Nesse sentido, quatro princípios, conhecidos como os quatro “L”, são colocados como elementos basilares no processo de institucionalização da sala de aula: lugar, limite, lei e linguagem.

O conceito de lugar de fala, na perspectiva da pedagogia institucional, é empregado justamente na articulação desses quatro elementos. Por um lado, considera-se a importância dada pela teoria à linguagem como um traço definidor do ser humano, que se desenvolve, aprende e resolve conflitos com o falar. Essa preocupação é vinculada aos processos de ensino-aprendizagem e às relações professor-aluno e aluno-aluno, considerando também a necessidade de instituir e respeitar certas leis de trabalho e de convivência para melhor alcançar os objetivos do ambiente educativo. É nessa perspectiva que a pedagogia institucional apresentaria a noção de lugar de fala como “um espaço simbólico definido quanto a sua duração, seu objeto sua periodicidade e seu lugar no emprego do tempo” (Héveline & Robbes, 2009, p. 65) capaz de, mediante a determinação de limites (do espaço, do tempo, do escopo e da palavra), constituir-se como “solução para tratar os problemas de violência e para ajudar os/as alunos/as em sua aprendizagem de cidadania” (p. 65).

Assim, a instituição de lugares de fala é vista pela pedagogia institucional como uma forma de gerenciar os processos educacionais, prezando pelo respeito entre os diferentes sujeitos envolvidos, garantindo igualdade de possibilidades de comunicação e reconhecimento para os/as estudantes, e prevenindo situações de exclusão, violência e indisciplina (Héveline & Robbes, 2009). Os autores explicam que, numa sala de aula institucionalizada, geralmente há vários lugares de fala explicitamente delimitados e diferenciados, sendo o “conselho de classe” o exemplo mais representativo de lugar de fala nos termos da pedagogia institucional (Héveline & Robbes). Assim, no contexto da pedagogia institucional, o conceito de lugar de fala encontra-se vinculado aos ambientes escolares e, de modo geral, à tomada de decisões relevantes em uma instituição escolar, visando a resolução de seus eventuais conflitos.

4.5. Discussão

As análises de artigos que fazem uso do conceito de lugar de fala permitem delinear um panorama, ainda que restrito ao recorte proposto, sobre a utilização do conceito na literatura acadêmica. Uma análise quantitativa do material permitiu verificar que o conceito, mesmo aparecendo de maneira frequente em publicações acadêmicas nas últimas décadas, não costuma vir acompanhado de definições ou referências que permitam sua delimitação. Esse predomínio de usos do termo de forma não-fundamentada (66% dos artigos recuperados) mostra que, pelo menos na amostra examinada, a literatura acadêmica não tem afastado os riscos de esvaziamento conceitual.

A maioria dos artigos nos quais o conceito foi acompanhado de definições e/ou referências que o amparassem empregou a noção de lugar de fala positivamente, ora utilizando-a para dar suporte às temáticas discutidas nos artigos, ora discutindo sua importância de modo mais explícito. Um ponto central dos estudos que apresentaram um “uso negativo” ou crítico da noção de lugar de fala foi a preocupação com uma acepção estritamente individual, que poderia sinalizar um esvaziamento político do conceito. No entanto, nos artigos analisados, a maior parte dos debates que lança mão do conceito de modo fundamentado, o fizeram em uma perspectiva francamente coletiva e, portanto, política.

Entre as referências identificadas para fundamentar o conceito de lugar de fala, o livro *O que é lugar de fala?*, da filósofa brasileira Djamila Tais Ribeiro (2017), destacou-se como a mais mencionada no material analisado. Preocupada com os riscos de esvaziamento conceitual e com as implicações políticas de uma discussão cujos referentes são incertos e inclusive contraditórios, a autora se propõe a discutir as origens do conceito na perspectiva do feminismo negro. Para tanto, ela analisa aspectos históricos relevantes nesse processo, articulando-os com os argumentos de diversas autoras, assim como debates que precisariam ser considerados na compreensão da pertinência do lugar de fala e suas implicações ético-

políticas. O texto de Ribeiro (2017) parece ter tido um impacto significativo na direção de diminuir esses riscos de esvaziamento conceitual, na medida em que proporcionou às/aos autoras/es uma primeira sistematização da discussão feminista negra ao redor do conceito, bem como um compilado de fontes relevantes para sua constituição.

As análises qualitativas do material que apresentou referências e/ou definições relacionadas ao conceito de lugar de fala revelaram uma pluralidade de definições, com diferentes graus de afinidade. Nesse contexto, a abordagem do conceito no feminismo negro mostra-se particularmente inclusiva. Primeiramente, ela coincide com grande parte das preocupações das perspectivas pós-colonial e decolonial, como a caracterização política dos processos de produção de discursos, sua abordagem crítica das relações de poder que os permeiam e, principalmente, sua proposta de abandonar o paradigma colonial em prol de uma sociedade mais igualitária.

Algo similar acontece quando o conceito é utilizado em outras vertentes do feminismo. Por um lado, como as feministas negras têm pontuado, as discussões do feminismo hegemônico muitas vezes têm desconsiderado outros aspectos da opressão da mulher, como os de raça, classe ou geopolítica, silenciando ou inclusive apropriando-se de contribuições de mulheres marginalizadas por esses eixos de dominação (hooks, 1989/2015; Ribeiro, 2017). Ao mesmo tempo, no entanto, o lugar de fala na perspectiva feminista também parte de uma noção corporizada e situada de discurso, baseando-se nas experiências coletivas que as mulheres vivenciam numa sociedade que as subalterniza. Dessa forma, o uso feminista do conceito também endossa uma crítica ao paradigma moderno de ciência, alinhando-se com uma reivindicação marcadamente política (e coletiva) por condições mais igualitárias de vida, de acesso e de produção de discursos para as mulheres (Haraway 1988; Miguel, 2011).

As discussões feministas latino-americanas que fazem uso do conceito de lugar de fala, por reunirem as preocupações relativas à condição das mulheres com a crítica decolonial, e situarem-nas no contexto latino-americano, mostram-se especialmente compatíveis com a acepção feminista negra do termo. Assim, um viés explicitamente político e marcadamente coletivo também é observado nesse âmbito do debate.

Uma perspectiva coletiva do conceito do lugar de fala também foi encontrada em discussões de práticas discursivas da mídia. Ao mesmo tempo, o conceito de lugar de fala no feminismo negro também perpassa questões importantes da sociologia dos produtos da comunicação, como o foco no discurso, a consideração dos fatores sociais como parte dos processos discursivos, a capacidade criativa e transformadora do ato de falar, e a importância dada à dinâmica falante-ouvinte.

Porém, a proposta do lugar de fala como representatividade, defendida por Nogueira (2017), parece se distanciar da definição defendida pelo feminismo negro. Apesar das autoras ligadas ao feminismo negro defenderem a importância da representatividade, elas também têm se preocupado em distingui-la do lugar de fala, argumentando que, embora as duas questões sejam pertinentes, ambas têm definições, papéis e implicações diferentes, não podendo ser tratadas como sinônimos. Como destaca Ribeiro (2017):

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas, de fato, possam ter escolhas numa sociedade que as confina num determinado lugar, logo é

justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem (pp. 83-84).

Da mesma forma, algumas das definições problematizadas por Carvalho (2017) – lugar de fala como valorização da experiência individual, e como mecanismo de silenciamento de certas vozes –, tampouco parecem alinhar-se com a definição proposta pelo feminismo negro. Apesar da preocupação com a questão da visibilidade e com o papel da experiência concreta dos grupos sociais no processo de produção de discursos, autoras do feminismo negro são enfáticas ao assentar suas propostas em grupos e estruturas sociais, e não em indivíduos, apostando num movimento de mudança social, de diálogo e de conscientização. Assim, a crítica a um silêncio historicamente imposto não implica, para o feminismo negro, numa inversão desses mecanismos de poder, e sim numa luta coletiva em prol de seu desmantelamento (Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Ribeiro, 2017).

À semelhança dos estudos decoloniais, a leitura que o feminismo negro faz do conceito de lugar de fala parte da crítica ao paradigma de dominação colonial e da aposta na força transformadora da voz das margens. Essa abordagem do conceito parece tangenciar vários dos aspectos relevantes para a maioria dos outros campos de investigação, como a denúncia das relações de poder e as instituições que as sustentam, a potência da desobediência epistêmica, o engajamento social e político com uma mudança de ordem estrutural, a proposta de novos tipos de relações mais horizontais e o papel central e criativo dos discursos que provém das margens para concretizar todos esses processos.

A definição do conceito encontrada no âmbito da sociologia dos produtos da comunicação apresenta alguns pontos em comum com grande parte das outras definições, tais como a centralidade dada ao discurso, a preocupação com o contexto e a capacidade

transformadora da realidade. A distinção que este campo faz entre lugar de fala e lugar sociológico do falante (Braga, 2000), no entanto, acaba distanciando essa definição daquela encontrada no feminismo negro, nos estudos decoloniais e citada por autores como Carvalho (2017). Ao definir o conceito nesses termos, a sociologia dos produtos da comunicação, embora leve em consideração questões sociais e políticas, o faz de uma forma complementar, dado que o foco desse campo é na lógica interna dos enunciados e não tanto nas condições sociais que os contextualizam.

Por fim, a pedagogia institucional foi o campo de investigação do conceito que mais discrepou das demais, apresentando uma acepção menos política. Embora essa leitura do conceito também enfatize a importância da linguagem para o desenvolvimento do ser humano, a preocupação com a não-exclusão, e os esforços por ouvir todas as vozes envolvidas, ela circunscreve o conceito em um terreno predominantemente escolar, associando-o com questões de disciplina e limites. A preocupação com uma educação para a solidariedade e para a não-exclusão não implica, neste caso, num questionamento estrutural das relações de poder, nem num rompimento com as instituições que as mantêm. Isso distancia esta interpretação do conceito de lugar de fala de outras que conferem ao termo um viés politicamente crítico, como a pós-colonial, a decolonial e a do feminismo negro.

4.6. Conclusão

A maioria dos artigos selecionados na revisão não apresentou definições ou referências que acompanhassem o emprego da expressão lugar de fala. Isso indica que, pelo menos nessa amostra, os riscos de esvaziamento conceitual não têm sido evitados pela literatura acadêmica. Quando se considera, por outro lado, os trabalhos que apresentaram definições e/ou referências para o conceito de lugar de fala, foi possível identificar convergências que indicam algumas delimitações do conceito.

A centralidade da linguagem, o viés assumidamente político, a crítica estrutural a discursos hegemônicos e a necessidade de “visibilizar” outros discursos (sobretudo aqueles oriundos das “margens”) são características compartilhadas pela maioria dos trabalhos que apresentaram definição explícita e/ou referências ao empregar o conceito de lugar de fala.

Em relação às referências mencionadas no material, o livro de Ribeiro (2017) teve destaque. A contextualização e definição do termo apresentada nessa obra enfatiza o seu caráter político e seu viés coletivo (sobretudo no âmbito do feminismo negro, dos estudos pós-coloniais e decoloniais). A tensão entre um viés individual e coletivo, no entanto, é um ponto que se mantém no material analisado, inclusive inspirando algumas críticas ao conceito de lugar de fala. Além disso, há exemplos de um uso individual do conceito, identificando-o a experiências, pontos de vista, visões de mundo de uma pessoa, o que aponta o risco de um esvaziamento político. Nessa mesma direção, o emprego do conceito de lugar de fala no contexto da Pedagogia Institucional parece não ser explicitamente político, mas institucional, como estratégia de resolução de problemas na gestão escolar.

Com isso é possível retornar à questão dos debates políticos virtuais, enfatizando o esvaziamento político como um dos principais riscos do esvaziamento conceitual nesse contexto. Usos pouco delimitados do conceito de lugar de fala podem incorrer em incompatibilidades filosóficas que não permitem uma articulação coerente do conceito com um determinado projeto político. Isso pode levar, por exemplo, a uma “individualização” no uso do termo que perde de vista uma dimensão coletiva, bem como o compromisso com uma transformação social ampla e profunda (exatamente o que caracteriza a maioria dos usos delimitados do conceito na literatura acadêmica).

Por fim, vale ressaltar algumas limitações do estudo. A principal delas diz respeito ao recorte operado no material, considerando apenas artigos publicados em revistas acadêmicas. Estudos futuros poderiam, portanto, ampliar e debater a análise apresentada aqui com a

inclusão de outros materiais acadêmicos, como livros, capítulos, teses e dissertações. Da mesma forma, seria possível considerar também eventuais traduções ou versões do conceito de lugar de fala em outras línguas, avaliando compatibilidades e incompatibilidades com os resultados apresentados nesta revisão.

4.7. Delimitação da análise do conceito de lugar de fala

Uma vez que a literatura analisada indica vários caminhos possíveis na análise do conceito de lugar de fala, é preciso estabelecer critérios que permitam avançar na tarefa de delimitação desse conceito. Critérios como o escopo das abordagens do lugar de fala e a possibilidade de diálogo com outras definições parecem adequados na escolha de um caminho para discutir o conceito, assim como a disponibilidade de referências e material a respeito que permitam analisá-la com mais detalhe.

A abordagem que o feminismo negro faz do conceito de lugar de fala parece adequar-se a esses critérios, dada sua amplitude em relação a outras abordagens do conceito, sua relevância no meio acadêmico, e o respaldo dado pelo volume de material bibliográfico a respeito. Conforme revelaram os dados da análise descrita neste capítulo, a abordagem do feminismo negro não apenas coincide com uma das áreas de investigação que mais emprega o conceito, mas também parece apresentar uma capacidade especialmente ampla de diálogo e contribuição com as outras abordagens que também fazem uso do conceito de lugar de fala, dado que tangencia vários dos aspectos apontados por elas como importantes. Vale lembrar, no entanto, que o fato desta pesquisa ter optado por seguir esse caminho não implica que a adoção de outras perspectivas em futuros estudos não possa ser também pertinente e produtiva.

No que diz respeito à literatura, o pensamento feminista negro conta com uma extensa produção teórica, tanto no nível nacional, quanto no internacional. Embora haja indícios de que o

termo “lugar de fala” seja específico do Brasil (Mestre Malfrán & Lago, 2019), autoras como Ribeiro (2017) têm apontado para uma série de discussões estrangeiras (em sua grande maioria, estadunidenses) que parecem influenciar a formulação do conceito no território nacional. Esses debates estrangeiros, no entanto, não têm uma tradução exata, nem mesmo consistente para o termo. Diferente disso, eles se desenvolvem numa teia conceitual diversa, cujo fio condutor parece ser uma crítica às relações de poder estruturais e ao paradigma colonial moderno, bem como uma proposição de transformação radical desse sistema, apontando o papel central do discurso na emancipação das mulheres negras e, junto com elas, de outros grupos subalternizados (Collins, 1990/2002; hooks 1989/2015; Ribeiro, 2017).

Assim sendo, surge a necessidade de delimitação da bibliografia a ser consultada no próximo passo desta pesquisa. Como mencionado alhures, a obra de Ribeiro (2017) tem sido indicada, repetidas vezes e de diversas maneiras, como importante para o entendimento do conceito na perspectiva do feminismo negro. O livro, que tem como foco principal a contextualização histórica e a definição do termo lugar de fala, apresenta um conjunto de autoras do pensamento feminista negro que participaram da construção do conceito. Essas referências, ao servirem como base para uma análise mais aprofundada do assunto, são também citadas com certa frequência nos artigos que tratam e definem o conceito, o que reforça sua pertinência para esta investigação. Assim, a obra de Ribeiro (2017) consolida-se como um texto-chave para iniciar o estudo do lugar de fala no pensamento feminista negro, dado que não somente organiza e disponibiliza uma série de dados a respeito, mas também aponta um possível caminho para quem pretende analisar a literatura sobre o feminismo negro e o lugar de fala.

Desse modo, a identificação dos compromissos teórico-filosóficos do conceito de lugar de fala, que será apresentada no próximo capítulo, tem como ponto de partida tanto as discussões apresentadas por Ribeiro (2017), quanto a bibliografia indicada pelos/as autores/as da literatura vinculada ao feminismo negro examinada aqui. Trata-se, no entanto, de um ponto de partida, o

que significa que a análise dessa bibliografia será complementada por outros textos que possam ajudar a alcançar os objetivos propostos.

5. Capítulo 2

Compromissos teórico-filosóficos do conceito de lugar de fala

Este capítulo tem o objetivo de descrever os compromissos teórico-filosóficos do conceito de lugar de fala, tal como empregado pela literatura vinculada ao pensamento feminista negro discutida no primeiro capítulo. Os textos analisados foram os seguintes: *O que é lugar de fala*, de Djamila Ribeiro (2017); *An epistemology for the next revolution* (2011) e *The problem of speaking for others* (1995) de Linda Alcoff; *How to tame a wild tongue*, de Gloria Anzaldúa (1987); *Nossos feminismos revisitados*, de Luíza Bairros (1995); *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero* e *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, de Sueli Carneiro (2005); *Learning with the outsider within: the sociological significance of the black feminist thought* (1986), *Comment on Hekman's "Truth and method: feminist standpoint theory revisited": where's the power?* (1997) e *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment* (1990/2002), de Patricia Hill Collins; *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (1989) e *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero* (2002), de Kimberlé Crenshaw; *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, de Lélia Gonzales (1984); *Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective*, de Donna Haraway (1988); *Teaching to transgress : education as the practice of freedom* (1994), *Feminism is for everybody: passionate politics* (2000/2015), *Talking back: thinking feminist and talking black* (1989/2015) e *Intelectuais negras* (1991/1995), de bell hooks; *Plantation memories: episodes of everyday racism*, de Grada Kilomba (2010); *Sister outsider: essays and speeches*, de Audre Lorde (1984/2007); *Can the subaltern speak?*, de Gayatri

Spivak (1988/1994); *Feminismo negro e suas práticas no campo da cultura*, de Ana Angélica Sebastião (2010); *Catálogo intelectuais negras visíveis*, de Giovanna Xavier (2017); *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, de Neusa Santos Souza (1983); e *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*, de Jurema Werneck (2010).

A análise desse material permitiu a delimitação de quatro premissas que descrevem uma concepção específica de discurso² e que sistematizam, por sua vez, os compromissos teórico-filosóficos do conceito de lugar de fala, oriundos do pensamento feminista negro.

Essas premissas são:

- 1) **Todo discurso é situado**
- 2) **Todo discurso envolve relações de poder**
- 3) **Todo discurso é ativo**
- 4) **O discurso subalternizado tem o potencial de ser uma ferramenta de transformação social radical**

Na sequência, cada uma dessas premissas será discutida, procurando analisar as implicações e desdobramentos teórico-filosóficos na formulação do conceito de lugar de fala.

5.1. Premissa I: Todo discurso é situado

A defesa do caráter situado do discurso talvez seja um dos pontos primordiais do conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2017). Isso significa que o conceito parte da premissa de que quando alguém fala, o faz sempre a partir de algum “lugar”, que inclui uma nacionalidade, uma língua, um grau de instrução, uma profissão, um lugar geográfico, um tipo

² No contexto deste trabalho, partiu-se do entendimento de que “fala” se trata de uma ação verbal vocal de um falante específico, enquanto “discurso” é entendido como uma prática cultural verbal aceita e difundida no grupo, cujo sinônimo poderia ser o de “narrativa”. Optou-se pela utilização do termo “discurso” na elaboração das premissas por conta de seu caráter grupal mais amplo.

de corpo (com uma cor de pele, uma anatomia, um sexo); enfim, fala-se sempre a partir de um conjunto de experiências específico. Afirmar que o discurso é localizado nesses termos implica em pelo menos três coisas: 1) que o discurso se dá sempre na relação com o contexto; 2) que esse contexto é amplo, vai além da geografia e do espaço físico, abrangendo também o próprio corpo, o grupo social ao qual se pertence, a língua falada, a história de vida da pessoa, questões de geopolítica, dentre outras coisas; e 3) que esse contexto afeta tanto aquilo que é dito quanto o modo como isso é recebido por outras pessoas.

hooks (1989/2015) exemplifica essa relação intrínseca entre discurso e contexto ao refletir sobre o processo de escrita de dois de seus livros:

Eu acho que uma das coisas com as quais eu tive que fazer as pazes é com o fato de que tudo é um processo. Acho que temos que nos lembrar que eu comecei a escrever *Eu Não Sou Uma Mulher?* com 19 anos... Escrevi grande parte dele em Palo Alto e em Wisconsin, e certamente foi nessa época que eu concebi *Teoria Feminista: das Margens para o Centro*; eu estava morando na Bay Area, dando aula para estudantes que eram predominantemente lésbicas, e morando meio período com um casal lésbico em São Francisco. O que eu quero dizer é que minha perspectiva como um todo tinha sido alterada de muitas formas e também tinha se expandido mediante todo o processo de aprendizagem e interação, lecionando no estado de São Francisco. Penso que foram muitas dessas experiências que formaram *Teoria Feminista: das Margens para o Centro* (p. 282, tradução nossa³).

Nessa citação, hooks (1989/2015) reconhece as distintas influências do contexto na produção de seus discursos que viriam a compor dois de seus livros; as preocupações, ideias e

³ Original em inglês: I think that one of the things that I had to come to grips with was that everything is a process. I think we have to remember that *Ain't I A Woman?*, I started writing it at 19.... I did a lot of the writing of it in Palo Alto and Wisconsin and certainly by the time I came to *Feminist Theory: from margin to center*; living in the Bay Area, and having classes of students that were predominantly lesbian, and living part-time with a lesbian couple in San Francisco, I mean my whole perspective had altered in many ways and had, as well, expanded through the whole process of learning and interaction, teaching at San Francisco State. I think a lot of those experiences informed *Feminist Theory: from margin to center*.

objetivos sobre os quais ela escreve não teriam sido os mesmos se ela tivesse vivenciado experiências diferentes daquelas que ela vivenciou. Além disso, hooks (1989/2015) também pontua o fato de tanto o contexto quanto a relação que as pessoas estabelecem com ele estarem constantemente sujeitas a mudanças, o que indica que a ação discursiva, justamente por ser *contextual*, é também *processual*, não sendo fixa, imutável ou dada a priori. O contexto muda o tempo inteiro: o corpo humano passa por mudanças (cresce, envelhece, modifica sua forma, etc.), pessoas viajam para outros países, aprendem outras línguas, estudam, trabalham, conhecem outras que lhes apresentam perspectivas diferentes, etc.; conseqüentemente os discursos produzidos em cada um desses contextos também mudam. Isso quer dizer que o discurso é um processo que surge da relação dos seres humanos com seu contexto, sendo este um contexto amplo e concreto, mas também fluído.

Sebastião (2010) traz um exemplo desse contextualismo ao analisar os discursos de integrantes de três associações de mulheres negras: a autora explica que o conceito de “mulher” utilizado por cada um desses grupos pode variar a depender das características do contexto do qual emergiu. Nesse sentido, o contexto se constitui como um elemento importante para entender qualquer narrativa, pelo qual o lugar que o falante ocupa no mundo e o conjunto de elementos que constituem seu contexto também formariam parte de uma análise discursiva:

Outra possibilidade de análise é retornar ao contexto dialético entre a prática discursiva e a estrutura social e observar o ambiente para a produção do discurso. Esse contexto produziu tensões oriundas das relações de poder entre movimento de mulheres negras, movimento negro, Estado e movimento feminista. O que significa dizer que é possível considerar que o uso do termo “mulher” – tanto no sentido genérico quanto específico – tende a ser um elemento de disputa na perspectiva do campo da subjetividade no contexto das lutas por hegemonia (Sebastião, 2010, p. 74).

O discurso também pode ser contextualizado em termos *históricos*, já que além de no espaço, ele também se localiza no tempo. Em outras palavras, o conjunto de sucessos passados que permitiu que alguma fala ocorresse é também uma parte importante para sua análise e entendimento. Aqui se enquadram diversos processos, como a história de vida do falante, os acontecimentos históricos que resultaram na época da fala, e inclusive a história do contexto imediato que produz essa fala (com quais pessoas, em qual ambiente, a partir de qual situação etc.). Collins (1990/2002), por exemplo, ao escrever sobre as origens do feminismo negro nos Estados Unidos, traça um percurso histórico por três contextos cruciais para a construção do discurso das mulheres negras: a música afro-americana, a escrita, e as relações de mulheres negras com outras mulheres negras. Sobre esse último contexto, a autora ressalta a importância dos acontecimentos históricos na formação de vínculos entre as mulheres negras, vínculos estes que constituíram espaços seguros para tratar de certos assuntos e produzir certos discursos. Nesse sentido, a autora mostra como a própria narrativa do feminismo negro é situada no tempo, no espaço e nas relações, sendo o resultado de um processo contextual e histórico específico:

Tradicionalmente, os esforços das mulheres Negras estadunidenses para construir vozes individuais e coletivas têm ocorrido em pelo menos três espaços seguros. Uma dessas localizações envolve as relações que as mulheres Negras estabelecem entre elas. Em alguns casos, como nas amizades e interações familiares, essas relações eram interações informais e privadas entre os indivíduos. Em outros, como no caso da escravidão, das igrejas Negras, ou das organizações de mulheres Negras, vínculos mais formais e organizacionais têm nutrido poderosas comunidades de mulheres Negras. Enquanto mães, filhas, irmãs e amigas, as mulheres Negras se afirmam umas às outras (Collins, 1990/2002, p. 102, tradução nossa⁴).

⁴ Original em inglês: Traditionally, U.S. Black women's efforts to construct individual and collective voices have occurred in at least three safe spaces. One location involves Black women's relationships with one another.

Percebe-se, dessa forma, que situar o discurso é também reconhecer sua natureza *terrena*. Ao afirmar que a ação discursiva se dá na relação com seu contexto, está-se afirmando que ela não ocorre no vácuo nem em uma outra dimensão para além das experiências concretas, físicas e corporais que vivenciamos os seres humanos na Terra. Falar, escrever, interpretar e emitir ideias são processos cotidianos que acontecem nas relações humanas aprendidas e desenvolvidas aqui, neste mundo. Não se trata de processos extraordinários no sentido de pertencerem a outro plano (um plano das ideias platônico, por exemplo), nem de processos que extrapolam a atividade humana, mundana, concreta e física. Tratam-se de ações; ações humanas emitidas por um corpo físico em relação com seu contexto também físico. Assim, contextualizar o discurso significa trazê-lo de volta de qualquer esfera extraterrena para fincá-lo na Terra, afirmando sua corporeidade e sua relação não-hierárquica em relação a outras expressões humanas. Quando se entende que o discurso é sempre localizado em seu contexto, entende-se que ele não pertence a algum tipo de natureza superior, nem tem propriedades que extrapolem as relações contextuais das quais é fruto.

Assim, o conceito de lugar de fala na perspectiva do feminismo negro não apenas nega uma noção platônica de discurso, mas, ao resgatar seu caráter concreto e humano, também resgata sua *corporeidade*, enfatizando que o ato de falar envolve, necessariamente, a existência de um corpo que fala. Ao mesmo tempo, esse corpo existe num contexto que lhe atribui determinados valores, espaços e possibilidades de acordo com seu sexo, cor e formato. Nesses parâmetros, tais corpos vão vivenciar experiências diferentes, ou vão passar por situações semelhantes de formas totalmente distintas. E é a partir desse conjunto de experiências específicas que eles vão se relacionar com o mundo e produzir narrativas (Alcoff, 1995; Collins, 1990/2002; Ribeiro, 2017). Nesse sentido, Ribeiro (2017) explica que

In some cases, such as friendships and family interactions, these relationships are informal, private dealings among individuals. In others, as was the case during slavery, in Black churches, or in Black women's organizations, more formal organizational ties have nurtured powerful Black women's communities. As mothers, daughters, sisters, and friends to one another, many African-American women affirm one another.

o conceito de lugar de fala, ao explicitar a localização do discurso e seus desdobramentos concretos, corporifica a ação discursiva, contrapondo-se à ideia tradicional que a entende como uma espécie de “voz da razão” ou “voz de ninguém”, desvinculada de seu contexto terreno:

Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade (Ribeiro 2017, p. 90).

Uma noção contextual de discurso, portanto, pressupõe que as ideias, teorias e conceitos (os discursos de modo geral) não antecedem a realidade, mas formam parte dela. Dessa forma, a divisão moderna entre corpo e razão é contestada pelas autoras do feminismo negro, que entendem que toda e qualquer narrativa emana da relação contextual e histórica do falante com o mundo concreto. Enquanto as mulheres brancas, por exemplo, construíram suas narrativas e reivindicações feministas a partir das experiências por elas vivenciadas (oprimidas em questões de gênero, mas privilegiadas em questões de raça e às vezes de classe), as mulheres negras tinham que lidar com uma realidade muito diferente em diversos aspectos (diáspora através do Atlântico, escravidão, falta de acesso a direitos básicos, dentre outros) (Collins, 1990/2002; Gonzalez, 1984; hooks 1989/2015, 2000/2015; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017; Werneck 2009). Essas histórias e contextos distintos deram lugar a discursos, pautas e conceitos diferentes.

Contudo, o discurso das mulheres brancas é tido até hoje como o “oficial” e é estendido para todas as outras mulheres, pretendendo-se universal e verdadeiro para todas elas, desconsiderando as diferenças históricas e contextuais. Ambos os discursos são corporificados, ambos partem de um corpo determinado, mas um deles é tido como a “voz de ninguém”, enquanto o outro é “subjetivo demais”. Os motivos para essa “descorporificação”

de um discurso, que, de fato, continua sendo igualmente corpóreo e situado, passa por questões de cultura, poder e controle, o que será abordado com mais detalhes adiante. O ponto que precisa ser destacado aqui é que afirmar a existência de discursos não corporificados, não afetados pelo seu contexto nem gestados nas relações concretas, significa aliar-se à tese platônica que defende uma noção essencialista, extraterrena e ahistórica de discurso.

Quando as autoras do feminismo negro afirmam que sua teoria está construída a partir das experiências de luta, de resistência e de comunidade como mulheres negras, elas estão assumindo uma posição explicitamente *anti-essencialista* (Collins, 1990/2002; Crenshaw, 1989; hooks, 1989/2015; Ribeiro, 2017; Werneck, 2009). Longe de se fechar na experiência concreta, de desprezar ou “subjetivizar” a teoria, ou de defender a postura essencialista de que a verdade é dada a priori pelo pertencimento a um determinado grupo social (como argumentam muitos críticos do conceito de lugar de fala), as feministas negras têm defendido veementemente a natureza processual, contextual e histórica da ação discursiva.

Desafiar a tendência tradicional de universalizar determinadas narrativas, despindo-as, nesse processo, de sua historicidade e sua contextualidade, significa também assumir a *parcialidade* do discurso. Se ele surge na relação com seu contexto, físico, cultural e histórico, ele é também limitado por essas mesmas condições que são responsáveis por sua existência. Entretanto, dizer que o discurso é limitado e situado, não é, como discutido anteriormente, a mesma coisa que dizer que ele é fixo ou cristalizado. Como processo, ele é sempre sujeito a mudanças, podendo se ampliar, se contradizer ou se autocriticar, a depender do tipo de trajetória que esse corpo falante tenha percorrido. Rigidez e reducionismo são, na verdade, os efeitos colaterais de uma noção universalizante de discurso, e não os de uma abordagem contextual como aquela que ampara o conceito de lugar de fala.

Assim, os discursos das pessoas que passaram por determinadas experiências podem trazer elementos e perspectivas diferentes daqueles emitidos por pessoas que falam a partir de

outras realidades, pois não somente são forjados por elementos (relações, contextos, histórias de vida) diferentes, mas também trazem uma perspectiva diferenciada e única desses elementos: aquela “de dentro”; de quem sente cotidianamente na própria pele as consequências de viver sua vida nesse conjunto específico de localizações. Assumir o caráter parcial das narrativas não só evita o risco de cair nas armadilhas de um sujeito ilusoriamente onipresente, mas também pode ter uma função enriquecedora, pois admitiria a necessidade de ouvir outras vozes e outras perspectivas sobre o mesmo assunto, especialmente daqueles que cujo discurso parte da situação em questão.

Para Collins (1990/2002), essa possibilidade de pluralidade e complementariedade entre diferentes discursos é uma das vantagens da parcialidade que depreende do conceito de lugar de fala. Enquanto as narrativas universalizantes garantem sua existência mediante a rejeição e marginalização de qualquer outra perspectiva, os discursos que se assumem parciais são capazes de manter uma relação mais horizontal e cooperativa com outros discursos. Nas palavras da autora:

Cada grupo fala a partir de seu próprio *standpoint*⁵ e compartilha seu próprio conhecimento parcial e situado. Mas, dado que cada grupo percebe sua própria verdade como sendo parcial, seu conhecimento é inacabado. Cada grupo se torna mais capaz de considerar os *standpoints* de outros grupos sem abrir mão de seus próprios e únicos *standpoints* ou sem suprimir as perspectivas parciais de outros grupos . . . A parcialidade, e não a universalidade, é a condição de sermos ouvidos; os indivíduos e

⁵ O termo *standpoint* vem sendo empregado por feministas estadunidenses, caracterizando inicialmente discussões críticas sobre a epistemologia vigente, bem como a proposta de uma nova epistemologia (Rutherford & Granek, 2010). Collins (1997) define o conceito como “. . . um marco interpretativo dedicado a explicar como o conhecimento é central para manter e para mudar sistemas injustos de poder (p. 375, tradução nossa)”. Trata-se de uma noção importante para a discussão aqui apresentada, inclusive tendo sido apontado como um dos precursores do conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2017; Lisboa & Bambirra, 2019; Silva & Felipe, 2019; Silva, 2019). No entanto, defendemos que a noção de lugar de fala não deveria ser considerada uma mera tradução do *standpoint* para o português, uma vez que isso violaria o próprio caráter contextual do discurso. Embora haja afinidades entre os conceitos, que justificam sua menção aqui, consideramos mais adequado tratar *lugar de fala* como um conceito específico do contexto brasileiro. Por conta disso, optamos por manter o termo original em inglês quando ele for mencionado em textos de autoras estrangeiras.

grupos que estão promovendo pautas de conhecimento sem assumir suas localizações são considerados menos confiáveis do que aqueles que o fazem (Collins, 1990/2002, p.270, tradução nossa⁶).

A localização do discurso, contudo, não é *o discurso*. O conceito de lugar de fala não busca defender uma supremacia da experiência concreta em detrimento de uma prática reflexiva e teórica, nem desprezar o conhecimento produzido mediante a atividade intelectual. Trata-se, antes de mais nada, de desafiar a dicotomia experiência *versus* teoria ao apresentar uma noção relacional, contextual, histórica e plural de discurso. Tal definição colocaria o discurso numa espécie de meio termo, admitindo sua natureza diferenciada em relação a outros tipos de atividade humana (como a puramente mecânica) sem por isso despojá-lo de seu caráter mundano. Ao defender que o discurso é um processo humano que se dá na relação histórica entre corpos falantes e seu contexto, o conceito de lugar de fala rejeita qualquer um dos dois extremos. A associação do falante com seu contexto e as influências dessa associação no seu discurso, conscientes ou não, já estão dadas; pode-se negá-las ou pode-se assumi-las e, a partir daí, trabalhar com elas. É nisso que o lugar de fala aposta, e não numa reificação da palavra que nasce das vivências.

5.2. Premissa II: Todo discurso envolve relações de poder

Pode-se entender que rejeitar uma noção essencialista de discurso implica em aliar-se com o outro extremo: com um relativismo total no qual não há verdade, consenso ou objetividade possíveis. Nessa linha de raciocínio, se há infinitudes de localizações possíveis, também haveria milhares de discursos, verdades e realidades possíveis, o que dificultaria

⁶ Original em inglês: Each group speaks from its own standpoint and shares its own partial, situated knowledge. But because each group perceives its own truth as partial, its knowledge is unfinished. Each group becomes better able to consider other groups' standpoints without relinquishing the uniqueness of its own standpoint or suppressing other groups' partial perspectives. Partiality, and not universality, is the condition of being heard; individuals and groups forwarding knowledge claims without owning their position are deemed less credible than those who do.

qualquer base para a construção de teorias, movimentos sociais ou visões de mundo. Contudo, do mesmo modo que o contextualismo do lugar de fala fornece ferramentas para questionar visões absolutistas ou fechadas de discurso, ele também fornece certas regularidades concretas e históricas que permitem a existência de contextos mais ou menos estáveis, capazes de gerar discursos consideravelmente regulares, amplos e que contemplem grandes grupos de pessoas.

Para o feminismo negro, muitas dessas regularidades têm origem nas estruturas de poder existentes na nossa cultura (Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015, 2000/2015; Ribeiro, 2017; Sebastião, 2010; Werneck, 2009). Viver numa sociedade hierarquizada em termos de raça, classe, sexo, idade, orientação sexual, nacionalidade e tipo de corpo, implica na existência de desigualdades de acesso, condições de vida e direitos para diferentes grupos de seres humanos. Essas questões contextuais, por sua vez, afetarão o tipo de discurso que essas pessoas vão emitir (científico, literário, cotidiano etc.), os temas pelos quais vão se interessar (questões da realidade imediata ou distante, tipos de assunto etc.), o viés que vai ser dado à discussão, o recorte de análise, e inclusive as consequências que esse mesmo discurso vai ter, para o grupo que o emitiu e para outros (ele vai ser útil? Vai ser aceito? Vai ser visto como legítimo, ou como suspeito e ameaçador? Vai ser difundido e ensinado, ou silenciado e censurado? Quem vai ouvi-lo e quem não? Quem vai se identificar com ele e quem vai achá-lo estranho e preferir outras fontes?).

Disso decorre a necessidade de entender como se dão essas relações de poder discutidas pelo feminismo negro. Afinal, se o conceito de lugar de fala parte da premissa de que o discurso é situado nas relações de poder, delimitar as características e o funcionamento das relações de poder é fundamental para uma melhor compreensão do conceito.

Numa perspectiva feminista negra, as relações de poder podem ser pensadas a partir da figura do “Outro” (Carneiro, 2005; Collins, 1990/2002; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017). Nessa

concepção, uma sociedade hierarquizada estrutura-se a partir do grupo dominante: ele é o modelo de humanidade/civilização enquanto outros grupos são categorizados como mais ou menos humanos/civilizados conforme aproximam-se ou afastam-se do centro hegemônico. Na nossa cultura, de herança moderna, essa matriz de dominação é construída tendo como ponto de partida o homem branco, ocidental, cristão, economicamente abastado, atlético, letrado e heterossexual. Dessa forma, tudo que difere desse padrão de ser humano é visto como o Outro, ou seja, é considerado estranho, inferior, “menos humano” e, por isso, passível de ser objetificado e explorado. O núcleo de poder, então, organiza-se em torno da negação da humanidade desse Outro: o homem branco é *sujeito* apenas porque há um Outro que é *objeto*. Ele só pode se dizer civilizado e superior se há alguma figura com a qual possa se comparar e à qual possa se sobrepor.

Classificar algumas existências como “Outros”, faz com que elas não apenas sejam desumanizadas e objetificadas, mas que também passem a ser *definidas* com base no grupo hegemônico. Elas não existem como elas mesmas e sim como desvios da norma padrão, isto é, essas existências são definidas segundo o que homens brancos padrão não são – mulheres, negras e negros, LGBTQIAP+, pagãos, pobres, analfabetos, indígenas etc – e, por isso, ocupam uma posição automaticamente inferior nas estruturas hierarquizadas de poder e dominação. É nesse sentido que Ribeiro (2017) retoma os escritos de Simone de Beauvoir para explicar como a figura da mulher (e o grupo social “mulheres”), longe de se tratar de uma figura autônoma e autodefinida, foi constituída no seio das relações de poder como o Outro do homem:

Para a filósofa francesa, a mulher foi constituída como o Outro, pois é vista como um objeto, na interpretação que Beauvoir faz do conceito do “em si” sartreano. De forma simples, seria pensar na mulher como algo que possui uma função. Uma cadeira, por exemplo, serve para que a gente possa sentar, uma caneta, para que possamos

escrever. Seres humanos não deveriam ser pensados da mesma forma, pois isso seria destituir-lhes de humanidade. Mas esse olhar masculino, segundo a pensadora, coloca a mulher nesse lugar, impedindo-a de ser um “para si”, sujeito em linguagem ontológica sartreana. E isso também se dá porque o mundo não é apresentado para as mulheres com todas as possibilidades, sua situação lhe impõe esse lugar de Outro (Ribeiro, 2017, pp. 37-38).

A categoria “mulher”, no entanto, é apenas uma das existências possíveis fora da norma hegemônica, dado que também é possível se distanciar do centro (do grupo social que os homens brancos padrão ocupam) em termos de raça, classe, sexualidade, religião e assim por diante. Assim, há outros grupos sociais que se distanciam ainda mais do grupo dominante, e isso acontece especialmente nos casos de existências cuja definição se dá no entrelaçamento (ou intersecção⁷) de mais de uma categoria negada pelo sujeito da dominação. Tanto Kilomba (2010) quanto Ribeiro (2017) argumentam que isso é o que ocorre com a mulher negra: por ser mulher, ela já é o Outro do homem, mas por ser uma mulher *negra*, ela é também o Outro da mulher *branca*. Ao considerar o entrelaçamento entre a categoria sexo e categoria raça, as autoras concluem que a mulher negra, como grupo social e historicamente construído nas relações de poder, é o Outro do Outro:

Se, para Simone de Beauvoir, a mulher é o Outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba a mulher negra é o Outro do Outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade. As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade (Ribeiro, 2017, p.38).

⁷ A interseccionalidade, uma ferramenta de análise cunhada pela advogada feminista negra Kimberlé Crenshaw, fornece uma explicação alternativa para as relações poder, entendendo-as como múltiplas, dinâmicas e passíveis de ocorrerem de forma simultânea e de interagirem entre elas de maneiras únicas. Essas interações são o que Crenshaw (1989, 2002) chama de intersecções, pois é como se dois ou mais eixos da matriz de dominação se cruzassem nesse ponto específico, produzindo uma forma de opressão e de sofrimento diferente do que tradicionalmente é colocado como uma “soma cumulativa de opressões”. Desse modo, a noção de interseccionalidade supõe uma quebra com o paradigma moderno, dualista e reducionista de análise das opressões ao oferecer um entendimento plural, interativo e politicamente engajado com os grupos dominados.

Observa-se, então, que a estrutura hierarquizada da nossa sociedade tem origem numa lógica dicotômica, linear e segmentada que se baseia na oposição e exclusão das diferentes formas de existência a partir de um modelo específico, racista, classista e machista de humanidade (Collins, 1986; Kilomba, 2010; Ribeiro 2017). Definir o mundo nesses parâmetros implica, antes de mais nada, um sujeito definidor: o grupo hegemônico (o homem branco padrão). Partindo dele, o mundo social é dividido em dois: o que é o homem branco burguês, e o que não é (o Outro). Isso ainda é feito sem considerar o dinamismo, a contextualidade e a pluralidade inerentes da relação ser humano-mundo, o que leva à construção de categorias segmentadas, fechadas, artificialmente cristalizadas e supostamente universais (Alcoff⁸, 2011). Segundo Collins (1986), classificar e definir o mundo do ponto de vista de um único grupo faz com que essas relações sejam desiguais e intrinsecamente instáveis, resultando em hierarquias marcadamente violentas, uma vez que se assentam na oposição e consequente opressão de um grupo pelo outro. Nas palavras da autora:

O pensamento dualista, ou aquilo ao que vou me referir como o constructo de uma diferença de oposição dicotômica, é uma peça filosófica fundamental em sistemas de opressão de raça, classe e gênero. Uma característica fundamental deste constructo é a categorização de pessoas, coisas e ideias em termos de suas diferenças entre elas. Por exemplo, os termos em dicotomias tais como negro/branco, homem/mulher, razão/emoção, fato/opinião, e sujeito/objeto ganham seus significados apenas com base nas diferenças que apresentam em relação aos seus opostos. Outra característica fundamental deste constructo é o fato de que a diferença não é complementar no sentido das metades dessa dicotomia enriquecerem umas às outras. Ao invés disso, as metades dicotômicas são diferentes e inerentemente opostas entre si. A terceira e mais

⁸ Linda Alcoff é uma filósofa panamenha que estuda a questão do discurso e das identidades, assim como suas implicações políticas e filosóficas. Embora a autora não seja uma feminista negra, Ribeiro (2017) a cita em diversas ocasiões para embasar a discussão sobre o conceito de lugar de fala, o que justificou sua inclusão nas análises e discussões deste trabalho.

importante característica é que essas relações de oposição são intrinsecamente instáveis. Como essas dualidades raramente representam relações diferentes com igualdade, a relação inerentemente instável é resolvida subordinando um dos pares ao outro. Desse modo, os brancos mandam nos Negros, os homens dominam as mulheres, a razão é tida como superior em comparação com a emoção quando se trata de determinar verdades, os fatos substituem as opiniões quando se trata de avaliar o conhecimento, e os sujeitos prevalecem sobre os objetos. As diferenças de oposição dicotômica invariavelmente implicam em relações de superioridade e inferioridade, em relações hierárquicas que entrelaçam as relações de poder com as economias políticas de dominação e subordinação (Collins, 1986, p. S20, tradução nossa⁹).

Sendo assim, das diferentes possibilidades humanas de existência, ao serem definidas e classificadas de forma hierarquizada e normatizada em torno de um grupo hegemônico, acabam emergindo não apenas individualidades, mas *grupos sociais* delimitados por essas relações de poder. Isto é, não se trata apenas de indivíduos “soltos” e singulares que são marcados por essa diferença dicotômica, mas de grupos inteiros que compartilham dessas características e, portanto, da localização subordinada em relação ao grupo dominante. Como destacam Collins (1997), Ribeiro (2017) e Werneck (2009), a questão não é negar a existência de particularidades, mas entender que elas, ao mesmo tempo que mantêm sua singularidade,

⁹ Original em inglês: Either/or dualistic thinking, or what I will refer to as the construct of dichotomous oppositional difference, may be a philosophical lynchpin in systems of race, class, and gender oppression. One fundamental characteristic of this construct is the categorization of people, things, and ideas in terms of their difference from one another. For example, the terms in dichotomies such as black/white, male/female, reason/emotion, fact/opinion, and subject/object gain their meaning only in relation to their difference from their oppositional counterparts. Another fundamental characteristic of this construct is that difference is not complementary in that the halves of the dichotomy do not enhance each other. Rather, the dichotomous halves are different and inherently opposed to one another. A third and more important characteristic is that these oppositional relationships are intrinsically unstable. Since such dualities rarely represent different but equal relationships, the inherently unstable relationship is resolved by subordinating one half of each pair to the other. Thus, whites rule Blacks, males dominate females, reason is touted as superior to emotion in ascertaining truth, facts supercede opinion in evaluating knowledge, and subjects rule objects. Dichotomous oppositional differences invariably imply relationships of superiority and inferiority, hierarchical relationships that mesh with political economies of domination and subordination.

também se enquadram num contexto grupal mais amplo, dado que compartilham da mesma localização dentro dessa matriz de dominação. Nas palavras de Collins (1997):

É a localização comum nas relações hierárquicas de poder que cria grupos, e não os resultados de decisões tomadas pelos indivíduos dentro desses grupos. Raça, gênero, classe social, etnia, idade e sexualidade não são categorias descritivas de identidade aplicadas a indivíduos. Pelo contrário, esses elementos de estrutura social emergem como dispositivos fundamentais que promovem desigualdades, resultando em grupos (p. 376, tradução nossa¹⁰).

Assim, as pessoas que pertencem a um grupo histórica e culturalmente oprimido passam por uma série de experiências similares de exploração e subordinação que as colocam em espaços parecidos, na realização de tarefas muitas vezes semelhantes e num tratamento diferenciado em relação a pessoas de outros grupos sociais. Trata-se de condições de vida e de relações com o mundo distribuídas estruturalmente de forma desigual. Compartilhar essa série de condições de vida faz com que esses grupos também compartilhem, portanto, processos de subjetivação similares com vários pontos em comum. No caso da população negra, por exemplo, hooks (1989/2015) explica que

As pessoas negras nos Estados Unidos compartilham com as pessoas negras da África do Sul e com as pessoas de cor ao redor do globo tanto a dor da opressão e exploração supremacista branca e a dor que provém da resistência e da luta (p. 192, tradução nossa¹¹).

Dessa forma, do ponto de vista de um grupo localizado no lado menos vantajoso das relações de poder, as experiências estão permeadas da violência, física e simbólica, decorrente

¹⁰ Original em inglês: It is common location within hierarchical power relations that creates groups, not the results of collective decision making of the individuals within the groups. Race, gender, social class, ethnicity, age, and sexuality are not descriptive categories of identity applied to individuals. Instead, these elements of social structure emerge as fundamental devices that foster inequality resulting in groups.

¹¹ Original em inglês: Black people in the United States share with black people in South Africa and with people of color globally both the pain of white-supremacist oppression and exploitation and the pain that comes from resistance and struggle.

das tentativas de controle dos “de cima”. Mas também, conforme afirmam Collins (1990/2002), hooks (1989/2015), Ribeiro (2017) e Werneck (2009), de estratégias de sobrevivência e de resistência a essa violência. Como explica hooks, (1989/2015), uma criança negra criada num subúrbio segregado dos Estados Unidos não vive da mesma forma, nem se preocupa com as mesmas coisas que uma criança branca criada num bairro privilegiado localizado num país cujas leis, instituições e cultura a beneficiam em todos os aspectos.

Apesar de habitar a mesma sociedade, cada uma dessas crianças vai crescer em localizações diferentes dentro dela. Enquanto uma delas nasce já com as desvantagens de uma história de escravidão, segregação e desumanização, a outra nasce fazendo parte do grupo que escravizou, segregou e desumanizou esse e outros grupos para ocupar o lugar social que hoje ocupa. Uma história é de opressão e subjugação; a outra de dominação e privilégios. Os resultados dessas histórias são, então, contextos muito diferentes, não só em termos de acesso e condições de vida, mas também em termos do tipo de relação que cada grupo estabelece com os outros grupos e com a sociedade como um todo. Os grupos dominados mantêm uma relação de subordinação em relação aos grupos dominantes, sustentando seu estilo de vida com seu status ontológico. Os grupos dominantes, por outro lado, ocupam a posição do poder, explorando e controlando outros grupos e ditando padrões de conduta e de normalidade, porque é desse controle e subjugação que depende sua suposta “superioridade”. Assim, quem nasceu numa posição de subordinação, compartilha com outras pessoas do mesmo grupo social uma vida marcada pela opressão e pelo controle imposto pelos poderosos. Já quem nasceu formando parte de um (ou vários) grupos dominantes, goza de uma existência pautada nos termos do seu grupo, isto é, desfruta de uma vida e uma visão de mundo feitas às custas da subjugação de grupos inteiros de pessoas desumanizadas pela sua localização em termos de raça, gênero, religião, classe, orientação sexual, etc.

Esses tipos de relações, no entanto, não são naturais (Collins, 1990/2002; Kilomba, 2010; hooks 1989/2015, 2000/2015; Werneck, 2009). Discriminar e subjugar pessoas por ter determinada cor de pele, religião ou órgão sexual, por exemplo, são condutas construídas de forma histórica e contextual e, portanto, variam de acordo com o período histórico, a localização geográfica dos grupos envolvidos e os valores da época. As diferenças não são simplesmente dadas, mas construídas num processo de dicotomia e hierarquização: não se trata de ser apenas diferente, mas de ser diferente do modelo de ser humano que ocupa a posição hegemônica na sociedade (Collins, 1990/2002; Kilomba, 2010). Essa diferença, portanto, baseia-se na desigualdade de poder. Desse modo, o problema não é a diferença em si, mas o fato de que, nas relações de poder, diferenças são convertidas em desigualdades.

Kilomba (2010) retrata essa formação dicotômica e hierarquizada da subjetividade de mulheres negras por meio do relato de Alicia, uma mulher negra de pais brancos nascida na Alemanha, que foi entrevistada pela autora. Mesmo sendo alemã, o fenótipo de Alicia a marcava, nesse contexto, como o Outro, desencadeando uma série de episódios de racismo, como quando as pessoas estranhavam o cabelo de Alice, sentindo-se no direito de pegar nele:

Aqui [na Alemanha], as pessoas falam para Alice que ela é ‘diferente’. Mas eu pergunto de novo, quem é diferente? É Alice que é diferente daqueles que pegam no cabelo dela, ou é o contrário, as pessoas que pegam no cabelo dela é que são diferentes dela? Quem é diferente de quem? *Nós só nos tornamos diferentes no momento em que nos falam que somos diferentes daqueles que têm o poder de definir-se a si mesmos como ‘normais’*. A mãe branca de Alicia não se vê a si mesma como diferente, mas a filha sim. Ou seja, nós não somos diferentes, mas nos *tornam* diferentes mediante um processo de discriminação (Kilomba, 2010, p. 70, grifos nossos, tradução nossa¹²).

¹² Original em inglês: Here, Alicia is told she is ‘different.’ But who is different? I ask again. Is Alicia different from those who touch her hair or, the way around, are those who touch her hair ‘different from her? Who is different from whom? One only becomes different, in the moment one is told to differ from those who have the

Assim sendo, as relações de poder que os grupos estabelecem entre eles estão constituídas nessa dicotomia que desumaniza uns para humanizar outros. Essa relação é descrita por Kilomba (2010) como relacional e dependente: um grupo não é superior ou inferior por si só, esse status é construído mediante uma relação comparativa, hierarquizada e desigual em termos de poder. A própria estrutura de poder, então, *depende* de uma desigualdade fundamental, baseada na marginalização e exploração do diferente:

Toni Morrison (1992) usa a expressão ‘dessemelhança’ para descrever a branquitude como uma *identidade dependente que existe mediante a exploração do ‘Outro’*, uma identidade *relacional* construída por brancos ao se definirem a si mesmos como diferentes dos ‘Outros’ raciais. Isto é, a Negritude serve como uma forma primária de Outreidade pela qual a branquitude é *construída*. O ‘Outro’ não é o outro por si mesmo; ele *se torna* o Outro mediante um processo de negação absoluta (Kilomba, 2010, p. 19, grifos nossos, tradução nossa¹³).

Dado que a opressão não é uma característica natural de nenhum tipo de ser humano, a manutenção dessas relações de poder exige uma tensão constante entre os grupos dominantes e os grupos dominados (Collins, 1986). Assim, os grupos subjogados estão constantemente resistindo as investidas desumanizantes dos “de cima” e procurando construir maneiras próprias e mais emancipadoras de viver suas vidas. Isso demanda, por sua vez, esforços contínuos de controle e repressão por parte dos grupos dominantes, de forma a manter as hierarquias e as relações de exploração que garantem seus privilégios em relação aos “diferentes”, aos Outros. As relações de poder, então, além de serem um fenômeno social e histórico, são também dinâmicas e tensionadas.

power to define themselves as ‘normal’. Alicia’s white mother does not see herself as different, but rather her daughter. That is, one is not different, one is made different through a process of discrimination.

¹³Original em inglês: Toni Morrison (1992) uses the expression ‘unlikeness’ to describe whiteness as a dependent identity that exists through the exploitation of the ‘Other,’ a relational identity constructed by whites defining themselves as unlike racial ‘Others.’ That is, Blackness serves as the primary form of Otherness by which whiteness is constructed. The ‘Other’ is not other *per se*; it becomes such through a process of absolute denial.

Werneck (2009), a partir da história e trajetória das mulheres negras, também mostra como o processo diaspórico através do Atlântico, justificado pela diferença racial, contextualiza (e *constrói*) o tipo de relação que elas estabelecem com o mundo e que as define como grupo: de resistência e luta contra um sistema de opressão erigido a partir de um olhar colonizador e dominador. Trata-se de uma relação construída (não-natural) e baseada na tensão constante entre opressores e oprimidos:

Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos. Articulações que se desenvolveram apesar (e a partir) das ambiguidades e limitações de identidades fundadas em atributos externos impostos pelo olhar dominador, de forte marca fenotípica (visual) e cuja amplitude de aniquilamento estende-se ao genocídio e ao epistemicídio (Werneck, 2009, p.152).

Quando essa opressão racial se entrelaça com outras formas de classificação e dominação, como a de sexo ou classe, por exemplo (que é o caso de muitas mulheres negras), a forma como esse grupo se relaciona com o mundo também se vê afetada. Os distintos graus de distanciamento do centro de poder branco, masculino e ocidental implicam em diferentes combinações superpostas de relações de opressão (Crenshaw, 1989). Como discutido anteriormente, a lógica dualista tradicional entende essas opressões de forma segmentada e independente, como se elas fossem fechadas em si mesmas e não tivessem possibilidades de interação real umas com as outras. Segundo esse raciocínio, haveria apenas duas formas de lidar com as superposições de opressões que assolam determinados grupos sociais: 1) negando-as, restringindo-se apenas às categorias básicas e monolíticas de classe, raça e sexo; ou 2) entendendo-as numa perspectiva essencialista, cuja única possibilidade de explicação se

reduziria a uma lógica cumulativa, que rechaça qualquer interação entre as opressões, alegando que elas apenas se “somam” umas às outras, criando grupos “mais” ou “menos” oprimidos, como se se tratasse de uma “competição de opressões”.

Esses diversos sistemas de opressão passíveis de colidir, interagir e produzir condições de vida concretas e específicas, tanto para indivíduos quanto para grupos sociais, conformam o que o feminismo negro chama de *matriz de dominação* (Crenshaw, 1989; Collins, 1990/2002) ou de *políticas da dominação* (hooks, 1989/2015). Essa interpretação das relações de poder permite entender com maior acurácia como as opressões se dão na esfera individual e na dimensão grupal, sendo que uma situação não exclui a outra. Desse modo, uma mulher racializada tem sua vida perpassada por pelo menos dois eixos de dominação (sexo e raça), o que a faz pertencer a pelo menos três grupos sociais: o das pessoas racializadas, o das mulheres, e o das mulheres racializadas. Porém, ela também pode ser uma mulher islâmica (religião historicamente subordinada à católica hegemônica) e residir no Brasil (um país no qual as religiões dominantes são cristãs), o que faria com que, mesmo pertencendo ao grupo de mulheres racializadas, se diferenciasse delas de modo individual, dado que pertenceria ao mesmo tempo a outros grupos sociais. O fato dela pertencer a um determinado grupo (ou grupos) em termos de interseccionalidades não impede nem anula sua individualidade e sua evidente singularidade na malha das relações sociais. Isso porque falar em grupos, nesta perspectiva, não é sinônimo de falar em reducionismo ou em homogeneidade, e sim de reconhecer certas regularidades históricas, contextuais e políticas compartilhadas por conjuntos de pessoas devido a sua localização na matriz de dominação (Sebastião, 2010; Werneck, 2009).

É nessa linha de pensamento que Werneck (2009) define as mulheres negras, como grupo, a partir de um conjunto de homogeneidades históricas e contextuais. Contudo, a autora explica que as experiências historicamente compartilhadas por mulheres negras ao redor do

globo não apagam as experiências individuais ou de grupos menores, que enfrentam realidades diferentes em outros aspectos, e que desenvolveram suas próprias estratégias de resistência:

Ao afirmar estas *heterogeneidades*, destaco a diversidade de temporalidades, visões de mundo, experiências, formas de representação, que são constitutivas do modo como nos apresentamos e somos vistas ao longo dos séculos da experiência diaspórica ocidental. Tais diversidades fazem referência às lutas desenvolvidas por mulheres de diferentes povos e regiões de origem na África, na tentativa de dar sentido a cenários e contextos em rápida e violenta transformação. Mudanças que resultariam na constituição de uma diáspora africana que significasse *algum tipo de continuidade em relação ao que poderia ser definido como nós*, com o que éramos e que não seríamos nunca mais (Werneck, 2009, p.152, grifos nossos).

Nessa citação, Werneck (2009) também menciona outro ponto importante: a dinamicidade dos próprios indivíduos que compõem os grupos sociais. A depender das configurações da matriz de dominação que conformem essas experiências, uma mesma pessoa pode pertencer ao mesmo tempo a um grupo subordinado e a um grupo dominante (como é o caso das mulheres brancas, por exemplo). Ao ser questionada numa entrevista a respeito da importância das opressões de gênero e de raça na vida de uma mulher negra, hooks (1989/2015) também apela para o contextualismo e a fluidez que caracterizam as relações de poder para formular sua resposta:

Bom, uma das coisas que eu definitivamente venho tentando dizer é que temos visto muito mais mudanças estruturais na posição das mulheres, e, especificamente, das mulheres brancas e das mulheres privilegiadas na nossa cultura do que poderíamos dizer sobre a questão de raça. Certamente, a luta feminista não é nem de longe tão velha quanto a luta contra o racismo nesta cultura. Acredito que *dizer que elas têm a*

mesma importância não contradiz o fato de que também há ocasiões nas quais uma pode ser mais importante do que a outra. Quer dizer, conforme eu fui ficando velha, me dei conta de que as questões da dominação de sexo e de gênero obcecavam minha psique bem mais, e isso ocorre porque muitas das coisas com as quais tenho lutado em relação à raça têm se tornado, conforme fui me estabelecendo, menos problemáticas do que as questões interpessoais de dominação, etc. E acredito que deveríamos estar dispostos a permitir a possibilidade de que em diferentes momentos de nossa vida uma questão tenha primazia sobre outra (hooks, 1989/2015, p. 286, grifos nossos, tradução nossa¹⁴).

O conceito de lugar de fala do feminismo negro, então, reúne um entendimento contextual das práticas discursivas (premissa I) com uma noção alternativa das relações de poder (premissa II), afirmando não só que todo discurso é localizado, mas que, na nossa cultura, ele é sempre situado numa matriz de dominação. Essa localização nas relações estruturais de poder faz com que o conceito traga, por sua vez, pelo menos três implicações: 1) que o discurso é situado nos grupos; 2) que o discurso é hierarquizado; e 3) que o discurso pode ter funções diferentes a depender do lugar que ocupa na matriz de dominação.

Em primeiro lugar (e como discutido anteriormente), a própria gênese e organização das relações de poder se dá em torno de certas características comuns entre *vários* seres humanos, fazendo, conseqüentemente, com que emerjam *grupos* de pessoas que compartilham das condições de vida impostas em virtude dos atributos que as diferenciam, em

¹⁴ Original em inglês: Well, one of the things that I definitely tried to say is that we've seen a great many more structural changes in the position of women, and especially white women, and privileged women in our culture than we could say about race. Certainly feminist struggle is not nearly as old as the struggle against racism in this culture. I think to say that they are of equal importance does not belie the fact that there are also occasions in which one may be more important. I mean, as I grow older, I find that issues of sexism and gender domination obsess my psyche a lot more and that's because a lot of the kinds of things that I've struggled with around race, have become, as I have established myself, less problematic than interpersonal issues of domination, etc. And I think we ought to be willing to allow for the possibility that at different moments in one's life, one issue has primacy over another.

distintos graus, do núcleo de poder branco, masculino e ocidental (Alcoff, 1995, 2011; Collins, 1990/2002, 1997; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017).

Partir de localizações semelhantes nas relações de poder implica, então, em compartilhar contextos (geográficos, corporais, linguísticos, culturais, econômicos, cotidianos etc.) parecidos. A parcela do mundo à qual cada grupo tem acesso e a relação que estabelecem com ela, a depender da sua localização na matriz de dominação, influencia nas práticas discursivas dos seus membros, seja no assunto, na frequência da fala e, principalmente, na perspectiva adotada (Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017; Souza, 1983).

Desse modo, o ambiente físico que é compartilhado pelo grupo, por si só, já influencia no discurso: é provável que certos temas, preocupações, perspectivas e inclusive terminologias sejam comuns nas falas de grande parte dos membros, enquanto outras não tanto. Contudo, o feminismo negro, além de atentar para o ambiente físico, contribui com a discussão sobre discurso e linguagem ao incluir, nessa equação, as relações de dominação e subordinação que também permeiam as relações humanas:

As teorias sociais formuladas por mulheres e emergidas desses grupos diversos, não surgem, tipicamente, das atmosferas rarefeitas de suas imaginações. Ao invés disso, as teorias sociais refletem os esforços das mulheres de lidar com as experiências vividas dentro das opressões interseccionadas de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade e religião (Collins, 1990/2002, p. 9, tradução nossa¹⁵).

Para o feminismo negro, inclusive em um mesmo ambiente físico (numa mesma região de um mesmo país, por exemplo) podem emergir diferentes grupos, a depender do tipo de relação que essas pessoas estabelecem (ou são obrigadas a estabelecer) com esse ambiente

¹⁵ Original em inglês: Social theories expressed by women emerging from these diverse groups typically do not arise from the rarefied atmosphere of their imaginations. Instead, social theories reflect women's efforts to come to terms with lived experiences within intersecting oppressions of race, class, gender, sexuality, ethnicity, nation, and religion

(Collins, 1990/2002; Kilomba, 2010). São pessoas livres ou são escravas? São mulheres brancas que ficam em casa ou mulheres negras que desempenham tarefas braçais nos campos de algodão? São homens ricos e brancos, podendo dispor de todos os recursos ao redor para seu bem-estar e prazer, ou são homens negros e pobres que precisam vender sua força de trabalho para obter os bens mais básicos para sua subsistência? São os donos das empresas que usufruem das riquezas e do status social sem precisar colocar a “mão na massa”, ou são os/as trabalhadores/as que têm seu trabalho explorado para garantir os privilégios de outros? São negras e negros lutando por direitos civis ou são brancas e brancos negando-lhes esses direitos de forma violenta? Enfim, são pessoas que estabelecem uma relação de dominação e superioridade sobre o ambiente e os demais grupos, ou de subordinação e inferioridade?

É nesse sentido que as autoras do feminismo negro destacam a importância de explicitar a localização de quem está produzindo discursos. Longe de se tratar de uma informação meramente anedótica ou automaticamente emancipadora, atentar para as condições que perpassam o grupo social a partir do qual se fala permite identificar vários aspectos relevantes para o entendimento do discurso em questão. Por que certos temas são abordados de forma tão recorrente enquanto outros são raramente tratados? Quais os motivos de usar uma certa linguagem/terminologia? O que determina o recorte de análise e quais seus limites? E principalmente, o que não está sendo dito? Quais os aspectos que não são captados (ou que não interessa que sejam captados) por essa perspectiva?

Um entendimento complexo das relações de poder permite situar o discurso nos grupos e assumir as limitações e potencialidades das posições por eles ocupadas na matriz de dominação sem cair num reducionismo simplista ou caricato (Crenshaw, 1989, 2002; Collins, 1997). O discurso de alguém não diz respeito a uma massa homogênea e monolítica de ideias que são igualmente compartilhadas pelo grupo todo só pelo fato de dividirem a mesma localização social. Para além das regularidades estruturalmente construídas que marcam, de

alguma forma, o discurso dessas pessoas, existem diversas possibilidades de interação das relações de poder, assim como existem particularidades individuais e histórias de vida singulares que também vão fazer parte da fala e da perspectiva daquela pessoa.

Mais do que de um bloco uniforme e linear, o discurso é um conjunto de possibilidades discursivas diferentes que convergem em alguns pontos na matriz de dominação. Assim, o lugar de fala de alguém comporta a interação da sua localização social interseccionada em termos de poder, sem deixar de se entrelaçar (até porque não é humanamente possível fazê-lo) com sua história de vida pessoal e suas relações cotidianas:

O contexto cultural formado por aquelas experiências e ideias que são compartilhadas com outros membros de um grupo ou comunidade dão significado às biografias individuais. A biografia de cada indivíduo está enraizada em diversos contextos culturais superpostos – grupos definidos pela raça, classe, sexo, gênero, religião e orientação sexual, por exemplo. Os contextos culturais mais coesos são aqueles com histórias, localizações geográficas e instituições sociais identificáveis. Alguns podem estar tão profusamente entrelaçados que parecem um único contexto cultural . . . Ademais, *os contextos culturais contribuem, dentre outras coisas, com os conceitos usados no pensamento e nas ações* (Collins, 1990/2002, p. 285, grifos nossos, tradução nossa¹⁶).

A autora, então, ressalta a indissociabilidade das particularidades individuais com as estruturas mais amplas de dominação, sendo que os conceitos, as ideias e os discursos em geral, por mais homogêneos que pareçam, são invariavelmente um produto dessa relação intrínseca. Nesse sentido, dado o caráter social do lugar de fala, este se constitui numa rede de

¹⁶ Original em inglês: The cultural context formed by those experiences and ideas that are shared with other members of a group or community give meaning to individual biographies. Each individual biography is rooted in several overlapping cultural contexts—for example, groups defined by race, social class, age, gender, religion, and sexual orientation. The most cohesive cultural contexts are those with identifiable histories, geographic locations, and social institutions. Some can be so tightly interwoven that they appear to be one cultural context . . . Moreover, cultural contexts contribute, among other things, the concepts used in thinking and acting.

relações plurais e multidimensionais, cujos eixos partem da matriz de dominação estrutural que permeia as interações humanas. hooks (1989/2015) retrata uma parte dessa malha relacional, da qual os discursos são fruto, ao refletir sobre os processos de escrita das mulheres negras:

Na literatura de ficção contemporânea escrita por mulheres negras, vejo muitas semelhanças nas escolhas dos temas, das localizações geográficas, no uso da linguagem, na constituição dos personagens e no estilo. Poderia haver muitas razões para tais semelhanças. Por um lado, está a realidade do status social que as mulheres negras compartilham, o qual tem sido forjado pelo impacto do sexismo e do racismo nas nossas vidas e nas nossas experiências étnicas e culturais compartilhadas. Por outro lado, está a possibilidade de muitas de nós padronizarmos nosso trabalho com base na literatura de ficção daquelas escritoras que já foram publicadas e que são capazes de viver de sua escrita. Também existe a possibilidade de que um determinado tipo de escrita (a estória narrativa linear) seja mais fácil de escrever por ser mais aceita pelo público leitor do que os trabalhos experimentais, especialmente aqueles que não focam em temáticas da experiência negra ou que contam uma história de uma forma mais convencional (hooks, 1989/2015, p.244, tradução nossa¹⁷).

Ao analisar a escrita literária de mulheres negras, a autora considera a localização delas nas relações de poder e as possíveis influências disso nos seus discursos, mas também não reduz suas produções ao grupo social ao qual pertencem. Ela dá mais motivos possíveis (e não necessariamente excludentes entre eles) da existência dos fatores em comum identificados

¹⁷ Original em inglês: In contemporary black women's fiction I see much similarity in choices of subject matter, geographical location, use of language, character formation and style. There could be many reasons for such similarities. On the one hand, there is the reality of the social status black women share which has been shaped by the impact of sexism and racism on our lives and shared cultural and ethnic experiences. On the other hand, there is the possibility that many of us pattern work after the fiction of those writers who have been published and are able to earn a living as writers. There is also the possibility that a certain type of writing (the linear narrative story) may be easier to write because it is more acceptable to the reading public than experimental works, especially those that would not focus on themes of black experience or tell a story in a more conventional way.

na literatura escrita por mulheres negras, como a preferência do público por determinados estilos literários ou a tendência de seguir o exemplo de outras autoras que já obtiveram sucesso na sua carreira de escritoras. O discurso dessas autoras, então, emana de uma conjunção das diversas possibilidades contextuais que as levaram, consciente ou inconscientemente, a escrever um tipo de texto específico e não outro. Essas possibilidades, entretanto, estão constantemente perpassadas pelas diferentes relações de poder, influenciando-as de uma forma ou outra, mesmo que de maneira não-homogênea.

Em segundo lugar, a localização dos discursos nas relações de poder faz com que eles sejam *hierarquizados* (Alcoff, 1995; Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015, 1991/1995; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017). Com isso, os contextos a partir dos quais os distintos grupos sociais falam não geram somente assuntos e perspectivas diferentes, mas também produzem: 1) condições mais ou menos favoráveis para certos tipos de produção discursiva; 2) critérios específicos de legitimação desses discursos; e 3) diferentes “funções” dos discursos. De forma resumida, pode-se dizer que a dinâmica da matriz de dominação resulta em discursos que têm “pesos” e funções diferentes dependendo da localização social dos grupos que os emitem e do papel que estão desempenhando nas estruturas de poder. Como resume Ribeiro (2017):

A pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez nos dá uma perspectiva muito interessante sobre esse tema, porque criticava a *hierarquização de saberes* como produto da classificação racial da população. Ou seja, reconhecendo a equação: quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como *superior* a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento. Segundo a autora, o racismo se constituiu “como a ‘ciência’ da

superioridade eurocristã (branca e patriarcal)”. Essa reflexão de Lélia Gonzalez nos dá uma pista sobre quem pode falar ou não, *quais vozes são legitimadas e quais não são* (Ribeiro, 2017, pp.24-5, grifos nossos).

A história e as condições de vida dos grupos que produzem os discursos influenciam também na sua *forma*. Ao analisar esses contextos de produção discursiva do feminismo negro, por exemplo, fica evidente a marcada tradição oral desse pensamento. Sendo a oralidade um traço cultural importante para grande parte da população negra pré-diaspórica, essa forma de comunicação tornou-se também uma estratégia de resistência e de preservação da memória negra durante e depois da escravidão. Afastadas dos centros de produção de conhecimento brancos e masculinos, as mulheres negras continuaram a construir discursos, a fazer arte, a tratar de assuntos pertinentes para suas realidades e a dialogar sobre o mundo, sobre elas e sobre os outros grupos sociais (Collins, 1990/2002; Ribeiro, 2017).

Mesmo depois de terem adentrado à academia, a situação das mulheres negras continuava sendo diferente e menos vantajosa do que a dos alunos e alunas brancos/as que frequentavam as universidades. Uma análise das relações de poder nesse contexto reforça que ocupar o mesmo espaço físico em alguns momentos do dia não anula o restante da história e dos contextos dessas pessoas (Collins, 1990/2002; Crenshaw, 1989, 2002; hooks, 1991/1995). Ao escrever textos acadêmicos, por exemplo, pessoas pertencentes a grupos com uma posição inferior na matriz de dominação, o farão a partir de lugares sociais específicos, perpassados por todos esses aspectos que não são automaticamente apagados ao compartilhar *uma* experiência (a do ensino superior) com os grupos dominantes. Ao refletir sobre sua passagem pelo ensino superior nos Estados Unidos, hooks (1989/2015) relata as diferenças que percebia entre as alunas negras e as alunas brancas que aspiravam a ser escritoras:

Geralmente, os escritores novatos descobrem que os cursos sobre escrita criativa oferecidos pela universidade fornecem uma atmosfera positiva na qual seus trabalhos

serão lidos, criticados e afirmados. As mulheres Negras que frequentavam as universidades podiam e realmente encontravam nesses cursos um lugar para fortalecer suas habilidades de escrita criativa. Contudo, os alunos negros raramente estão presentes nesses cursos nos campi com alunos predominantemente brancos. Em alguns campi, onde os alunos eram predominantemente negros, geralmente há pouco ou nenhum interesse na escrita criativa. As jovens mulheres negras reconhecem a precariedade de nossa economia coletiva (maior desemprego, pobreza etc.) e tendem a procurar por aqueles cursos que fortaleçam suas habilidades para serem bem-sucedidas em [outras] carreiras. A promissora mulher jovem e negra que precisa trabalhar para sustentar ou ajudar a sustentar a família, geralmente não encontra a energia ou o tempo para se concentrar ou para desenvolver sua escrita (p. 242, tradução nossa¹⁸).

Desse modo, as condições cotidianas de cada grupo influenciam nos processos de escrita e nos resultados obtidos, especialmente quando se trata de condições de vida pautadas em histórias diametralmente diferentes. Por isso, mesmo que os grupos subalternos tenham falado, escrito e produzido arte desde sempre, e inclusive às vezes sobre os mesmos temas que os grupos hegemônicos, os produtos discursivos de cada grupo variavam imensamente, tanto no processo quanto no resultado. Como diz hooks (1991/1995):

Temos que escrever e temos que ter tempo para escrever. Ter tempo para escrever, tempo para esperar os silêncios passarem, tempo para pegar no papel e na caneta ou na

¹⁸ Original em inglês: Often new writers find that college creative writing courses provide a positive atmosphere wherein one's work will be read, critiqued, affirmed. Black women attending universities could and do find in such courses a place to strengthen creative writing skills. However, black students are rarely present in these courses at campuses where students are predominantly white. At some campuses where students are predominantly black there is often little or no interest in creative writing. Young black women recognize the precariousness of our collective economic lot (increased unemployment, poverty, etc.) and tend to look for those courses that strengthen their ability to succeed in careers. The promising young black woman writer who must work to provide or help provide for herself and family often cannot find the energy or time to concentrate on and develop her writing.

máquina de escrever na hora que a inspiração finalmente vier, afeta o tipo de trabalho que é escrito (p. 243, tradução nossa¹⁹).

Além disso, embora exista há bastante tempo e em grande volume, a produção discursiva de grupos subalternos não tem sido ouvida da mesma forma que a de grupos hegemônicos (Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017; Xavier, 2017). Descrições sobre a natureza das mulheres negras e sua cultura foram veiculadas por intelectuais e outras figuras de poder brancas, sendo, por vezes, pouco acuradas e até mesmo alienantes, criando e reproduzindo estereótipos desumanizantes e reducionistas de suas realidades (Collins, 1990/2002; Gonzalez, 1984; hooks, 1991/1995; Ribeiro, 2017). As narrativas dos próprios grupos subordinados sobre eles mesmos, no entanto, não têm tido essa disseminação nem essa aceitação. Como explica Kilomba (2010), eram (e ainda são) visto como menos legítimos, menos confiáveis ou “subjetivos demais”:

Interessante, mas não-científico; interessante, mas subjetivo; interessante, mas pessoal, emocional e parcial; ‘Você interpreta demais’, me disse uma colega. ‘Você deve se achar a rainha da interpretação!’ Tais comentários revelam o controle interminável sobre as vozes dos sujeitos Negros e o desejo de governar e controlar a forma como abordamos e interpretamos a realidade. Com essas observações, o sujeito branco se assegura de seu senso de poder e de autoridade sobre um grupo que ele rotula como ‘menos instruído’ . . . Curiosamente, no discurso feminista, os homens tentam irracionalizar o pensamento das mulheres de forma semelhante, como se as interpretações feministas não fossem nada além de fabricações da realidade, uma ilusão, ou inclusive talvez uma alucinação feminina. Na constelação anterior, é a mulher branca quem está irracionalizando meu próprio pensamento e, ao fazê-lo, está

¹⁹ Original em inglês: One must write and one must have time to write. Having time to write, time to wait through silences, time to go to the pen and paper or typewriter when the breakthrough finally comes, affects the type of work that is written.

definindo para uma mulher Negra o que é a academia ‘real’ e como deveria ser expressada (p.30, tradução nossa²⁰).

Essas acusações de parcialidade, emotividade e subjetividade sobre as quais comenta Kilomba (2010), resultam curiosas se analisadas a partir de uma noção contextualista de discurso, como a adotada pelo feminismo negro. Nessa perspectiva, toda e qualquer produção discursiva provém de um corpo que vive em relação com determinada parcela da realidade e que além de raciocinar, entender ou explicar, também *sente* as experiências dessa interação (Collins, 1990/2002; Ribeiro, 2017). Isso significa que, então, o discurso intelectual branco e tradicional *também* é parcial, emotivo e subjetivo. No entanto, numa perspectiva plural e contextual de mundo, essas características não anulam necessariamente sua objetividade e sua racionalidade, e nem sequer seu potencial de ser aplicado, até certo ponto, a outras realidades. Ou seja, se ambos os discursos são situados, parciais, e subjetivos e, ao mesmo tempo, passíveis de objetividade, racionalidade e generalização, por que somente um deles emerge como legítimo, racional e digno de ser ensinado e difundido?

Para autoras como Collins (1990/2002), Kilomba (2010) e Ribeiro (2017), essa distinção se deve, justamente, pela relação de dominação que define os grupos a partir de sua localização nas estruturas de poder. Quando os discursos são hierarquizados, além das condições de sua produção estarem em desequilíbrio, os critérios de validação são aplicados de forma desigual e a difusão desse conhecimento se dá de forma assimétrica. Isto é, o lugar do qual emana o discurso também impacta na sua legitimidade e veracidade. O conceito de lugar de fala, então, denuncia o fato desse status não ser dado a priori, e sim ser construído de

²⁰ Original em inglês: Interesting, but *unscientific*, interesting, but *subjective*; interesting, but *personal*, *emotional* and *partial*: “You do *over-interpret*,” said a colleague. “You must think you are the *queen of interpretation!*” Such comments reveal the endless control over the Black subject’s voice and the longing to govern and command how we approach and interpret reality. With these remarks, the *white* subject is assured of her/his sense of power and authority over a group that she/he is labeling ‘less knowledgeable. . . . Curiously, in feminist discourse, men similarly try to irrationalize the thinking of women, as if such feminist interpretations were nothing but a fabrication of reality, an illusion, maybe even a female hallucination. Within the former constellation, it is the *white* woman who is irrationalizing my own thinking and in doing so defining *to* a Black woman what ‘real’ scholarship is and how it should be expressed.

forma injusta no seio de uma cultura fundamentada na desigualdade entre seres humanos de modo a perpetuá-la e, com ela, perpetuar também os privilégios dos grupos poderosos:

O último comentário [‘você interpreta demais, você deve se achar a rainha da interpretação!’], em particular, tem dois momentos poderosos. O primeiro é uma forma de advertência, que descreve o *standpoint* das mulheres Negras como uma distorção da verdade, expressada aqui mediante as palavras ‘interpretar demais’. A colega branca estava me advertindo sobre o fato de eu estar lendo para além das normas da epistemologia tradicional e, portanto, estar produzindo conhecimento inválido. Me parece que essa ideia de ‘interpretar demais’ aponta para o pensamento de que o oprimido está vendo ‘alguma coisa’ que não deveria ser vista, e que está prestes a dizer ‘alguma coisa’ que não deveria ser dita, ‘alguma coisa’ que deveria ser mantida em silêncio, secreta (Kilomba, 2010, p. 30, tradução nossa²¹).

Quando discursos que vem sendo produzidos há muito tempo, por distintos grupos, e nos mais diversos contextos não são ouvidos, difundidos ou respeitados da mesma forma, pode-se dizer, como afirmam as autoras do feminismo negro, que se está diante de um movimento estrutural de “invisibilização de certas vozes”. Collins (1990/2002) ilustra essa dinâmica com uma breve metáfora: nela, uma mãe e uma filha passavam na frente da estátua que representava um homem sobre o cadáver de um leão que ele tinha matado com as próprias mãos. A menina, indignada com a impossibilidade de uma cena desse tipo ocorrer de fato, questiona a mãe sobre a verossimilhança da imagem, apontando que tem algo de errado com ela. A mãe, no entanto, não nega a observação da criança, mas se limita a lembrá-la da autoria da estátua: o próprio homem. Ou seja, a verdade do que estava sendo retratado na obra

²¹ Original em inglês: The last comment, in particular, has two powerful moments. The first is a form of warning which describes the standpoint of the Black woman as a distortion of the truth, expressed here through the word ‘over-interpretation. The white female colleague was warning me that I am reading over, beyond the norms of traditional epistemology, and am therefore producing invalid knowledge. It seems to me that this idea of over-interpretation addresses the thought that the oppressed is seeing ‘something’ that is not to be seen and is about to say ‘something’ that is not to be said, ‘something’ that should be kept quiet, secret.

de arte estava intrinsecamente ligada ao local social do grupo que a produziu: o dos vencedores.

No relato de Kilomba (2010) repete-se a metáfora da estátua de Collins (1990/2002): as narrativas legitimadas e visibilizadas são aquelas dos vencedores, mesmo parciais e imprecisas; enquanto as dos vencidos permanecem nas sombras, ora negadas, ora deslegitimadas. Ribeiro (2017) resume bem como esse cenário se dá na nossa sociedade:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais *dificultam a visibilidade e a legitimidade* dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? (pp.63-64, grifos nossos).

O conceito de lugar de fala traz, então, uma discussão sobre as relações de poder e como elas constituem a malha relacional que estrutura a sociedade contemporânea e, portanto, os discursos nela produzidos. O conceito não somente denuncia (e explica) uma desigualdade fundamental na forma em que os seres humanos nos relacionamos nesta cultura, mas também aponta para as conseqüentes assimetrias nas dinâmicas de produção de narrativas e seus efeitos na sociedade. Vozes e obras artísticas que se erguem de lugares diferentes, tem uma tendência maior a produzirem conseqüências distintas no mundo. Como Ribeiro (2017)

aponta na citação anterior, há narrativas de controle e alienação, mas, embora não tão visibilizados, também há discursos de resistência e de enfrentamento às hierarquias. O que nos leva à última implicação do caráter hierarquizado do discurso: suas diferentes funções no mundo. Esse terceiro ponto, no entanto, será tratado com maior detalhe na seguinte premissa, pois se os discursos são capazes de *afetar* o mundo no qual são gerados (e não simplesmente de descrevê-lo de forma separada e deslocada de seus contextos), eles são, no fim das contas, *discursos ativos*.

5.3. Premissa III: Todo discurso é ativo

O feminismo negro tem discutido longa e profundamente os processos discursivos e tudo que eles envolvem (Collins, 1986, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017). Essa preocupação se faz presente, inclusive, num dos pilares que sustentam o pensamento feminista negro: a importância das autodefinições e autoavaliações das mulheres negras (Collins, 1986).

Autodefinir-se é criar os próprios discursos sobre o mundo e, sobretudo, sobre si, numa perspectiva grupal e contextualizada nas experiências situadas desse grupo. Considerando que todo discurso é localizado, a autodefinição seria um discurso que fala *sobre* a própria localização. Mulheres negras falando sobre mulheres negras e suas realidades, povos originários falando sobre eles mesmos, seus estilos de vida e como vêm o mundo e os outros grupos, seriam exemplos de autodefinição. No entanto, como os discursos estão situados nas relações de poder, uma autodefinição não apenas traz nela embutida a visão única e parcial daquele grupo que a produz, mas também toda a carga da relação de poder na qual é constituída. Trata-se de uma narrativa gestada a partir de uma situação específica na matriz da dominação que, por isso, tem uma visão particular das outras posições. Segundo Collins (1986):

Uma afirmação da importância das autodefinições e autoavaliações das mulheres Negras é o primeiro tema-chave que permeia as reivindicações históricas e contemporâneas do pensamento feminista Negro. *Autodefinir-se* envolve desafiar o processo político de validação de conhecimento que tem resultado em imagens estereotipadas e definidas externamente da mulher afro-americana. Em contrapartida, as *autoavaliações* destacam o conteúdo das autodefinições das mulheres Negras, substituindo as imagens externamente derivadas com imagens autênticas das mulheres Negras (pp.16-17, grifos nossos, tradução nossa²²).

Para a autora, as autodefinições e autoavaliações dos grupos subalternos são importantes por dois motivos (Collins, 1986). Em primeiro lugar, por desafiarem o sistema de dominação colonial, sexista e patriarcal que historicamente tem se apossado do direito de definir o mundo a partir de sua visão e seus interesses. O fato de grupos sociais que têm sido recorrentemente definidos, descritos e analisados por homens brancos e ocidentais, “tomarem as rédeas” das narrativas sobre si próprios, como é o caso das mulheres negras, é, por si só, uma afronta ao processo linear e hierárquico de produção de discursos. Fazer esse movimento equivale a abandonar o papel de “objeto”, de Outro, na relação discursiva dicotômica e dualista que define a partir da exclusão, para passar a se relacionar com o mundo na posição de *sujeito* (Carneiro, 2005; Collins, 1986, 1990/2002; Gonzalez, 1984; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017; Souza, 1983; Xavier 2017). Nas palavras de Collins (1986):

A insistência nas autodefinições das mulheres Negras reestrutura o diálogo inteiro, indo de um [diálogo] centrado na determinação da acurácia técnica de uma imagem para um [diálogo] que foque nas dinâmicas de poder que subjazem o próprio processo

²² Original em inglês: An affirmation of the importance of Black women's self-definition and self-valuation is the first key theme that pervades historical and contemporary statements of Black feminist thought. Self-definition involves challenging the political knowledge-validation process that has resulted in externally-defined, stereotypical images of Afro-American womanhood. In contrast, self-valuation stresses the content of Black women's self-definitions-namely, replacing externally-derived images with authentic Black female images.

de definição. As feministas Negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre as mulheres Negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que possuem o poder de definir (p. 17, tradução nossa²³).

Em segundo lugar, Collins (1986) explica que a autodefinição e a autoavaliação também são aspectos basilares para o feminismo negro por serem parte necessária do processo de humanização e emancipação de grupos historicamente oprimidos, como é o caso das mulheres negras. Ao colocar-se no papel de sujeitos, criar suas próprias narrativas e erigir seus próprios padrões de avaliação e legitimação desses discursos, as mulheres negras estão *resistindo* as constantes investidas desumanizantes dos grupos hegemônicos, já que estão lutando *ativamente* contra processos impostos de subordinação que as colocam na posição de subalternas nas relações hierarquizadas de poder. Isto é, não se trata somente de um movimento de ruptura com um sistema de dominação, mas também de uma *luta ativa* de *transformação* dessa realidade e de *construção* de possibilidades de existir desobedecendo a matriz de dominação:

Uma segunda razão das autodefinições e autoavaliações das mulheres Negras serem significativas está relacionada com o valor que elas têm de permitir que as mulheres afro-americanas rejeitem a opressão psicológica internalizada. O potencial dano do controle internalizado da autoestima das mulheres afro-americanas pode ser enorme, mesmo para aquelas que estão preparadas. Aguentar os assaltos frequentes de imagens controladoras requer uma força interior considerável. Nancy White, que já foi citada anteriormente, também destaca o quanto serem tratadas como menos do que humanas pode ser incapacitante quando as mulheres Negras não são autodefinidas. Ela aponta, “Bom, você sabe que nenhuma mulher é um cachorro ou uma mula, mas as pessoas

²³ Original em inglês: The insistence on Black female self-definition reframes the entire dialogue from one of determining the technical accuracy of an image, to one stressing the power dynamics underlying the very process of definition itself. Black feminists have questioned not only what has been said about Black women, but the credibility and the intentions of those possessing the power to define.

continuam fazendo você se sentir dessa forma, se você não possui uma mente própria, você acaba deixando eles te dizerem o que você é”. Dessa ótica, as autodefinições e as autoavaliações não são luxos, são necessárias para a sobrevivência das mulheres Negras (Collins, 1986, p. 18, tradução nossa²⁴).

Com isso, é possível perceber que o pensamento feminista negro trabalha com uma noção ativa de discurso, rejeitando a concepção tradicional que enxerga os discursos como representações da realidade, como se se tratassem de descrições de acontecimentos dos quais estão separadas, isoladas em outro plano, e às quais, portanto, não podem afetar.

Ao admitir que as definições da realidade e quem as pronuncia são fatores que participam da estruturação dessa mesma realidade (seja construindo e reforçando narrativas de dominação, seja resistindo a essas narrativas e construindo outras que as desafiam), o pensamento feminista negro está se comprometendo com uma noção de discurso que o entende como sendo, ao mesmo tempo, produto e produtor das estruturas de poder, pois ele estabelece uma relação de *intervenção* na realidade, e não de mera representação (Collins, 1986, 1990/2002; Kilomba, 2010; Gonzalez, 1984; Ribeiro, 2017; Souza, 1983).

É nesse sentido também que Ribeiro (2017) descreve a noção de discurso que embasa o conceito de lugar de fala. Segundo a autora, “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos *lugar de fala* como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (p. 64, grifos nossos). Nessa perspectiva, o discurso não apenas seria ativo na constituição e transformação da realidade dos diferentes grupos sociais, mas também, como ação discursiva, ele teria o

²⁴ Original em inglês: A second reason that Black female self-definition and self-valuation are significant concerns their value in allowing Afro-American women to reject internalized, psychological oppression (Baldwin, 1980). The potential damage of internalized control to Afro-American women's self-esteem can be great, even to the prepared. Enduring the frequent assaults of controlling images requires considerable inner strength. Nancy White, cited earlier, also points out how debilitating being treated as less than human can be if Black women are not self-defined. She notes, "Now, you know that no woman is a dog or a mule, but if folks keep making you feel that way, if you don't have a mind of your own, you can start letting them tell you what you are" (Gwaltney, 1980:152). Seen in this light, self-definition and self-valuation are not luxuries-they are necessary for Black female survival.

potencial de, por um lado, constituir e perpetuar a matriz de dominação e, por outro, de desafiá-la e desestabilizá-la (Collins, 1986, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017; Souza, 1983). A localização social da qual esse discurso emana desempenharia um papel importante (apesar de não único nem determinante) nessa dinâmica e nos seus possíveis desfechos.

Dada a dinâmica de poder, discursos advindos de grupos privilegiados tendem a definir o mundo (sobretudo o mundo social) a partir da relação de dominação que estabelecem com ele. Assim, a perspectiva parcial que essas definições trazem, têm a tendência de refletir justamente a parcela da realidade que é interessante para o grupo que define, que é, nesse caso, pautada pela diferença que justifica a subordinação do restante dos grupos (Collins, 1990/2002; Ribeiro, 2017). Da mesma forma que alguém que só se relacionou com uma pessoa na dinâmica professor-aluno provavelmente vai descrevê-la de acordo com essa relação específica, homens brancos e ocidentais têm descrito as mulheres negras com base no tipo de relação que geralmente mantêm com elas: de dominação e exploração. Nas palavras de Kilomba (2010):

Na maioria dos estudos nós nos tornamos visíveis não mediante nossa própria percepção e determinação, mas mediante a percepção e os interesses políticos da cultura nacional branca dominante, dado que a maior parte dos estudos e debates públicos sobre racismo tem ‘um ponto de vista branco’. Nós somos, por assim dizer, cristalizadas e medidas de fora por interesses específicos que satisfazem os critérios políticos do sujeito branco (pp. 40-41, tradução nossa²⁵).

Tais definições, além de descrever certos grupos do ponto de vista dos detentores do poder, servem também para *edificar* as mesmas relações das quais são fruto. Impulsionadas e

²⁵ Original em inglês: In most studies we become visible not through our own self-perception and self-determination, but rather through the perception and political interest of the dominant white national culture, as most studies and public debates on racism have “a white point of view”. We are, so to speak, fixed and measured from the outside by specific interests that satisfy the political criteria of the white subject.

disseminadas por quem detêm o poder de legitimação e difusão de discursos, essas narrativas *constroem* identidades que limitam os seres humanos a essas experiências de subordinação em relação aos “definidores”, ao mesmo tempo que justificam a relação assimétrica de poder entre sujeitos e objetos do discurso. hooks (1991/1995) ilustra essa dinâmica ao discutir as dificuldades que as mulheres negras enfrentam quando se tornam intelectuais, dado que, ao estarem adentrando no espaço tradicional de produção de discursos dos grupos dominantes, elas estariam ameaçando o status quo. Por isso, os discursos tradicionais sobre as mulheres negras estão marcados por esse interesse de controlar esse grupo social, mantendo-o no lugar que favoreça a relação de dominação e submissão:

A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo: a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como símbolo sexual, os corpos femininos negros são postos numa categoria em termos culturais tida como bastante distante da vida mental. Nas hierarquias de sexo/raça/classe dos Estados Unidos, as negras sempre estiveram no nível mais baixo. O status inferior nessa cultura é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social por serem vistos em termos sexistas, racistas e classistas como deficientes, incompetentes e inferiores (hooks, 1991/1995, p. 469).

Definições parciais e constituídas numa perspectiva hierarquizada de dominação tem uma função, então, de regular as relações de poder, mantendo sua ordem e seu funcionamento. Muito além de descrever essas realidades desiguais, o discurso participa de sua manutenção, ajudando a controlar a constante tensão entre dominados e dominadores, mediante definições e explicações que “naturalizam” essa dinâmica. Muitas vezes, esses processos de produção discursiva resultam em estereótipos que reduzem os grupos subalternos a características produzidas pela própria relação de exploração, como os descritos por hooks (1991/1995). São definições desse tipo que as feministas negras chamam de *imagens controladoras* (Collins 1986, 1990/2002; Kilomba, 2010). Trata-se de retratar os grupos subordinados de modos que beneficiam os grupos hegemônicos, garantindo a manutenção de seus privilégios mediante um movimento de controle que ameniza as tensões inerentes aos processos de dominação. Na introdução de sua dissertação de mestrado, Carneiro (2005) descreve os efeitos dessa dinâmica de controle no âmbito do discurso científico tradicional:

Posteriormente, as ciências, benditas sejam, encontrariam a explicação científica para os meus males, decretando a minha inferioridade natural em relação a outros humanos, constatada pela medição de meu cérebro certificadamente incapaz para a atividade intelectual; pela avaliação de minhas produções culturais perceberam a minha insuficiente capacidade de autogoverno, e autodeterminação; notaram a ausência, nas sociedades das quais sou originária, de formas de organização social reconhecíveis como tal; identificaram minha ignorância cujo atestado é a inexistência de escrita para registrar os meus feitos (sendo esses hoje desconhecidos para mim como para ti) e revelaram meu estágio primitivo pelos fetiches que adoro que não alcançam o sentido da verdadeira religião (p. 21).

Essas imagens controladoras instituem e naturalizam, de modo extraoficial, a distribuição desigual do direito de definir o mundo, de *se* definir, e de produzir fora desses moldes. Trata-se de um processo de limitação e controle das produções discursivas, de modo a tornar difícil (ou pouco provável) que os grupos subordinados produzam suas próprias narrativas críticas, entendidas como discursos que não reforcem as estruturas de poder vigentes. O efeito dessa dinâmica desumanizadora é tal que chega a negar a grupos inteiros o direito e a capacidade de falar por si, como ilustra hooks (1989/2015):

Com dezenove anos, vinda de um pequeno povoado de Kentucky, eu não pensava em mim mesma como alguém que tivesse o poder de definir minha própria realidade, de dar voz, na forma escrita, aos meus pensamentos sobre a experiência negra e feminina do sexismo. Essas autopercepções foram fornecidas pelo racismo e pelo sexismo (pp. 252-3, tradução nossa²⁶).

O discurso, então, pode servir como uma forma de exercer poder e controle, constituindo-se numa ferramenta de manutenção da matriz de dominação, contribuindo com os processos de *colonização das mentes* (Kilomba, 2010). Esse movimento, que se dá mediante o processo violento de imposição da visão dominante aos grupos subalternos, pretende fazer com que o oprimido se veja com os olhos do opressor, numa ilusão naturalizadora das relações de poder pensada para manter tudo em seu devido lugar:

Que alienação, sermos forçadas a nos identificar com heróis que são brancos e a rejeitar inimigos que aparecem como Negros. Que decepção, sermos forçadas a olhar

²⁶ Original em inglês: At age nineteen, coming from a small Kentucky town, I did not think of myself as having the power to define my social reality, to give voice in written form to my thoughts on black female experience of sexism. These self-perceptions were informed by racism and sexism.

para nós mesmas *como se estivéssemos no lugar deles*. Que dor, estarmos presas nesta ordem colonial (Kilomba, 2010, p.19, tradução nossa²⁷).

É essa dinâmica violenta de alienação que as mulheres negras e outros grupos subalternizados vem resistindo e combatendo há longo tempo (Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017). Não aceitar as *imagens controladoras* hierarquicamente impostas, assim como desafiar o próprio centro de produção discursiva ao erguer a voz para falar por si mesmas, tem sido uma forma potente de enfrentamento e de sobrevivência ao regime racista, sexista, capitalista e colonial. Por isso, quando as feministas negras reivindicam a importância das autodefinições, opondo-se a esse movimento de dominação discursiva, elas estão afirmando não só que o discurso influencia a realidade, mas também estão anunciando uma segunda função do discurso: a de potencial desestabilizador das relações de poder (Collins, 1990/2002; Gonzalez, 1984; hooks, 1989/2015; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017; Souza, 1983; Werneck, 2009). Nas palavras de Werneck (2009):

Sabemos que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que nós mulheres negras desenvolvemos nossas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que projetamos nos novos horizontes de luta. Estratégias que devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação (pp. 160-161).

Ribeiro (2017) explica que o conceito de lugar de fala chama a atenção para as dinâmicas de poder e controle que conformam as práticas discursivas, mostrando como a localização social de quem fala influencia o impacto do discurso no mundo e, mais

²⁷ Original em inglês: What an alienation, to be forced to identify with heroes who are white and reject enemies who appear as Black. What a disappointment, to be forced to look at ourselves *as if we were in their place*. What a pain, to be trapped in this colonial order.

especificamente, na matriz de dominação. Se todas as narrativas são sociais e situadas, e se elas têm um papel ativo na malha relacional da qual emergem, então torna-se importante explicitar essa dinâmica, seus elementos e suas implicações políticas e éticas. Como diz a autora, todos falamos de um lugar, mas nem todos os lugares produzem (nem percebem) discursos da mesma forma:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experimentar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu, para parafrasear Walter Benjamin, em *Teses sobre o conceito de história*. Estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que invisibiliza essas narrativas (Ribeiro, 2017, p. 86).

Dessa forma, o discurso também pode tornar-se uma ação em direção à autonomia (Collins, 1990/2002). Ao reivindicar o direito a se autodefinir, os grupos subalternos estão buscando se relacionar com o mundo nos seus próprios termos; em termos que façam sentido com a realidade na qual vivem, que contribuam com uma existência mais emancipadora, uma existência que não esteja pautada pelo vínculo de dominação que os liga aos grupos dominantes. Como lembra Souza (1983), “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (p. 17). Trata-se de criar definições e estratégias de ação que não se limitem à perspectiva dos grupos hegemônicos, mas que possam pensar em outras possibilidades mais acordes aos próprios interesses.

Um exemplo do papel emancipador que o discurso localizado nas margens pode ter é encontrado nas palavras de hooks (1989/2015) a respeito de sua experiência como docente negra numa universidade estadunidense:

É por isso que eu acredito que é importante as mulheres negras no ensino superior escreverem e falarem sobre nossas experiências, sobre estratégias de sobrevivência. Quando eu estava passando por uma época bem difícil, li *Working It Out*. Apesar das acadêmicas que descreveram a forma na qual o sexismo tinha moldado suas experiências acadêmicas serem brancas, eu me senti encorajada por sua resistência, sua perseverança e seu sucesso. Ler as histórias delas me ajudou a me sentir menos só. Eu escrevi este ensaio por causa das muitas conversas que tive com acadêmicas negras que perderam a esperança, que estão frustradas, que têm medo das experiências delas serem únicas. Eu quero que elas saibam que não estão sozinhas, que os problemas que surgem, os obstáculos criados pelo racismo e pelo sexismo são reais – que existem de fato-, que eles machucam, mas não são insuperáveis. Talvez essas palavras possam lhes trazer consolo, possam intensificar sua coragem e renovar seus espíritos (pp. 111-112, tradução nossa²⁸).

Como a autora conta, foi importante para a sua trajetória ter entrado em contato com discursos de pessoas que, por compartilharem de pelo menos uma das localizações na matriz de dominação (a de sexo) passaram por experiências similares. Da forma como hooks relata a dinâmica discursiva entre as próprias mulheres negras, pode-se perceber que certas narrativas (aquelas que falam sobre a opressão, a dor e a desvantagem da posição que elas ocupam) são

²⁸ Original em inglês: This is why I think it is important that black women in higher education write and talk about our experiences, about survival strategies. When I was having a very difficult time, I read *Working It Out*. Despite the fact that the academics who described the way in which sexism had shaped their academic experience in graduate school were white women, I was encouraged by their resistance, by their perseverance, by their success. Reading their stories helped me to feel less alone. I wrote this essay because of the many conversations I have had with black female graduate students who despair, who are frustrated, who are fearful that the experiences they are having are unique. I want them to know that they are not alone, that the problems that arise, the obstacles created by racism and sexism are real—that they do exist—they do hurt but they are not insurmountable. Perhaps these words will give solace, will intensify their courage, and renew their spirit.

tratadas quase como se fossem segredos, como narrativas proibidas que não interessam nesses espaços e que não devem ser pronunciadas nem ouvidas. Esse silenciamento, essa falta de encorajamento para discutir esses temas, tem como consequência um contingente de mulheres negras que, mesmo vivendo situações muito similares, sentem-se sozinhas e isoladas, como se suas experiências fossem únicas, ou como se fossem invenções ou distorções da realidade. Pode-se dizer que se trata, em última instância, de um movimento de desempoderamento e despolitização das experiências marginais.

Quando hooks (1989/2015) descreve essa sensação, experimentada por ela e por suas colegas de trabalho, ela está falando dos resultados palpáveis de um processo bem-sucedido de *colonização das mentes* das mulheres negras intelectuais. E mais, quando a escritora ressalta a importância de falar sobre isso, de escrever e de divulgar esse tipo de narrativas marginais, ela está falando do poder transformador e político do discurso. Mais especificamente, do potencial emancipador de produzir e visibilizar discursos próprios sobre a realidade, e de como esse movimento ataca diretamente o centro de poder. No relato de hooks, as acadêmicas negras encontraram consolo nas palavras de mulheres que falavam do mesmo lugar que elas, o que as ajudou a continuar resistindo num ambiente hostil que não fora pensado para o grupo social ao que pertencem.

Falar, contar a própria história, significa relacionar-se com o mundo de uma forma diferente da instaurada pela matriz de dominação. Entender a própria localização discursiva, seus limites e potencialidades, implica num processo de humanização no qual se abandona o papel imposto de objeto e se assume a posição de sujeito. Implica num movimento de recuperação de direitos, da identidade e de um maior controle sobre a própria existência (hooks, 1989/2015; Kilomba, 2010; Souza, 1983). Nas palavras de hooks (1989/2015):

A dominação e a colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer nosso *eu*, de saber quem somos. Nós nos opomos a essa violação, a essa desumanização, quando

procuramos pela nossa autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do nosso ser, para recuperar nossa história. Esse processo de autorrecuperação permite ver-nos a nós mesmas como se fosse a primeira vez, pois nosso campo de visão já não estaria modelado e determinado *exclusivamente* pela condição de dominação (pp. 62-63, tradução nossa²⁹).

Desse modo, pode-se dizer que, para o pensamento feminista negro, o discurso tem um papel ativo e constitutivo da realidade, não podendo ser entendido de forma separada ou autônoma em relação a ela (Collins, 1990/2002, 1997; Gonzalez, 1984; Kilomba, 2010; hooks, 1989/2015; Lorde, 1984/2007; Ribeiro, 2017; Werneck, 2009). Tratando-se de uma realidade profundamente marcada pelas diversas relações de dominação, o discurso pode desempenhar pelo menos dois papéis nessa dinâmica: 1) o de manutenção da matriz de dominação, apaziguando as tensões inerentes aos processos de dominação mediante violência epistêmica e processos de controle; e 2) a de desestabilização dessas relações, instigando o tensionamento entre dominados e dominadores mediante a explicitação das estruturas de poder e a criação de novas possibilidades de existência que não obedeçam essa ordem. Lorde (1984/2007) resume bem essas duas funções do discurso quando diz que “no nosso mundo, *dividir e conquistar* deve se tornar *definir e empoderar* (p. 91, grifos nossos, tradução nossa³⁰).

É importante destacar, no entanto, que quando se fala em explicitar a relevância da localização social do falante para analisar o discurso e entender o alcance e o tipo de seu impacto no mundo, não está se adotando um pensamento causal linear e simples que reduz a relação discurso-verdade à sua localização social (Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015,

²⁹ Original em inglês: Domination and colonization attempt to destroy our capacity to know the self, to know who we are. We oppose this violation, this dehumanization, when we seek self-recovery, when we work to reunite fragments of being, to recover our history. This process of self-recovery enables us to see ourselves as if for the first time, for our field of vision is no longer shaped and determined *solely* by the condition of domination.

³⁰ Original em inglês: In our world, divide and conquer must become define and empower.

2000/2015; Lorde, 1984/2007; Ribeiro, 2017). Embora o lugar social que o grupo ocupa na matriz de dominação influencie a ação discursiva, ele não supõe a totalidade do processo de produção de discursos. Nesse sentido, Alcoff (1995) explica que considerar e discutir a localização do falante e suas consequências não é um movimento reducionista que cristaliza o discurso. Pelo contrário; para a autora, a questão do discurso e de “falar pelos outros” resume-se a duas premissas básicas: 1) que a localização da fala influi no significado e no status de verdade do que é dito; e 2) que todos os contextos e lugares estão relacionados com as estruturas de opressão. Nesses termos:

Dizer que a localização *influencia* no significado e na verdade não é a mesma coisa que dizer que a localização *determina* o significado e a verdade. E a localização não é uma essência fixa que autoriza o discurso de alguém de forma absoluta, da mesma forma que o favor de Deus autoriza de forma absoluta o discurso de Moisés (Alcoff, 1995, p. 106, grifos nossos, tradução nossa³¹).

Assim, falar de um determinado lugar não é sinônimo de ser detentor/a da “verdade” sobre esse lugar; nem sequer é sinônimo de possuir um discurso crítico a respeito dele (hooks, 1989/2015; Ribeiro, 2017). Discursar de forma lúcida sobre as diferentes circunstâncias que conformam um contexto (um lugar) específico e sobre como esse conjunto de variáveis interagem com a própria ação de falar sobre ele, é também um processo. Um discurso crítico sobre a própria localização social, então, tem as mesmas propriedades de qualquer outro discurso: ele é uma construção, depende de seu contexto e da conjunção de uma série de elementos, e inclusive está sujeito a não ocorrer. Como Ribeiro (2017), apoiando-se em Collins (1986), explica, o fato do conceito de lugar de fala basear-se nas experiências grupais

³¹ Original em inglês: To say that location bears on meaning and truth is not the same as saying that location determines meaning and truth. And location is not a fixed essence absolutely authorizing one's speech in the way that God's favor absolutely authorized the speech of Moses

não anula a faceta individual dos membros desses grupos e as possibilidades discursivas que também emanam dessas particularidades:

Por isso, seria igualmente um equívoco dizer que essa teoria perde validade pela existência de indivíduos reacionários pertencentes a grupos oprimidos. E assim seria porque Collins não está negando a perspectiva individual, mas dando ênfase ao lugar social que ocupam a partir da matriz de dominação. Por mais que sujeitos negros sejam reacionários, por exemplo, eles não deixam de sofrer com a opressão racista – o mesmo exemplo vale para outros grupos subalternizados. O contrário também é verdadeiro: por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos. O que estamos questionando é a legitimidade que é conferida a quem pertence ao grupo localizado no poder (Ribeiro, 2017., p. 68).

Em outras palavras, as relações de poder históricas e estruturais têm, de fato, um peso importante na produção de um discurso, peso este que não desaparece por ações individuais que a ele se contraponham. Contudo, uma visão interseccional dos fenômenos discursivos não admite a existência de grupos subalternos “puros” (e o mesmo vale para grupos privilegiados/hegemônicos), dado que seu caráter histórico e dinâmico os coloca em constante mudança, e sua natureza multifacetada e contextual os faz propensos a estarem constituídos por um ou vários eixos de dominação, seja simultaneamente ou de forma eventual ou temporária. Isto é, nem indivíduos dos grupos hegemônicos, nem indivíduos dos grupos subalternos têm a capacidade individual de transcender suas posições sociais estruturais (Alcoff, 1995; Ribeiro, 2017).

Dessa forma, a discussão do lugar de fala traz consigo uma visão política das práticas discursivas pois, como indicado por Alcoff (1995), “qualquer discurso vai invocar as

estruturas de poder associadas com a localização social do falante, à margem das intenções do falante ou de suas tentativas de evitar tais invocações” (p. 105, tradução nossa³²). Essa constituição hierarquizada da sociedade faz com que suas práticas discursivas tenham um caráter permanentemente tensionado, pois a todo momento estão, inevitavelmente, trabalhando para manter ou para deteriorar as estruturas de poder. Dessa forma, o falar, neste contexto, sempre vai “puxar” um ou vários fios da teia interseccionada e dinâmica que constitui a matriz de dominação:

Os rituais da fala estão politicamente constituídos pelas relações de poder, dominação, exploração e subordinação. *Quem fala, de quem se fala, e quem ouve é um resultado, bem como um ato, de luta política.* Dito de maneira simples, *o contexto discursivo é uma arena política.* Na medida em que esse contexto repercute no significado, e o significado é, em certo sentido, o objeto da verdade, não podemos fazer avaliações epistêmicas de uma afirmação sem acessar, simultaneamente, a política da situação (Alcoff, 1995, pp. 104-105, grifos nossos, tradução nossa³³).

Nesses termos, o conceito de lugar de fala não apenas reconhece os diferentes papéis do discurso e suas implicações nas relações de poder, mas ele também toma partido nessa arena discursiva: ele se compromete, como fica evidente pelas suas origens e pressupostos filosóficos, com um projeto de transformação social radical e emancipador (Ribeiro, 2017). Ou seja, as preocupações políticas e éticas que embasam a discussão sobre a localização do discurso estão alinhadas com uma crítica às relações de dominação e com um esforço em vistas de seu desmantelamento, e não de sua manutenção ou mesmo reforma. Dessa forma,

³² Original em inglês: Any statement will invoke the structures of power allied with the social location of the speaker, aside from the speaker's intentions or attempts to avoid such invocations.

³³ Original em inglês: Rituals of speaking are politically constituted by power relations of domination, exploitation, and subordination. Who is speaking, who is spoken of, and who listens is a result, as well as an act, of political struggle. Simply put, the discursive context is a political arena. To the extent that this context bears on meaning, and meaning is in some sense the object of truth, we cannot make an epistemic evaluation of the claim without simultaneously assessing the politics of the situation.

pensar em lugar de fala é, do ponto de vista do feminismo negro, incompatível com uma visão hierarquizada de mundo, o que conduz à quarta e última premissa do conceito: o discurso subalternizado tem o potencial de ser uma ferramenta de transformação social radical.

5.4. Premissa IV: O discurso subalternizado tem o potencial de ser uma ferramenta de transformação social radical

Até o momento (premissas I, II e III), é possível dizer que o conceito de lugar de fala está alinhado com uma noção contextualista, relacional e política de discurso, assim como com uma análise crítica de relações de poder orientadas por uma lógica dicotômica e hierarquizada, mostrando as distintas funções e possibilidades das práticas discursivas nessa dinâmica. Apesar dessas premissas darem contornos filosóficos bem definidos ao conceito de lugar de fala, elas ainda não parecem esgotá-lo.

Isso fica evidente, primeiramente, na literatura internacional mencionada por autoras brasileiras que empregam o conceito de lugar de fala (Gorjon et al., 2019; Lisboa & Bambirra, 2019; Oliveira et al., 2019; Ribeiro, 2017; Bernardino-Costa, 2018; Lima, 2018). Além do caráter situado, político e ativo do discurso, essa literatura também dá ênfase no seu potencial de transformação radical das estruturas de poder (Collins, 1990/2002, 1986; hooks, 1989/2015, 2000/2015; Kilomba, 2010; Lorde, 1984/2007). Muitas autoras dessa literatura internacional debruçam-se sobre a importância de assumir uma posição de desobediência à matriz de dominação, apontando estratégias, ferramentas conceituais, metodológicas e políticas para essa tarefa, com exemplos e consequências de seguir por esse caminho.

Já na literatura nacional, essa inclinação radical parece se consolidar³⁴. Quando o conceito é usado no escopo do feminismo negro, ele é, na maioria das vezes, associado não

³⁴ Essa é uma das diferenças entre o conceito de lugar de fala e conceitos estrangeiros que inspiraram essa formulação conceitual brasileira. Quando empregado por feministas negras brasileiras, o conceito de lugar de fala exibe uma assumida “radicalização” do discurso em direção a uma mudança social ampla. Embora esse compromisso também possa ser encontrado em discussões de autoras estrangeiras (como bell hooks, Grada

apenas a uma crítica das estruturas de dominação, mas também a um esforço de superação dos lugares (e silêncios) tradicionalmente impostos às mulheres negras e a outros grupos subalternos (Ribeiro, 2017; Lisboa & Bambirra, 2019; Gorjon et al., 2019; Oliveira et al., 2019; Alves Neto & Barros, 2019; Lima, 2018; Silva & Mendes, 2019). Essa posição também é reforçada pela utilização constante de verbos e expressões relacionados a um movimento ativo de transformação da realidade como por exemplo: *concretizar* o lugar de fala (Oliveira et al., 2019, p.34), *promoção* do lugar de fala (Oliveira et al., 2019, p. 38), *conquista* do lugar de fala (Oliveira et al., 2019, p. 31), *buscar* o lugar de fala (Oliveira et al., 2019, p. 35), *reivindicação* por lugares de fala (Gorjon et al., 2019, p.3), *apropriação* do lugar de fala (Gorjon et al., 2019, p. 7; Oliveira et al., 2019, p. 37), *ocupar* o lugar de fala (Alves Neto & Barros, 2019, p. 60), *constituição* de novos lugares de fala (Silva & Mendes, 2019, p.199), e *construção* de um novo lugar de fala (Ribeiro, 2017, p. 43).

Dessa forma, pode-se argumentar que, no conceito de lugar de fala, a explicitação das tensões políticas e as disputas por poder na arena discursiva são um primeiro passo necessário para promover ações coletivas de mudança social. Trata-se não de uma mera descrição do lugar social e seus efeitos, mas de uma ferramenta para uma ruptura com a lógica dualista e hierarquizada, que fundamenta a matriz de dominação e resulta na objetificação e desempoderamento dos grupos sociais subalternizados. *Reivindicar*, *conquistar* ou *ocupar* um lugar de fala, então, associa-se com a luta desses grupos para abandonar o status de objeto, de silenciamento e de invisibilidade, tendo sua voz finalmente ouvida e legitimada. Ou seja, associa-se com a trajetória para tornarem-se sujeitos. Oliveira et al. (2019) ilustram esse

Kilomba, Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins), não há um conceito específico que sintetize isso. Além disso, alguns conceitos estrangeiros, que parecem ter inspirado a formulação do lugar de fala, têm sido criticados justamente por, eventualmente, violarem as premissas descritas anteriormente; um exemplo seria o emprego de concepções essencialistas na defesa das particularidades e a legitimidade da experiência feminina na *standpoint theory* (ver Rutherford & Granek, 2010).

processo num estudo sobre um projeto de educação popular e seu efeito na vida das mulheres locais:

No segundo ponto da entrevista com as educadoras, questionamos sobre a importância do lugar de fala para que as mulheres possam incidir no campo externo à vida privada, ou seja, na esfera pública, e se o projeto tem dado espaço para que *se conquiste esse lugar de fala* para a mulher catadora, a marisqueira, a doméstica, a ativista cultural, a negra, a quilombola e a assentada (p. 35, grifos nossos).

Quando discutida neste sentido político, a noção de discurso extrapola a mera atividade enunciativa. Trata-se de criar condições para que grupos historicamente dominados possam falar e, mais especificamente, falar nos seus próprios termos, guiados pelos próprios interesses, e gozando da condição de sujeitos conscientes e protagonistas da própria narrativa. Nas palavras de Ribeiro (2017): “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (p. 64).

O processo de *tornar-se sujeito*, de deixar atrás o lugar de silenciamento, envolve, então, uma luta ativa pela construção de um tipo específico de discurso e pela conquista das condições necessárias para sua produção. Discutir lugar de fala é, dessa forma, discutir uma nova forma de existência ancorada na desobediência da matriz de dominação: uma existência pautada na liberdade e na autonomia, que entenda as diferenças em termos de pluralidade e não numa lógica de desumanização-dominação. Uma existência (um *lugar*) na qual se possa, de fato, definir a própria realidade (*falar*), e não simplesmente reproduzir as definições e perspectivas dos grupos dominantes.

Como explica Ribeiro (2017), o fato das mulheres negras terem estado falando há séculos sem serem ouvidas aponta para a existência de um processo de silenciamento que só tem sido possível mediante a destituição violenta da humanidade do Outro, de tal forma que,

mesmo as mulheres falando, suas palavras, reivindicações e narrativas não chegassem sequer a ser ouvidas, quem dirá ser consideradas ou levadas a sério. Trata-se de um mecanismo de apaziguamento das tensões inerentes dos processos de dominação mediante a inviabilização do diálogo entre oprimidos e opressores e, com isso, de qualquer mudança que possa advir num contexto de confronto legítimo de narrativas. Isso porque, como argumenta hooks (1989/2015), apoiando-se nas reflexões de Paulo Freire:

O diálogo implica numa fala entre dois sujeitos, e não numa fala entre sujeito e objeto. É uma fala *humanizadora*, uma fala que *desafia e resiste à dominação*. Em ‘Pedagogia do Oprimido’, Paulo Freire enfatiza a importância do diálogo e a conecta com a luta dos oprimidos para tornarem-se sujeitos (p. 221, grifos nossos, tradução nossa³⁵).

Essa transição dos grupos subalternos da posição de objetos para a de sujeitos constitui, dessa forma, um *ataque à matriz de dominação*, pois sua manutenção depende desse mesmo processo de subordinação e desumanização de uma parcela da humanidade (Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Kilomba 2010; Ribeiro, 2017). É nesse sentido que o conceito de lugar de fala (a luta dos grupos dominados pela recuperação do status de sujeito) encontra-se comprometido com uma mudança radical das estruturas sociais, pois é da derrubada das relações de poder instauradas pelo capitalismo, pelo racismo, pelo sexismo e pela lógica colonial, que depende a libertação dos grupos subordinados e suas possibilidades de existir como sujeitos do diálogo.

A construção de um lugar de fala por parte de um grupo social subordinado demanda um esforço pela conquista de condições sociais que permitam o desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito da própria localização nas políticas da dominação. Isto é, do processo de *conscientização* mediante o qual são explicitados os interesses dos grupos

³⁵ Original em inglês: Dialogue implies talk between two subjects, not the speech of subject and object. It is a humanizing speech, one that challenges and resists domination. In *Pedagogy of the Oppressed*, Paulo Freire emphasizes the importance of dialogue and connects it to the struggle of the oppressed to become subjects.

dominantes, seus efeitos nos grupos subalternizados, e as necessidades destes últimos em superar essa situação. Nas palavras de hooks (1989/2015):

Nenhuma mudança radical, nenhuma transformação revolucionária ocorrerá nesta sociedade – nesta cultura de dominação – se nos negarmos a reconhecer a necessidade de *radicalizar a consciência* em conjunção com uma resistência política coletiva. Quando falo de radicalizar a consciência, penso na palavra *conscientização*, a qual implica muito mais do que a mera adoção de slogans politicamente corretos ou o apoio de causas politicamente corretas (pp. 63-64, grifos nossos, tradução nossa³⁶).

Assim, a revolta contra a matriz de dominação (a construção de um novo lugar de fala) não vem dada a priori pelo pertencimento a determinado(s) grupo(s) marginalizado(s); é necessário o desenvolvimento de uma *consciência radicalizada* que permita aos indivíduos pensar as relações de poder a partir do próprio lugar que ocupam nelas, bem como criar novas possibilidades de existência a partir dali. Para que um processo desse tipo seja não apenas possível, mas também efetivo em relação ao objetivo que se pretende atingir, ele tem que se dar necessariamente no grupo, pois é no diálogo com seus semelhantes que o indivíduo encontra condições propícias para o compartilhamento de experiências similares, para a validação desses relatos e para a construção, ampliação e refinamento de análises sobre sua opressão e de estratégias para sua superação (Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Sebastião, 2010). Por isso, uma consciência radicalizada não é uma questão individual, mas coletiva.

Diversas autoras do feminismo negro alertam para os riscos de que esse processo de conscientização se restringir a uma dimensão meramente reflexiva. Tanto hooks (1989/2015) quanto Collins (1990/2002), por exemplo, advertem sobre o possível caráter “reativo” dessa

³⁶ Original em inglês: No radical change, no revolutionary transformation will occur in this society—in this culture of domination—if we refuse to acknowledge the necessity for radicalizing consciousness in conjunction with collective political resistance. When I speak about radicalizing consciousness, I think of the word conscientization, which implies much more than the mere adoption of politically correct slogans or support for politically correct causes.

iniciativa, dado que, apesar da explicitação das situações de opressão ser um pré-requisito para seu efetivo combate, trata-se de um movimento conhecidamente doloroso, pois acaba “tirando a venda” dos olhos do indivíduo e mostrando a ele uma realidade desigual, na qual ele ocupa o lado mais vulnerável (hooks, 1989/2015, p. 297).

Por isso, essas autoras destacam a importância de, uma vez identificados os mecanismos de funcionamento das políticas da dominação, investir tanto na elaboração de novas perspectivas e conhecimentos gestados por essas posições subalternas, quanto na construção de estratégias de resistência e de luta coletivas. Nas palavras de Collins (1990/2002):

Ganhar consciência crítica para desmontar as ideologias hegemônicas é algo empoderador. Alcançar o reconhecimento de que não devemos acreditar em tudo que nos contam é algo libertador para muitas mulheres Negras. Porém, apesar das críticas às ideologias hegemônicas continuarem a ser necessárias, tais críticas muitas vezes são reativas. Dessa forma, uma segunda dimensão do empoderamento dentro do domínio do poder hegemônico consiste na *construção de novo conhecimento*. Nesse sentido, os temas principais, os marcos interpretativos e as abordagens epistemológicas do pensamento feminista Negro podem ser altamente empoderadoras, porque fornecem alternativas para a forma como as coisas deveriam funcionar (p. 285, grifos nossos, tradução nossa³⁷).

Nessa mesma direção, Lorde (1984/2007) e Ribeiro (2017) entendem como necessário desenvolver estratégias de resistência, tanto em relação aos sentimentos de dor, angústia e raiva que, muitas vezes, acompanham a trajetória de tornar-se sujeitos, quanto em relação às

³⁷ Original em inglês: Gaining the critical consciousness to unpack hegemonic ideologies is empowering. Coming to recognize that one need not believe everything one is told and taught is freeing for many Black women. But while criticizing hegemonic ideologies remains necessary, such critiques are basically reactive. Thus, the second dimension of empowerment within the hegemonic domain of power consists of constructing new knowledge. In this regard, the core themes, interpretive frameworks, and epistemological approaches of Black feminist thought can be highly empowering because they provide alternatives to the way things are supposed to be.

retaliações que são esperadas por parte dos grupos dominantes ao ver-se questionados e ameaçados. Assim, pode-se dizer que o conceito de lugar de fala não envolve um processo de vitimização dos grupos subalternos, e sim um uso criativo e transgressor da própria posição de desvantagem e da raiva de se saber nesse lugar. Essas acusações que relacionam o conceito a um uso vitimista, segundo Ribeiro (2017), não são mais do que novas roupagens para os processos de culpabilização e domesticação do Outro que vêm ocorrendo há séculos:

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder (pp. 78-79).

Pode-se entender que esses processos de conscientização radical, de produção do próprio conhecimento, bem como de gestão da dor, do medo e da raiva, são processos de desobediência epistêmica, o que Kilomba (2010) denomina de *descolonização das mentes*, e hooks (1989/2015) de *autorrecuperação*. Trata-se de uma série de construções coletivas na direção da edificação de uma narrativa própria que se dá na margem das estruturas de poder, num movimento contínuo de desafio e de transgressão, que exige autoconhecimento, autocontrole, autocrítica e, sobretudo, coragem (Lorde, 1984/2007; hooks, 1989/2015); afinal, se está rompendo com a lógica instituída pela norma colonial para instaurar novos parâmetros que possibilitem que os grupos oprimidos lidem com o mundo de uma forma nova, libertadora:

Para nós, a verdadeira fala não é apenas uma expressão de poder criativo, é um *ato de resistência*, um *gesto político que desafia as políticas de dominação* responsáveis por nos deixarem sem nome e sem voz. Com tal, é um *ato de coragem* – como tal, representa uma *ameaça*. Para aqueles que exercem poder opressivo, aquilo que é

ameaçador deve necessariamente ser exterminado, aniquilado, silenciado (hooks, 1989, p. 27, grifos nossos, tradução nossa³⁸).

Esse tipo de intervenção ativa na realidade, capaz de produzir discursos autodefinidos a partir de um lugar que não foi pensado para isso, requer, necessariamente, o *protagonismo* do grupo em questão. Dada a própria natureza dos objetivos desse ato de rebelião e do modo que se espera que impacte na matriz de dominação, o papel do oprimido nesse processo é insubstituível e intransferível. Isso porque esse trabalho não é simplesmente um meio para se tornar sujeito; ele é o processo de libertação. A ação de falar por si envolve, em sua lógica, uma denúncia das políticas da delegação e da representação, exortando o oprimido a abandonar voluntariamente o lugar passivo que lhe foi imposto e que não lhe dá condições para lidar com o mundo em seus próprios termos, culpabilizando-o, ao mesmo tempo, pela própria situação de subordinação. Em outras palavras, o conceito de lugar de fala, assentado na luta por autodefinição, implica em perder, quando delegado a outrem, seu caráter autodefinido e, com isso, seu principal componente revolucionário:

. . . as intelectuais Negras de todas as áreas da vida devem impulsionar agressivamente o tema das autodefinições, porque *falar por si mesmas* e forjar a própria agenda é essencial para o empoderamento. . . Dado que as autodefinições são fundamentais para o empoderamento do indivíduo e do grupo, *ceder o poder de se autodefinir a outros grupos, sem importar quão bem-intencionados ou solidários eles sejam com as mulheres Negras, acaba replicando, em essência, as hierarquias de poder existentes*. Como argumenta Patrice L. Dickenson ‘uma pessoa passa a existir e a se conhecer mediante suas conquistas, e é mediante seus esforços para se tornar ela mesma e para se conhecer que ela conquista’. Como Dickenson, as mulheres

³⁸ Original em inglês: For us, true speaking is not solely an expression of creative power; it is an act of resistance, a political gesture that challenges politics of domination that would render us nameless and voiceless. As such, it is a courageous act—as such, it represents a threat. To those who wield oppressive power, that which is threatening must necessarily be wiped out, annihilated, silenced.

individuais afro-americanas têm exibido tipos variados de consciência em relação a nosso ângulo de visão compartilhado. Quando essas expressões individuais de consciência são articuladas, argumentadas, contestadas e agregadas de forma a refletirem a heterogeneidade das mulheres Negras, uma *consciência coletiva de grupo dedicada a resistir a opressão* se torna possível. A habilidade das mulheres Negras de forjar essas expressões individuais, geralmente inarticuladas e potencialmente poderosas de consciência cotidiana num *standpoint* articulado, autodefinido e coletivo é *fundamental para a sobrevivência das mulheres Negras*. Como Audre Lorde destaca, ‘é axiomático que *se não nós definimos por nós mesmas, seremos definidas pelos outros – para seu uso e em nosso detrimento*’ (Collins, 1990/2002, p.36, grifos nossos, tradução nossa³⁹).

Um discurso autodefinido (e, portanto, protagonizado pelos grupos subordinados) não se traduz numa posição ingênua ou acrítica que reduz a ação discursiva a uma mera descrição da situação de opressão, ou que a eleva a um status de verdade absoluta justamente por ter essas origens (hooks, 1989/2015; Ribeiro, 2017). Está-se falando, antes de mais nada, de um processo de *autoconhecimento* e de *autocrítica* capaz de viabilizar uma análise alternativa do próprio lugar social, assim como do discurso e da subjetividade que dele emanam, buscando não recair em explicações simplistas, naturalizantes ou fatalistas.

³⁹ Original em inglês: . . . Black women intellectuals from all walks of life must aggressively push the theme of self-definition because speaking for oneself and crafting one’s own agenda is essential to empowerment . . . Because self-definition is key to individual and group empowerment, ceding the power of self-definition to other groups, no matter how well-meaning or supportive of Black women they may be, in essence replicates existing power hierarchies. As Patrice L. Dickerson contends, “A person comes into being and knows herself by her achievements, and through her efforts to become and know herself, she achieves”. Like Dickerson, individual African-American women have long displayed varying types of consciousness regarding our shared angle of vision. When these individual expressions of consciousness are articulated, argued through, contested, and aggregated in ways that reflect the heterogeneity of Black womanhood, a collective group consciousness dedicated to resisting oppression becomes possible. Black women’s ability to forge these individual, often unarticulated, yet potentially powerful expressions of everyday consciousness into an articulated, self-defined, collective standpoint is key to Black women’s survival. As Audre Lorde points out, “It is axiomatic that if we do not define ourselves for ourselves, we will be defined by others—for their use and to our detriment”.

Pode-se dizer, desse modo, que o conceito de lugar de fala articula um esforço coletivo por autodefinição (afastando-se de uma noção individualista de luta política), sem com isso perder de vista o indivíduo (evitando recair numa homogeneização ingênua, acrítica e monolítica da categoria do oprimido). Trata-se de identificar e valorizar as possibilidades diferenciadas de ação discursiva que as posições marginais possuem (a despeito do que dita a narrativa tradicional) numa aposta pela originalidade e potencialidade de perspectivas historicamente silenciadas e invisibilizadas. Nas palavras de Mestre Malfrán e Lago (2019), trata-se de

. . . pensar nessa subalternidade por um outro caminho, e não apenas pelo [caminho] da destituição da condição de sujeito, mas por aquele que aponta para o desafio da norma colonizadora. É por meio do conceito de ‘outsider within’ de Collins que se vislumbra, segundo a autora, a possibilidade de *tirar proveito desse lugar das margens*, como posição que oferece *outras lentes para observar-se a si mesmas e ao mundo*, como lugar que oferece *perspectivas potentes de análise acerca das opressões e privilégios*, vindas das experiências interseccionais das mulheres negras. Seria isso justamente ao que remeteria o *lugar de fala* (p. 3, grifos nossos, tradução nossa⁴⁰).

Abraçar essa potencialidade, no entanto, exige uma boa dose de atenção às armadilhas postas por um sistema capitalista, neoliberal e individualista, que tem se especializado em despolitizar, esvaziar ou cooptar quaisquer esforços de libertação, por mais revolucionários que estes fossem em suas origens (hooks, 1989/2015; Ribeiro, 2017). Ao ameaçar a matriz de dominação, a passagem de objeto a sujeito (o processo de conquista de um lugar de fala) torna-se um alvo de tentativas mais ou menos explícitas de aniquilação ou neutralização por

⁴⁰ Original em espanhol: . . . pensar en esa subalternidad por otro camino, y no apenas por el de la destitución de la condición de sujeto, sino aquel que apunta a desafiar la norma colonizadora. Es por medio del concepto de ‘outsider within’ de Collins que se vislumbra, según la autora, la posibilidad de sacar provecho de ese lugar de los márgenes, como posición que ofrece otras lentes para observarse a sí mismas y al mundo, como lugar que ofrece perspectivas potentes de análisis acerca de las opresiones y privilegios, devenidas de las experiencias interseccionales de mujeres negras. A eso justamente remitiría el lugar de fala.

parte das estruturas de poder. É nesse sentido que hooks (1989/2015) exorta as mulheres a redobrar os cuidados e a autocrítica:

Da mesma forma que o novo trabalho de Nancy Hartsock nos urge a questionar por que estão nos pedindo que abandonemos a preocupação com o sujeito bem neste momento histórico, quando as mulheres temos estado lutando para mover-nos da posição de objetos para a de sujeitos, devemos nos perguntar o porquê das mulheres estarem sendo seduzidas por modelos de mudança individual que insinuam que não é necessário que ocorra uma mudança nas realidades políticas e sociais mais amplas. Devemos nos perguntar por que isso é tão tentador. Por que as mulheres estão dispostas a voltar para velhos padrões, para narrativas que sugerem que somos responsáveis pela dominação masculina? (p. 68, tradução nossa⁴¹).

Essas preocupações e cuidados que subjazem a discussão do lugar de fala mostram como o conceito está vinculado também a uma dimensão de *ética* e de *responsabilidade*, como condição necessária para os grupos que resistem e como algo que passa a ser exigido dos grupos que oprimem e exploram (Alcoff, 1995; Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015, 1995; Lorde, 1984/2007; Ribeiro, 2017). Esses aspectos da experiência humana nos melhores casos têm sido negligenciados e, nos piores, deliberadamente apagados, de modo a concretizar a lógica colonial de dominação do Outro. Uma quebra com essa ordem desumanizadora passaria, então, por uma inclusão da responsabilidade inerente à condição ativa do ser humano (seja oprimido, seja opressor) nas práticas discursivas, de maneira a evitar reproduzir ou, até mesmo, inverter a mesma lógica que se pretende combater. Nas palavras de Alcoff (1995):

⁴¹ Original em inglês: Just as Nancy Hartsock's new work urges us to question why we are being asked to surrender a concern with the subject at this historical moment, when women have been struggling to move from object to subject, we must ask why it is women are being seduced by models of individual change that imply that no change has to occur in larger political and social realities. We must ask ourselves why this is so appealing. Why are women willing to return to old patterns, to narratives that suggest we are responsible for male domination?

Quando nos sentamos para escrever, ou nos levantamos para falar, passamos pela experiência de fazer escolhas. Podemos experimentar dúvidas advindas do medo de sermos criticadas, ou do medo de exacerbar um problema que gostaríamos de remediar, ou podemos experimentar uma resolução de falar apesar dos obstáculos existentes, mas em muitos casos, o que experienciamos é a possibilidade de falar ou de não falar. Por um lado, *uma teoria que explica essa experiência a partir do envolvimento de escolhas autônomas livres das estruturas materiais seria falsa e ideológica*, mas, por outro lado, *se não reconhecemos a atividade de escolher e a experiência da dúvida individual, estamos negando a realidade de nossas vidas experienciais*. Então, eu vejo que o objetivo deste artigo é o de abordar esse *pequeno espaço de agência discursiva que todos experienciamos*, apesar dele ser multifacetado, ficcional e limitado (p. 101, grifos nossos, tradução nossa⁴²).

Reconhecer a possibilidade de *autonomia* e de *agência* dos grupos subordinados e silenciados mesmo estando inseridos numa sociedade fortemente hierarquizada, significa não apenas apontar “brechas” na lógica moderna e colonial que a sustenta, mas também implica na inauguração de uma disputa de narrativas antagônicas entre uma monista e conservadora que se afirma mediante a exclusão e subordinação, e outra pluralista e progressista que luta por uma sociedade mais igualitária, pautada na autonomia e na possibilidade de falar e ser ouvido.

É nessa segunda opção, nessa “contranarrativa” que emerge das margens, que parece encontrar-se a formulação conceitual do lugar de fala. Assim, o termo aposta em uma

⁴² Original em inglês: When we sit down to write, or get up to speak, we experience ourselves as making choices. We may experience hesitation from fear of being criticized or from fear of exacerbating a problem we would like to remedy, or we may experience a resolve to speak despite existing obstacles, but in many cases we experience having the possibility to speak or not to speak. On the one hand, a theory which explains this experience as involving autonomous choices free of material structures would be false and ideological, but on the other hand, if we do not acknowledge the activity of choice and the experience of individual doubt, we are denying a reality of our experiential lives. So I see the argument of this paper as addressing that small space of discursive agency we all experience, however multi-layered, fictional, and constrained it in fact is.

transformação social radical *de baixo para cima* (Crenshaw, 1989; 2002; Ribeiro, 2017), entendendo que: 1) as ações provenientes dos grupos hegemônicos (de *cima*) têm grandes chances de afetar (consciente ou inconscientemente) a matriz de dominação no sentido de sua manutenção; e 2) a delegação ou transferência da ação transformadora por parte dos grupos *de baixo* fere seu próprio caráter radical, já que estaria impedindo o processo efetivo de humanização desses indivíduos, o que é pré-requisito para que a dinâmica de dominação possa ser de fato desestabilizada. Nas palavras de hooks (1989/2015):

Nós falamos sobre a forma como cada luta libertadora iniciada por grupos de pessoas que têm sido vistas como objetos começa com um processo revolucionário no qual elas afirmam que são sujeitos. É esse o processo que Paulo Freire destaca: ‘*não podemos entrar na luta como objetos para depois nos tornar sujeitos*’ (p. 81, grifos nossos, tradução nossa⁴³).

Essa entrada na arena discursiva contando com o status de sujeitos demanda, então, uma afronta direta e radical à matriz de dominação, o que implica no entendimento básico de que uma luta por humanidade não é uma luta reformista. Trata-se, pelo contrário, de uma aposta pelo desmantelamento das estruturas de poder capitalistas, racistas, sexistas e colonialistas. Como disse hooks (1989/2015) numa entrevista, “Bom, não acho que haja potencial radical em nenhum movimento no qual as pessoas imaginem que podemos nos apegar ao privilégio de classe sob o capitalismo e [ainda assim] ter uma mudança radical” (p. 289, tradução nossa⁴⁴). Em outro momento, a autora também critica abordagens reformistas ao apontar a impossibilidade de levar adiante um projeto antirracista dentro dos moldes

⁴³ Original em inglês: We talked about the way in which every liberatory struggle initiated by groups of people who have been seen as objects begins with a revolutionary process wherein they assert that they are subjects. It is this process that Paulo Freire stresses: “we cannot enter the struggle as objects in order later to become subjects.”

⁴⁴Original em inglês: Well, I don’t think that there’s radical potential in any movement where people imagine that we can hold onto class privilege under capitalism and have radical change.

capitalistas, alertando para os já mencionados perigos da cooptação e mercantilização das reivindicações dos grupos dominados:

De forma semelhante, críticas ao capitalismo, especialmente aquelas que exortavam os indivíduos a viver de maneiras diferentes dentro do marco do capitalismo, foram também relegadas a um segundo plano quando as pessoas ‘descobriram’ que era importante ter privilégio de classe para então poder ajudar melhor os explorados. . . . Não é nenhuma surpresa que as/os negras/os radicais encarassem essas traições com aflição e desesperança. O que a luta contemporânea para resistir o racismo tinha realmente conseguido? O que significou ter esse período de questionamento radical da supremacia branca, do [slogan] ‘black is beautiful’, para somente uns anos depois presenciar as corporações brancas produzindo de forma massiva e bem-sucedida produtos para alisar o cabelo das/os negras/os? O que significou presenciar o assalto da cultura negra pelas forças capitalistas que focam na produção, por todas as frentes, de uma imagem, de um produto cultural que possa ‘transitar’ – isto é, que possa falar mais diretamente para as preocupações e para a imaginação popular das/os consumidoras/es brancas/os, e ao mesmo ainda atrair os dólares das/os consumidoras/es negras/os? (p. 199, tradução nossa⁴⁵).

Uma análise *de baixo para cima* tem o potencial, segundo Crenshaw (1989, 2002), de evidenciar, com mais facilidade, contradições e obstáculos que precisam ser enfrentados num processo de transformação social radical. Em outras palavras, o ponto de vista do oprimido, aliado com uma conscientização radical (hooks, 1989/2015) tem maiores possibilidades de

⁴⁵ Original em inglês: Similarly, critiques of capitalism, especially those that urged individuals to try and live differently within the framework of capitalism, were also relegated to the back burner as people “discovered” that it was important to have class privilege so that one could better help the exploited . . . It is no wonder that black radicals met these betrayals with despair and hopelessness. What had all the contemporary struggle to resist racism really achieved? What did it mean to have this period of radical questioning of white supremacy, of black is beautiful, only to witness a few years later the successful mass production by white corporations of hair care products to straighten black hair? What did it mean to witness the assault on black culture by capitalist forces which stress the production on all fronts of an image, a cultural product that can “cross over”—that is, that can speak more directly to the concerns, to the popular imagination of white consumers, while still attracting the dollars of black consumers.

identificar pontos cegos dentro da matriz de dominação, pois partindo da margem é possível lançar um olhar diferenciado para o centro de poder que, tradicionalmente, permanece invisível, resguardado na pseudoneutralidade moderna da “voz de ninguém” (Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017).

Desse modo, pode-se dizer que é a partir desses pressupostos teórico-filosóficos e dessas estratégias conceituais e analíticas que o conceito de *lugar de fala* propõe, do ponto de vista do feminismo negro, uma luta pela possibilidade real do oprimido ter voz própria. Vale ressaltar que “ter voz própria”, no contexto dessa discussão, equipara-se ao processo de transição do status de objeto para o status de sujeito, com tudo que isso supõe (ação coletiva, conscientização radical, autodefinição, autoavaliação, responsabilização, autorrecuperação, protagonismo na luta, decolonização da mente, construção de autonomia).

Nesse sentido, é possível dizer que *lugar de fala* é um *lugar de desobediência*, de *rebeldia* ou de *transgressão*, dado que o direito a voz e o status de sujeito não são dados a priori, mas são frutos de uma luta coletiva contra as estruturas da dominação. Pensando o diálogo nos termos freireanos (Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Freire, 1968/2013), como uma ação que se dá de forma efetiva apenas em condições de horizontalidade, ou seja, apenas entre sujeitos (e não entre sujeitos e objetos), o lugar de fala seria uma reivindicação por condições legítimas de diálogo com outros grupos sociais, por um enfrentamento mais justo de narrativas na arena discursiva da qual fala Alcoff (1995). Como explica Ribeiro (2017):

Mulheres negras, por exemplo, possuem uma situação em que as possibilidades são ainda menores – materialidade! – e, sendo assim, nada mais ético do que pensar em *saídas emancipatórias* para isso, *lutar para que elas possam ter direito a voz e melhores condições*. Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que

se pudesse *construir novos lugares de fala* com o objetivo de *possibilitar voz e visibilidade* a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (p. 43, grifos nossos).

Isso quer dizer que o *lugar social* que os grupos ocupam nas estruturas de poder tem um impacto importante nas práticas discursivas que dali emergem (Collins, 1990/2002; Bairros, 1995; Kilomba, 2010; hooks, 1989/2015, 1991/1995, 2000/2015; Lorde 1984/2007; Ribeiro, 2017; Sebastião, 2010; Werneck, 2009; Xavier, 2017). Os temas abordados, a frequência de emissão do discurso, o tom com o qual se pronuncia, os contextos nos quais surge, bem como as funções que ele assume em relação à própria matriz de dominação e em relação aos outros discursos, são alguns dos aspectos que se vinculam intimamente com essa posição. Também tem sido discutido, no entanto, que esse *locus social*, de autoria histórica da matriz de dominação, não foi pensado para a emissão de discursos autodefinidos, conscientes, coletivos e radicalizados, já que isso pressuporia uma autonomia desses grupos subordinados em relação às estruturas de poder, assim como um esforço ativo para *sair* desse lugar no qual foram violentamente colocados (Collins, 1990/2002; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017). Nas palavras de Ribeiro (2017): “seria como dizer que a mulher negra está num *não lugar*, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um *lugar de potência*” (p. 46, grifos nossos).

Assim, as influências da matriz de dominação convertem o *lugar social* historicamente atribuído aos grupos subordinados como um *lugar do silêncio*, de *obediência* e de *submissão*, estando os indivíduos desse grupo fadados a calar ou, no máximo, a reproduzir discursos externos e a se identificar com as imagens controladoras por eles transmitidos. Por outro lado, essa localização também é apontada como um *lugar de potência*, na medida em que é capaz de produzir discursos insurgentes e análises alternativas desestabilizadoras das relações de poder. Como ilustra Kilomba (2010):

. . . a margem não deveria ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e de privação, e sim como um espaço de resistência e possibilidade. É um “espaço de abertura radical” e de criatividade, onde novos discursos críticos ocorrem. É aqui que os limites opressivos colocados pela “raça”, pelo gênero, pela sexualidade e pela dominação de classe são questionados, desafiados e desconstruídos. Neste espaço crítico, “podemos imaginar questões que não poderíamos ter imaginado antes; podemos fazer perguntas que não foram feitas antes”, perguntas que desafiam a autoridade colonial do centro e seus discursos hegemônicos. Nesse sentido, a margem é uma localização que nutre nossa capacidade de resistir a opressão, de transformar e de imaginar mundos novos e alternativos, bem como novos discursos (p. 36, tradução nossa)⁴⁶.

Trata-se, portanto, de uma crítica à visão simplista do lugar social no qual as mulheres negras e outros grupos subordinados têm sido confinados, denunciando a redução comumente feita desses lugares a posições passivas, submissas e incapazes de revidar. Isso porque, segundo Collins (1990/2002), “. . . retratar mulheres Negras estadunidenses meramente como desafortunados recipientes passivos de abuso reprime noções de que as mulheres Negras podemos trabalhar ativamente para transformar nossas circunstâncias e trazer mudanças para nossas vidas” (p. 286, tradução nossa⁴⁷).

Nessa linha de raciocínio fica evidente, então, que embora o lugar social atribuído a mulheres negras e a outros grupos subalternos não seja inerentemente passivo e destinado à

⁴⁶ Original em inglês: In this sense, the margin should not only be seen as a peripheral space, a space of loss and deprivation, but rather a space of resistance and possibility. It is a ‘space of radical openness’ (hooks 1989: 149) and creativity, where new critical discourses take place. It is here that oppressive boundaries set by ‘race,’ gender, sexuality and class domination are questioned, challenged and deconstructed. In this critical space, ‘we can imagine questions that could not have been imagined before; we can ask questions that might not have been asked before’ (Mirza 1997:4), questions that challenge the colonial authority of the centre and the hegemonic discourses within it. In this sense, the margin is a location that nourishes our capacity to resist oppression, to transform, and to imagine alternative new worlds and new discourses.

⁴⁷ Original em inglês: . . . portraying U.S. Black women solely as passive, unfortunate recipients of abuse stifles notions that Black women can actively work to change our circumstances and bring about changes in our lives.

submissão e à obediência, suas possibilidades de mudança, de questionamento e de desafio *dependem* justamente da noção de *agência* (ou do status de sujeito) que lhes tem sido tradicionalmente negada. Isto é, a potencialização desses lugares marginais e sua ressignificação como pontos de ebulição de insurgências é feita precisamente *no* abandono da posição passiva imposta pela norma hegemônica. Esse movimento de desafio e de questionamento já é, por si só, uma transgressão, algo que “não deveria ser”. Ele pressupõe um elemento de *atividade*, um esforço consciente, organizado e direcionado em vistas de uma libertação das investidas desumanizantes da matriz de dominação.

Kilomba (2010) exemplifica essa dinâmica ao caracterizar a escrita como um ato político para os indivíduos oprimidos, pois subjaz a essa afirmação a noção de que essas pessoas não deveriam estar escrevendo, contando suas próprias histórias e narrando a própria realidade. Elas deveriam estar em silêncio (literal) ou, no máximo, escrevendo as palavras ditadas pela norma colonial (silêncio simbólico). Por isso, escrever no sentido de nomear a própria realidade, como relata a autora, *é*, em si, a passagem de objeto para sujeito, pois é ali que a passividade imposta *é contestada* com a atividade rebelde:

Esta *passagem do status de objeto para o de sujeito* é o que marca a escrita como um ato político. É, além disso, um ato de decolonização, no qual o indivíduo está *se opondo* às posições coloniais ao *se tornar* o escritor ‘válido’ e ‘legítimo’, e *reinventar-se* a si mesmo ao *nomear* a realidade que até então estava mal nomeada ou não era nomeada em absoluto (Kilomba, 2010, pp.12-13, grifos nossos, tradução nossa⁴⁸).

Nessa citação, fica evidente que a conquista do status de sujeito ocorre *na rejeição desse lugar passivo* que foi imposto. Esse movimento é a todo momento sinalizado por Kilomba mediante o uso de verbos que denotam atividade, tais como “opor-se”, “tornar-se”,

⁴⁸ Original em inglês: This passage from objecthood to subjecthood is what marks writing as a political act. It is furthermore an act of decolonization in that one is opposing colonial positions by becoming the ‘valid’ and ‘legitimate’ writer, and reinventing oneself by naming a reality that was either misnamed or not named at all.

“reinventar-se” e “nomear”, já que é a ausência ou presença desse ingrediente “a mais” (ação consciente, direcionada e fundamentada numa história grupal), que vai diferenciar o tipo de relação que os indivíduos subalternizados estabelecerão com seu lugar social, com a matriz de dominação e com o mundo de modo geral.

Assim, pode-se pensar essa discussão em termos da dicotomia *lugar de silenciamento* (ou lugar de obediência) *versus lugar de fala* (lugar de desobediência), sendo a *rebeldia consciente, organizada e socialmente construída* o elemento chave para diferenciar essas duas possibilidades de se relacionar com as estruturas de poder. O conceito de lugar de fala, dessa forma, não se restringiria a evidenciar o caráter situado, político e ativo do discurso; ele vai além. Amparado nessa possibilidade de ação, o conceito sintetiza um posicionamento radical contra a matriz de dominação, rejeitando o silêncio e a invisibilidade impostos para assumir uma posição ativa na construção de condições para a produção de discursos autodefinidos. Ele ganha, com isso, um caráter marcadamente transgressor.

Esse elemento transgressor, no entanto, não caminha na direção de uma inversão das relações de poder, ou sequer de uma romantização das situações de injustiça ou de opressão. Não se trata aqui de deslocar a lógica essencialista dos grupos dominantes para os grupos dominados, criando novas figuras cristalizadas a partir de suas diferenças, mas de um esforço crítico e estratégico em vistas de uma superação desse paradigma. Pode-se entender que o conceito remete a uma luta pelo abandono das relações hierarquizadas, buscando conquistar condições de estabelecer novas relações baseadas na solidariedade e na horizontalidade. Baseando-se em sua experiência como docente, hooks (1989/2002) explica que “dado o contexto de supremacia branca, é difícil para os estudantes entender que se preocupar com as

necessidades de um grupo não nega a preocupação com outro grupo, quando o que tem sido ensinado a eles foi o contrário” (pp. 123-124, tradução nossa⁴⁹).

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, a autora explica que é comum que, num processo de luta por emancipação, o grupo oprimido precise focar em si mesmo e reservar energia, espaços e momentos para o trabalho de análise, autocrítica e organização coletiva de suas pautas. Esse movimento nada mais é do que uma tática necessária para criar as condições básicas de resistência que tornarão possível a transformação social almejada. Esse tipo de movimento é, contudo, visto como suspeito, egoísta ou segregador aos olhos de uma sociedade acostumada ao fato de apenas um grupo em específico (o núcleo de poder branco e masculino) manifestar seus interesses e agir em função deles. E mais, na medida em que os interesses desse grupo privilegiado são vistos como a norma (como “a voz de ninguém”), qualquer alteração dessa “neutralidade” é, automaticamente, entendida como algo enviesado, egoísta e ameaçador. Para ilustrar essa problemática, hooks (1989/2015) relata mais uma situação vivenciada em seu trabalho como professora universitária:

Meu trabalho de docência às vezes é criticado pelas/os alunos não-negras/os, a maioria delas/es brancas/os, que reclamam do fato de eu prestar mais atenção aos/às estudantes negra/os; a crítica oposta é feita pelas/os minhas/meus estudantes negras/os. A afirmação da negritude não precisa inverter as estruturas de dominação, nem implica na desvalorização de outras experiências. A negritude é afirmada quando estudantes que previamente tinham percepções pouco amplas da experiência negra expandem suas consciências; e isso é verdadeiro tanto para as/os estudantes negras/os quanto para as/os estudantes não-negras/os. Significativamente, devemos focar numa política de inclusão para não reproduzir as estruturas opressivas, o que não significa que não nos engajemos em críticas e confrontações construtivas, nem que percamos de vista o

⁴⁹ Original em inglês: Given the white-supremacist context, it is difficult for students to understand that caring for the needs of one group does not negate caring for another group when what they have been taught is just the opposite.

imperativo de afirmar a negritude. A diversidade é desafiadora precisamente porque requer que mudemos os velhos paradigmas, de modo a permitir a complexidade (p. 128, tradução nossa⁵⁰).

Assim, o que muitas vezes é percebido pela perspectiva hegemônica como uma inversão das relações de poder ou da lógica essencialista é, na verdade, uma série de ações que cumprem o papel de mudar o status dos grupos oprimidos de objetos para sujeitos. Os grupos dominados não estariam criando tensões antes inexistentes na matriz de dominação, e sim expondo e combatendo os movimentos constantes de opressão dos grupos dominantes em relação a eles. Trata-se, desse modo, de uma tentativa de converter relações de poder verticais sujeito-objeto, em relações horizontais de solidariedade entre sujeitos diferentes, criando novos parâmetros para que um diálogo que tinha sido impedido pela matriz de dominação tenha, agora ou no futuro, possibilidades de acontecer (hooks, 1989/2015; Kilomba, 2010).

Ao evidenciar o desequilíbrio de poder entre os diferentes grupos sociais e o modo como isso afeta suas possibilidades de negociação por outras condições de vida e de organização social, o conceito de lugar de fala estaria convidando as/os interessadas/os na transformação radical da sociedade a *abandonar a ingenuidade*. Em outras palavras, estaria alertando aos grupos já comprometidos com a luta social sobre os perigos da reprodução da mesma lógica discursiva dualista, monista e hierarquizada que se procura combater.

Uma vez que se entende que qualquer movimento de resistência às estruturas de poder vai ser plural e complexo, pelo menos em certa medida (Alcoff, 2011; Spivak, 1988/1994; Ribeiro, 2017; Bairros, 1995; Crenshaw, 1989, 2002), expõe-se também a problemática de

⁵⁰ Original em inglês: My teaching is sometimes criticized by non-black students, mostly whites, who complain that I show greater attention to black students; opposite criticism is made by black students. Affirmation of blackness does not necessitate inverting structures of domination nor does it imply devaluation of other experiences. Blackness is affirmed when students who have previously held narrow perceptions of black experience expand their consciousness; this is true for both non-black and black students. Significantly, we must focus on a policy of inclusion so as not to mirror oppressive structures, which does not mean that we do not engage in constructive critique and confrontation, or that we lose sight of the imperative of affirming blackness. Diversity is challenging precisely because it requires that we shift old paradigms, allowing for complexity.

como lidar com essa desigualdade dentro dos próprios movimentos sociais organizados. O conceito de lugar de fala, nesse sentido, parece ter vindo não só para sinalizar esses desafios, mas também para apresentar alguns encaminhamentos visando seu enfrentamento.

Um desses mecanismos alternativos é o que Gorjon et al. (2019) denominam de *lugar de escuta*, que parte da “problemática do ato de ‘dar voz’ e da apropriação do lugar de fala”, concluindo que “a melhor saída é *aprender a escutar*” (p. 7, grifos nossos). Essa escuta não remeteria à mera ausência de discurso por parte do ouvinte, mas tratar-se-ia de “uma escuta atenta e aberta, uma escuta que não é introspecção, mas exercício contínuo de alteridade” (p. 7).

Dada a importância que o processo de conquista e uso da voz própria tem para a emancipação dos grupos subalternos, o fato de outro grupo social, com maiores privilégios, ocupar essa posição que custou tanto para ser construída é, no mínimo, problemático. Desse modo, Kilomba (2010) aponta que:

. . . *falar e silenciar* emergem como um projeto análogo. O ato de falar é como se fosse uma negociação entre aqueles que falam e aqueles que escutam, entre os sujeitos falantes e seus ouvintes. *Escutar*, nesse sentido, é o ato de autorização em relação ao *falante*. Alguém (apenas) pode falar quando sua voz está sendo ouvida (p. 21, grifos nossos, tradução nossa⁵¹).

Esses debates e propostas derivadas da discussão sobre o lugar de fala mostram como o conceito tem surgido não apenas como uma denúncia, mas também como um desestabilizador da ordem desigual vigente, reivindicando mudanças importantes na maneira como se entende o próprio conceito de diálogo, e propondo novos parâmetros para sua concretização. É possível afirmar, desse modo, que, diferente das críticas que têm surgido ao

⁵¹ Original em inglês: . . . speaking and silencing emerge as an analogous project. The act of speaking is like a negotiation between those who speak and those who listen, between the speaking subjects and their listeners. Listening is, in this sense, the act of authorization toward the speaker. One can (only) speak when one’s voice is listened to

seu respeito (e.g., Bosco, 2017), o lugar de fala não busca encerrar o diálogo entre os diferentes grupos sociais, mas construir condições reais de que ele venha, de fato, a ocorrer.

5.5. Considerações finais sobre o conceito de lugar de fala

Se no primeiro capítulo a intenção foi a de mapear os principais usos do conceito de lugar de fala na literatura nacional numa primeira tentativa de aproximação com o termo, neste capítulo procurou-se enveredar por um dos caminhos encontrados na etapa anterior (o do feminismo negro), com o objetivo de descrever os principais pressupostos teóricos-filosóficos que embasam o conceito nessa perspectiva.

Uma análise de textos de autoras representantes do pensamento feminista negro (principalmente, aquelas citadas no trabalho de Ribeiro (2017)), permitiu compreender o conceito de lugar de fala a partir de quatro premissas: 1) a natureza situada do discurso (já que todos falamos de algum lugar); 2) a natureza política do discurso (dado que, na nossa cultura, essa localização é sempre parte de relações de poder); 3) o caráter ativo do discurso (o qual pode contribuir tanto com a manutenção das relações de poder quanto com seu desmantelamento); e 4) o potencial do discurso dos grupos subalternizados como ferramenta de transformação social radical (dado que um enfrentamento com as estruturas de dominação é mais provável de ocorrer de forma efetiva quando organizado “de baixo para cima”).

Nesses termos, o conceito de lugar de fala estaria referindo-se ao conjunto de possibilidades social, consciente e coletivamente construídas pelos grupos oprimidos para poderem falar por si mesmos, a partir da própria realidade e em função dos próprios interesses. Trata-se da construção coletiva da “voz própria”, a qual só se dá num movimento de ruptura radical com a matriz de dominação capitalista, machista, racista e colonialista, que condena determinados grupos sociais ao silêncio e ao anonimato para favorecer outros.

Partindo dessa definição, é possível indicar pelo menos duas implicações que se derivam dessa discussão. Em primeiro lugar, pensar no lugar de fala significa pensar no indivíduo como um ser social; isto é, como estando inserido numa matriz de dominação, que só pode ser desafiada de forma efetiva num contexto grupal ou coletivo (Oliveira et al., 2019; Ribeiro, 2017). Isso porque os processos de “rebeldia epistêmica” (conscientização radical, autorrecuperação, autodefinição, autoavaliação, decolonização da mente, autoconhecimento, autocrítica, responsabilidade e responsabilização) são constituídos coletivamente, ou seja, precisam do grupo como condição para se concretizarem (Collins, 1990/2002; hooks, 1989/2015; Ribeiro, 2017; Werneck, 2009). Assim, o lugar de fala deve ser entendido em um *continuum* indivíduo-grupo, isto é, como tendo uma gênese coletiva sem com isso perder ou eliminar completamente a individualidade dos membros do grupo. Isso significa não reiterar, portanto, a visão individualista neoliberal.

Em segundo lugar, o conceito, nos parâmetros que foram descritos, situa-se no pensamento interseccional (Ribeiro, 2017), com entendimento específico das relações de poder e do funcionamento dos mecanismos de opressão e subordinação (Crenshaw, 1989, 2002). Desafiando a lógica moderna, simplista e dualista que é, tradicionalmente, atribuída às relações de poder, o conceito de lugar de fala desbancaria noções essencialistas ou monolíticas de opressão e sofrimento, que passam, então, a ser analisadas sob uma ótica capaz de revelar aspectos pouco tratados das relações de dominação, aumentando as chances de pensar resoluções ou, pelo menos, modos de enfrentamento mais efetivos.

Em síntese, o conceito de lugar de fala abordado neste capítulo, apesar de encontrar suas origens em diversas discussões estrangeiras sobre feminismo negro, consolida-se como tal em território nacional, ganhando, neste contexto, um marcado caráter transgressor que não necessariamente se fazia presente em conceitos estrangeiros. Trazendo à tona uma interpretação alternativa das relações de poder, uma preocupação social e uma gênese grupal,

o conceito parece afincar-se no contexto das lutas sociais nacionais por transformações estruturais, mostrando-se, pelo menos nestes termos, como uma ferramenta pertinente num cenário no qual o direito a autodefinir-se continua sendo uma pauta central e necessária.

6. Capítulo 3

Uma caracterização do comportamento verbal

6.1. Sobre a definição de comportamento verbal

Quando falamos por nós mesmos, como indica o objetivo da luta do feminismo negro, quando somos definidos por outros ou inclusive quando alguém de um grupo subalternizado silencia na presença de membros de grupos historicamente hegemônicos, estamos emitindo, sendo afetados e lidando de forma geral com comportamento de um tipo especial: o comportamento verbal.

Para Skinner (1957), o comportamento verbal, como a primeira palavra do conceito explícita, encontra-se no terreno mais amplo do comportamento e, como tal, subscreve-se aos princípios básicos e à definição geral de qualquer comportamento. Contudo, a segunda palavra do conceito introduz, sem extrapolar o território delimitado pela primeira, um caráter específico e necessariamente social que justifica a categorização deste tipo de comportamento como “especial”. Assim, no comportamento verbal, a ação continua produzindo consequências no mundo, só que agora de uma forma mediada, isto é, afetando de maneira específica uma ou várias pessoas, cuja capacidade de serem afetadas dessa forma depende de um treino prévio da sua comunidade verbal. As consequências dessa interação, do mesmo modo que no comportamento não-verbal, modificam tanto o mundo quanto a própria interação, fortalecendo-a, enfraquecendo-a, alterando sua forma e/ou aumentando sua complexidade. Nas palavras de Skinner (1957):

O Comportamento verbal é modelado e mantido por um ambiente verbal, por pessoas que respondem ao comportamento de certas formas por causa das práticas do grupo do qual são membros. Essas práticas e a resultante interação entre falante e ouvinte

produzem os fenômenos aqui considerados sob a rubrica de comportamento verbal (p.226, tradução nossa⁵²).

Definido desse modo, o comportamento verbal: 1) reúne todas as características do comportamento operante não-verbal; 2) enfatiza o lado social do comportamento humano; 3) foca na ação mediada por outros seres humanos; e 4) se concentra especificamente na interação entre o falante e um (ou vários) ouvinte(s) que compartilham um conjunto de práticas arbitrariamente estabelecidas pelo grupo do qual fazem parte, ou seja, que foram previamente treinados em um determinado ambiente verbal. É esse tipo específico de mediação, que inclui a participação das práticas culturais verbais do grupo (ou comunidade verbal), que dá ao comportamento verbal uma série de características únicas e que justifica sua categorização como um tipo especial de comportamento.

6.1.1. O caráter comportamental do comportamento verbal

Grande parte das características do comportamento verbal, no entanto, podem ser identificadas já no primeiro ponto, isto é, no fato dele *não extrapolar o território comportamental mais amplo* ou, nas palavras de Skinner (1957), de se tratar de uma “subdivisão do comportamento humano” (p.10, tradução nossa⁵³). Desse modo, se para o comportamentalismo radical (filosofia da análise do comportamento), o comportamento é a relação interdependente entre organismo e ambiente (Lopes, 2008; Skinner, 1987), o comportamento verbal não só é definido nessa relação, como também é limitado por ela. Por um lado, o fato do comportamento ser um processo relacional e dinâmico que parte da interação entre um organismo com coordenação sensório-motora e o ambiente (Lopes, 2008),

⁵² Original em inglês: Verbal behavior is shaped and sustained by a verbal environment by people who respond to behavior in certain ways because of the practices of the group of which they are members. These practices and the resulting interaction of speaker and listener yield the phenomena which are considered here under the rubric of verbal behavior.

⁵³ Original em inglês: subdivision of human behavior.

dota automaticamente o comportamento verbal desses aspectos. Além disso, numa ciência do comportamento, o fluxo comportamental é estudado a partir da relação interdependente de eventos ambientais (estímulos), que evocam ou eliciam eventos comportamentais (respostas ou ações do organismo), atualizando estados comportamentais (operantes ou reflexos), constituindo assim os processos comportamentais (ou contingências). Segue-se, então, que o comportamento verbal também obedece a essa dinâmica e pode ser estudado a partir dessas mesmas unidades de análise básicas, ou seja, que “podemos explicar as características dinâmicas do comportamento verbal em uma abordagem apropriada do comportamento humano como um todo” (Skinner, 1957, p. 10, tradução nossa⁵⁴).

Por outro lado, o caráter comportamental do comportamento verbal também desenha seus limites. Antes de mais nada, o vincula inexoravelmente à relação sensório-motora e interdependente entre um organismo e seu ambiente, vetando quaisquer propriedades sobrenaturais que tradicionalmente são atribuídas à dimensão verbal do comportamento humano. Além disso, também interdita a possibilidade de existência do comportamento verbal (ou das unidades de análise que o estruturam) fora dessa relação, como se se tratassem de algo separado do organismo que as produz. Desse modo, Skinner (1957) também rejeita quaisquer interpretações referencialistas do comportamento verbal que costumeiramente situam os estímulos (ou eventos ambientais) fora da relação comportamental, colocando-os como algo a ser apreendido, expressado ou referenciado. Finalmente, a natureza comportamental do comportamento verbal também delimita suas possibilidades e parâmetros de estudo na análise do comportamento, mostrando não apenas que é possível explicar, controlar e prever esse tipo de comportamento, mas também apontando que isso pode ser feito com as mesmas unidades de análise utilizadas para estudar o comportamento não-verbal, já que ambos se regem pelos mesmos princípios básicos já demonstrados empiricamente.

⁵⁴ Original em inglês: we can account for the dynamic characteristics of verbal behavior within a framework appropriate to human behavior as a whole.

Ambos os tipos de comportamento, verbal e não-verbal, compartilham, desse modo, dos mesmos princípios e das mesmas possibilidades de estudo pelas unidades de análise do comportamentalismo radical. O que os distingue, além da dificuldade apontada por Skinner (1957) para descrever o comportamento verbal, é o arranjo especial de variáveis controladoras e a dinâmica específica da qual participam, pois, segundo o autor, o comportamento verbal é:

. . . parte de um campo mais amplo do comportamento de uma criatura muito complexa em contato com um mundo de variedade sem fim. Por razões práticas, foi delimitado um campo especial em termos de características que lhe foram conferidas por variáveis controladoras especiais (p.452, tradução nossa⁵⁵).

Essas variáveis controladoras especiais, no entanto, continuam no território comportamental, e começam a delimitar uma dimensão verbal quando enfatizam (como apontado no segundo ponto) o *lado social do comportamento humano*. Mesmo que o comportamento verbal englobe processos nos quais seja possível observar um indivíduo falando sozinho, escrevendo isolado em um quarto de hotel, ou debruçado em seus pensamentos no vão de uma janela, a gênese desse comportamento é sempre social e é nas contingências de reforçamento sociais que sua explicação é encontrada, pois, segundo Skinner (1957), “é claro que todo comportamento verbal é emprestado, no sentido de ter sido adquirido de outras pessoas” (p. 73, tradução nossa⁵⁶).

6.1.2. O caráter social do comportamento verbal

Ao pensar na história do comportamento verbal, pensa-se num grupo de seres humanos cuja relação com o mundo (físico e social) foi significativamente ampliada e

⁵⁵ Original em inglês: . . . part of a broader field of the behavior of a most complex creature in contact with a world of endless variety. For practical purposes a special field has been set apart in terms of characteristics imparted to it by special controlling variables.

⁵⁶ Original em inglês: All verbal behavior is, of course, borrowed in the sense of being acquired from other people.

modificada a partir do momento em que suas cordas vocais ficaram sob controle operante (Skinner, 1957, 1989). Ou seja, se trata de um tipo de comportamento específico do contexto grupal, cuja função inicial provavelmente foi a de coordenar o comportamento de vários membros do grupo para maximizar a efetividade do controle do ambiente. Mesmo que essa e outras vantagens do advento do comportamento verbal (como a de transmissão de regras entre indivíduos e entre gerações, por exemplo) não *sejam* a explicação do surgimento de tal comportamento, Skinner (1957) argumenta que “eles apontam para as contingências de reforçamento que o são” (p. 432, tradução nossa⁵⁷). E essas contingências são sempre sociais.

Desse modo, o fato do indivíduo se comportar verbalmente na ausência de outros seres humanos só é possível porque, em algum momento de sua história, houve interações com outros seres humanos que estabeleceram e reforçaram comportamento desse tipo e que permitiram que o indivíduo passasse a reagir ao próprio comportamento verbal. Um exemplo simples desse processo social é o da criança que, na interação com os pais, aprende a se comportar em função do próprio comportamento verbal, produzindo, dessa forma, uma relação mais complexa e efetiva com o seu ambiente imediato:

A criança primeiro escuta *Não!* numa ocasião em que alguma atividade em curso devia ser interrompida para receber reforçador positivo ou para evitar estimulação aversiva. Quando a criança se engaja posteriormente na mesma atividade, ela recria uma ocasião na qual a resposta *Não!* é forte. Nesse tipo de ocasiões, é especialmente provável que ela receba um reforçador generalizado pela resposta verbal. Se, como resultado do seu próprio *Não!*, a criança parar de se comportar da forma especificada, ela pode ser automaticamente reforçada pela redução da estimulação aversiva condicionada (Skinner, 1957, p. 323, grifos do autor, tradução nossa⁵⁸).

⁵⁷ Original em inglês: they point to the reinforcing contingencies which are.

⁵⁸ Original em inglês: The child first hears *No!* as the occasion upon which some current activity must be stopped if positive reinforcement is to be received or aversive stimulation avoided. When the child later engages in the

É por meio desse processo que, no futuro, a criança poderá se comportar verbalmente em circunstâncias semelhantes, mesmo na ausência de outras pessoas. E é nessa mesma dinâmica que contextos sociais produzem constantemente repertórios verbais capazes de se manter ao longo do tempo e nas mais variadas circunstâncias. Comportamento verbal é, desse modo, necessariamente social. A complexidade do comportamento verbal e os efeitos insólitos que ele produz (e que o comportamento não-verbal não é capaz de produzir) mostram, porém, que nem todo comportamento social é comportamento verbal. Skinner (1957) situa o primeiro passo dessa distinção no *caráter mediado do comportamento verbal*, ou seja, naquilo que neste texto identificamos como o terceiro ponto definidor do comportamento verbal.

6.1.3. O caráter mediado do comportamento verbal

Um aspecto característico do comportamento verbal é sua dinâmica mediada. Justamente pela sua natureza social, o ser humano não somente é capaz de modificar o ambiente de maneira mecânica, mas também aprendeu a fazê-lo de forma mediada, isto é, afetando primeiro outros seres humanos de maneira específica (Skinner, 1957). É nesse tipo especial de modificação indireta do mundo que surgem os interlocutores responsáveis pelo comportamento verbal: o falante e o ouvinte.

Quando o indivíduo se comporta verbalmente, ele é um falante: “o falante é o organismo que executa ou se engaja em comportamento verbal. Ele também é um locus – um lugar no qual um número de variáveis se une numa confluência única para produzir uma

same activity, he recreates an occasion upon which the response *No!* is strong. Upon such occasions he is especially likely to receive a generalized reinforcement for the verbal response. If, as the result of his own *No!*, the child ceases to behave in the specified way, he may be automatically reinforced by the reduction of conditioned aversive stimulation.

façonha igualmente única” (Skinner, 1957, p. 131, tradução nossa⁵⁹). O ouvinte, por outro lado, é responsável por grande parte dessas numerosas variáveis que convergem no falante, pois ele não só se constitui como a ocasião para o comportamento verbal acontecer, mas também fornece as consequências que o modelam e o mantém. Ao ser afetado pelo comportamento do falante, mudanças de vários tipos acontecem no comportamento desse ouvinte:

Por um lado, [os estímulos verbais] evocam respostas das glândulas e dos músculos lisos, mediadas pelo sistema nervoso autônomo, especialmente reações emocionais. Essas respostas exemplificam reflexos condicionados clássicos. Por outro lado, os estímulos verbais controlam grande parte do comportamento esquelético complexo com o qual o indivíduo opera no seu ambiente (Skinner, 1957, p. 34, tradução nossa⁶⁰).

Sendo assim, essas mudanças acrescentam mais variáveis à interação falante-ouvinte, modificando-a ao mesmo tempo que modificam o ambiente (o que inclui os repertórios tanto do falante quanto do ouvinte, assim como outros elementos que serão abordados no ponto quatro). Desse modo, é apenas no contexto de uma interação entre falante e ouvinte que o comportamento verbal pode ocorrer, e é a complexidade dessa interação que cria condições para o surgimento de comportamentos únicos ou especiais no ser humano sem, com isso, extrapolar o campo comportamental. Esse é o caso, por exemplo, quando encontramos ambos interlocutores no mesmo indivíduo, ou seja, quando o indivíduo possui operantes típicos do

⁵⁹ Original em inglês: The speaker is the organism which engages in or executes verbal behavior. He is also a locus a place in which a number of variables come together in a unique confluence to yield an equally unique achievement.

⁶⁰ Original em inglês: On the one hand they evoke responses of glands and smooth muscles, mediated by the autonomic nervous system, especially emotional reactions. These exemplify classical conditioned reflexes. On the other hand verbal stimuli control much of the complex skeletal behavior with which the individual operates upon his environment.

falante e operantes típicos do ouvinte que interagem entre eles, gerando ou participando de fenômenos humanos complexos como a lógica, a literatura, a ciência ou o que tradicionalmente chamamos de “pensamento” (Skinner, 1957). Quando, sozinhos no nosso quarto, analisamos um texto e registramos nossas análises por escrito, por exemplo, nossos repertórios de falante e ouvinte estão interagindo constantemente: o repertório-falante está continuamente emitindo estímulos verbais que afetam um mediador: o repertório-ouvinte. Ou seja, ambos repertórios se afetam mutuamente, produzindo também efeitos no ambiente de forma mais ampla, da mesma maneira que alguém falando sozinho ou alguém olhando por uma janela e “pensando na vida”.

No entanto, a transição de um indivíduo não-verbal para um falante ou um ouvinte (ou para ambos simultaneamente, para sermos mais precisos), não se dá meramente pela interação social mediada já que, segundo Skinner (1957), “dizer que estamos interessados apenas no comportamento que tem um efeito no comportamento de outro indivíduo não vai muito longe, pois essa definição abarca todo o comportamento social” (p. 224, tradução nossa⁶¹). Em outras palavras, ter um caráter social e um caráter mediado não é suficiente para caracterizar um comportamento como verbal, mesmo que esses sejam requisitos necessários para sua ocorrência. Parece haver, desse modo, um “elemento-chave” que transforma os indivíduos em falantes e ouvintes, algo que prepara (ou condiciona) o indivíduo a ser afetado e a reforçar de forma específica o comportamento de outro ser humano. É por isso que Skinner (1957) aponta, logo antes de sua definição refinada⁶² de comportamento verbal que “o condicionamento especial do ouvinte [ou seja, do indivíduo que é afetado e que reforça

⁶¹ Original em inglês: To say that we are interested only in behavior which has an effect upon the behavior of another individual does not go far enough, for the definition embraces all social behavior.

⁶² No início do livro *Comportamento Verbal*, Skinner (1957) apresenta uma primeira definição geral do seu objeto de estudo, definindo-o como um “comportamento reforçado por meio da mediação de outras pessoas” (p.2, tradução nossa) para, em seguida, apontar que essa definição é insuficiente (pois não diz muito sobre o comportamento do ouvinte) e que precisa, portanto, ser refinada. A versão refinada dessa definição somente aparece bem mais adiante, na página 226, num tópico especificamente dedicado ao “refinamento da definição do comportamento verbal”, e corresponde à definição adotada como ponto de partida nas discussões deste texto.

diferencialmente o comportamento de outro indivíduo] é *o cerne da questão*” (p. 226, grifos nossos, tradução nossa⁶³).

6.1.4. A comunidade verbal e o caráter cultural do comportamento verbal

Apesar do falante ser uma peça fundamental para a ocorrência do comportamento verbal, é o modo específico em que o ouvinte que “recebe” esse evento comportamental se comporta em relação a ele que o torna “verbal”. Por isso, é importante entender, também, o processo de condicionamento do comportamento do ouvinte: como foi que ele passou a se comportar dessa maneira específica? Para Skinner (1957) isso ocorreu mediante um processo de modelagem operado “por pessoas que respondem ao comportamento de certas maneiras por causa das *práticas do grupo do qual são membros*” (p. 226, grifo nosso, tradução nossa⁶⁴), ou seja, o ouvinte (e o falante) são produtos da ampliação e da complexificação do controle do comportamento dos indivíduos para incluir o nível cultural: a sobrevivência do seu grupo social. Esse último passo se dá conjuntamente com a ampliação e complexificação dos ambientes que podem afetar o comportamento humano de modo simultâneo, pois ao ambiente físico e social soma-se, agora, o ambiente verbal.

Skinner (1957) explica que, muito provavelmente, o entrelaçamento das histórias filogenética e ontogenética com a história das culturas ocorreu quando, graças à alguma variação genética nos órgãos responsáveis pela fala, a musculatura vocal dos seres humanos ficou sob controle operante:

A espécie humana deu um passo crucial quando sua musculatura vocal ficou sob controle operante na produção dos sons da fala. De fato, é possível que todas as conquistas distintivas da espécie possam ser rastreadas até essa mudança genética.

⁶³ Original em inglês: The special conditioning of the listener is the crux of the problem.

⁶⁴ Original em inglês: by people who respond to behavior in certain ways because of the practices of the group of which they are members.

Outras espécies se comportam vocalmente, é claro, e seu comportamento às vezes é modificado levemente ao longo da vida do indivíduo (como no canto de um pássaro, por exemplo), mas ali, as principais contingências da seleção permaneceram no campo filogenético – sejam elas físicas (como na localização por eco) ou sociais. Papagaios e algumas poucas outras aves imitam a fala humana, mas é difícil mudar seu comportamento ou colocá-lo sob controle de estímulos mediante condicionamento operante. Apenas as cordas vocais e a faringe parecem não ter servido a nenhuma função operante prévia. Presumivelmente, evoluíram como órgãos por causa da produção de chamados e gritos. O passo crucial na evolução do comportamento verbal parece ter sido, então, a mudança genética que os colocou sob controle do condicionamento operante e possibilitou a coordenação de todos esses sistemas na produção dos sons da fala (Skinner, 1957, p. 117, tradução nossa⁶⁵).

Apesar do comportamento verbal não se reduzir ao comportamento vocal, é inegável que ele foi selecionado pelas diversas vantagens que proporcionou aos grupos humanos: “Sons são efetivos na escuridão, nas esquinas e quando os ouvintes não estão olhando, e podem ser emitidos quando se tem as mãos ocupadas com outras coisas” (Skinner, 1986, p.117, tradução nossa⁶⁶). Além de ser muito rápido, o comportamento vocal também permite a emissão de uma enorme quantidade de ações verbais vocais com consequências muito diferentes usando não só a mesma musculatura, mas uma mesma musculatura cuja

⁶⁵ Original em inglês: The human species took a crucial step forward when its vocal musculature came under operant control in the production of speech sounds. Indeed, it is possible that all the distinctive achievements of the species can be traced to that one genetic change. Other species behave vocally, of course, and the behavior is sometimes modified slightly during the lifetime of the individual (as in birdsong, for example), but there the principal contingencies of selection have remained phylogenic-either physical (as in echo location) or social. Parrots and a few other birds imitate human speech, but it is hard to change the behavior or bring it under stimulus control through operant conditioning. Only the vocal cords and pharynx seem to have served no prior operant function. They presumably evolved as organs for the production of phylogenic calls and cries. The crucial step in the evolution of verbal behavior appears, then, to have been the genetic change that brought them under the control of operant conditioning and made possible the coordination of all these systems in the production of speech sounds

⁶⁶ Original no inglês: Sounds are effective in the dark, around corners, and when listeners are not looking, and they can be made when the hands are busy with other things.

movimentação exige níveis muito baixos de energia. Ademais, se trata de um tipo de comportamento cuja baixa necessidade de energia para ser emitido não limita a magnitude de seu efeito, permitindo que os seres humanos passassem a produzir consequências que anteriormente (se é que eram possíveis) demandariam um custo de resposta muito maior (Skinner, 1948, 1957). Essas e outras vantagens que se mostraram úteis para a sobrevivência do grupo foram sendo selecionadas e se estabelecendo, ao longo do tempo, como práticas *verbais* (plausíveis de serem transmitidas entre os diferentes indivíduos e, inclusive, entre diferentes gerações sem os processos tradicionais de modelagem do comportamento não-verbal). Grupos (ou comunidades) de indivíduos que assim se relacionavam constituíram-se, então em *comunidades verbais*, o que nos leva ao *quarto ponto definidor do comportamento verbal* segundo essa definição skinneariana.

Seguindo essa linha de raciocínio, o caráter “especial” do processo de condicionamento do ouvinte e de suas formas de se comportar em relação ao falante parece corresponder com a eventual intervenção de um grupo de indivíduos e de suas práticas *grupais*. Isto é, pela participação de um conjunto de operantes que são especificamente mantidos pelo seu valor para a sobrevivência do *grupo*. É nessa transição do segundo nível de seleção pelas consequências (ontogênese) para o terceiro nível (evolução das culturas) que encontramos a explicação tanto para a transição do indivíduo para falante-ouvinte, quanto para a transição do comportamento social mediado para o comportamento *verbal*. Assim, o ouvinte reage de modo especial ao comportamento do falante porque em algum momento da história da evolução das culturas, foi vantajoso para o grupo do qual ele fazia parte reagir dessa maneira, tal como Skinner (1957) ilustra ao especular sobre as origens do comportamento verbal:

Em uma iniciativa de pesca cooperativa, por exemplo, um homem pode estar numa posição que lhe permita ver o peixe, enquanto o outro puxa a rede. Qualquer resposta

que o primeiro homem fizer em relação ao peixe pode aumentar a sincronia do segundo homem, o que provavelmente será vantajoso para ambos. Funções coordenadoras comparáveis a essas são facilmente identificadas no comportamento de uma comunidade verbal bem desenvolvida (p. 432, tradução nossa⁶⁷).

No exemplo, qualquer movimento ou som que o primeiro pescador faça ao ver o peixe se aproximando ou ao tentar pescá-lo, acaba afetando o comportamento do segundo pescador, pois se constitui em um estímulo condicionado à presença reforçadora do peixe. Assim, se cada vez que o peixe se aproximar, o primeiro pescador emitir certas ações, essas ações podem acabar se tornando um estímulo condicionado para a ação de puxar a rede do segundo pescador, pois ao puxar a rede perante essas ações específicas do colega e encontrá-la cheia de peixes, sua própria ação de pesca é reforçada.

Ao fazer isso, o segundo pescador acaba reforçando simultaneamente o comportamento do outro pescador mediante a produção de consequências reforçadoras para ambos e, especialmente, para o grupo do qual fazem parte: os peixes pescados mais eficientemente. Essas consequências podem ser importantes para o grupo a curto e longo prazo pois, dentre elas, podemos encontrar: o aumento da sincronia na atividade de pesca (o que poderá implicar numa melhor alimentação para o grupo do qual eles fazem parte) a alteração do ambiente físico (a pesca do peixe) com um menor custo de resposta, e inclusive o surgimento da possibilidade de ações grupais coordenadas cada vez mais complexas. Presumivelmente, comportamentos que produziram consequências desse tipo foram, com o passar do tempo, selecionados e modelados pelo grupo, sendo que, com a invenção da escrita, tornaram-se ainda mais valiosos, pois podiam ser transmitidos para outros indivíduos e inclusive para outras gerações. Foi nesse longo processo de transformação da relação

⁶⁷ Original em inglês: In a co-operative fishing enterprise, for example, one man might be in a position to see the fish while another could pull the net. Any response which the former might make to the fish would improve the timing of the latter, possibly with advantages for both. Comparable co-ordinating functions are easily discovered in the behavior of a well-developed verbal community.

humano-ambiente, então, que as comunidades humanas se converteram em comunidades *verbais*, seus membros em *falantes* e *ouvintes*, e o conjunto de suas práticas verbais no que conhecemos como *linguagem*.

Fenômenos tipicamente humanos e tradicionalmente tratados como sendo de natureza “interna”, como a consciência, o pensamento, por exemplo, são mais um produto desse processo, pois somente são possíveis devido à participação do indivíduo em uma dada comunidade verbal (Skinner, 1957, 1974, 1969). A partir do momento em que o fato do indivíduo observar seu próprio comportamento se tornou vantajoso para a comunidade, práticas de auto-observação e de discriminação verbal do próprio comportamento foram sendo instaladas e mantidas pelo grupo. Esse processo, de forma conjunta com a instalação e manutenção dos repertórios de falante e de ouvinte em seus membros, teve como resultado seres humanos capazes (e com grandes chances) de dialogar consigo mesmos e refletir sobre o próprio comportamento. Assim, quando falamos sozinhos, pensamos na nossa existência ou imaginamos circunstâncias diferentes das que vivemos estamos, no fim das contas, nos comportando verbalmente graças a uma relação extremamente complexa, mas ainda comportamental, com o nosso ambiente.

É importante ressaltar que, mesmo que quem se comporte seja um indivíduo, quem se beneficia (e portanto, quem mantém) esse tipo de comportamento é o grupo ao qual ele pertence. Por isso, a depender da história e das condições de vida dessa comunidade verbal, os comportamentos que são vantajosos para ela vão mudar e, com isso, também suas práticas de reforçamento em relação ao comportamento de seus membros. A evolução do comportamento verbal, desse modo, nada mais é do que a evolução do ambiente verbal com o qual está intrinsecamente relacionado (Skinner, 1948, 1957, 1986).

Esse quarto aspecto do comportamento verbal, então, afasta ainda mais o conceito de abordagens referencialistas que o explicam em termos de abstrações ou representações que

fazem referência a um mundo que existe *a priori*, sem a participação da linguagem nem de falantes e ouvintes. Sendo assim, a topografia, a função do comportamento verbal, suas mudanças ao longo tempo e suas variações em diferentes culturas e lugares do mundo se explicam pela história e pela dinâmica das práticas verbais de cada comunidade verbal, e não por referências a uma realidade última ou essencial, fora da relação organismo-ambiente. São elas (a história e a dinâmica das práticas verbais de cada comunidade) que ditam tanto o nível de energia, velocidade e repetitividade dos eventos e operantes verbais, quanto aquilo sobre o que “vale a pena” falar. Ao mesmo tempo, identificar as práticas da comunidade verbal como sendo a variante-chave para entender o comportamento verbal também forneceu aos analistas do comportamento uma estratégia útil de delimitação de um objeto de estudo tão complexo pois, nas palavras de Skinner, “não precisamos saber dos detalhes de uma resposta vocal sempre e quando o padrão de som que ela produz produza um certo efeito numa comunidade verbal específica” (p. 16, tradução nossa⁶⁸).

6.1.4.1. Entre comunidades verbais e ambientes verbais: alguns apontamentos terminológicos

As noções de “comunidade verbal” e “ambiente verbal” são muito próximas. Isso é perceptível quando se encontram afirmações de que ambos os conceitos modelam e mantêm formas de se comportar que permitem mediar o comportamento de outros indivíduos verbalmente (ver Skinner, 1986, p. 121) ou, em outras palavras, de que ambos treinam ouvintes para manter comportamento verbal (ver Barros, 2003, p. 75), para responder diferencialmente ao comportamento do falante (ver Siracusa, 2018, p. 6), fazendo isso de acordo com padrões arbitrários, porém convencionais (ver Palmer, 2008, p. 306). Skinner (1948, p. 115, 1957, p. 151, 163-4) também fala de ambos os conceitos como responsáveis

⁶⁸ Original em inglês: we do not need to know all the details of a vocal response so long as the sound-pattern which it produces achieves a given effect upon a specified verbal community.

por reforçar o comportamento do falante. Nesse mesmo sentido, diz-se que tanto o ambiente verbal quanto a comunidade verbal têm práticas de reforçamento (Skinner, 1948, p. 68, 1957, p. 21, p. 36, p. 115, p. 210, p. 470, 1989, p. 44; Fonai & Sérgio, 2007, p. 360; Fernandes et al., 2017, p. 273) e que ambos produzem ou estabelecem comportamento verbal (Skinner, 1957, p. 164, 1986, p. 115) ou repertórios verbais (Burton & Kagan, 1994, p. 90). Mantendo esse argumento, Skinner (1986, p. 121) também afirma que é por meio de sua modelagem e manutenção que o comportamento se torna verbal e, por isso, comunidade verbal e ambiente verbal são imprescindíveis para que o indivíduo se comporte verbalmente (Skinner, 1957, pp. 163-164). Os conceitos também são tratados como “pessoas que respondem ao comportamento de certas formas por causa das práticas do grupo do qual são membros” (Skinner, 1957, p. 226, tradução nossa⁶⁹), no caso do ambiente verbal, ou como um “conjunto de pessoas cujos operantes verbais foram estabelecidos por contingências de reforçamento semelhantes e que, por isso, partilham uma mesma língua” (Passos, 2003, p. 196), no caso da comunidade verbal. Ademais, em diversos momentos, Skinner também declara que ambos são compostos por ouvintes (Skinner, 1957, p. 26, 1989, p. 37), e que ouvintes fazem parte dos dois (Skinner, 1948, p. 115, p. 30-1) ou, inclusive, que pode haver diferentes audiências em uma mesma comunidade verbal (Skinner, 1957, p. 356) bem como em um mesmo ambiente verbal (Skinner, 1948, p.53). A proximidade dos dois conceitos é tamanha que alguns trabalhos os adotam como sinônimos, usando-os “intercambiavelmente” (Mucheroni, 2020, p. 28).

Há, no entanto, outros momentos em que tanto Skinner quanto outros autores e autoras atribuem características ou processos específicos a um desses conceitos sem que isso aconteça com o outro. No caso do ambiente verbal, por um lado, o conceito é recorrentemente comparado, e as vezes definido, em termos de uma “linguagem” (Skinner, 1948, p. 115, p.

⁶⁹ Original em inglês: people who respond to behavior in certain ways because of the practices of the group of which they are members.

121, 1957, p. 461) ou de uma “língua” (Fernandes et al., 2007, p. 273; Siracusa, 2018, p. 30), o que não ocorre (pelo menos nos trabalhos analisados) com o conceito de comunidade verbal. O mesmo acontece com ambiente verbal e “cultura” (Skinner, 1989, p. 44, 1986, p.121; Fernandes et al., 2017, p.273) que “evolui” (Skinner, 1986, p. 121), o que também não encontra paralelo quando se fala de comunidade verbal. Siracusa (2018) afirma, ademais, que o ambiente verbal pode ser “transmitido de geração em geração” (p. 30), o que Skinner (1948) parece confirmar quando diz que “a conquista humana duradoura é o ambiente verbal em si, no qual a conquista individual sobrevive” (p. 157, tradução nossa⁷⁰). A comunidade verbal, entretanto, não parece ser tratada em termos de algo que possa ser transmitido. A diferença entre os conceitos fica evidente, também, quando o ambiente verbal é equiparado a uma linguagem ou língua, sendo que, de forma repetida, linguagem e língua são definidos como “as práticas de uma comunidade verbal que modelam e mantêm o comportamento de falantes” (Skinner, 1969, p. 31, tradução nossa⁷¹) ou como “as práticas reforçadoras da comunidade verbal” (Skinner, 1957, p. 36, tradução nossa⁷²), ou seja, como algo relacionado, de fato, com a comunidade verbal, mas não exatamente como sendo o mesmo que ela.

Por outro lado, há vários outros momentos em que o inverso também acontece: algumas maneiras nas quais o conceito de comunidade verbal é abordado não são reproduzidas ao abordar o conceito de ambiente verbal. Embora Skinner não defina explicitamente “o que devemos conceber como ‘comunidade verbal’” (Burton & Kagan, 1994, p. 90, tradução nossa⁷³), há indícios de que pode se tratar de um conjunto de indivíduos quando, por exemplo, ele define a comunidade verbal “como uma coleção de ouvintes”

⁷⁰ Original em inglês: the abiding human achievement is the verbal environment itself, in which individual achievement survives.

⁷¹ Original em inglês: the practices of the verbal community which shape and maintain the behavior of speakers.

⁷² Original em inglês: the reinforcing practices of the verbal community.

⁷³ Original em inglês: how we are to conceive of the verbal community.

(Skinner, 1957, p. 26, tradução nossa⁷⁴), ou quando, em outro texto, ele explica que “se eventos até então classificados como privados agora podem ser diretamente observados pela comunidade verbal, a comunidade pode arranjar contingências melhores para ensinar aos seus membros a falar sobre eles” (Skinner, 1969, p. 244, grifos nossos, tradução nossa⁷⁵). Além de observar eventos, Skinner (1969) afirma que a comunidade verbal pode (ou não) estar “em contato” com eles (p. 249) ou inclusive que alguém pode “falar consigo mesmo da mesma maneira que ele fala com outro ouvinte ou com a comunidade verbal no geral” (Skinner, 1957, p. 163, grifos nossos, tradução nossa⁷⁶). Tal entendimento se mantém em trabalhos como de Góngora e Abib (2001), que definem “comunidade verbal” como sendo um “grupo social que fala a mesma língua e compartilha uma cultura em comum” (p.1 5, grifos nossos), e de Passos (2003), que trata da comunidade verbal em termos de um “conjunto de pessoas cujos operantes verbais foram estabelecidos por contingências de reforçamento semelhantes e que, por isso, partilham uma mesma língua” (p. 196, grifos nossos). Burton e Kagan (1994), apesar de não o fazer de modo tão explícito, também parecem assumir essa possibilidade, pois, ao definir “comunidade verbal” como o “link entre as experiências privadas dos indivíduos e as estruturas, por um lado, e as práticas e convenções da sociedade, por outro” (p.87, tradução nossa⁷⁷), estão indiretamente diferenciando-a das práticas da sociedade, as quais envolvem o que é chamado por outros autores de “linguagem” ou “ambiente verbal” (Skinner, 1948, 1957, 1969, 1989; Fernandes et al., 2007; Siracusa, 2018; Passos, 2007, 2012).

⁷⁴ Original em inglês: The verbal community, as a collection of listeners.

⁷⁵ Original em inglês: If events hitherto classified as private can now be directly observed by the verbal community, the community can arrange better contingencies in teaching its members to talk about them.

⁷⁶ Original em inglês: A man talks to himself, as he talks to another listener or to the verbal community at large.

⁷⁷ Original em inglês: a link between the private experiences of individuals, on the one hand, and societal structures, practices and conventions, on the other.

Esta sistematização mostra que, apesar das diferenças nas definições e das formas de abordar os conceitos de “ambiente verbal” e “comunidade verbal” aparecerem de modo breve ou fragmentado na literatura, elas permitem perceber ao menos duas coisas: 1) que os conceitos são de fato tão próximos que se “tocam” em vários momentos, permitindo que sejam usados, em alguns contextos específicos, como sinônimos; e 2) que apesar de sua proximidade, ainda se trata de dois conceitos diferentes, não admitindo serem usados intercambiavelmente em todo e qualquer contexto.

Em primeiro lugar, o fato do “ambiente verbal” ser tratado repetida e consistentemente, tanto por Skinner como por outros autoras e autores, como “cultura”, “linguagem” ou “língua”, como algo capaz de evoluir e de ser transmitido de geração em geração (o que não acontece com o conceito de comunidade verbal) parece demarcar uma diferenciação importante entre os conceitos. Isso porque “linguagem” é frequente e consistentemente definida como *o conjunto de práticas da comunidade verbal* e, “traduzindo” os termos pelas suas correspondências, dizer que ambiente verbal é uma comunidade verbal implicaria em dizer que um ambiente verbal é, então, “as práticas de um ambiente verbal”, o que além de ser obviamente circular e não definir realmente o conceito, deixaria simultaneamente na mesma situação um terceiro termo: a linguagem, impossibilitando o leitor de chegar a nenhuma conclusão ou inclusive de usar efetivamente os conceitos, pois todos seriam “a mesma coisa”.

Em segundo lugar, o entendimento da comunidade verbal como um *conjunto ou grupo de indivíduos*, capaz de observar eventos ou de entrar em contato com eles, e com o qual pode-se falar, parece delimitar uma segunda diferenciação importante, já que indivíduos não podem ser linguagens e nem podem ser transmitidos de geração em geração. Como explicar, então, as afirmações na literatura que dizem que o ambiente verbal e a comunidade verbal estão compostas por ouvintes, que ambos produzem, modelam e mantêm comportamento

verbal, que ambos podem envolver diferentes audiências ou, inclusive, o fato de ambos poderem ser classificados como científicos ou literários?

Pode-se começar a responder a essa pergunta pensando na questão da amplitude dos conceitos, ou seja, nos aspectos que eles abarcam. Ao assumir que uma comunidade verbal é um grupo de seres humanos que compartilham práticas culturais verbais (práticas estas que são convencionais por serem arbitrariamente estabelecidas pelo grupo), estamos delimitando o conceito a esses aspectos do mundo. Esses indivíduos, por se comportarem de forma específica (verbal), classificam-se como ouvintes e falantes, capazes de produzir comportamento verbal, assim como de modelá-lo e mantê-lo em seus pares. Uma vez que, graças às características especiais do comportamento verbal, um mesmo falante pode afetar a vários ouvintes ao mesmo tempo, é possível falar do termo coletivo “audiência” quando estamos nos referindo a um conjunto de indivíduos capazes de se comportar verbalmente sob controle específico de seus repertórios de ouvintes. O mesmo, no entanto, não poderia ser feito no caso dos falantes, pois quem se comporta como um falante é sempre o indivíduo: vários indivíduos podem ouvir uma ação verbal ao mesmo tempo, mas podem não emitir a mesma ação verbal ao mesmo tempo, o que parece justificar a ausência de um termo coletivo, equivalente ao de audiência, para os falantes. Desse modo, é possível que haja, numa mesma comunidade verbal, subgrupos ou subdivisões de indivíduos que reforcem especificamente certos tipos de ação verbal e que, portanto, “controlem diferentes subdivisões do repertório do falante” (Skinner, 1957, p. 173, tradução nossa⁷⁸), relacionados a um tema, ou em determinado idioma, por exemplo, e podendo estabelecer, inclusive, sua própria linguagem (Skinner, 1957). Essas subdivisões ou “subcomunidades” verbais (Skinner, 1957, p. 429) são, ao mesmo tempo, audiências, como é o caso das audiências científicas e das audiências literárias (que, a depender do contexto ou do aspecto que seja relevante no momento, podem

⁷⁸ Original em inglês: control different subdivisions of the repertoire of the speaker.

ser denominadas também de comunidades ou de subcomunidades verbais científicas e literárias). Essas subdivisões podem conviver numa mesma comunidade verbal mais ampla (por compartilharem um conjunto de práticas verbais) e, segundo Skinner (1957), não são fixas “nem necessariamente compostas por diferentes membros. Às vezes, uma comunidade modela e mantém o comportamento de entretenimento dos poetas e dos contadores de estórias; em outros momentos, e geralmente em relação a outros falantes, modela e mantém o comportamento verbal que leva a resultados práticos” (p.429-30, tradução nossa⁷⁹).

O conceito de ambiente verbal, por outro lado, parece ser mais amplo. Ele parece não apenas englobar todos os processos e conceitos citados acima, mas ultrapassá-los no sentido de poder abarcar simultânea ou contextualmente muitos deles ou outros diferentes sem, com isso, perder sua identidade. Se “ambiente” é todo o conjunto de estímulos que afetam (e são afetados) pelo comportamento dos organismos (Skinner, 1953), pode-se defender que “ambiente verbal” é tudo aquilo que afeta verbalmente o comportamento dos indivíduos, isto é, que afeta os indivíduos porque eles foram previamente treinados por sua(s) comunidade(s) verbal(is), as quais estabeleceram uma série de contingências arbitrárias e socialmente mediadas e, com isso, uma sensibilidade em seus membros com respeito a esse tipo de contingências, seus produtos e elementos, ou em outras palavras, ao ambiente verbal. Desse modo, o ambiente verbal não só englobaria todos os processos e conceitos supracitados (ouvintes, falantes, audiências, produção, modelagem e manutenção de comportamento verbal e, inclusive, comunidades verbais), como também, e a depender do contexto, pode ser identificado com um ou outro, permitindo que se descrevam, assim, os próprios conceitos, processos ou elementos como *sendo ambientes verbais*. Um ouvinte, então, pode “ser parte” (Skinner, 1948, p.115) ou pode “participar” (Skinner, 1948, p.24) de um ambiente verbal, mas

⁷⁹ Original em inglês: The subcommunities are not, of course, necessarily composed of different members. At times a community shapes and maintains the entertaining behavior of poets and story-tellers; at other times, and usually with respect to other speakers, it shapes and maintains verbal behavior which yields practical results.

também pode simplesmente *ser o ambiente verbal* de um indivíduo específico, numa situação específica. O que é a mesma coisa que dizer que “pessoas que respondem ao comportamento de certas formas por causa das práticas do grupo do qual são membros” (Skinner, 1957, p. 226, tradução nossa⁸⁰) fazem parte ou participam de um ambiente verbal. Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se dizer que uma comunidade verbal (como, por exemplo, uma comunidade verbal científica) *é parte de um ambiente verbal*, mas também pode-se dizer que ela *é o ambiente verbal* em certos casos, se a ênfase está sendo dada a determinados indivíduos que estão se comportando em relação a ela. De modo geral, poder-se-ia dizer, então, que toda comunidade verbal é parte de um ambiente verbal mais amplo e que é, ao mesmo tempo, o ambiente verbal de determinados indivíduos, do qual surgem determinadas práticas verbais; mas não seria possível afirmar que todo ambiente verbal é parte de uma comunidade verbal, nem que todo ambiente verbal é uma comunidade verbal (pois em alguns casos específicos, o termo pode estar se referindo apenas àquela comunidade verbal em específico) mas, em sua versão mais ampla, o ambiente verbal vai além: pode envolver diferentes comunidades verbais, práticas verbais, linguagens, interações verbais e inclusive produtos do comportamento verbal (como livros ou gravações, por exemplo).

Com base nessas reflexões, propõe-se a adoção, neste trabalho, das seguintes definições:

- **Comunidade verbal:** grupo de seres humanos que compartilham um ou mais conjuntos de práticas verbais (ou linguagens);
- **Linguagem:** conjunto de práticas verbais de uma dada comunidade verbal;
- **Ambiente verbal:** todo o conjunto de estímulos que afeta verbalmente o ser humano;
- **Audiência:** conjunto específico de ouvintes ou de repertórios de ouvintes.

⁸⁰ Original em inglês: people who respond to behavior in certain ways because of the practices of the group of which they are member.

Considerando a centralidade desses conceitos para qualquer discussão sobre o comportamento verbal na ótica skinneriana, bem como as diferentes interpretações sobre seus usos e definições, a tentativa de uma operacionalização, mesmo que preliminar, impõe-se como necessária. Com isso não se pretende que a questão esteja resolvida. Tratando-se de conceitos complexos, seria possível empreender análises mais pormenorizadas, mas isso excederia o escopo desta pesquisa.

6.2. A complexidade do comportamento verbal

Levando em consideração que o comportamento verbal exige, no mínimo, a presença de um falante e de um ouvinte (ou de um repertório de falante e um repertório de ouvinte) interagindo, é possível afirmar que esse tipo de comportamento é produto tanto da história do falante quanto da história do ouvinte (ou das histórias responsáveis por cada repertório no mesmo indivíduo), o que, sem dúvida, inclui as práticas das comunidades verbais. Isso, por si só, já constitui um número notavelmente alto de variáveis interagindo. Ao mesmo tempo, é preciso levar em consideração as variáveis das circunstâncias específicas nas quais está se dando a interação em questão; ou seja, variáveis ambientais de vários tipos, como a presença ou não de outros ouvintes, o tipo da audiência (Se é religiosa, científica, literária... Que língua ou línguas ela admite, etc.), os estados motivacionais e emocionais vigentes tanto no falante quanto no ouvinte (privação, saciação, etc), a topografia dos eventos verbais (São vocais? Escritos? Taquigrafados?, etc), assim como outros eventos ambientais que possam estar controlando o comportamento do falante, do ouvinte ou de ambos. A própria interação entre falante e ouvinte também produz variáveis específicas que vão interferindo no comportamento verbal produzido. Dado o baixo custo de resposta do comportamento verbal (sobretudo, quando é vocal), os eventos verbais podem ocorrer em grande quantidade e de forma muito rápida em curtos espaços de tempo, encadeando-se uns nos outros de forma dinâmica e

exibindo rapidamente os efeitos das contingências. Além disso, é importante lembrar que, mesmo nas interações entre dois indivíduos, cada um deles possui ambos os repertórios (de falante e de ouvinte), que coexistem e interagem continuamente, inclusive durante interações com outros indivíduos, o que produz uma quota própria de variáveis que se somam às outras, podendo influenciar também na emissão do comportamento verbal em questão (como é o caso da auto-edição, por exemplo). E como se isso não fosse suficiente, Skinner (1957) ainda alerta que os estágios iniciais da emissão comportamento verbal têm, como em qualquer outro comportamento, a capacidade de estimular quem o emite (auto-estimulação), adicionando assim uma outra série de variáveis que provêm do próprio organismo do falante e que não dependem tão diretamente do comportamento do ouvinte. Essa lista não esgota a multiplicidade de fatores que participam na produção de comportamento verbal, mas serve para dar ao leitor uma ideia da possibilidade de interação tão complexa e única de variáveis da qual o comportamento verbal é responsável. Ademais, a hipotética interação entre falante e ouvinte da qual partimos se trata apenas de um pequeno e simplificado recorte que se insere num fluxo comportamental verbal maior e ainda mais complexo. Esse fluxo, com o passar do tempo, tende a aumentar seu nível de complexidade, pois a interações desse tipo se somam outras, que atualizam o estado comportamental do qual esse evento comportamental é parte e que podem produzir registros e afetar inúmeras pessoas, no presente e no futuro.

Enfim, dificilmente essa variedade e complexidade poderia ser alcançada apenas com o comportamento não-verbal. E, provavelmente por isso, essa miríade de possibilidades e interações múltiplas, muitas vezes simultâneas e de origens muito diversas que produz os comportamentos tipicamente humanos têm nos maravilhado, assustado ou intrigado ao longo dos séculos. Essa complexidade é tão difícil de ser captada, analisada e descrita, e tem produtos tão diferentes daqueles que são fruto do comportamento não-verbal que não é de se

estranhar que os seres humanos tenhamos procurado por causas místicas ou sobrenaturais para explicá-la.

6.2.1. Os operantes verbais

Buscando entender, organizar e analisar o fluxo comportamental verbal, Skinner (1957) identificou certos padrões de regularidade na interação de variáveis que configuravam estados comportamentais característicos e procedeu a descrever esses recortes ou unidades de análise sob o rótulo de *operantes verbais*, destacando sete em especial: o mando, o ecóico, o textual, o intraverbal, a transcrição, o tacto, e o autoclítico. Na sequência, serão apresentadas breves descrições desses operantes verbais, apontando sua dinâmica, suas principais características, e subdivisões.

6.2.1.1. O mando

Denomina-se *mando* à classe de eventos comportamentais verbais cuja probabilidade de ocorrência depende de estados motivacionais (privação e estimulação aversiva) do falante. Não há, portanto, uma relação específica com um estímulo ambiental prévio⁸¹. Se um indivíduo se encontra em estado de privação de água (*em sede*), é provável que, na presença de um ouvinte, ele emita o mando “Me dá um copo d’água”, que será reforçado caso o ouvinte lhe sirva um copo d’água. O fato de o mando depender de um estado de privação, faz com que o reforçador seja específico, ou seja, apenas água reforçará o pedido por água. Por

⁸¹ Essa afirmação pode soar contraditória com o fato da estimulação aversiva ser uma das variáveis de controle do mando. Uma forma de evitar a contradição é distinguir os termos *estímulo aversivo* e *estimulação aversiva*: o primeiro refere-se a um estímulo ambiental específico, o segundo não. Isso quer dizer que a estimulação aversiva seria uma variável de controle do mando, mas o estímulo aversivo, não. A noção de estimulação aversiva, assim como a privação, é uma variável de estado, que como tal não se identifica com um estímulo antecedente específico. Para evitar essa confusão poder-se-ia usar a preposição *em* antes de variáveis de estado (o organismo está *em* fome, ou *em* estimulação aversiva), ou usar *aversão* em vez de estimulação aversiva - algo que Skinner fez em *Science and Human Behavior*. No caso de *Verbal Behavior*, a “solução” adotada por Skinner foi usar o termo *estado* (*state*) antes de estimulação aversiva; o problema é que, em geral, isso ocorre na expressão *states of deprivation and aversive stimulation*, que pode gerar alguma ambiguidade.

isso, o mando, geralmente, especifica tanto o reforçador (água), quanto o comportamento que deve ser executado pelo ouvinte para reforçar esse mando (dar um copo d'água). Assim que o ouvinte executa a ação, um reforçador generalizado adicional (“obrigado”) pode ser fornecido a ele pelo falante, mas essa não é uma variável necessária nem suficiente para explicar o funcionamento do mando. Percebe-se, então, que estamos diante de um padrão de interação verbal que, como explica Skinner (1957), “funciona primariamente para o benefício do falante” (p. 36, tradução nossa⁸²).

Dadas essas características, Skinner (1957) aponta que é “provável que mandos recorrentes façam com que o ouvinte se revolte” (p. 41, tradução nossa⁸³). *Mandos disfarçados*, isto é, mandos que apresentam uma modificação da topografia que mantém sua função sem evocar os efeitos indesejáveis para o falante (o não cumprimento do mando), assim como o uso de deferência ou de bajulação, aumentam a possibilidade do ouvinte responder adequadamente ao mando do falante. A ocorrência frequente desses tipos de técnicas, segundo Skinner (1957), “ênfatisa a precariedade do reforçamento do mando” (p. 41, tradução nossa⁸⁴).

Além do mando disfarçado, outros tipos de mandos também podem ocorrer, como o *mando estendido* e suas respectivas subdivisões: o *mando supersticioso* e o *mando mágico*. O mando estendido ocorre devido a uma generalização desse comportamento verbal, que passa a ser emitido na ausência de ouvintes, em decorrência de condições motivacionais específicas (privação ou estimulação aversiva) e uma história individual ou cultural de reforçamento. Pedir a um trevo de quatro folhas que nos dê sorte pode ser um exemplo de mando supersticioso quando, além de termos sido condicionados por nossa cultura a fazê-lo, por acaso nosso mando foi também contiguamente reforçado. No mando mágico, a extensão

⁸² Original em inglês: works primarily for the benefit of the speaker.

⁸³ Original em inglês: repeated mands are likely to move the listener to revolt.

⁸⁴ Original em inglês: emphasizes the precariousness of the reinforcement of the mand.

decorre de forte privação (ou de uma estimulação aversiva extrema), que faz com que o falante tenha uma alta probabilidade de emitir um mando especificando o reforçador (positivo ou negativo) apropriado, mesmo na ausência de um ouvinte que possa efetivamente reforçar essa ação, como acontece quando damos ordens para objetos inanimados e animais não-humanos. Skinner (1957) aponta que esse tipo de mando explica, também, algumas ações verbais de poetas, quando eles ou elas escrevem versos implorando por um beijo ou pela volta da pessoa amada, por exemplo.

Além dos comandos e pedidos, ações verbais comuns no nosso dia-a-dia, como conselhos, súplicas, advertências, permissão e ofertas, também são tipos de mando. Por fim, *auto-mandos* (quando quem fala e quem ouve e responde ao mando é o mesmo indivíduo) podem ser úteis, pois sua emissão geralmente tem consequências menos aversivas que a ação especificada pelo auto-mando. Além disso, o fato de replicar com nós mesmos os mandos emitidos por outras pessoas no passado pode produzir consequências reforçadoras semelhantes que, então, mantêm esse tipo específico de comportamento em nosso repertório (Skinner, 1957).

6.2.1.2. O ecóico

Já no caso dos operantes ecóico, textual e intraverbal, Skinner (1957) indica que a ação verbal é evocada por um estímulo verbal prévio, porém de caráter diferente em cada um deles. No comportamento *ecóico*, esse estímulo é do tipo auditivo (como quando dizemos “pirâmide” após ouvir alguém dizendo “pirâmide”). Operantes do tipo ecóico costumam ser úteis no estabelecimento e modelagem de um repertório verbal em crianças, ou em combinação com mandos (e outros operantes verbais) para solicitar esclarecimentos ou mais detalhes sobre algo (Skinner, 1957). Ademais, como costumeiramente acontece com todo o comportamento verbal, quando o falante emite um ecóico, ele também ouve a si mesmo, pelo

qual ele pode, simultaneamente, ser o produtor da ação verbal ecóica e ser afetado por essa ação como um ouvinte qualquer (graças à coexistência dos repertórios de falante e ouvinte no mesmo indivíduo). Esse tipo específico de ecóico, chamado por Skinner (1957) de *auto-ecóico*, se torna importante para o indivíduo justamente por sua capacidade de produzir mais uma fonte de estimulação para o seu próprio comportamento verbal e, portanto, “ao analisar os múltiplos controles da fala normal . . . será útil apelar para a possibilidade do auto-ecóico” (p. 65, tradução nossa⁸⁵).

6.2.1.3. O operante textual

Diferentemente do operante ecóico, no comportamento *textual* o estímulo antecedente é escrito, transformando assim o falante em um escritor, e o ouvinte num leitor. Se trata de um tipo de comportamento especialmente importante, não apenas nos processos de estabelecimento de repertórios verbais, mas também por ser um dos principais responsáveis pela capacidade do comportamento verbal afetar indivíduos que não compartilham do mesmo ambiente físico ou temporal (um livro escrito no século passado, por exemplo, precisa ser *lido* pelos indivíduos nos dias atuais para poder afetá-los). Por outro lado, e da mesma forma que ocorre no comportamento auto-ecóico, o comportamento textual também pode ser emitido e afetar o mesmo indivíduo, como quando uma pessoa lê algo que ela mesmo escreveu. Esse comportamento *auto-textual*, segundo Skinner (1957), tem uma maior relevância para o indivíduo e para o grupo do que o auto-ecóico pelo fato dele produzir registros (o texto) com maior durabilidade do que uma ação verbal ecóica (cujas natureza é vocal e, a não ser que seja gravada, relativamente mais transitória). Escrever lembretes que possam afetar nosso próprio comportamento no futuro, ou produzir, mediante a escrita e leitura de nosso texto, condições

⁸⁵ Original em inglês: In analyzing the multiple causation of normal speech . . . it will be useful to appeal to the possibility of self-echoism.

de editar ou compor o próprio comportamento verbal são algumas vantagens importantes dos operantes auto-textuais.

6.2.1.4. O intraverbal

Já nos *operantes intraverbais*, tanto os estímulos verbais quanto as ações verbais envolvidas na interação podem ser de natureza vocal, escrita, ou diferentes combinações de ambos (Skinner, 1957). Além disso, esse tipo de operante costuma se caracterizar por eventos comportamentais que ocorrem de maneira encadeada e cujas “relações controladoras são frequentemente sobrepostas, conflitantes e, no geral, fracas” (p. 185, tradução nossa⁸⁶). Assim, graças a esse encadeamento, o comportamento intraverbal apresenta um controle que não se restringe à ação verbal mais recente, mas que se estende no tempo, resultando num fluxo fluido de ações verbais diversas. Nesse processo, a auto-estimulação tem um papel importante para o encadeamento de ações verbais, funcionando como uma “cola” entre cada ação encadeada. Skinner (1957) ilustra essa dinâmica com o seguinte paralelo:

Muitas das características importantes das respostas verbais encadeadas, ou dos intraverbais de modo geral, são esclarecidas na comparação com o comportamento musical. Ao tocar uma música de memória o pulo haplológico antecipatório para uma frase conclusiva, a haplologia reversa de ser incapaz de encontrar a frase conclusiva por conta de um encadeamento anterior que recorrentemente é evocado antes, e o “começo antes do tempo”, frequentemente necessário para começar a tocar *in medias res*, são paralelos óbvios. A música também fornece evidências da importância da auto-estimulação nas cadeias “intraverbais”. O cantor que não consegue produzir as notas no tom apropriado pode “afrouxar melodia” tanto na leitura de uma partitura

⁸⁶ Original em inglês: controlling relations are generally overlapping, conflicting, and usually weak.

quanto no canto de ouvido ou guiado pelas notas musicais (p.73, grifo do autor, tradução nossa⁸⁷).

Os operantes intraverbais são exemplos, dessa forma, da capacidade do ser humano emitir diversas ações verbais encadeadas sem que cada uma delas precise ser reforçada individualmente pelo ouvinte “externo”. Muitas vezes, ainda, grupos de ações verbais tendem a ser reforçados em conjunto, produzindo as tendências que Skinner (1957) denominou de “uso contíguo” [*contiguous usage*]. Como se não fosse suficiente, a multiplicidade do controle somada à dinâmica encadeada desse tipo de comportamento produz, segundo Skinner (1957), um número de relações intraverbais que “no repertório de um falante adulto, provavelmente ultrapassa o número de formas diferentes de resposta em seu repertório, já que uma dada forma pode ter muitas conexões funcionais” (p. 76, tradução nossa⁸⁸).

6.2.1.5. A transcrição

Os operantes verbais denominados de *transcrição*, por outro lado, abarcam uma classe de ações verbais *escritas* (independentemente do tipo de estimulação anterior) que funcionam no mesmo estilo dos operantes ecóicos. Esses operantes podem ser tanto de *tomada de ditado* quanto de *cópia* (Skinner, 1957). Quando o fato de alguém dizer “lobo” (estímulo verbal vocal), evoca a ação verbal escrita “lobo”, por exemplo, estamos diante de um operante transcritivo de tomar ditado. Já nos casos em que, perante o estímulo verbal escrito “lobo”,

⁸⁷ Original em inglês: Many important characteristics of chained verbal responses, or of intraverbals in general, are clarified by a comparison of musical behavior. In playing from memory, the haplological anticipatory jump to a concluding phrase, the reverse haplology of being unable to find the concluding phrase because an earlier linkage keeps recurring, and the "running start" frequently needed to begin playing *in medias res* are all obvious parallels. Music also provides evidence of the importance of self-stimulation in "intraverbal" chains. The singer who cannot produce notes at the proper pitch may "lose the melody" in either sight-reading or singing by ear or from note.

⁸⁸ Original em inglês: in the repertoire of an adult speaker probably greatly exceeds the number of different forms of response in that repertoire, since a given form may have many functional connections.

executamos a ação verbal também escrita “lobo”, estaremos diante de um operante transcritivo de cópia.

Uma característica da transcrição, assim como de qualquer comportamento verbal escrito é a necessidade da mediação do ambiente físico, processo que Skinner (1957) descreve em três estágios. Ao falar, geralmente não precisamos de mais nada além do próprio corpo, caso ele estiver funcionando de modo padrão (sem danos específicos aos órgãos envolvidos na fala). Ao escrever, porém, primeiro é preciso ter acesso a materiais necessários para a execução da ação, como lápis, papel, computador, celular etc. Completado esse primeiro estágio, ainda precisamos executar uma série de ações diferentes às de falar, isto é, precisamos realizar um conjunto de marcas específicas que adquirimos por meio do condicionamento da nossa comunidade verbal (processo de alfabetização). Finalmente, o produto de nossa ação verbal escrita precisa afetar um ouvinte, sendo necessário, então, que outra pessoa (ou em alguns casos, um de nossos repertórios de ouvinte) tenha acesso e se engaje em comportamento de tipo textual com ele.

6.2.1.6. O tacto

O *tacto*, outro dos operantes verbais apontados por Skinner (1957) como importante para entender o comportamento verbal, se trata de uma classe de ações verbais cuja probabilidade de ocorrência costuma ser alta na presença de estímulos não-verbais. O ato de “nomear”, por exemplo, é uma forma de tacto. Lembrando que aquilo que determina o “nome”, entretanto, não é uma suposta correspondência com o ambiente físico, mas as práticas de reforçamento da comunidade verbal no contexto da qual essa ação verbal estiver sendo emitida.

Neste tipo de operante, o mesmo processo de generalização que ocorre no comportamento não-verbal também é observado, pois quando o falante é reforçado por emitir

uma ação verbal do tipo tacto na presença de determinado estímulo, diversos aspectos desse estímulo e dessa ocasião no geral, ganham algum tipo de controle sobre ele. Sendo assim, caso o indivíduo encontre novos estímulos que compartilhem de alguns desses aspectos, há grandes chances dele emitir uma ação verbal semelhante.

Ao fazer isso (ao tactar seu ambiente), o falante amplia o contato do seu ouvinte com o ambiente, permitindo que ele seja afetado indiretamente por aspectos com os que talvez não tenha se relacionado ainda ou que se relacione de formas diferentes daquelas que já o afetam. Assim, diferentemente do mando, o operante verbal do tipo tacto funciona em benefício do ouvinte e é por causa dessa vantagem que é reforçado e mantido por ele e pelo restante da comunidade verbal (Skinner, 1957).

O refinamento desse controle para um único aspecto, ou para um conjunto específico de aspectos se dá de forma arbitrária pelas práticas de reforçamento da comunidade verbal do indivíduo e vai obedecer àquilo que para ela seja mais importante. Assim, indivíduos que habitem regiões cobertas a maior parte do ano por neve, como o povo Sàmi do norte da Noruega, por exemplo, têm uma alta probabilidade de que na presença do evento ambiental “neve” fiquem sob controle de vários dos seus aspectos (Eira et al., 2013). Com o passar do tempo, a comunidade verbal pode reforçar diferencialmente suas ações verbais de modo que paulatinamente fiquem sob controle de aspectos específicos da neve, como sua textura ou as diferentes tonalidades de branco. Desse modo, dado que distinguir certas propriedades da neve é importante para essa comunidade verbal, os repertórios verbais de seus membros geralmente contarão com pelo menos um operante verbal do tipo tacto sob controle de cada uma dessas propriedades importantes. Em outras palavras, sua linguagem possuirá vários termos para se referir às especificidades de cor e textura da neve, como por exemplo, a linguagem dos Sàmi, que conta com o tacto “*Sievlla*”, modelado sob controle de neve muito molhada e na qual é difícil caminhar porque afunda facilmente, ou o tacto “*Čearga*”, cuja

frequência de emissão é especialmente alta na presença de neve muito dura e com uma grande espessura que impede que renas e pastores de renas caminhem sobre ela, dentre outros (Eira et al., 2013).

De maneira semelhante, o fato de podermos dizer, pelo menos no português, que esses dois tipos de neve ainda são “neve” é produto do que Skinner (1957) denomina de *tacto estendido*. Assim, ficar sob controle de diferentes aspectos de um dado estímulo (a neve ser branca e fria, por exemplo) aumenta as chances de que o falante emita a mesma ação verbal na presença de outro estímulo que também apresente um ou vários desses aspectos (neve molhada e que afunda fácil), mesmo que se trate de um estímulo novo e/ou que tenha outras propriedades que não estavam presentes no primeiro. Esse tipo específico de *tacto estendido* configura, segundo a classificação skinneriana, uma *extensão genérica* do *tacto*. Outro tipo de extensão do *tacto* é a *extensão metafórica*, que se caracteriza pela emissão de ações verbais na presença de um estímulo, porém, neste caso, sob controle de propriedades do estímulo que são importantes para o falante, mas não coincidem com “a contingência respeitada pela comunidade verbal” (Skinner, 1957, p. 92, tradução nossa⁸⁹). Desse modo, extensões metafóricas do *tacto* podem proporcionar informações sobre o controle de estímulos imperante no falante naquele momento e, portanto, sobre sua história e experiências passadas (pois as analogias presentes na metáfora são sempre em relação a alguma coisa sob a qual o falante já ficou sob controle no passado).

A *extensão metonímica* do *tacto*, por outro lado, ocorre quando a ação verbal fica sob controle de um estímulo que, geralmente, acompanha o estímulo pelo qual o falante costuma ser reforçado. Dessa forma, alguém pode falar que está vendo “um Picasso” quando, num museu de arte, passa na frente de um quadro pintado por Picasso. Já a *extensão solecística*, que Skinner descreve como sendo “uma extensão ainda mais tênue do *tacto*” ocorre quando a

⁸⁹ Original no inglês: the contingency respected by the verbal community.

ação verbal fica sob controle de uma propriedade pouco ou nada relacionada com o estímulo, simplesmente pelo fato do reforçamento ter acontecido em sua presença. Se trata de uma classe de ações verbais que não é muito efetiva e que, muitas vezes, é punida na comunidade verbal.

A *nomeação* é outro tipo de tacto estendido, que descreve classes de ações verbais que ocorrem diante de um estímulo (ou uma combinação de estímulos) novo(a). Quando o grau de novidade desse evento ambiental atinge uma dimensão importante na comunidade verbal, o falante é reforçado por emitir uma ação verbal nova na presença desse estímulo insólito. Dar nome a um recém-nascido ou um novo fenômeno climatológico são exemplos de nomeação. Quando, por outro lado, não estamos na presença de estímulos relevantes, mas mesmo assim emitimos uma ação verbal sob condições aversivas instaladas pelo mando “me diga o nome disso”, por exemplo, essa ação verbal seria parte da extensão do tacto denominada *adivinhação*.

Outro tipo importante de tacto é o tacto *abstrato*, no qual intervêm, de maneira bastante importante, outros processos comportamentais. Segundo Skinner (1957), é frequente que as comunidades verbais considerem especialmente úteis as ações verbais que ocorrem sob controle muito estrito de uma propriedade específica dos estímulos. Esse tipo de controle, no entanto, pode não ser fácil de produzir quando a extensão dos tactos é muito livre. Por isso, nas palavras de Skinner (1957),

A comunidade verbal lida com esse problema recorrendo a outro processo comportamental que agudiza o controle de estímulos e que se opõe ao processo de extensão. Ela reforça respostas na presença de uma propriedade escolhida de um estímulo e deixa de reforçar, ou inclusive chega a punir, respostas evocadas por

propriedades não-especificadas. Como resultado, a resposta tende a ser emitida apenas na presença da propriedade escolhida (p. 107, tradução nossa⁹⁰).

Ações verbais abstratas caracterizam-se pela sua efetividade para lidar de forma prática com o ambiente, como ocorre na ciência, por exemplo. Sua utilidade, porém, não é sinônimo de um controle puro ou exclusivo em relação à propriedade em questão, pois não é possível isolar completamente uma ação ou classe de ações verbais de outras variáveis que estão constantemente afetando nosso comportamento. É, nesse sentido, que Skinner (1957) afirma que “o processo de abstração provavelmente nunca está completo” (p. 109, tradução nossa⁹¹).

Comportamento verbal do tipo *tacto* também pode ocorrer quando o falante e o ouvinte do *tactar* são o mesmo indivíduo (*auto-tacto*) e, mais especificamente, quando aquilo que é *tateado* é seu próprio comportamento. O resultado desse processo é o comportamento *auto-descritivo* que, por sua vez, é, segundo Skinner (1957), um requisito necessário para o que é denominado de *consciência* nos seres humanos. *Auto-tactos* desse tipo “são estabelecidos na maioria das comunidades verbais . . . , são úteis como uma fonte de dados nas ciências sociais e . . . podem ser usados na interpretação de uma parte substancial do campo do comportamento verbal” (Skinner, 1957, p. 146, tradução nossa⁹²).

6.2.1.7. O autoclítico

Finalmente, o operante denominado como *autoclítico* é tratado por Skinner (1957) como uma classe de ações verbais que age sobre os operantes descritos até agora. Segundo o

⁹⁰ Original em inglês: The verbal community deals with this problem by resorting to another behavioral process which sharpens stimulus control and opposes the process of extension. It reinforces responses in the presence of a chosen stimulus property and fails to reinforce, or perhaps even punishes, responses evoked by unspecified properties. As a result, the response tends to be made only in the presence of the chosen property.

⁹¹ Original em inglês: the process of abstraction is probably never complete.

⁹² Original em inglês: are established in most verbal communities, . . . are useful as a source of data in the social sciences, and ... may be used in interpreting a substantial part of the field of verbal behavior.

autor, os operantes abordados até o momento seriam a “matéria prima a partir da qual o comportamento verbal continuado é manufaturado” (p. 312, tradução nossa⁹³), não por algum tipo de agente interno e inacessível, mas mediante um processo de controle mútuo entre repertórios do falante. Assim, quando o falante se comporta verbalmente, ele não apenas emite uma série de operantes verbais entrelaçados e multiplamente controlados, que se afetam mutuamente, mas, simultaneamente, também os modifica de várias maneiras (quantificando-os, qualificando-os, compondo a “ordem” de enunciação, editando partes ou, inclusive, descartando-as). Verbos como “ser” podem ser considerados autoclíticos *qualificativos* de *asserção*, pois modificam um tacto ao afirmar a existência do estímulo que controlou a emissão desse tacto; usando um exemplo similar ao que é dado por Skinner (1957), não é a mesma coisa dizer “injustiça” e “é uma injustiça”, e certamente as duas ações verbais não têm o mesmo efeito no ouvinte ou leitor. Desse modo, diferentes tipos de autoclíticos (qualificativos, quantitativos, descritivos, relacionais ou manipulativos), e suas respectivas subdivisões, são classificados como tal em função do efeito modificador que cada um têm sobre o restante do comportamento verbal do falante, o que depende, em última instância, do efeito que terá sobre o ouvinte.

6.2.2. O controle múltiplo do comportamento verbal: o ambiente verbal como uma complexificação do ambiente

Como foi possível perceber, os operantes verbais identificados por Skinner (1957) são categorias amplas que englobam diversas classes de respostas similares, mas cujas particularidades justificaram sua classificação em subcategorias específicas. Entretanto, esses operantes não ocorrem de forma isolada ou “pura”. Pelo contrário, eles estão constantemente se entrelaçando, ocorrendo de maneira simultânea, afetando-se mutuamente ou funcionando

⁹³ Original em inglês: . . . the raw material out of which sustained verbal behavior is manufactured.

de forma conjunta, sem deixarem de estar sujeitos ao controle de aspectos não-verbais (condições corporais sentidas, estados motivacionais, estímulos do ambiente).

É importante não confundir esse impressionante aumento na complexidade do controle do comportamento verbal com algum tipo de forma mais “pura” ou mais próxima de uma essência sem interferências terrenas. O fato do comportamento humano ter ganhado características verbais não o desloca do emaranhado de relações mundanas, corporais e sociais para uma esfera “menos poluída”. O movimento, na verdade, é exatamente o contrário: a adição do termo “verbal” só se justifica precisamente porque complexifica a relação humano-ambiente, multiplicando a quantidade e a imbricação das variáveis já envolvidas no comportamento não-verbal. Da mesma forma, o ambiente verbal que foi sendo construído nesse processo não se trata de um ambiente essencialmente diferente do ambiente não-verbal e capaz de gerar produtos com capacidades extra-comportamentais; trata-se, novamente, de nada mais do que uma ampliação e complexificação dele. Nas palavras de Skinner (1957),

. . . um ambiente verbal pode ter surgido de fontes não-verbais e, em sua transmissão de geração em geração, pode ter sido sujeito a influências que poderiam explicar a multiplicação das formas, das relações de controle e do aumento da efetividade do comportamento verbal como um todo (p. 470, tradução nossa⁹⁴).

Em outras palavras, pode-se dizer que o comportamento verbal entranha (ainda mais) o comportamento no terreno fértil da pluralidade, ao invés de aproximá-lo de uma visão mais monista (essencial) da realidade. Comportamento verbal continua sendo, enfim, comportamento; e a mesma complexidade que envolve sentimentos de falantes e ouvintes, práticas grupais de caráter cultural, estimulação do ambiente físico e do ambiente social, história filogenética, ontogenética e da evolução das culturas e diferentes tipos de operantes

⁹⁴ Original em inglês: . . . a verbal environment could have arisen from nonverbal sources and, in its transmission from generation to generation, would have been subject to influences which might account for the multiplication of forms and controlling relations and the increasing effectiveness of verbal behavior as a whole.

verbais e não-verbais, é a mesma complexidade responsável pela riqueza e poder desse tipo de comportamento.

Ainda no caminho de explicar essa complexidade, e após apresentar uma variedade de operantes verbais, Skinner (1957) se concentra em mostrar que, apesar de sua importância, uma mera classificação e descrição do comportamento verbal em classes de ação verbal não basta para dar conta de sua dinâmica e, sobretudo, de seus produtos e conquistas. Algo característico desse tipo de comportamento e que também merece atenção, para o autor, é a multiplicidade de fontes de seu controle ou, em outras palavras, a multiplicidade de condições responsáveis pela sua ocorrência. Desse modo, a participação e/ou interação de múltiplas audiências ou de diferentes processos comportamentais (como a punição, por exemplo), as variáveis características do comportamento literário, as variáveis decorrentes da topografia da ação verbal, dos temas abordados ou de técnicas de controle prático do comportamento verbal, assim como as novas combinações resultantes de fragmentos da ação verbal, dentre outras variáveis derivadas das práticas da(s) comunidade(s) verbais (ou linguagens) também precisam ser consideradas no entendimento do comportamento verbal.

6.2.3. O episódio verbal total

Tal multiplicidade de variáveis e de interações torna o estudo científico do comportamento verbal uma tarefa difícil, mas não inviável. O comportamento do falante, por ser um ponto de convergência dessa diversidade de variáveis, é um ponto de partida tentador. Porém, ele por si só, sem a explicação do comportamento daquele que o reforça, não vai muito longe. Por isso, o comportamento do ouvinte, com sua confluência particular de variáveis, precisa também entrar na equação. Contudo, ambos os elementos, por separado, tampouco dão conta de explicar o comportamento verbal, pois sua ocorrência se dá *na interação* entre eles. Essa interação, ao mesmo tempo, é diferente de interações sociais não-

verbais, pois está contextualizada nas práticas de comunidades verbais, tornando a compreensão dessas práticas uma condição necessária para entender como e por que as ações verbais do falante são ou não reforçadas pelo ouvinte. Foi levando isso em consideração que Skinner (1957) delineou os contornos de um recorte adequado do fluxo comportamental verbal, que ele denominou de *episódio verbal total*:

Precisamos de explicações separadas, porém, interligadas, dos comportamentos tanto do falante quanto do ouvinte para que nossa explicação do comportamento verbal esteja completa. Ao explicar o comportamento do falante, assumimos um ouvinte que reforçará de certas maneiras o comportamento do falante. Ao explicar o comportamento do ouvinte, assumimos um falante cujo comportamento tem uma certa relação com condições ambientais. As *trocas* entre eles devem explicar todas as condições assumidas até agora. A explicação do episódio todo estará, então, completa (p. 34, grifos nossos, tradução nossa⁹⁵).

Resgatando, mais uma vez, a definição refinada de comportamento verbal, é possível perceber que, nela, Skinner (1957) retoma novamente essa síntese dos elementos necessários para compreender, prever e controlar o fluxo comportamental verbal enfatizando, dessa vez, sua imprescindível contextualização nas práticas de uma comunidade verbal: “Essas práticas e a interação resultante entre falante e ouvinte produzem os fenômenos que são considerados aqui sob a rubrica de comportamento verbal” (p. 226, tradução nossa⁹⁶).

⁹⁵ Original em inglês: We need separate but interlocking accounts of the behaviors of both speaker and listener if our explanation of verbal behavior is to be complete. In explaining the behavior of the speaker we assume a listener who will reinforce his behavior in certain ways. In accounting for the behavior of the listener we assume a speaker whose behavior bears a certain relation to environmental conditions. The interchanges between them must explain all the conditions thus assumed. The account of the whole episode is then complete.

⁹⁶ Original em inglês: These practices and the resulting interaction of speaker and listener yield the phenomena which are considered here under the rubric of verbal behavior.

6.3. O poder do comportamento verbal

Um entendimento científico do comportamento verbal permite, também, uma melhor compreensão das maneiras em que ele aumenta a complexidade, o alcance e, portanto, a efetividade da ação humana. Dentre os efeitos mais importantes do caráter mediado e arbitrário da ação verbal encontra-se a ampliação do “poder sensorial tanto do ouvinte, que agora pode responder ao comportamento de outros ao invés de responder diretamente a coisas e eventos, quanto do poder de ação do falante, que agora pode falar ao invés de fazer” (Skinner, 1957, tradução nossa⁹⁷). Conjuntamente, surge a possibilidade de planejar e executar ações grupais coordenadas e de dividir tarefas de forma útil e, com isso, a possibilidade de produção de consequências de magnitudes (e em velocidades) inimagináveis no plano individual.

Ações que exigissem grandes quantidades de tempo, que envolvessem grandes quantidades de passos ou que demandassem grandes deslocamentos espaciais, como a exploração e mapeamento de novos territórios, por exemplo, eram dificultadas ou impossibilitadas pelas variáveis cujo controle se via reduzido pelas circunstâncias. O comportamento verbal, entretanto, permitiu “esticar” esse controle, pois ao inserir as contingências desse tipo de empreitada num contexto verbal, “comportamentos-ponte” [*bridging behavior*] foram selecionados, modelados e ensinados a outros membros do grupo:

... estímulos distantes são, não obstante, variáveis fracas, e contingências que as envolvem geralmente reforçam “comportamentos-ponte”. O estímulo distante pode ser representado em uma forma que sobreviva até que a resposta possa ser executada.

Fotos e mapas permitem [a ocorrência de] um eventual tacto em relação a um estímulo imediato que satisfaça as contingências que envolvem o estímulo remoto. Respostas

⁹⁷ Original em inglês: both the sensory powers of the listener, who can now respond to the behavior of others rather than directly to things and events, and the power of action of the speaker, who can now speak rather than do.

verbais podem ser registradas na hora, na forma de notas ou diários; as contingências últimas são, dessa forma, satisfeitas por comportamento textual (quando as notas ou diários são lidos), ou por tactos de longa distância suplementados por lembretes textuais (quando os eventos são descritos com o auxílio de notas). A brecha pode ser transposta de outras formas. Ao memorizar uma série de tactos, mais tarde o falante pode descrever a cena com o comportamento intraverbal que ele assim estabeleceu. A transposição é possível por alguma propriedade da situação última que estabelece uma resposta verbal evocando a sequência intraverbal. Breves períodos de tempo são geralmente transpostos mediante o estabelecimento de cadeias de auto-ecoicos, como quando levamos um número da lista telefônica ao telefone repetindo-o até que seja discado [no aparelho] (Skinner, 1957, pp. 416-417, tradução nossa⁹⁸).

As propriedades físicas (produção de sons ou marcas escritas) e a dinâmica (mediada por outros indivíduos que compartilham as práticas de uma mesma comunidade verbal) também permitem que grandes quantidades de seres humanos sejam afetadas simultaneamente apenas com uma ação verbal que, em comparação, geralmente requer um custo muito baixo de energia para ocorrer (Skinner, 1957). Ações mecânicas e diretas tinham limitações claras nesse sentido, sendo necessário repetir essa ação inúmeras vezes para afetar outros indivíduos. Além do gasto de energia e de tempo, essa repetição poderia envolver também mudanças tanto na topografia da ação, quanto nas condições ambientais que afetam as pessoas envolvidas, podendo, assim, levar a alterações importantes no resultado final, isto

⁹⁸ Original em inglês: ... distant stimuli are nevertheless weak variables, and contingencies which involve them usually reinforce "bridging" behavior. The distant stimulus may be represented in a form which survives until a response can be made. Pictures and maps permit an eventual tact to an immediate stimulus which satisfies the contingencies involving the remote stimulus. Verbal responses may be recorded on the spot in the form of notes or logs; the ultimate contingencies are then satisfied by textual behavior (when the notes or logs are read) or by long-distance tacts supplemented by textual prompts (when events are described with the aid of notes). The gap can be bridged in other ways. By memorizing a series of tacts on the spot, the speaker may later describe the scene with the intraverbal behavior he thus sets up. The bridging is accomplished by some property of the ultimate situation which sets off a verbal response evoking the intraverbal sequence. Brief spans of time are frequently bridged by setting up self-echoic chains, as in carrying a telephone number from the directory to the phone by repeating it until it has been dialled.

é, no efeito que se pretende alcançar em outras pessoas. Com o comportamento verbal, no entanto, surge a possibilidade de economizar tempo e energia e de aproveitar, ao mesmo tempo, uma “única” topografia da ação do falante e uma possível regularidade nas condições ambientais das pessoas que estão ouvindo (ou inclusive lendo em situações coletivas, como em salas de aula ou igrejas, por exemplo) para assim atingir efeitos bastantes similares.

Outro exemplo de como o comportamento verbal aumenta a efetividade do controle do nosso comportamento futuro é o caso das resoluções. Para Skinner (1957), embora as resoluções pareçam, à primeira vista um tacto, elas têm a dinâmica de um auto-mando, constituindo-se no que ele denominou de mando disfarçado. Assim, o que pode parecer uma mera descrição de uma ação verbal futura (e.g., “vou iniciar um curso de inglês mês que vem”), se estiver sendo emitida sob uma condição aversiva (e.g., não estar conseguindo compreender um texto da faculdade em inglês), essa suposta descrição de uma ação futura se torna uma descrição da ação necessária que o próprio falante precisa emitir no futuro para escapar dessa estimulação aversiva. Se vocalizada na frente de outras pessoas ainda, essa resolução estabelece contingências aversivas adicionais (perder a confiança ou credibilidade das pessoas que ouviram a resolução) que, provavelmente, aumentarão a chance da ação descrita no auto-mando ocorrer no momento especificado. Assim, comportamentos desse tipo aproveitam e potencializam as contingências que estão vigorando no momento presente para controlar mais efetivamente a ocorrência de nosso comportamento (ou do comportamento dos outros) num momento futuro no qual essas contingências tenham perdido sua força inicial.

Além disso, a possibilidade de recombinação de elementos dos diferentes tipos de ação verbal também contribui com o aumento da efetividade do comportamento humano, pois lhe permite uma maior capacidade de adaptação a novas circunstâncias. Assim, elementos que foram efetivos em ações verbais autoclíticas, por exemplo (como um determinado tom de voz), podem ser adicionadas a outros operantes verbais, produzindo novas ações verbais

nunca antes emitidas. Processos como esse são especialmente úteis para lidar efetivamente com o próprio ambiente verbal, pois a quantidade e variedade de ações verbais que podem ser emitidas em um curto período de tempo aumentam exponencialmente o número de situações novas com as quais o ser humano precisa lidar. Como ilustra Skinner (1957),

Se a ocasião na qual um mando ou um tacto foi reforçado se repete sem nenhuma modificação, o comportamento não precisa de maiores explicações. O reforçamento apresentou seu efeito usual. A questão crucial é o que acontece quando uma pessoa diz algo que ela nunca disse antes. Comportamento novo ocorre em novas ocasiões, e uma ocasião é nova no sentido de que suas características não tinham aparecido juntas no mesmo arranjo anteriormente. Algumas características de uma ocasião fortalecem uma resposta, outras fortalecem outras. Por exemplo, se duas pessoas estão caminhando juntas e uma delas sente algumas gotas de chuva, ela pode estar inclinada a dizer *Chuva*. O ouvinte atual ou outros como ele reagiram no passado a essa resposta de formas reforçadoras. Ele ou outros como ele também já reagiram de outras formas a outros aspectos de uma situação – quando, por exemplo, o falante mostrou surpresa ou desapontamento. Nesta ocasião, o falante pode, portanto, dizer *Chuva* num tom surpreso ou desapontado. Alguma coisa foi adicionada ao tacto. Algo que já tinha sido adicionado a outras respostas no passado, com consequências reforçadoras, mas nunca junto de *Chuva*. A possibilidade de recombinação de elementos de respostas vocais dessa maneira explica muito do poder e do escopo do comportamento verbal (p. 119, grifos do autor, tradução nossa⁹⁹).

⁹⁹ Original em inglês: If the occasion upon which a mand or tact has been reinforced recurs essentially unchanged, the behavior needs no further explanation. Reinforcement has had its usual effect. The crucial question is what happens when a person says something he or she has never said before. Novel behavior occurs upon novel occasions, and an occasion is novel in the sense that its features have not appeared together before in the same arrangement. Some features of an occasion strengthen one response, others strengthen another. For example, if two people are walking together and one of them feels a few drops of rain, he may be inclined to say *Rain*. The present listener or others like him have reacted to that response in reinforcing ways. He or others like him have also reacted in other ways to other features of a setting -when, for example, the speaker has shown

O poder e o escopo do comportamento verbal, no entanto, foram especialmente potencializados com a invenção da escrita e de outras formas de registro, permitindo que práticas verbais que se mostraram efetivas para o grupo pudessem ser transmitidas para pessoas distantes, seja no espaço, seja no tempo. Assim, um indivíduo pode se beneficiar, por exemplo, de descrições sobre o funcionamento do mundo que custaram o tempo, energia e recursos de muitos indivíduos num momento passado, e que precisaram de condições ambientais muito específicas (e, muitas vezes, inacessíveis atualmente) para serem elaboradas. Em outras palavras, essa possibilidade de transmissão pela escrita além de ser extremamente econômica, permite que indivíduos muito distantes se beneficiem das condições vantajosas daqueles cujos produtos do comportamento verbal foram registrados. As vantagens, no entanto, não são apenas para os ouvintes ou leitores desses registros, pois é muito provável que o falante que já foi reforçado (mesmo que tardiamente) por ouvintes remotos, fique cada vez mais sob controle das consequências a longo prazo do seu próprio comportamento, já que agora ele pode chegar a afetar o comportamento de ouvintes e leitores de lugares e momentos muito distantes.

Por outro lado, e como qualquer outro tipo de comportamento, o comportamento verbal afeta o ouvinte mediante, pelo menos, duas dinâmicas comportamentais simultâneas: a do condicionamento operante e a do condicionamento reflexo. Desse modo, uma ação verbal tem a capacidade de estabelecer ou alterar a força não somente de operantes, mas também de reflexos condicionados, produzindo, além de tendências comportamentais, diferentes tipos de sentimentos (Skinner, 1957). A dinâmica específica do comportamento verbal, no entanto, permite a produção de sentimentos típicos de determinados processos comportamentais no ouvinte sem necessariamente expô-lo às contingências responsáveis por eles e, inclusive, o

surprise or disappointment. On this occasion the speaker may therefore say *Rain* in a surprised or disappointed tone of voice. Something has been added to the tact. It has been added to other responses in the past with reinforcing consequences but never before to *Rain*. The possibility of recombining the elements of vocal responses in this way accounts for much of the power and scope of verbal behavior.

pareamento de ações verbais assim condicionadas com outras não-condicionadas de modo que também passem a gerar efeitos emocionais. Tais processos, explica Skinner (1957), são especialmente explorados nas comunidades verbais literárias pois seu papel na produção de sentimentos os torna grandes aliados na manutenção do comportamento de leitura (e de escrita) e do comportamento chamado por Skinner (1957) de “entretenimento verbal” [*verbal entertainment*], que é reforçado em grande parte pelos seus efeitos emocionais nos indivíduos (e não tanto pelos práticos).

Como se isso não bastasse, dentre as diversas comunidades verbais que povoam o ambiente verbal, há uma cujas práticas, em específico, estão especialmente preocupadas com a ação bem-sucedida, ou seja, com o estudo e produção de consequências práticas. Essa comunidade voltada para a produção de comportamento verbal que contribua significativamente com uma maior precisão, controle e efetividade da ação humana (verbal e não-verbal) é aquela que conhecemos como *científica* (Skinner, 1957). Dessa forma, a evolução de práticas verbais científicas tem sido uma das maiores responsáveis pela ampliação, complexificação e refinamento da nossa relação com o mundo, produzindo não só tecnologias e teorias cada vez mais efetivas para tais fins, mas também ferramentas de mensuração, avaliação e correção desses produtos e processos.

Mesmo que esta breve descrição das conquistas e possibilidades facilitadas pelo surgimento do comportamento verbal não chegue perto de esgotar a discussão, é útil para mostrar diversas formas como o comportamento verbal proporciona uma relativa mas importante independência em relação ao ambiente imediato (espacial ou temporalmente falando), multiplicando nossas possibilidades e as possibilidades do ambiente, simultaneamente. Se trata, enfim, de um tipo de comportamento que, num movimento quase paradoxal, se vale de todos os vínculos do nosso organismo com o mundo para explorar os

limites dessa relação, esticando-a e tingindo-a de novas nuances sem, com isso, desrespeitá-la ou ultrapassá-la.

Um movimento de tal calibre, que não apenas está constantemente envolvendo e modificando relações sociais, mas do qual elas são o elemento central, inevitavelmente traz consigo uma série de preocupações e de implicações éticas e políticas. Isso porque relações sociais, seja entre indivíduos, entre indivíduos e grupos, ou entre grupos de modo mais amplo, envolvem contingências de reforçamento que nem sempre estão equilibradas para as todas as partes. Para Terry et al. (2010), esse desequilíbrio é denominado de *poder*, e pode se estabelecer a partir do momento em que uma das partes dessa relação tenha um maior controle – em termos de influência e em termos de precisão – sobre os reforçadores mais importantes (ou mais difíceis de conseguir) para aquele grupo naquele contexto. Assim, o poder, para as autoras, “não é um atributo individual, uma característica ou traço de personalidade . . . o poder é encontrado na relação entre comportamento e consequência, isto é, na relação de reforçamento” (Terry et al., 2010, p. 109, tradução nossa¹⁰⁰), relações de reforçamento estas que, por definição, são de caráter social e, na sua maioria, também de caráter verbal; ou seja, mantidas por comunidades verbais.

Dado que o comportamento verbal participa das relações de poder da nossa sociedade, e dado que nessa sociedade coexistem diferentes grupos sociais cujas relações de reforçamento se dão de modo marcadamente desigual em termos de classe, raça, gênero, nacionalidade e religião, dentre outros (Akotirene, 2019/2020; Davis, 1981/1983; El Hachmi, 2019; Fanon, 1952/2008; Federici, 2012/2019; Fontana & Laurenti, 2020; Gonzalez, 1984; hooks, 1989/2015, 2000/2015; Terry, et al., 2010), torna-se importante entender a dinâmica das relações de reforçamento *verbais* também em termos políticos.

¹⁰⁰ Original em inglês: Power is not an individual attribute, characteristic, or personality trait . . . power is found in the relationship between behavior and consequence, that is, the reinforcement relation.

Até agora, porém, o *poder* que tem sido abordado neste trabalho foi o poder *do* comportamento verbal, ou seja, sua potência, alcance ou efetividade no tocante às possibilidades da relação do ser humano com o mundo. Porém... será que Skinner também inclui, em suas discussões, uma explicação de como se dão essas relações verbais do ponto de vista de uma acepção política de poder? Em outras palavras, pode-se dizer que a teoria skinneriana do comportamento verbal aborda as desigualdades nas relações de reforçamento que ocorrem *no* comportamento verbal e que dele decorrem? Esses questionamentos nos levam, por fim, ao último ponto deste capítulo.

6.4. Mas... e o poder *no* comportamento verbal?

Apesar de Skinner (1957) ter se debruçado na elaboração de uma explicação comportamentalista radical do comportamento verbal, preocupando-se extensamente no detalhamento de suas características, tipos e dinâmica, sua explicação não se aprofundou nos aspectos políticos dos fenômenos verbais. Essa lacuna não quer dizer, no entanto, 1) que nada foi dito a respeito da dimensão política do comportamento verbal; nem 2) que preocupações relacionadas a essa dimensão política não têm lugar numa teoria skinneriana do comportamento verbal ou que são incompatíveis com ela.

6.4.1. Vislumbres de uma dimensão pouco explorada

Em diversos momentos ao longo do *Verbal Behavior*, Skinner reconhece a influência de variáveis que podemos identificar como decorrentes de relações de poder ou participantes delas no que diz respeito ao comportamento verbal. Isso ocorre, no entanto, de modo pontual, breve e, geralmente, na qualidade de exemplos ou comentários. Ao discorrer sobre os efeitos emocionais do comportamento verbal e sobre a utilização de técnicas de condicionamento reflexo em estímulos verbais, por exemplo, o autor ilustra seus argumentos com os casos do

poeta que arranca reações emocionais intensas de sua audiência mediante o pareamento de nomes próprios com outros estímulos verbais previamente condicionados, do governo, que faz uso desses mesmos processos, porém com o nome de heróis nacionais ao criar propaganda política, e do comerciante, que faz o mesmo com sua mercadoria:

Um governo é cuidadoso ao associar os nomes de seus heróis apenas com anúncios de imprensa que gerem reações emocionais favoráveis, e publicistas mostram a mesma preocupação com os nomes de produtos. Uma estória ou poema pode estabelecer fortes reações emocionais em relação a nomes próprios, tudo no mesmo marco verbal da estória ou do poema, mediante um pareamento de estímulos semelhante. Isso pode ser feito meramente para obter efeitos literários de tipo emocional, ou com objetivos de propaganda política (Skinner, 1957, p.358, tradução nossa¹⁰¹).

Ainda preocupado com a capacidade do comportamento verbal de gerar importantes efeitos emocionais nos ouvintes ou leitores, Skinner (1957) usa como exemplo o trecho de um livro de literatura para mostrar como, ao conseguir parear eficientemente o estímulo verbal “eternidade” com a noção de vastos períodos de tempo, o autor cria a possibilidade de usar esse novo e poderoso estímulo verbal já condicionado para futuros pareamentos com outros estímulos, o que, ele explica, pode ser vantajoso no controle religioso:

Ao empilhar palavras que se referem a períodos de tempo e palavras descrevendo coisas que ocorrem em vastos números, o estímulo verbal *eternidade* (dificilmente passível de definição ostensiva) ganha um poder que pode, então, ser usado em frases

¹⁰¹ Original em inglês: A government is careful to associate the names of its heroes only with press announcements generating favorable emotional reactions, and advertisers show the same concern for the names of products. A story or poem may build up strong emotional reactions to proper names, wholly within the verbal framework of the story or poem, through a similar pairing of stimuli. This may be done merely in order to achieve literary effects of an emotional sort, or for purposes of propaganda.

como *uma eternidade de felicidade* ou *uma eternidade de punição* com objetivos de controle religioso (Skinner, 1957, p.358, grifos do autor, tradução nossa¹⁰²).

Skinner também não parece ignorar (pelo menos em parte) a dimensão política do operante verbal que ele denomina de mando. Pode-se dizer, inclusive, que é na apresentação e discussão desse operante em especial que o autor comenta mais extensamente alguns aspectos políticos que estão enraizados em sua própria dinâmica característica. Já de início, Skinner (1957) aponta que o mando é um operante verbal que, diferentemente dos outros, funciona especialmente para o benefício do falante, costumando envolver, em decorrência disso, o estabelecimento de uma condição aversiva para o ouvinte caso ele não aja adequadamente em função do mando. É nesse contexto que o autor aponta a existência de “alguns ouvintes” que “estão acostumados a cumprir ordens” porque “já sentiram as consequências aversivas de não o fazer e respondem apropriadamente a mandos simples”, enquanto outros ouvintes “têm mais chances de reagir a formas suavizadas [de mando]” (Skinner, 1957, p. 42, tradução nossa¹⁰³). Mesmo sem “dar nome aos bois”, Skinner parece admitir que a dinâmica do mando se baseia numa desigualdade de condições e de histórias de reforçamento ou, em outras palavras, que há indivíduos predispostos a mandar e outros predispostos a obedecer.

Em seguida, ainda, o autor reforça o tom político dessa discussão quando introduz as noções de “prestígio” e de “autoridade” do falante para abordar os casos de hipnose como exemplos de contextos de emissão de mandos:

Deve ser notado que os mandos são característicos da maioria das instruções hipnóticas, e a extensão na qual o sujeito coopera ou obedece ao hipnotizador

¹⁰² Original em inglês: By piling up words which refer to periods of time and words describing things which occur in vast numbers, the verbal stimulus *eternity* (scarcely capable of ostensive definition) is given a power which may then be used in phrases such as *an eternity of happiness* or *an eternity of punishment* for purposes of religious control.

¹⁰³ Original em inglês: Some listeners are accustomed to taking orders they have felt the unconditioned aversive consequences of not doing so and respond appropriately to simple mands. Others are more likely to react to softened forms.

dependerá dos tipos de variáveis que estão sendo aqui consideradas. Essas variáveis entram no que é chamado de *autoridade* ou *prestígio* do falante (Skinner, 1957, 43, grifos nossos, tradução nossa¹⁰⁴).

Outro exemplo de referências, mesmo que tímidas ou implícitas, a questões de cunho político pode ser encontrada no apêndice do livro *Verbal Behavior*, numa discussão acerca do surgimento do comportamento verbal e seu papel na divisão do trabalho, na qual Skinner menciona a possibilidade de relações de assimetria nas contingências que envolvem o fator verbal. Segundo o autor, mesmo que o comportamento verbal possibilite a divisão do trabalho nos grupos, também pode ser fazer presente em relações extremamente assimétricas, como as de escravidão:

Se, como o resultado de uma divisão do trabalho, os sábios-porém-fracos podem controlar aos desinformados-porém-fortes, suas conquistas combinadas podem exceder qualquer coisa que pudessem conquistar sozinhos. Os empreendimentos cooperativos nem sempre funcionam para o benefício de todas as partes, mas as contingências interligadas necessárias para sustentar o comportamento verbal prevalecem inclusive na relação extremamente assimétrica de senhor e escravo (Skinner, 1957, 432, tradução nossa¹⁰⁵).

Por fim, numa obra posterior na qual Skinner discute mais detalhadamente o comportamento do ouvinte, o autor aborda as regras como se tratando de comportamento verbal que “funciona para o benefício mútuo de aqueles que mantêm as contingências e

¹⁰⁴ Original em inglês: It is to be noted that mands are characteristic of most hypnotic instructions, and the extent to which the subject co-operates or obliges the hypnotist will depend upon the kinds of variables here being considered. These variables enter into what is called the authority or prestige of the speaker

¹⁰⁵ Original em inglês: If, as a result of a division of labor, the wise-but-weak can control the uninformed-but-strong, their combined accomplishments may exceed anything possible for either alone. Co-operative enterprises are not always for the benefit of all parties, but the interlocking contingencies necessary to sustain verbal behavior prevail even in the extremely unsymmetrical relation of master and slave

aqueles que são afetados por elas” (Skinner, 1989, p. 42, tradução nossa¹⁰⁶). No entanto, os exemplos dados na sequência focam no funcionamento das regras nos governos, nas indústrias e nas religiões, adquirindo um certo teor político:

As regras dos negócios e da indústria geralmente se convertem em leis somente quando as sanções dos governos e religiões são envolvidas. Roubar bens, mentir sobre eles, falhar em manter promessas e assim por diante é *ilegal* ou *pecaminoso*, mas não inapropriado nos negócios (Skinner, 1989, p. 43, grifos do autor, tradução nossa¹⁰⁷).

Percebe-se, dessa forma, que o autor 1) não entende as regras (que são um tipo de comportamento verbal) como algo necessariamente assimétrico ou como algo que reforce relações de poder *a priori*; e 2) aponta um vínculo entre o surgimento de relações assimétricas sustentadas por regras e a intervenção de instituições ou agências de controle como o governo, a indústria ou a religião. Essa discussão a respeito de uma das formas possíveis em que o ouvinte se comporta – ele é “governado por regras” (p.40, tradução nossa¹⁰⁸), é, de certa forma, uma breve discussão política do comportamento verbal.

Mesmo que esses apontamentos não necessariamente esgotem todos os comentários de cunho político tecidos por Skinner a respeito do comportamento verbal, mostram-se úteis para ilustrar o modo *pouco político* (ou quase neutro) em que o assunto foi tratado pelo autor. Excluindo esses vislumbres esporádicos, de modo geral pode-se dizer que a dimensão política não é convidada a participar da teoria skinneriana do comportamento verbal como um aspecto importante ou fundamental em sua compreensão. Será que essa quase-ausência sinaliza uma falta de condições para tratar o comportamento verbal à luz de um olhar político? Há lugar, na

¹⁰⁶ Original em inglês: Rules work to the mutual advantage of those who maintain the contingencies and those who are affected by them.

¹⁰⁷ Original em inglês: The rules of business and industry usually become laws only when the sanctions of governments and religions are invoked. It is illegal or sinful, not unbusinesslike, to steal goods, lie about them, fail to keep promises, and so on.

¹⁰⁸ Original em inglês: The Listener is Rule-Directed.

teoria skinneriana do comportamento verbal, para uma dimensão política do fenômeno? E, ainda mais importante, será que sua inclusão é necessária para entender, prever e controlar os fenômenos verbais?

6.4.2. O comportamento verbal: um terreno político

Os comentários esporádicos e as menções implícitas a aspectos políticos do comportamento verbal presentes nas discussões skinnerianas, apesar de instigantes, não parecem ser suficientes, por si sós, para defender a tese de que o comportamento verbal tem também uma face política da qual não pode ser dissociado. O caminho proposto neste trabalho, felizmente, é outro.

Desde o nível mais elementar de sua definição de comportamento verbal, Skinner já mostra contornos filosóficos de uma teoria do comportamento verbal que parecem compatíveis com o estudo de fenômenos tão complexos, mutáveis e fluídos como os políticos (Couto & Dittrich, 2017; Laurenti, 2012; Laurenti & Lopes, 2022; Lopes, 2008; Ruiz, 1995; Sá, 1978; Skinner, 1957, 1953/2015). Os princípios relacionistas que embasam o comportamentalismo radical, em especial, se apresentam como um palco adequado para os esforços em discutir questões como as relações de poder, o silenciamento dos grupos subordinados ou outras práticas culturais de dominação, dado que se afastam de noções essencialistas ou estáticas que, tradicionalmente, têm naturalizado e justificado a opressão e a exploração de um grupo pelo outro.

Ao mesmo tempo, o entendimento do comportamento verbal como um processo social e mediado por outros seres humanos (Skinner, 1957) automaticamente o coloca no campo das relações sociais, com tudo que isso implica. Sendo assim, questões relativas ao convívio em sociedade (como as relações de poder, a desigualdade e o privilégio, por exemplo) se erguem,

quase que por inteiro, numa trama social verbal, o que não somente justifica, mas demanda que elas sejam incluídas na teorização sobre o comportamento verbal.

Por fim, a intervenção da comunidade verbal e suas práticas verbais, além de ser o elemento-chave para a virada do comportamento não-verbal para o comportamento verbal, parece ser, também nesta discussão, o elemento-chave que não somente justifica um tratamento político do comportamento verbal, mas que denuncia a incompletude de uma abordagem do assunto que não contemple sua dimensão política como um aspecto crucial. Isso porque aquilo que torna o comportamento *verbal*, nada mais é do que a interseção entre as três histórias que compõem nossa humanidade: a história das espécies, a história do indivíduo e a história da evolução das culturas.

Ao incluir essa terceira história na discussão do comportamento verbal, querendo ou não, Skinner incluiu também as ferramentas filosóficas e conceituais necessárias para lidar com um ser humano cultural, que se organiza em comunidades e que, em conjunto com elas, estabelece práticas de convivência e narrativas (ou discursos) sobre o mundo, sobre si mesmo e sobre como as coisas são e deveriam ser (Lopes et al., 2018; Skinner, 1957). Não bastando isso, ao identificar as práticas das comunidades verbais (o que certamente envolve questões do campo da política), elemento crucial na própria definição de comportamento verbal, ele também deu esse *status* às variáveis de cunho político. Nesse movimento, o autor converteu sua teoria do comportamento verbal em um terreno no qual as variáveis filogenéticas e ontogenéticas constantemente se misturam e são profundamente transformadas pelas variáveis políticas. Como resultado, temos um terreno que não apenas é sólido o suficiente para permitir a discussão de questões sociais e políticas, mas que também está profusamente permeado por elas.

A discussão feita até o momento, porém, mostra que o episódio verbal total (como recorte de análise mínimo desse terreno) tem sido abordado de um ponto de vista

eminentemente ontogenético. Assim, as variáveis culturais (e, portanto, políticas) são apontadas como aspectos constituintes, mas sua presença nas análises funcionais é tímida ou inclusive negligenciada. Isso é perceptível quando, em suas análises, Skinner (1957) constantemente interroga a história de vida de seus falantes e ouvintes para construir uma explicação funcional de seu comportamento verbal, mas suas histórias culturais (a história das práticas de suas comunidades verbais) e as variáveis delas decorrentes, no entanto, não recebem a mesma atenção. Perguntas sobre como essas comunidades se organizam em termos de raça, sexo, classe social, religião, nacionalidade e sexualidade, por exemplo, ou sobre como essas variáveis hierárquica e desigualmente produzidas podem afetar o comportamento verbal de seus membros são questões necessárias que poderiam ampliar o escopo da análise funcional dos fenômenos verbais, aumentando, com isso, as possibilidades de sua previsão e controle.

Desse modo, o terreno preparado por Skinner ao apresentar uma teoria relacionista do comportamento verbal é um terreno *político* que, por ser filosoficamente sólido, permite ser ampliado nessa direção, sem que isso comprometa seus pressupostos basilares. Além disso, se trata de um terreno fértil o suficiente para abrigar uma pluralidade de discussões e interpretações sobre os fenômenos verbais e sobre si mesmo, mas também para explorar sua dimensão política em conjunto com teorias diferentes, não fechando, desse modo, as portas para as críticas, as variações e as possibilidades de sua própria evolução. Essa constatação nos leva, conseqüentemente, ao último capítulo deste trabalho.

7. Capítulo 4

Implicações políticas de uma interlocução entre o conceito de lugar de fala e o comportamento verbal

7.1. A exploração da dimensão política do comportamento verbal: um caminho que não se trilha a sós

Apontar a necessidade de explorar a dimensão política do comportamento verbal só é possível porque, direta ou indiretamente, estudiosas/os do comportamento humano já têm lançado mão da teoria skinneriana do comportamento verbal para analisar diferentes fenômenos políticos. Nesse movimento, conseqüentemente, também contribuíram com a ampliação dessa dimensão na própria teoria comportamental, mostrando possibilidades e caminhos (e.g., Burton & Kagan, 1994; Couto, 2019; Dittrich, 2004; Fontana, 2019; Lopes et al., 2018; Marcellino & Arantes, 2019; Paixão Junior, 2022; Padilha et al., 2022; Pinheiros & Oshiro, 2019; Rozyenko et al., 1973; Sá, 1978; Terry et al. 2010; Villa, 2021).

Por outro lado, diversas outras teorias e movimentos sociais também têm se interessado pelos fenômenos verbais e construído seus próprios *corpora* teóricos a respeito, como é o caso do feminismo negro e as discussões que embasam o conceito de lugar de fala (Bairros, 1995; Collins, 1990/2002; Gonzalez, 1984; hooks, 1989/2015; Kilomba, 2010; Lorde, 1984/2007; Oliveira et al., 2019; Ribeiro, 2017; Werneck, 2009; Xavier, 2012). Um dos resultados desses processos tem sido a ampliação da sensibilidade de estudiosos/as das mais diversas áreas em relação a essas questões, convidando-os a olhar novamente para suas respectivas teorias, mas agora com novos olhos, novas perguntas e novas ferramentas.

O comportamentalismo radical, por sua vez, tem demonstrado que, mesmo sendo uma voz relativamente incipiente no debate político brasileiro, conta com uma base sólida em termos filosóficos, científicos e conceituais que a capacita para entrar no debate e também

para, quiçá, contribuir com suas ferramentas particulares. Ao mesmo tempo, uma ciência que não dialoga com outras ciências e teorias corre o risco de se fechar em si mesma, aproximando-se do dogmatismo no pior dos casos, ou retardando desnecessariamente sua evolução, na melhor das hipóteses. Este trabalho, então, soma-se a essas vozes na busca contínua pelo aprimoramento do comportamentalismo radical como uma teoria útil na luta pela construção de um mundo mais justo e igualitário, e procurando, nessa empreitada, não somente se amparar, mas também contribuir com a caminhada das teóricas e ativistas do movimento feminista negro, num diálogo frutífero.

Tendo isso no horizonte, e levando em consideração a rica produção teórica do feminismo negro acerca das produções discursivas, neste capítulo pretende-se iniciar um diálogo entre a teoria skinneriana do comportamento verbal e o conceito de lugar de fala do feminismo negro. Planeja-se, nesse processo, esmiuçar com maior detalhe algumas das discussões comportamentalistas radicais a respeito do comportamento verbal no contexto dos pressupostos filosóficos do conceito de lugar de fala, assim como demonstrar as implicações políticas dessa interlocução.

7.1.1. Discurso e lugar de fala: um olhar político sobre o comportamento verbal

Até o momento, tem-se delimitado o conceito de lugar de fala no contexto do feminismo negro, descrevendo, no processo, uma concepção específica de discurso. Na sequência, argumentou-se que essa discussão, no comportamentalismo radical, poderia ser abordada a partir da noção skinneriana de comportamento verbal, pelo qual o seguinte passo no trabalho foi o de apresentar uma caracterização desse tipo especial de comportamento.

Nesse percurso, uma série de aspectos foram se fazendo presentes, tanto nos pressupostos filosóficos do conceito de lugar de fala, quanto no comportamentalismo radical, filosofia na qual a discussão do comportamento verbal está escorada, mostrando uma certa

coerência entre ambas as propostas teóricas. O fato de partilharem de uma visão relacionista, social, dinâmica, complexa e, conseqüentemente, não-essencialista e não-mentalista dos fenômenos verbais abre as portas para uma possível aproximação entre elas sem, com isso, ferir suas bases teórico-filosóficas.

Por outro lado, embora Skinner (1957, 1986, 1989) tenha construído sua teoria do comportamento verbal de modo a incluir nela uma dimensão política intrínseca, suas análises limitaram-se, de modo geral, a admitir a influência de variáveis de cunho político ou, no máximo, a dar alguns indícios dela. Essas evidências foram corroboradas, posteriormente, por analistas do comportamento que incluíram o comportamento verbal em diversas discussões sócio-políticas (e.g., Burton & Kagan, 1994; Couto, 2019; Dittrich, 2004; Fontana, 2019; Lopes et al., 2018; Marcellino & Arantes, 2019; Paixão Junior, 2022; Padilha et al., 2022; Pinheiros & Oshiro, 2019; Rozyngo et al., 1973; Sá, 1978; Terry et al. 2010; Villa, 2021) mostrando sua capacidade para amparar esses tipos de debates, bem como sua importância na constituição, manutenção e mudança desses fenômenos. É nesse sentido, por exemplo, que Rozyngo et al. (1973) explicam que “muito do que mantém estas circunstâncias [as decorrentes de uma sociedade punitiva] e muito do que posterga a aplicação da ciência aos nossos problemas é função de nossos sistemas *verbais* (p.77, grifos nossos, tradução nossa¹⁰⁹)” e que Burton e Kagan (1994) afirmam ser “uma feliz contradição”, pois “a comunidade *verbal* restringe possibilidades ao mesmo tempo em que também nos fornece, simultaneamente, os meios para começarmos a superar o que nos tem sido dado” (p. 95, grifos nossos, tradução nossa¹¹⁰).

Ou seja, a linguagem – como um conjunto de práticas verbais de uma comunidade verbal específica (Skinner, 1957), e as comunidades verbais – como “as coletividades que

¹⁰⁹ Original em inglês: Much of what maintains this state of affairs and postpones the application of Science to our problems is a function of four verbal systems.

¹¹⁰ Original em inglês: It is a fortunate contradiction . . . that while the verbal community restricts possibilities, it also simultaneously provides us with the means for beginning to move beyond what has been given us.

praticam a linguagem (Burton & Kagan, 1994, p.91, tradução nossa¹¹¹)”, têm sido consideradas tanto como elementos importantes na explicação, previsão e controle de fenômenos políticos quanto como elementos definidores na própria noção de comportamento verbal (Skinner, 1957), atribuindo a esta última uma marcada face política. Porém, apesar dessa fundação cultural, as análises skinnerianas do comportamento verbal têm sido construídas proeminentemente acerca da sua face operante, focando no viés ontogenético e, portanto, mais individual das ações verbais. Assim, estados motivacionais, histórias individuais de reforçamento, contingências vigentes no momento da fala, dinâmica das interações em pauta, presença, quantidade, composição e características de possíveis audiências, e outros aspectos do ambiente imediato do falante e do ouvinte, embora sejam elementos fundamentais na constituição de suas sensibilidades e disposições de agir, se não observados com uma lente também cultural, perdem em riqueza e em capacidade explicativa. Dado que foi a participação da história das culturas que tornou verbal grande parte do comportamento humano, pode-se dizer, então, que cada um dos elementos citados acima possui uma marca cultural e, portanto, política.

As relações de poder que permeiam nossa cultura, desse modo, permeiam também a sensibilidade e as disposições de agir de ouvintes e falantes, assim como as práticas culturais verbais que produzem e que são produzidas por todos esses elementos. A linguagem, justamente por ser o lugar das regras, valores, significados, conceitos e teorias (Lopes et al., 2018), é também “um lugar de luta (hooks, 1989/2015, p.15, tradução nossa¹¹²)”, e esses embates de poder ditam muito do que é falado, da forma como é falado, e inclusive, da possibilidade de algo ser, de fato, falado. Assim, variáveis de raça, gênero e classe, e das relações de poder de modo geral, não são elementos opcionais na hora de recortar o fluxo

¹¹¹ Original em inglês: the communities that practice language.

¹¹² Original em inglês: Language is also a place of struggle.

comportamental verbal para seu estudo; não são, sequer, mais um elemento a ser considerado, pois se tratam de pilares fundadores do nosso ambiente verbal e do comportamento verbal.

A não inclusão dessas variáveis deixa várias lacunas nas análises do episódio verbal total, gerando um desequilíbrio entre as histórias de variação e seleção das quais ele é produto, e resultando, conseqüentemente, numa visão do comportamento verbal que se inclina mais para sua face operante do que para sua face cultural, mesmo que esta última seja a que o torna o que é. Nesse sentido, a noção de *discurso* ou *narrativa* pode mostrar-se útil, já que engloba as práticas culturais verbais aceitas e difundidas no grupo, constituindo, segundo Borloti et al. (2008), “um conjunto de enunciados de um falante num contexto de interação (e com poder de ação e de normatização e, portanto, com uma ideologia específica), constituindo um objeto produzido e produtor de certas relações sociais” (p.102). Trata-se de um conceito que volta a atenção do leitor para o grupo e, especialmente, para suas práticas, as quais foram arbitrariamente convencionadas por uma série de histórias, ambientes e contingências compartilhadas pelos seus membros e que, em função dessas mesmas variáveis, estão sendo constantemente atualizadas.

Um discurso, desse modo, não deixa de ser um comportamento operante, pois é sempre o indivíduo que vai se comportar *discursivamente* (um grupo tem práticas verbais, mas ele não se comporta: quem se comporta é sempre um organismo), mas, ao mesmo tempo, tem dimensão de prática cultural, pois não é apenas um indivíduo que se comporta assim, mas vários indivíduos que compõem a comunidade que selecionou e modelou essa forma específica de se comportar verbalmente por ser vantajosa para ele. Grupos que se beneficiam de uma assimetria estrutural de poder vão, então, ser contexto para a produção de discursos controlados, eminentemente, por essa relação de poder. Uma sociedade patriarcal, por exemplo, na qual os homens se beneficiam da subordinação das mulheres, estará permeada por discursos produzidos *por* e *para* a manutenção dessa desigualdade, pelo que o

comportamento verbal de seus membros terá uma alta chance de apresentar características e consequências semelhantes (a subordinação das mulheres em benefício dos homens) cuja explicação escapa do terreno individual, pois origina-se dessa organização grupal desigual e é mantido porque suas consequências são reforçadoras para o grupo, e não para o indivíduo (ou não apenas para ele). Da mesma forma, agências controladoras, que trabalham para sua própria sobrevivência e fortalecimento (Skinner, 1953/2015, 1978), vão produzir (e ser produto) de uma série de narrativas específicas que as beneficiam conspícua ou inconspicuamente. No contexto da educação formal, por exemplo, é comum a ocorrência de discursos que ora justificam e asseveram as relações de poder entre professores e alunos, ora buscam ocultá-las ou desviar a atenção delas. Em ambos os casos, no entanto, esse tipo de narrativas é gerado no seio desse ambiente verbal específico (a instituição educacional), e funciona a favor dele, de modo a perpetuá-lo e a ampliar seu controle na sociedade.

Discursos e relações de poder são, então, inseparáveis, dado que constituem a ideologia – o conjunto de valores, regras e significados (Sá, 1978) de um determinado grupo. Se as narrativas, de modo geral, cumprem o papel de organizar certas circunstâncias, dotando-as de sentido e servindo como instrumento de persuasão (Hineline, 2018), pode-se dizer que, de um ponto de vista político, elas têm o papel de cimentar as relações sociais das quais são produto, organizando-as, dando-lhes um sentido e, assim, unificando coerentemente os diferentes processos verbais envolvidos. Nesse processo, as narrativas (ou discursos) emergem como justificativas dessas mesmas relações, ou seja, como ferramentas de persuasão sobre sua pertinência e sobre as vantagens de sua manutenção e/ou as desvantagens de seu desmantelamento.

Tanto Skinner (1957) quanto Hineline (2018) apontam que outra característica das narrativas é sua capacidade de fazer o ouvinte se comportar verbalmente de forma muito similar ao falante, ou seja, de conseguir que ele “veja” algum assunto de forma parecida a

como falante o vê. É nesse sentido que, segundo Hineline (2018) “. . . propõe-se que a narrativa desempenha um papel na geração de preocupação empática pelos outros (p. 476, tradução nossa¹¹³)” o que, por sua vez, também alimenta a função persuasiva das narrativas.

Nas palavras de Skinner (1957):

Com frequência o falante “faz o ouvinte dizer algo que de outra maneira não diria”. Ambos (falante e ouvinte) estão sob controle de essencialmente as mesmas variáveis (estão, por assim dizer, na posse dos mesmos fatos) e nada de novo é “comunicado”, mas o falante gera comportamento no ouvinte para “deixar algo claro para ele”, para “fazer com que ele veja um ponto em questão”, ou para “ajudá-lo a entender” uma determinada circunstância. Ao invés de relatar ao ouvinte algo que somente ele [o falante] vê, ele leva o ouvinte a “ver algo do seu ponto de vista”. Ele “diz alguma coisa *pelo* ouvinte”. O processo geralmente é exemplificado por discursos científicos ou filosóficos relativamente intelectuais, e talvez é, portanto, ainda mais surpreendente que seja reduzido a uma suplementação ecoica, textual ou intraverbal (pp.268-9, grifos nossos, tradução nossa¹¹⁴).

É evidente, então, que os discursos, da mesma forma que as relações de poder, permeiam todos os assuntos humanos. Religião, filosofia, ciência e ética são, por exemplo, alguns tipos de discurso; e cada um deles, por sua vez, pode estar constituído por uma série de “subdiscursos”, isto é, por aquilo que chamamos de abordagens, interpretações, vertentes ou doutrinas, dependendo de suas características e da área à qual pertencem. Dado o caráter

¹¹³ Original em inglês: . . . narrative is proposed as having role in generating empathetic concern for others.

¹¹⁴ Original em inglês: Frequently the speaker "makes the listener say something he would not otherwise say." Both speaker and listener are under the control of essentially the same variables (they are, so to speak, in possession of the same facts) and nothing new is "communicated," but the speaker generates behavior in the listener to "make something clear to him," or "get him to see a point," or "help him understand" a state of affairs. Instead of reporting to the listener something which he alone sees, he gets the listener to "see something his way." He "says something for" the listener. The process is often exemplified by relatively intellectual scientific or philosophical discourse, and it is therefore perhaps all the more surprising that it may be reduced to echoic, textual, or intraverbal supplementation.

social das narrativas, essas diferenciações ocorrem não por alguma divisão “natural” da realidade, mas pela existência de diferentes comunidades verbais, cada uma com suas próprias práticas, dinâmicas e subdivisões ou “subcomunidades” (Skinner, 1957). Isso significa, também, que vários discursos diferentes podem conviver em um mesmo indivíduo, já que ele pode ser simultaneamente membro de várias comunidades verbais (e.g., ele é um cientista, mas alguns dias na semana frequenta um clube de leitura e, aos domingos, participa das atividades da igreja de seu bairro) e, portanto, desenvolver repertórios verbais (ou discursos) adequados às práticas de cada um desses ambientes verbais, os quais podem ser, como apontam Lopes et al. (2018), inclusive contraditórios entre eles. De igual modo, uma mesma comunidade verbal pode produzir e manter diversos discursos, seja de forma simultânea, seja de forma contextual, como explica Skinner (1957) ao discorrer sobre as subcomunidades verbais literárias e científicas:

Essas subcomunidades, é claro, não estão necessariamente compostas de membros diferentes. Às vezes, *uma comunidade* modela e mantém o comportamento de entretenimento de poetas e contadores de histórias; em outros momentos, e geralmente em relação a outros falantes, ela modela e mantém comportamento verbal que produz resultados práticos (pp.429-430, grifos nossos, tradução nossa¹¹⁵).

Por outro lado, embora um discurso nasça na relação com uma comunidade verbal específica e dependa dela para seu surgimento, a sua dimensão de prática cultural permite que ele possa ser facilmente difundido entre os membros de outras comunidades verbais, e inclusive de uma geração para outra, “descolando-se”, no processo, de sua comunidade verbal (e portanto, também de seu ambiente verbal) de origem. Sendo assim, embora se trate de um comportamento do tipo operante, não se identifica apenas como tal, pois também possui

¹¹⁵ Original em inglês: These subcommunities are not, of course, necessarily composed of different members. At times a community shapes and maintains the entertaining behavior of poets and story-tellers; at other times, and usually with respect to other speakers, it shapes and maintains verbal behavior which yields practical results.

características de prática cultural e, com isso, ganha certa independência das interações de falantes e ouvintes pontuais.

Por outro lado, o fato do operante verbal estar enraizado nas práticas culturais de uma (ou de várias) comunidades verbais faz com que, necessariamente, os discursos dessas comunidades sejam parte intrínseca de sua constituição. Tanto a frequência, tipo, força e topografia do operante verbal até a sua mera ocorrência vão depender, em certa medida, das narrativas que participaram de seu estabelecimento e manutenção. Não é porque o assunto tratado na interação verbal não é explicitamente político que os operantes em vigência não trazem marcas de um ou vários discursos, atualizando as relações de poder das quais se originaram e contribuindo com sua manutenção e evolução. hooks (1994) aponta justamente essa relação de indissociabilidade entre o comportamento verbal e as relações de poder ao responder a crítica que uma autora faz sobre a consideração dessa dinâmica nas salas de aula:

Fuss enfatiza que “a barreira artificial entre *insider* [membros do grupo social em questão] e *outsider* [não-membros do grupo social em questão] necessariamente restringe o conhecimento, ao invés de disseminá-lo”. Ao mesmo tempo que eu partilho dessa percepção, me incomoda o fato dela nunca reconhecer que o racismo, o sexismo e o elitismo de classe *moldam* a estrutura das salas de aula, criando uma realidade vivida de *insider* versus *outsider* que é predeterminada e geralmente está em vigência *antes de qualquer discussão na sala de aula sequer começar*. Raramente é necessário que os grupos marginalizados tragam à tona essa oposição binária na sala de aula, porque ela geralmente *já está operando* (p.83, grifos nossos, tradução nossa¹¹⁶).

¹¹⁶ Original em inglês: Fuss makes the point that “the artificial boundary between insider and outsider necessarily contains rather than disseminates knowledge.” While I share this perception, I am disturbed that she never acknowledges that racism, sexism, and class elitism shape the structure of classrooms, creating a lived reality of insider versus outsider that is predetermined, often in place before any class discussion begins. There is rarely any need for marginalized groups to bring this binary opposition into the classroom because it is usually already operating.

Tendo isso no horizonte, ao analisar uma ação verbal torna-se importante contemplar, junto da sua face operante, também sua face cultural. De outro modo, quando se dá ênfase ao operante, perde-se de vista a dimensão do grupo e de suas práticas que, como afirma Skinner (1957), são o “cerne da questão (p.226¹¹⁷)” no comportamento verbal. Considerar, portanto, a articulação da ação verbal com os discursos da cultura e das subcomunidades verbais das quais os falantes e ouvintes dessa interação fazem parte, incluindo a dinâmica existente *entre* esses diferentes ambientes verbais se torna necessário para, de fato, o episódio verbal poder ser chamado de *total*.

O feminismo negro, com sua análise interseccional das relações de poder e, sobretudo, da relação entre elas e os discursos que emanam dos diversos grupos sociais, traz justamente essa preocupação política para o centro da discussão quando propõe o conceito de lugar de fala. Embora as terminologias obedeçam a jogos de linguagem diferentes (Dourado et al., 2021), pode-se dizer que o conceito feminista negro chama a atenção para o aspecto grupal do comportamento verbal de todo indivíduo ao apontar que toda fala, mesmo partindo de um indivíduo, tem a sua origem no grupo e participa das relações de poder nele vigentes, tendo potencial de alterar o (des)equilíbrio dessa dinâmica.

Argumenta-se, dessa forma, que o lugar de fala traz à tona a tensão existente entre o comportamento verbal e a linguagem, jogando luz sobre a relação interdependente entre a ação verbal individual e as práticas verbais da(s) comunidade(s) verbais nas quais os seres humanos vivem e transitam. É como se o conceito reafirmasse que não existe comportamento verbal sem linguagem, nem linguagem sem comportamento verbal e que, por isso, quando alguém fala (ou inclusive quando deixa de falar), ambas as dimensões se fazem presentes. Em qual proporção cada uma aparece, isto é, quanto dessa ação verbal é uma idiossincrasia do indivíduo e de sua história de vida particular, e quanto dela se deve às relações de poder

¹¹⁷ Original em inglês: the crux of the problem.

estruturais nas quais ele está enraizado, é algo que somente pode ser avaliado olhando para a relação entre as histórias ontogenética e da evolução das culturas que perpassam o comportamento desse indivíduo. Em outras palavras, é olhando para a relação indivíduo-grupo(s) que é possível entender até que ponto uma ação verbal é fruto da experiência individual do falante e até que ponto é fruto de seu pertencimento a um (ou vários) grupos sociais e suas localizações na matriz de dominação. Esse olhar é um olhar político e, conseqüentemente, tem desdobramentos importantes no campo da política, pois, como também apontam as teóricas feministas negras, ele explicita a possibilidade e as potencialidades de construção de certas comunidades verbais (lugares) capazes de produzir determinado tipo de comportamento verbal (fala) cuja dinâmica enfrente e enfraqueça, na arena discursiva, aquelas linguagens que sustentam e que são sustentadas por relações de poder estruturalmente assimétricas.

Os detalhes dessa proposta, assim como os aspectos que se mostram complementares entre as teorias que a compõem – o feminismo negro e o comportamentalismo radical, serão discutidos na sequência, numa retomada dos pressupostos filosóficos do conceito de lugar de fala, porém agora à luz de uma discussão analítico-comportamental. Nesse processo, serão apresentadas e discutidas algumas implicações políticas sobre esse diálogo.

7.2. Discursos são situados, e silêncios também: a parcialidade inerente do comportamento verbal

A noção de lugar de fala assenta-se na ideia de que todo discurso é situado, da mesma forma que a definição de comportamento verbal baseia-se, antes de mais nada, na relação do organismo com o mundo. Em outras palavras, o princípio relacional que embasa o comportamentalismo radical *situa* o comportamento verbal (e portanto, o discurso) ao menos das seguintes maneiras: 1) nos ambientes físicos do falante e ouvinte (que podem ou não ser

os mesmos); 2) nos ambientes culturais e verbais de ambos; 3) em suas respectivas comunidades verbais (que podem ser várias ao mesmo tempo, compartilhadas ou não); 4) nas audiências presentes (incluindo as que estão no próprio indivíduo); 5) em seus respectivos organismos; 6) em seus estados motivacionais e emocionais; 7) nas agências controladoras, 8) nas histórias individuais de falante e ouvinte; e 9) na própria interação. Dessa forma, se a ação verbal é sempre a ação de um indivíduo lidando com o ambiente (físico, social, cultural e verbal) que o afeta é, então, uma ação localizada no espaço, no tempo, e nas relações desse indivíduo. Vale ressaltar que, sendo o comportamento humano justamente a convergência das histórias filogenética, ontogenética e das culturas, no discurso, todas essas variáveis (ou “localizações”) também vão confluir e se misturar de forma indissociável, afetando constantemente umas às outras e ganhando mais ou menos protagonismo a depender do contexto e da relação. Nesse emaranhado de variáveis destaca-se, especialmente, uma cultura perpassada por uma rede de relações de poder que se entrelaçam numa matriz de dominação (Collins, 1997; Crenshaw, 1989, 2002; hooks 1989/2015, Ribeiro; 2017) e que, conseqüentemente, afeta todas as outras localizações do comportamento verbal. Isso não é o que as feministas negras denominam de “lugar de fala”, mas coloca o discurso, para ambas as teorias, como um fenômeno contextual, histórico e relacional o que, por si só, já tem uma série de implicações políticas importantes.

7.2.1. O ambiente físico nem sempre é o mesmo para todos: o falar como uma questão de acesso

O fato do discurso ser um fenômeno terreno e de ocorrer na interação entre organismos humanos quer dizer que ele se dá num determinado ambiente físico: “o mundo das coisas e dos eventos sobre os quais se diz que o falante ‘fala a respeito’” (Skinner, 1957,

p.81, tradução nossa¹¹⁸), e o qual terá influência na definição de pelo menos alguns de seus contornos. Assim, apesar do comportamento verbal se caracterizar por permitir uma certa independência do ambiente imediato do falante, seu caráter comportamental impede que se desvincule completamente dele. Essa ligação, mesmo que possa ser tênue, é especialmente relevante nos processos comportamentais envolvidos no tacto, por exemplo, pois como explica Skinner (1957), “o comportamento verbal sob controle de tais estímulos é tão importante que é, com frequência, tratado exclusivamente no estudo da linguagem e nas teorias do significado” (p.81, tradução nossa¹¹⁹).

Os estímulos do ambiente físico, desse modo, incluindo tanto suas propriedades geográficas, sociais e políticas, quanto a(s) história(s) mediante as quais adquiriu tais contornos, tornam-se importantes. Burton e Kagan (1994), por exemplo, explicam como nossos contextos cotidianos, que estão assentados numa sociedade capitalista, vão influenciando nosso comportamento e, portanto, nossa identidade:

Muito da nossa identidade está relacionada com a nossa ocupação. Não somente podemos nos descrever como tendo essa ou aquela profissão, mas também muito da nossa vida acordados (e.g., com quem passamos nosso tempo, com que passamos mais tempo, quais habilidades adquirimos e perdemos) está estruturado pelos nossos papéis na divisão do trabalho. Essa divisão do trabalho não é arbitrária, e sim desenvolvida nos desdobramentos dos sistemas econômicos e administrativos em relação com a atividade de grupos e indivíduos. Ademais, *nossa posição nesse sistema provavelmente afetará nossos recursos conceituais e a forma como formulamos problemas usando categorias e habilidades conceituais*, e é provável que se reflita na forma em que abordamos problemas no trabalho. Então, na esfera do trabalho (e isso

¹¹⁸ Original em inglês: . . . the world of things and events which a speaker is said to "talk about."

¹¹⁹ Original em inglês: Verbal behavior under the control of such stimuli is so important that it is often dealt with exclusively in the study of language and in theories of meaning

inclui tanto o trabalho não pago quanto a falta de trabalho), *muita da nossa rede social, nossas habilidades, nossas perspectivas e nosso estilo de pensamento são um reflexo das nossas posições na divisão do trabalho* (p. 91, tradução nossa¹²⁰, grifos nossos).

Assim, as condições socioeconômicas (nas quais as variáveis de raça, gênero e nacionalidade também participam) vão ter impacto direto no tipo, diversidade e qualidade dos estímulos aos quais os membros de cada grupo social terão acesso, além de na forma como *poderão* se relacionar com eles. Pessoas de grupos sociais mais privilegiados em termos dessas variáveis, então, provavelmente transitarão numa maior variedade de ambientes (como lugares no estrangeiro, universidades ou inclusive postos de trabalho no topo do organograma) e, neles, terão acesso a uma maior amplitude de estímulos e/ou um maior leque de possibilidades de se relacionar com eles. É muito diferente a experiência de um homem branco e com dinheiro hospedado em um hotel de luxo, por exemplo, do que a de uma mulher estrangeira que trabalha como camareira nesse mesmo hotel. Mesmo dividindo o mesmo ambiente, cada uma dessas pessoas ocupa uma posição distinta nele. Tal diferença, por sua vez, afeta as relações com os estímulos presentes que ambas terão permitido estabelecer: enquanto o homem branco e rico poderá usar a piscina e o spa para relaxar, por exemplo, a mulher estrangeira e pobre estará limitada a realizar tarefas de limpeza e manutenção desses ambientes, ou a servir o homem branco enquanto ele desfruta deles.

Foi partindo dessa diferença no comportamento verbal de quem compartilha o mesmo ambiente mas não a mesma localização nas relações de poder que as feministas negras

¹²⁰ Original em inglês: Much of our identity is related to our occupation. Not only might we describe ourselves as a such-and-such, but also much of our waking life, (e.g., who we spend time with, who we spend more time with, what we do with our time, what skills we acquire and lose) is structured through our roles in the division of labor. That division of labor is not arbitrary but has developed with the unfolding of the economic and administrative systems in relation to the activity of groups and individuals. Moreover, our position in that system is likely to influence our conceptual resources and how we frame problems, using categories and conceptual skills, and is likely to reflect the way we approach problems at work. So, for the sphere of work (and this includes both unpaid work and lack of work), much of our social network, our abilities, our outlook and style of thinking reflects our position in the division of labor.

teorizaram sobre o conceito de *outsider within*. Mulheres negras que trabalhavam (e que em muitos casos ainda trabalham) como empregadas domésticas nas casas das famílias brancas de classe média-alta estariam ao mesmo tempo “dentro” [*within*] de ambientes normalmente reservados para as elites, mas seriam “forasteiras” [*outsiders*], pois não podiam se relacionar com esses estímulos da mesma forma que o faziam as mulheres brancas que habitavam a casa. Essa condição de *forasteiras de dentro*, então, confere a essas mulheres uma relação muito específica com tais ambientes, relação esta que vai além do ambiente físico, pois se define principalmente por uma série de práticas culturais e verbais de dominação.

7.2.2. O ambiente cultural e verbal: nem todo lugar social é um lugar de fala

Em ambos os exemplos pode-se dizer, então, que a localização dessas pessoas (e, por consequência, seu agir verbal) é *cultural* e *verbalmente* diferente, pois o fato de cada uma delas *poder* ou não interagir de certas formas com os estímulos presentes é fruto de determinadas convenções sociais estabelecidas pelo grupo (ou comunidade verbal) da qual fazem parte, ou seja, é resultado de certas *práticas culturais* e *verbais*. É isso ao que Ribeiro (2017) se refere quando fala não apenas de *lugares sociais*, mas também de *lugares de cidadania*:

. . . quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem *lugares de cidadania*. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o *lugar social* que certos grupos ocupam restringem oportunidades (pp. 60-61, grifos nossos).

É importante ressaltar, também, que ao referir-se às condições materiais, sociais e culturais que moldam o discurso dos indivíduos, a autora usa o termo “lugar social” e não “lugar de fala”. Ou seja, este último não parece ser sinônimo dessas condições ou, pelo

menos, não *dessas* condições *em específico*. O lugar social, então, não é sempre um lugar de fala. Na verdade, para os grupos oprimidos raramente o é; costuma ser, pelo contrário, o lugar do silêncio, de quem não pode ou não deve falar por si mesmo. Nesse sentido, “lugar de fala” parece estar mais próximo de “lugar de cidadania” do que de “lugar social”, já que “o lugar social que certos grupos ocupam *restringem* oportunidades”, enquanto os lugares de cidadania *dependem* de certas condições sociais específicas para serem acessados. Em suma, pode-se dizer que, em nossa sociedade atual, *todos temos lugar social*, pois todo mundo é localizado em uma malha social e cultural permeada por relações de poder, mas *nem todo mundo tem lugar de fala* (ou inclusive, lugar de cidadania), pois nem todos os lugares sociais dão condições para que as pessoas que os ocupam assumam a posição de sujeitos e falem em nome de seus próprios interesses. O lugar de fala, dessa forma, *inclui* a noção de lugar social, mas não se restringe nem se identifica com ela em todos os contextos, dado que são apenas *certos* lugares sociais os que permitirão a existência, de fato, de lugares de fala; lugares estes que precisam ser conquistados ou construídos por seus potenciais ocupantes.

Sendo assim, quando hooks (1989/2015) conta que ela “estava sempre tentando ir para a faculdade, manter trabalhos de meio-período e construir espaço para escrever, bem como cuidar das questões domésticas” (p.243, tradução nossa¹²¹), a autora está falando a respeito do seu *lugar social* na época, o qual corresponde com o que Gonzalez (1984) descreve como “as condições de existência material da comunidade negra [que] remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados” (p.232). Em termos analítico-comportamentais, as autoras estão se referindo a uma série de contingências social, histórica, cultural e verbalmente construídas e assentadas numa matriz de dominação, isto é, numa cultura baseada nas desigualdades de raça, classe e gênero, dentre outras. Ribeiro (2017) também descreve esse conjunto de contingências (ou lugar social) ao explicar que “mulheres

¹²¹ Original em inglês: . . . was always trying to attend college, hold part-time jobs, and make a space for writing, as well as take care of domestic matters.

negras, por exemplo, possuem uma situação em que as possibilidades são ainda menores – materialidade!” (p.43) e, na sequência, passa a explicitar a necessidade de transgredir esses lugares historicamente designados pelos embates de poder, pois

. . . nada mais ético do que pensar em saídas emancipatórias para isso, lutar para que elas [as mulheres negras] possam ter direito a voz e melhores condições. Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse *construir novos lugares de fala* com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (Ribeiro, 2017, p.43, grifos nossos).

Desse modo, essa diferenciação entre “lugar social” e “lugar de fala” mostra que as mulheres negras, assim como outros grupos marginalizados, têm seu acesso a ambientes físicos seriamente restringido por essa história de desigualdade, o que, conseqüentemente, afeta à quantidade, variedade e qualidade de estímulos capazes de controlar o seu comportamento verbal. Ao mesmo tempo, os ambientes físicos que pessoas desses grupos podem, de fato, frequentar costumam estar severamente limitados por práticas culturais e verbais que são, em última instância, práticas de dominação, afetando a forma *como* e *se* essas pessoas vão se relacionar com os (limitados) estímulos disponíveis.

7.2.2.1. Distribuição e controle desigual do ambiente: um mecanismo de silenciamento

O conceito de lugar de fala vem para mostrar que essa relação, que pode ser pensada em termos de *distribuição desigual dos estímulos e controle desigual do ambiente*, pode ser mudada, embora essa não seja uma tarefa fácil. Por ter uma origem grupal e geralmente permeada por agências controladoras, os lugares sociais e seus desdobramentos podem ser alterados mediante movimentos coletivos, conscientes e organizados, permitindo a criação de

novos lugares sociais, nos quais a distribuição dos estímulos e o controle que eles exercem sobre as pessoas possam ser mais igualitários. Condições desse tipo resultariam, por conseguinte, em discursos menos perpassados por relações de poder, pois estímulos que antes não controlavam o comportamento verbal de determinadas pessoas teriam mais chances de passar a fazê-lo, e estímulos que o controlavam de maneira a mantê-los sob a dominação de outros grupos, podem começar a ter outras funções mais emancipadoras.

7.2.2.2. A multidimensionalidade do silêncio

A distribuição e o controle desigual do acesso aos estímulos ambientais não somente afetam a fala, mas também o *silêncio*. Mesmo que os silêncios possam parecer topograficamente iguais (aparente ausência de comportamento verbal vocal ou até mesmo escrito), eles podem “ocorrer” em função de variáveis diferentes e/ou fazerem parte de processos e procedimentos comportamentais distintos. O silêncio de alguém cuja fala foi anteriormente punida em situações semelhantes não é o mesmo silêncio de alguém cuja relação com esse ambiente simplesmente não gerou repertórios verbais suficientemente fortes, por exemplo. Apesar disso, em ambos os casos ele é fruto das relações dos falantes com o mundo e, portanto, situado nelas de diferentes modos, como também ocorre com os discursos. Nas palavras de hooks (1989/2015), “o contexto do silêncio é variado e multidimensional” (p.27, tradução nossa¹²²).

7.2.2.3. Silêncio e punição: quando *não falar* produz consequências

Uma forma de entender o silêncio é mediante os efeitos da punição. Segundo Skinner (1953/2015), quando uma ação (verbal ou não) é punida, ela cessa imediatamente. Desse modo, se uma pessoa está falando sobre certo assunto e seu comportamento verbal é punido,

¹²² Original em inglês: The context of silence is varied and multi-dimensional.

ela parará de falar no ato, dando lugar a um silêncio que é diferente do silêncio que se aprecia na ausência de falantes, ou do silêncio que reina num ambiente em que cada um está ocupado com seus próprios afazeres não-verbais, por exemplo.

Além disso, o comportamento punido passa a ser fonte de estímulos aversivos condicionados, evocando ações incompatíveis com ele. Essas ações, ao mesmo tempo, serão reforçadas caso reduzam a estimulação aversiva, como explica Skinner (1957):

O comportamento verbal pode ser seguido do tipo de consequências denominadas de aversivas ou punitivas. . . Seu principal efeito é o de transformar o comportamento, ou as circunstâncias sob as quais o comportamento caracteristicamente ocorre, em um estímulo aversivo condicionado. Qualquer comportamento que reduza tal estimulação, como é o caso de qualquer comportamento que for incompatível ou que substituir o comportamento punido, seja no seu estágio incipiente ou final, é automaticamente reforçado. Ao punir uma resposta, então, automaticamente reforçamos respostas que são incompatíveis com ela (p.166, tradução nossa¹²³).

Embora Skinner (1957) não mencione explicitamente o silêncio nesse momento de seu texto, ao abordar o aumento da frequência de ações incompatíveis com a ação verbal punida, ele está falando disso, mesmo que indiretamente. Isso porque, quando o comportamento verbal de uma pessoa é punido, dentre as várias ações que passarão a ser automaticamente reforçadas caso sejam incompatíveis com a ação verbal punida, também se encontra o “ficar em silêncio”. Assim, essa pessoa pode, por exemplo, falar de outro assunto, falar em outro tom de voz, emitir ações verbais alteradas por autoclíticos ou, inclusive, *parar de falar*.

¹²³ Original em inglês: Verbal behavior may be followed by the kind of consequence called aversive or punishing. . . Its principal effect is to convert the behavior, or the circumstances under which the behavior characteristically occurs, into a conditioned aversive stimulus. Any behavior which reduces such stimulation such as any behavior which is incompatible with or otherwise displaces punished behavior, either in its incipient or final stages is automatically reinforced. In punishing one response, then, we automatically provide for the reinforcement of responses which are incompatible with it.

Uma crítica a esse ponto poderia ser endereçada à ideia de que não se comportar não é uma ação e que, portanto, o silêncio não seria uma ação verbal. Contudo, a noção aqui defendida de que o silêncio é situado já responde esse questionamento: por ser situado nas contingências, nem sempre terá a mesma função. Há casos em que, de fato, o silêncio será uma mera ausência de comportamento verbal, sem relação funcional com outras variáveis. Mas há outros casos em que o silêncio será parte do fluxo comportamental, como acontece nos procedimentos de punição, tornando-o não apenas possível, mas também importante de ser analisado. Nas palavras de Skinner (1957),

Às vezes é necessário . . . considerar o “não fazer nada” como uma resposta caso tiver consequências reforçadoras identificáveis. Mas não fazer nada é obviamente incompatível com comportamento passível de punição, e *entre as consequências de “não falar” encontra-se, frequentemente, a esquiva da punição*. Há uma distinção, embora seja tênue, entre premiar uma criança por ficar em silêncio e puni-la por falar; mas no segundo caso a punição faz com que o ficar em silêncio seja automaticamente reforçado. Ao “esnobbar” alguém, uma pessoa pune outra se recusando a falar com ela. O efeito de esnobbar é muito próximo ao de insultar, mas os dois comportamentos devem ser descritos como “não falar” e “falar”, respectivamente. Quando uma criança está punindo seus pais ao ficar em silêncio, ela pode começar a falar de forma não-editada quando um evento emocionante ocorrer, mas isso automaticamente pune a criança por destruir a vantagem que ela tinha ao usar o silêncio para punir. Alguém pode continuar em silêncio quando está esnobando um conhecido para evitar a punição gerada automaticamente pela perda da vantagem derivada de estar esnobando (p.379, grifos nossos, tradução nossa¹²⁴).

¹²⁴ Original em inglês: It is sometimes necessary . . . to regard "doing nothing" as a response if it has identifiable reinforcing consequences. But doing nothing is obviously incompatible with punishable behavior, and among the consequences of "not speaking" is often the avoidance of punishment. There is a distinction, albeit a tenuous one, between rewarding a child for keeping silent and punishing him for talking; but in the second case the

Apesar de seu efeito imediato na supressão da ação verbal em questão, é importante lembrar que a punição não tem a capacidade de eliminar essa classe de ações do repertório do falante a longo prazo, pois ela não enfraquece operantes (Skinner, 1953/2015). Diferente disso, Skinner (1953/2015) explica que o “comportamento punido é geralmente forte, e certos estágios incipientes são, portanto, frequentemente atingidos” (p.191, tradução nossa¹²⁵), gerando uma série de ações de fuga e esquivas e de reações emocionais que denominamos de “culpa”, “medo” e “ansiedade”, dentre outros. Isso implica que o silêncio produzido pelo procedimento de punição não é um silêncio “vazio” no sentido de uma inexistência de repertório verbal perante determinada situação, pois é muito provável que diversos processos estejam ocorrendo no lugar de uma ação verbal vocal audível: processos estes que podem ir de reações corporais até a ocorrência de comportamento verbal inaudível, no qual o falante é o seu próprio e único ouvinte.

7.2.2.4. Silêncio e autoedição: quando rejeitamos a nossa própria voz

As interações verbais entre os repertórios de falante e ouvinte no mesmo indivíduo são especialmente importantes para entender um outro efeito da punição, que Skinner (1957) denomina de autoedição [*self-editing*]. A autoedição, que para o autor se trata de “uma das mais importantes propriedades do comportamento verbal” (Skinner, 1957, p.166, tradução nossa¹²⁶), é um processo mediante o qual o falante analisa a própria ação verbal antes de emití-la de forma audível, podendo modificá-la mediante o uso de autoclíticos ou, inclusive,

punishment arranges for the automatic reinforcement of keeping silent. In "snubbing" one person punishes another by refusing to speak to him. The effect of snubbing is very close to that of insulting, but the two behaviors must be described as "not speaking" and "speaking" respectively. When a child is punishing his parents by remaining silent, he may break into unedited speech when an exciting event occurs, but this automatically punishes the child by destroying the advantage he enjoyed in punishing by silence. One may continue to remain silent in snubbing an acquaintance in order to avoid the punishment automatically generated by the loss of the snubbing advantage.

¹²⁵ Original em inglês: Punished behavior is often strong, and certain incipient stages are therefore frequently reached.

¹²⁶ Original em inglês: . . . one of the most important properties of verbal behavior.

rejeitá-la. Nesse último caso, o falante nem sequer chega a emitir a ação verbal, permanecendo, aos olhos de outros indivíduos, em silêncio.

O silêncio fruto da autoedição também pode ser facilmente confundido com a mera não-ocorrência de comportamento verbal, dado que “segurar uma fala audível pode parecer a mesma coisa que não a emitir” (Skinner, 1957, pp.369-370, tradução nossa¹²⁷). No entanto, neste caso, há comportamento verbal ocorrendo; a diferença está em que o único ouvinte é o próprio falante, cujo comportamento verbal é forte o suficiente ao ponto de ocorrer, mesmo em situações adversas. Porém, devido a uma história de punição, essa ação verbal: 1) ocorre com baixa energia, num nível subaudível; 2) passa por um processo de revisão nas mãos do próprio falante; e 3) é por ele rejeitado, não sendo emitido de forma vocal. Nas palavras de Skinner (1957),

. . . a punição não enfraquece diretamente o comportamento; simplesmente fortalece formas incompatíveis. Uma criança adquire uma resposta obscena na escola, a emite na casa dela, e é punida. O efeito não é somente reduzir a probabilidade dessa resposta, mas torná-la, junto com as circunstâncias sob as quais é provável que ela seja emitida, em um estímulo aversivo condicionado. Quando a resposta é fortalecida novamente ao ponto de emissão, ela gera estimulação aversiva (a “ameaça” de punição). Essa consequência especial altera a força aparente do operante verbal, mas tem outro efeito identificável ao gerar um tipo de comportamento convenientemente denominado de *rejeição*. A rejeição de uma resposta reduz a estimulação aversiva condicionada por ela gerada e é reforçada por fazê-lo (pp. 371-372, grifos nossos, tradução nossa¹²⁸).

¹²⁷ Original em inglês: Withholding audible speech may seem to be nothing more than not emitting it.

¹²⁸ Original em inglês: . . . punishment does not directly weaken behavior; it merely strengthens incompatible forms. A child acquires an obscene response at school, emits it in his home, and is punished. The effect is not to reduce the probability of that response, but to make it, as well as the circumstances under which it is likely to be emitted, a conditioned aversive stimulus. When the response is again strengthened to the point of emission, it

Desse modo, uma pessoa estrangeira cuja fala foi anteriormente punida numa sala de aula devido ao sotaque, provavelmente vai sentir uma série de reações corporais aversivas quando “tiver vontade” de participar nessa aula novamente. Ou seja, os operantes verbais “participar em sala de aula” e/ou “falar sobre X assunto” apresentam uma força considerável no repertório dela no contexto de sala de aula e, de fato, começam a ser emitidos. Contudo, como essa classe de ações verbais foi punida nesse ambiente no passado, sua emissão ocorre num nível de energia muito baixo, tornando a ação verbal inaudível e afetando unicamente o próprio falante. É como se a pessoa se comportasse verbalmente em silêncio. A ação verbal é de fato emitida, e, portanto, ela produz consequências: o ouvinte-falante passa a sentir uma série de sensações corporais aversivas, o que aumenta as chances dele se engajar em comportamento que lhe permita fugir desses novos eventos aversivos. Nesse movimento, a ação verbal será revisada e provavelmente rejeitada pelo repertório de ouvinte da pessoa estrangeira, o qual foi condicionado aversivamente a fazer isso. Ficar em silêncio, então, não só forneceria a essa pessoa a fuga das condições aversivas autoproduzidas, mas também a esquivar de possíveis consequências aversivas fornecidas pela professora ou por colegas caso ela chegasse a falar com sotaque novamente naquela aula.

7.2.2.5. As localizações políticas do silêncio

Os diferentes silêncios frutos da punição, além de estarem situados nas próprias contingências punitivas, estão, de modo mais amplo, situados em ambientes sociais com práticas mais ou menos punitivas. No caso da autoedição, por exemplo, Skinner (1957) explica que “em um ambiente relativamente permissivo, a estimulação gerada pelo comportamento do falante não é aversiva o suficiente para levar à edição” (p.385, tradução

generates aversive stimulation (the "threat" of punishment). This special consequence alters the apparent strength of the verbal operant, but it has another distinguishable effect in generating a kind of behavior conveniently called rejection. Rejecting a response reduces the conditioned aversive stimulation generated by it and is reinforced because it does so.

nossa¹²⁹). Em outras palavras: há ambientes verbais que serão mais punitivos e que, portanto, produzirão mais silêncios desse tipo do que outros ambientes. Ao mesmo tempo, o grau de punitividade ou permissividade desses ambientes geralmente não é o mesmo para todo e qualquer indivíduo que nele se comportar verbalmente. Como indicam as autoras feministas negras, ambientes verbais não são neutros e, portanto, suas práticas não se dão da mesma forma com todas as pessoas, nem têm os mesmos efeitos.

Numa cultura hierarquizada como a nossa, há grupos de indivíduos cujo comportamento é sistematicamente mais punido do que o de outros (Holland, 1978; Sá, 1978) e que coincidem justamente com aqueles grupos que mais se afastam do centro branco, masculino, heterossexual e de classe alta da matriz de dominação (Crenshaw, 1989, 2002; Collins, 1990/2002; Collins & Bilge, 2016; hooks, 1989/2015), como é o caso das mulheres negras e de outros grupos marginalizados. Segundo hooks (1989/2015),

Muitos indivíduos de grupos oprimidos aprendem a suprimir ideias, especialmente aquelas consideradas opositivas, como uma estratégia de sobrevivência. Desde os tempos da escravidão, as pessoas negras nos Estados Unidos aprendemos a ser cuidadosas na nossa fala. *Dizer a coisa errada poderia levar à punição severa ou à morte*. Esse padrão de expressão cautelosa continuou até muito depois do fim da escravidão. Como a opressão racial continuou sendo uma norma social, as pessoas negras ainda achavam necessário restringir sua liberdade de expressão, se engajar em autocensura. Muitas pessoas negras mais velhas eram criadas em ambientes racialmente segregados, nos quais dizer a coisa errada, especialmente para uma pessoa branca, poderia levar à punição. Era comum que nossos mais velhos falassem que *estavam nos punindo para ensinar-nos nosso lugar, para manter-nos na linha, para não sermos punidos por pessoas brancas, para não sermos destruídos*. Tais atitudes

¹²⁹ Original em inglês: In a relatively permissive environment, the stimulation generated by the speaker's behavior is not sufficiently aversive to lead to editing.

tiveram um profundo impacto na forma em que as crianças negras são criadas, na nossa capacidade para a expressão criativa. (p.271, grifos nossos, tradução nossa¹³⁰).

Nessa dinâmica, o comportamento verbal dos grupos explorados tem sido um alvo especialmente constante de controle e de punição, pois, como relata Kilomba (2010): “A *boca* é um órgão muito especial, ela simboliza a fala e a enunciação. No racismo, ela se torna o *órgão da opressão por excelência*; ela representa o órgão que os brancos querem – e precisam – controlar” (p.16, grifos nossos, tradução nossa¹³¹).

Apesar do comportamento verbal não se reduzir à oralidade, suas origens muito provavelmente estão ligadas às estruturas responsáveis pela fala (Skinner, 1957, 1986, 1987), e ainda hoje em dia, grande parte do comportamento verbal é, de fato, vocal. Além disso, vale ressaltar que é comum que no feminismo negro, assim como em outras discussões de grupos subalternizados, a oralidade ganhe um destaque especial por pelo menos dois motivos que se relacionam estreitamente com a localização do discurso dessas pessoas. O primeiro diz respeito à desigualdade no acesso à educação formal e ao processo de alfabetização. Durante muito tempo, pessoas escravizadas, mulheres e pessoas de classe baixa tiveram seu acesso a esses espaços negados, pois eram vistas como objetos, cuja utilidade era a de ser mão de obra gratuita ou muito barata, enfeites ou fábricas humanas de herdeiros (no caso de mulheres de classe alta), ou meios de obter prazer sexual e de controlar e punir homens negros escravizados (no caso de mulheres negras na escravidão) (Collins, 1990/2002; Collins &

¹³⁰ Original em inglês: Many individuals from oppressed groups learn to suppress ideas, especially those deemed oppositional, as a survival strategy. From slavery on, black people in the United States have learned to be guarded in our speech. Saying the wrong thing could lead to severe punishment or death. This pattern of guarded expression continued long after slavery ended. Since racial oppression remained a social norm, black people still found it necessary to check freedom of expression, to engage in self censorship. Many older black people were raised in racially segregated environments wherein saying the wrong thing, especially to a white person, could lead to punishment. Often our elders would say that they were punishing us to teach us our place, to keep us in line, so that we would not be punished by white people, so that we would not be destroyed. Such attitudes have had a profound impact on the way black children are raised, on our capacity for creative expression.

¹³¹ Original em inglês: The mouth is a very special organ, it symbolizes speech and enunciation. Within racism, it becomes the organ of oppression par excellence; it represents the organ whites want - and need - to control.

Bilge, 2016; Federici, 2012/2019; Kilomba, 2010). Essas pessoas não eram (e até hoje muitas ainda não são) vistas como sujeitos que merecessem participar da vida pública e partilhar da cultura dos grupos hegemônicos e, portanto, não se via como algo necessário que soubessem ler e escrever. Muito pelo contrário; o letramento de grupos subordinados era abertamente desencorajado e encobertamente temido, pois o comportamento verbal é poderoso, e os grupos hegemônicos tinham (e ainda têm) consciência disso. A restrição do acesso à educação formal, nesse sentido, é uma forma de controle, por parte das elites, das ferramentas discursivas disponíveis para os grupos cuja dominação e exploração lhes asseguram o lugar hegemônico que ocupam no centro letrado.

A falta das condições necessárias para a ocorrência de comportamento verbal escrito, no entanto, não é a única variável que explica a importância da oralidade para as mulheres negras e para outros grupos subordinados; seria equivocado supor que esse protagonismo do comportamento verbal vocal é só fruto da opressão. A cultura negra descrita por Collins (1990/2002), por exemplo, tem uma longa tradição oral, na qual a música, os cânticos e as narrativas faladas ocupam um lugar central no dia a dia do grupo. A autora cita, a título de exemplo, o papel social da música blues para o povo negro nos Estados Unidos, explicando que,

Tradicionalmente, o blues assumiu uma função na cultura oral afro-americana similar àquela desempenhada pela mídia impressa para a cultura branca, a qual era baseada no aspecto visual. O blues não era apenas entretenimento – era uma forma de solidificar a comunidade e de comentar sobre a matéria social da vida da classe trabalhadora negra na América (p.105, tradução nossa¹³²).

¹³² Original em inglês: Traditionally, blues assumed a similar function in African-American oral culture o that played by print media for White, visually based culture. Blues was not just entertainment—it was a way of solidifying community and commenting on the social fabric of working-class Black life in America.

A experiência compartilhada de opressão e exploração, aliada a uma história cultural diferente da hegemônica, fizeram do comportamento verbal vocal uma ferramenta discursiva especialmente importante para as mulheres negras e outros grupos marginalizados. Práticas culturais dos mais diversos tipos, incluindo estratégias de sobrevivência e resistência, foram (e ainda são) transmitidas e disseminadas de forma oral, tornando a *boca* dessas pessoas, como disse Kilomba (2010), um órgão especialmente perigoso. Afinal, foi nessas culturas oralmente entrecidas que o feminismo negro (teoria e movimento social que tanto ameaça as elites) se originou. Nas palavras de Collins (1986):

. . . há uma longa e rica tradição de pensamento feminista negro. *Muito dele tem sido oral e tem sido produzido por mulheres negras comuns*, em seus papéis de mães, professoras, musicistas, e pastoras. Desde os movimentos pelos direitos civis e dos movimentos das mulheres, as ideias das mulheres negras têm sido paulatinamente mais documentadas e estão alcançando audiências mais amplas (p.16, grifos nossos, tradução nossa¹³³).

Com frequência, o silêncio de pessoas de grupos oprimido é, desse modo, um silêncio imposto. Seja por uma distribuição desigual do acesso aos estímulos do nosso mundo verbal e não-verbal, seja pelo controle desigual e geralmente aversivo dos estímulos aos que essas pessoas têm, de fato, acesso. Se trata, então, de um silêncio localizado nas práticas verbais e culturais hierarquizadas responsáveis pela punição desigual do comportamento verbal de certos grupos sociais.

Tendo isso em vista, e dada a capacidade que a punição tem de transformar eventos ambientais presentes no momento da punição (relacionados ou não com a ação punida) em estímulos aversivos condicionados, tanto ambientes verbais quanto ambientes não-verbais

¹³³ Original em inglês: . . . there is a long and rich tradition of Black feminist thought. Much of it has been oral and has been produced by ordinary Black women in their roles as mothers, teachers, musicians, and preachers. Since the civil rights and women's movements, Black women's ideas have been increasingly documented and are reaching wider audiences.

podem, por meio de condicionamento aversivo, ser contexto para o *silêncio*. Desse modo, o lugar onde ocorreu a punição (como uma sala de aula, ou a casa de determinada pessoa), as pessoas presentes (colegas de sala ou habitantes da casa) ou objetos ou roupas específicas (o uniforme da escola, o tipo de decoração da casa), podem se tornar eventos aversivos condicionados, na presença dos quais a emissão de ações verbais da mesma classe daquela que foi punida passará a ser evitada.

Ambientes que normalmente evocam uma profusão de comportamento verbal de pessoas de grupos sociais mais privilegiados, como as escolas e universidades, por exemplo, comumente adquirem propriedades aversivas condicionadas para pessoas de grupos subordinados que, devido a uma história de opressão, foram sistematicamente punidas neles. Ou seja, mediante uma história de punição e condicionamento aversivo, essas pessoas *aprendem a ficar em silêncio* em determinados ambientes. Sendo esse aprendizado fruto de práticas culturais de dominação e exploração, não se pode dizer que ele ocorreu ao acaso, sem sujeitos que punam a fala ou reforcem negativamente o silêncio daqueles com menos poder. A título de ilustração, podemos retomar o exemplo da mulher negra que trabalha como empregada doméstica na casa de uma mulher acadêmica branca. Mesmo ambas compartilhando o mesmo espaço, as chances dessa casa (ou elementos dela) se tornarem estímulos aversivos condicionados para o comportamento verbal da mulher negra são maiores do que para o das pessoas brancas que habitam a casa. Espera-se, na maioria dos casos, que as empregadas domésticas não opinem, critiquem ou fiquem, de modo geral, “puxando assunto” durante seu horário de trabalho. Se a empregada doméstica um dia fizer um comentário enquanto ela e a patroa branca estão ambas no mesmo quarto, e ela for repreendida por isso, é muito provável que, além de parar de falar imediatamente, a empregada evite fazer futuros comentários nesse ambiente.

Da mesma forma que o ambiente não-verbal pode tornar-se aversivo em relação ao comportamento verbal de determinadas pessoas, o ambiente verbal também pode passar por esse processo. Termos relativos ao assunto do qual a pessoa estava falando, quando seu comportamento verbal foi punido, por exemplo, poderão adquirir propriedades aversivas e, portanto, passar a ser evitados em situações semelhantes no futuro. Isso pode se estender a temas inteiros, como acontece quando o discurso de grupos oprimidos ousa criticar ou expor o comportamento de dominação de grupos opressores e é, portanto, punido por estes últimos:

Para muitas mulheres, não é tarefa fácil falar sobre homens ou considerar escrever sobre homens. Numa sociedade patriarcal, o silêncio tem sido, para as mulheres, um gesto de submissão e cumplicidade, especialmente o silêncio sobre os homens. As mulheres têm mantido fielmente os segredos dos homens – quem eles são, como eles pensam, como eles se comportam, como eles dominam. Esse silêncio é geralmente aprendido quando são crianças pequenas. Muitas de nós fomos ensinadas que, pelo fato de serem homens, não devíamos falar com eles ou sobre eles, a não ser que eles desejassem falar conosco, e nesses casos, nunca devíamos nos dirigir a eles de forma crítica. (hooks, 1989/2015, p.216, tradução nossa¹³⁴).

Desse modo, pode ser que, no exemplo da empregada doméstica e a patroa branca, esta última não puna todo ou qualquer ação verbal da primeira e sim somente alguns tipos de ação verbal, como críticas, discussões políticas, explicitações da relação de poder entre elas, dentre outras. Ou seja, graças à história daquele ambiente verbal, ambas as mulheres podem estar conversando e, ainda assim, existirem silêncios em relação a alguns assuntos, principalmente no lado mais vulnerável da relação: o da mulher negra. E mais, dada a longa

¹³⁴ Original em inglês: For many women, it is not a simple task to talk about men or to consider writing about men. Within patriarchal society, silence has been for women a gesture of submission and complicity, especially silence about men. Women have faithfully kept male secrets, have passionately refused to speak on the subject of men—who they are, how they think how they behave, how they dominate. This silence is often learned when we are young female children. Many of us were taught that our fathers, because they were men, were not to be spoken to or about, unless they wished to speak with us, and then they were never to be addressed critically.

história das relações de poder entre empregado e patrão e entre pessoas negras e pessoas brancas, essa história particular de punição nem sequer precisa da ocorrência de um evento comportamental punitivo para se estabelecer. Desde o início, então, a empregada negra provavelmente nem tocará em certos assuntos, poupando a patroa branca dos efeitos aversivos que essas ações verbais poderiam lhe causar e, inclusive, do trabalho, muitas vezes desagradável, de ter que ser o agente direto da punição, sujando sua imagem social ou se expondo a uma possível (embora pouco provável) retaliação da empregada. A exposição de cada uma dessas mulheres a ambientes culturais classistas, capitalistas, racistas e machistas desde a infância provavelmente já condicionou muitos dos estímulos verbais e não verbais presentes na cena ilustrada. Isso faz com os silêncios ali produzidos, mesmo sendo violentos, passem facilmente despercebidos, mantendo uma aparente harmonia e naturalidade, como também ocorria no lar da infância que hooks (1989/2015) recorda na citação.

Justamente devido a essa desigualdade de poder, pessoas de grupos subordinados não podem escolher legitimamente se vão aprender a se calar ou não; as condições para o silêncio provêm da história cultural, e não individual, estando já postas muitas vezes desde o nascimento do indivíduo. E junto com essa desigualdade de acesso e controle, as possibilidades para contracontrole também se veem drasticamente reduzidas, tornando-se poucas ou nulas. É esse processo que as feministas negras denominam de *silenciamento*, buscando, nesse movimento de recusa e de contestação, dar nome e rosto não só a quem fala, mas também a quem *silencia* e a quem é *silenciado*. Elas mostram que o silêncio também é localizado nas relações de poder e que, portanto também precisa ser discutido, pois seu exame traz à tona uma série de questões relativas ao comportamento verbal que costumam ser ignoradas, como ilustra Kilomba (2010) mediante a discussão sobre a máscara que pessoas negras escravizadas eram obrigadas a usar nas plantações:

Essa máscara era uma peça muito concreta, um instrumento real, o qual se tornou parte do projeto colonial europeu durante mais de trezentos anos. Era composta por uma pequena peça que era colocada dentro da boca do sujeito Negro, preso entre a língua e a mandíbula, e fixado por trás da cabeça com duas cordas, uma rodeando o queixo e a outra rodeando o nariz e a testa. Formalmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que os Africanos escravizados comessem cana de açúcar ou grãos de cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua função primária era implementar uma sensação de incapacidade de falar [*speechlessness*] e de medo, uma vez que a boca era um lugar tanto de mutismo quanto de tortura. Nesse sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Simboliza as políticas sádicas da conquista e seus regimes cruéis de silenciamento daqueles denominados de “Outros”. *Quem pode falar? O que acontece quando nós falamos? E sobre o que podemos falar?* (p.16, grifos nossos, tradução nossa¹³⁵).

Na medida em que as relações de poder são perpetuadas e generalizadas os silêncios que as sustentam deixam de precisar ser ensinados em toda interação ou em todo ambiente verbal e não-verbal. Justamente por isso, eles também deixam de ser “vistos” como algo aprendido, que pode ser analisado e que, muito pode nos dizer sobre a história daquele ambiente e daqueles falantes e ouvintes.

¹³⁵ Original em inglês: This mask was a very concrete piece, a real instrument, which became a part of the European colonial project for more than three hundred years. It was composed of a bit placed inside the mouth of the Black subject, clamped between the tongue and the jaw, and fixed behind the head with two strings, one surrounding the chin and the other surrounding the nose and forehead. Formally, the mask was used by *white* masters to prevent enslaved Africans from eating sugar cane or cocoa beans while working on the plantations, but its primary function was to implement a sense of speechlessness and fear, inasmuch as the mouth was a place of both muteness and torture. In this sense, the mask represents colonialism as a whole. It symbolizes the sadistic politics of conquest and its cruel regimes of silencing the so-called ‘Others:’ Who can speak? What happens when we speak? And what can we speak about?

7.2.3. As comunidades verbais e suas dinâmicas interseccionais

O ambiente verbal somente existe porque existem comunidades verbais: grupos de indivíduos que se comportam verbalmente segundo certas práticas culturais e verbais por eles estabelecidas. Ou seja, são as diferentes comunidades verbais e suas respectivas linguagens que vão dar funções verbais ao ambiente físico e, com isso, alterar a maneira como nos relacionamos com ele (Skinner, 1957). Questões sobre como falamos, quando falamos, sobre o que falamos, *se* falamos e *se podemos* falar, dessa forma, apenas podem ser respondidas olhando para as comunidades verbais que participam da produção de discursos e de silêncios, assim como para suas respectivas histórias e dinâmicas.

Nesse sentido, uma característica importante do conceito de lugar de fala é que ele chama a atenção não só para o papel da comunidade verbal na produção de qualquer discurso (e silêncio), mas também para as características dessas comunidades verbais e sua dinâmica intra-comunidade e inter-comunidades. Se, segundo Skinner (1957), “uma criança adquire comportamento verbal quando vocalizações relativamente não-padronizadas, reforçadas seletivamente, gradualmente assumem formas que produzem consequências apropriadas numa dada comunidade verbal” (p.31, tradução nossa¹³⁶) e se essa comunidade e suas práticas de reforçamento “informam ao falante sobre o que vale a pena falar” (Skinner, 1957, p.148, tradução nossa¹³⁷), torna-se importante entender *onde e como essas comunidades se localizam na matriz de dominação*. E, principalmente, a dinâmica *política* que adquirem em função disso, pois o discurso e o silêncio de seus membros vão depender, em grande parte, dela.

Embora Skinner (1957) praticamente não discuta as comunidades verbais de forma política, ele fornece uma explicação teórica de como suas práticas são formadas, argumentando que é mediante elas que organizamos nossa relação com o mundo e seus

¹³⁶ Original em inglês: A child acquires verbal behavior when relatively unpatterned vocalizations, selectively reinforced, gradually assume forms which produce appropriate consequences in a given verbal community.

¹³⁷ Original em inglês: tell the speaker what is worth talking about.

estímulos, em termos de importância, prioridade e inclusive de status ontológico. O autor exemplifica essa discussão explicando que as práticas da comunidade verbal constituída pelos falantes da língua inglesa modelam o próprio idioma, influenciando não apenas no tipo de comportamento verbal emitido, mas também na sua organização e dinâmica:

A prática padrão no inglês dá prioridade aos objetos em detrimento das ações, e a propriedades singulares em detrimento dos objetos. Há uma grande probabilidade de que um objeto proeminente em uma situação evoque a primeira resposta ou de que, se esse objeto tem uma propriedade conspícua que também fortalece uma resposta, esta última seja emitida primeiro (Skinner, 1957, p.337, tradução nossa¹³⁸).

No entanto, como Burton e Kagan (1994) apontam, a comunidade verbal é “uma entidade histórica e mutável que se articula intimamente com outras categorias sociais como classe, os meios de produção e reprodução, culturas dominantes e subordinadas, a mídia e práticas ideológicas como a religião ou a ciência” (p.90, tradução nossa¹³⁹), estando “intimamente ligadas às relações de poder” (p.91, tradução nossa¹⁴⁰). E mais, as teóricas do feminismo negro assinalam que também está perpassada pelo racismo, o sexismo e o colonialismo, resultando, portanto, em discursos situados também nesses termos (Crenshaw, 2002, 1989; Collins, 1990/2002; Collins & Bilge, 2016; hooks, 1989/2015; Kilomba, 2010; Gonzalez, 1984; Lorde, 1984/2007; Ribeiro, 2017).

Por outro lado, tanto o comportamentalismo radical quanto o feminismo negro afirmam que o discurso dificilmente é controlado por apenas uma única comunidade verbal, pois cada indivíduo costuma participar de vários grupos sociais e de várias comunidades

¹³⁸ Original em inglês: The standard practice in English gives priority to objects over action, and to single properties over objects. There is a fair probability that a prominent object in a situation will evoke the first response or, if that object has a conspicuous property which also strengthens a response, that the latter will be emitted first.

¹³⁹ Original em inglês: the verbal Community is an historical changing entity that links closely with other societal categories such as class, the means of production and reproduction, dominant and subordinate cultures, the media, and ideological practices such as religion or science.

¹⁴⁰ Original em inglês: . . . closely bounded up with power relations.

verbais ao mesmo tempo, gerando uma variedade de repertórios verbais nem sempre compatíveis. Burton e Kagan (1994), por exemplo, explicam que a comunidade verbal,

. . . mesmo sendo compartilhada por todos nós, é *desigualmente controlada por diferentes classes*, principalmente mediante o acesso desigual à mídia de massa. Esse controle desigual se refletiria nas *subcomunidades verbais* de nosso local de trabalho, vizinhança, grupos de afinidades, etc., que, por sua vez, *determinariam nosso comportamento verbal* (p.92, grifos nossos, tradução nossa¹⁴¹).

O conceito de lugar de fala, por sua vez, aprofunda essa discussão. O fato dessas diferentes comunidades verbais estarem situadas numa matriz de dominação faz com que suas práticas sejam indissociáveis dessa localização social e que, conseqüentemente, os repertórios por elas produzidos se relacionem entre eles e operem no mundo de forma hierarquizada e *interseccional*. A discussão feminista negra de interseccionalidade (Akotirene, 2019/2020; Crenshaw, 1989, 2002; Collins, 1990/2002; Collins & Bilge, 2016; Ribeiro, 2017), em especial, critica uma visão simplista das comunidades verbais, não apenas explicitando que estas interagem constantemente entre elas, produzindo novos fenômenos verbais frutos dessas intersecções, mas também ressaltando seu caráter interseccional “interno”. O pensamento interseccional, desse modo, coloca em evidência as relações de poder vigentes *em* cada comunidade verbal, mostrando que elas também afetarão os discursos e silêncios ali produzidos. Crenshaw (2002) exemplifica essa discussão e seus efeitos práticos com o caso das mulheres pobres, estrangeiras e/ou racializadas que enfrentam violência sexual e cuja experiência nos sistemas judiciais se vê negativamente afetada pelos discursos hegemônicos:

Mesmo quando a propaganda sexualizada não culmina em violência sexual de massa, há razões para acreditar que a propaganda projetada contra as mulheres esteja

¹⁴¹ Original em inglês: . . . while shared by us all, is unequally controlled by different classes, chiefly through differing access to the mass media. This unequal control would be reflected in the verbal sub-communities of our workplace, neighborhoods, affinity groups, etc., and, in turn, would determine our verbal behavior.

causando danos de várias outras formas, assim constituindo mais um outro exemplo de opressão interseccional. A propaganda contra as mulheres pobres e racializadas pode não apenas torná-las alvo da violência sexual, mas também pode contribuir para a tendência, já demonstrada, de duvidar da honestidade das que procuram pela proteção das autoridades. De acordo com o Human Rights Watch, as mulheres *dalit* que tentam acusar criminalmente estupradores dificilmente têm seus casos levados a julgamento, especialmente nos casos que envolvem perpetradores de castas mais altas. Nos Estados Unidos, as mulheres negras e latinas raramente veem os homens acusados de estuprá-las sendo processados e presos. Estudos sugerem que a identidade racial da vítima assume um papel significativo na determinação de tais resultados, e há evidências de que os jurados podem ser levados, pela propaganda sexualizada, a acreditar na maior probabilidade de que mulheres racializadas consintam em ter relações sexuais, em circunstâncias que eles achariam pouco prováveis se a vítima não fosse de uma minoria racial (p. 178, grifos da autora).

Tendo isso em vista, o conceito de lugar de fala é compatível com a análise skinneriana que afirma a existência de subdivisões (ou subcomunidades) nas comunidades verbais mais amplas, e por outro, explicita o papel das relações de poder na formação e na dinâmica dessas subcomunidades, bem como na produção de suas respectivas práticas verbais. No contexto dessa discussão, a afirmação skinneriana de que “ele [o falante] é também um *locus*, um lugar, no qual um número de variáveis se une numa confluência única que produz uma façanha igualmente única” (Skinner, 1957, p.131, tradução nossa¹⁴²) ganha nuances explicitamente políticas, pois mostra como falante (e também ouvinte) são, eles mesmos, produtos da matriz de dominação e que, conseqüentemente, seu comportamento verbal não pode ser satisfatoriamente entendido sem a inclusão dessas variáveis que se dão de

¹⁴² Original em inglês: He is also a locus a place in which a number of variables come together in a unique confluence to yield an equally unique achievement.

forma interseccional. Desse modo, e como o próprio Skinner (1957) diz, apesar de diversos aspectos do evento verbal poderem ser pistas para classificá-lo como um ou outro operante verbal, “devemos conhecer *as circunstâncias* sob as quais ele é emitido” (p.186, grifos nossos, tradução nossa¹⁴³). Por isso, o que de fato vai ditar a operação dos recortes que os cientistas fazemos do comportamento verbal é sua relação com o contexto, ou seja, sua *localização* no entramado complexo do mundo e suas relações, o que inclui as estruturalmente desiguais em termos de poder.

7.2.3.1. Comunidades verbais e alienação: sobre silêncios literais e silêncios figurados

Da mesma forma que as comunidades verbais fornecem as condições para a emergência de discursos, elas também podem ser produtoras de silêncios. Segundo Skinner (1953/2015),

. . . o indivíduo adquire do grupo um extenso repertório de modos e de costumes. O que um homem come e bebe e como o faz, em quais tipos de comportamento sexual ele se engaja, como ele constrói uma casa, faz um desenho ou pilota um barco, *os assuntos sobre os quais ele fala ou fica em silêncio*, que tipo de música ele faz, quais tipo de relações pessoais ele estabelece e quais ele evita – tudo isso depende, em parte, *das práticas do grupo do qual ele é membro* (p.415, grifos nossos, tradução nossa¹⁴⁴).

Porém, antes de mais nada, é importante considerar que comunidades verbais compostas por grupos de pessoas que historicamente não tiveram acesso às condições necessárias para falarem por si mesmas (e não apenas reproduzir os discursos dos grupos dominantes) serão contexto para um tipo de silêncio específico: um silêncio figurado. Para

¹⁴³ Original em inglês: . . . we must know the circumstances under which it is emitted.

¹⁴⁴ Original em inglês: . . . the individual acquires from the group an extensive repertoire of *manners* and *customs*. What a man eats and drinks and how he does so, what sorts of sexual behavior he engages in, how he builds a house or draws a picture or rows a boat, what subjects he talks about or remains silent about, what music he makes, what kinds of personal relationships he enters into and what kinds he avoids—all depend in part upon the practices of the group of which he is a member.

Alcoff (2011), isso se deve ao fato de que “em sociedades estratificadas, indivíduos com identidades diferentes nem sempre têm o mesmo acesso a pontos de vista ou a planos de observação a partir dos quais certos aspectos ou camadas da realidade são prontamente visíveis” (pp.75-6, tradução nossa¹⁴⁵). Contudo, mesmo ocupando localizações sociais vulnerabilizadas, essas comunidades ainda são verbais; isto é, as pessoas que as constituem estarão constantemente se comportando verbalmente em diferentes contextos. No entanto, discursos assim localizados dificilmente vão tratar da própria opressão e exploração e, se o fizerem, provavelmente não será com um olhar crítico, emancipador.

Nesses casos, as práticas de reforçamento estabelecem, nos grupos subalternizados, discursos que não foram produzidos originalmente por eles, e sim pelos grupos que os mantêm nesse lugar de subalternidade. Mesmo sabendo *como falar*, esses grupos são ensinados a *não falar por si*. Na arena discursiva da qual fala Alcoff (2011), eles não estariam entrando como sujeitos, pois suas armas são discursos alienantes que, ao serem brandidas, se voltam contra eles. Lutar por igualdade com discursos alienantes, desse modo, é praticamente a mesma coisa que permanecer em silêncio, pois as estruturas que exploram e oprimem esses grupos permanecem intocadas.

O silêncio decorrente da ausência de repertórios não-alienantes também é construído pelo controle do acesso à própria história. Sá (1978) explica que a ruptura com o passado é uma forma eficaz de controle social, pois impede que pessoas e grupos tenham acesso às contingências históricas que poderiam ajudá-los a descrever melhor sua localização nas estruturas de poder e, em consequência, a agir mais efetivamente no presente. Nesse mesmo sentido, o feminismo negro tem denunciado o apagamento da história do povo negro escravizado, mostrando que esse movimento se trata de um esforço deliberado de manter esse

¹⁴⁵ Original em inglês: In stratified societies, differently-identified individuals do not always have the same access to points of view or perceptual planes of observation from which certain aspects or layers of reality are readily visible.

grupo social num lugar de subordinação e alienação. Kilomba (2010) discute a produção desse tipo de silêncio mediante as narrações de Kathleen, uma mulher negra entrevistada pela autora durante sua pesquisa. Na época, Kathleen (que tinha nascido nos Estados Unidos) morava na Alemanha, onde era constantemente questionada a respeito de suas origens. No entanto, responder que tinha nascido nos Estados Unidos não bastava, e o interrogatório continuava até ela finalmente mencionar que seus ancestrais vieram da África. Nesse momento, ao invés de se darem por satisfeitas, as pessoas (geralmente brancas), insistiam em saber o lugar específico da África do qual os antepassados de Kathleen procediam. Informação esta que Kathleen não possuía devido a uma história de dominação e exploração, na qual grupos inteiros de pessoas negras foram arrancadas de suas terras de origem e, no processo, tiveram suas histórias apagadas:

Nem as mulheres brancas nem Kathleen sabem de onde os ancestrais de Kathleen vieram, mas elas não sabem por diferentes razões. Enquanto as mulheres brancas não sabem porque elas não precisam saber, Kathleen não sabe porque ‘não ter o direito de saber’ era uma parte integral das políticas da escravidão. ‘Não saber’ apagava os escravizados africanos como sujeitos da história. Em outras palavras, Kathleen não sabe, não porque ela não se importa, mas porque foi negado a ela o acesso à sua história. Houve uma fratura, uma ruptura, que a separou deliberadamente de partes da história dela (p.110, tradução nossa¹⁴⁶).

É por isso, também, que Spivak (1988/1994) alerta sobre a romantização do discurso do oprimido: às vezes, mesmo falando, ele, na verdade *não pode* falar. Isto é, não possui as condições necessárias para que seu comportamento verbal seja, de fato, uma arma efetiva

¹⁴⁶ Original em inglês: Neither the *white* women nor Kathleen know where Kathleen’s ancestors came from, but they do not know for different reasons. While the *white* women do not know because they do not have to know, Kathleen does not know because ‘not having the right to know’ was an integral part of slavery politics. ‘Not knowing’ would erase the enslaved African as a subject with history. In other words, Kathleen does not know, not because she does not care, but because she was denied access to her history. There was a fracture, a rupture, that deliberately separated her from parts of her history.

contra a matriz de dominação, pois esta última encarregou-se de que *não pudesse* ter acesso a elas. Nestes casos, o silêncio do oprimido a respeito de si mesmo e das relações de poder que definem sua existência dizem mais sobre ele do que seu próprio discurso. É justamente para esses silêncios que Spivak (1988/1994) chama a atenção quando reflete sobre o trabalho dos intelectuais (inclusive daqueles de posições sociais marginalizadas), afirmando que “Quando chegamos à concomitante questão da consciência do subalterno, a noção do que o trabalho [o texto escrito por um intelectual e/ou um indivíduo subordinado] *não pode* dizer se torna importante” (p.82, grifos da autora, tradução nossa¹⁴⁷). É também na direção desses silêncios que Lorde (1984/2007) nos incentiva a olhar quando nos pergunta: “Quais são as palavras que você *ainda não tem*?” (p.37, grifos nossos, tradução nossa¹⁴⁸).

7.2.3.2. As subcomunidades verbais e o controle sutil do comportamento verbal

Essa primeira forma de silenciamento está intimamente relacionada com o acesso desigual que é dado às diferentes comunidades verbais em função de sua localização na matriz de dominação. Esse mecanismo de controle do discurso, porém, nem sempre funciona, ou funciona apenas parcialmente. Existe, portanto, uma minoria de indivíduos de grupos oprimidos acessando ambientes restritos aos grupos privilegiados e se relacionando com eles de modo a produzir comportamento verbal que foge dos objetivos da matriz de dominação. Os discursos não-alienantes, contudo, serão controlados de outras formas, pois as estruturas de dominação são poderosas, e suas práticas são efetivas, sendo maleáveis o suficiente para variar entre as mais explícitas e diretas até as mais sutis e dissimuladas (Sá, 1978). É aí que as práticas de reforçamento e de punição das comunidades verbais entram em cena.

¹⁴⁷ Original em inglês: When we come to the concomitant question of the consciousness of the subaltern, the notion of what the work *cannot* say becomes important

¹⁴⁸ Original em inglês: What are the words you do not yet have?

Como vimos anteriormente, as práticas de comunidades verbais mais punitivas provavelmente produzirão indivíduos com uma maior probabilidade de se engajarem na autoedição e na rejeição do próprio comportamento verbal, assim como em movimentos de fuga e esquiva que, com frequência, culminarão em silêncios. Uma análise política interseccional das comunidades verbais, no entanto, mostra que nem todos os membros de uma comunidade verbal com práticas punitivas exibirão esse tipo de comportamento, pois comunidades verbais não são monolíticas. Assim, os diferentes graus de poder de suas subcomunidades e de seus membros individuais em virtude de sua localização na matriz de dominação também se farão presentes nas dinâmicas intra-comunidade.

Na comunidade verbal acadêmica, por exemplo, existe uma série de aspectos que unifica os indivíduos que a ela pertencem, pois o fato de frequentar ou ter frequentado a universidade colocou essas pessoas sob controle das práticas verbais que permeiam e definem esse contexto. O contato com o ensino superior, o aprendizado da linguagem acadêmica, a partilha dos valores científicos e acadêmicos, bem como o exercício de determinadas atividades de ensino, pesquisa e extensão faz com que pessoas diferentes passem a se comportar de formas semelhantes, constituindo um grupo com práticas culturais e verbais próprias: uma comunidade verbal.

Apesar de pertencer a essa comunidade verbal mais ampla, pessoas de grupos sociais hegemônicos provavelmente exercerão um maior controle dos estímulos e dos reforçadores importantes para essa comunidade, e possuirão repertórios (verbais e não-verbais) mais efetivos nesses contextos. Desse modo, homens brancos de classe média-alta entrarão no ambiente acadêmico com uma certa habilidade de interpretação de textos e de escrita e, provavelmente, com uma segunda ou até terceira língua, tornando mais fácil seu acesso aos reforçadores disponíveis e maximizando seu poder de manipulação desse ambiente. Além disso, professores, coordenadores e alunos, que também estão inseridos numa cultura racista,

machista, classista e colonial, terão uma maior tendência a reforçar o comportamento (verbal e não-verbal) desses alunos em detrimento de outros/as pertencentes a grupos sociais marginalizados. Em outras palavras, mesmo a comunidade verbal sendo a mesma (a acadêmica), ela provavelmente vai reforçar (e punir) diferencialmente seus membros em função dos grupos sociais aos quais eles pertencem. Assim, ações verbais de crítica, questionamento ou inclusive de dúvidas terão mais chances de serem toleradas (e até reforçadas) quando são emitidas por alunos brancos, mas de serem punidas ou, no melhor dos casos, ignoradas, quando é uma mulher negra a que ergue a voz, por exemplo. Inclusive ações verbais que desrespeitem professores e colegas (comentários machistas ou racistas, por exemplo) têm mais probabilidade de serem minimizadas se forem proferidas por pessoas cuja localização social se aproxime do centro da matriz de dominação. Pessoas que falam desde as margens, pelo contrário, podem ser punidas inclusive por simplesmente denunciar esse tipo de desrespeito. Isso quando não são punidas apenas por formarem parte dessa comunidade verbal. hooks (1989/2015) ilustra essa dinâmica ao contar sobre a própria experiência como uma estudante negra numa universidade norte-americana:

Mesmo que fosse possível resistir nomeando o problema ou confrontando a pessoa, dificilmente era possível encontrar alguém que levasse essas acusações a sério. Professores brancos individuais eram respaldados por instituições supremacistas brancas, por colegas racistas, por hierarquias que colocavam a palavra do professor a cima da do estudante. Quando eu falava para os professores mais solidários sobre comentários racistas que eram ditos a portas fechadas, durante os horários de supervisão, sempre havia expressões de descrença, surpresa e suspeita sobre a veracidade do que eu estava informando. A maioria deles me ouvia porque sentiam que era a obrigação liberal deles fazê-lo. O descrédito deles, a recusa deles de se responsabilizar pelo racismo branco, tornava impossível que eles oferecessem

preocupação ou ajuda autêntica. Um professor de literatura de escritores brancos do século XVIII me convidou para ir até a sala dele para me dizer que ele iria se assegurar pessoalmente de que eu nunca recebesse um título universitário. Eu, como muitos dos outros estudantes da minha sala de aula, tinha escrito um texto num estilo que ele não aprovava, mas somente a mim ele deu essa resposta (pp.104-105, tradução nossa¹⁴⁹).

Por outro lado, as relações inter-comunidades verbais também precisam ser consideradas na produção de silêncios. Dadas as diferenças nas linguagens de cada grupo, Skinner (1957) explica que, “no geral, o movimento de um grupo para outro promove a punição” (p.374, tradução nossa¹⁵⁰). Um desequilíbrio importante de poder entre as comunidades verbais torna esse deslocamento ainda mais punitivo para os membros em transição. Consequentemente, o comportamento verbal dessas pessoas também será moldado por esses altos níveis de punição e estará, muito provavelmente, repleto de silêncios.

7.2.4. As audiências e a função política do ouvinte

Comunidades e subcomunidades verbais são também audiências, dado que estão compostas por falantes, e todo falante é, ao mesmo tempo, um ouvinte – inclusive de si mesmo (Skinner, 1957, 1989). O contrário, no entanto, não se confirma, pois uma audiência nem sempre é uma comunidade verbal. O que caracteriza uma audiência é a presença de pelo menos um *repertório de ouvinte*, ou seja, um repertório modelado e mantido por uma

¹⁴⁹ Original em inglês: Even though one could resist by naming the problem and confronting the person, it was rarely possible to find anyone who could take such accusations seriously. Individual white professors were supported by white-supremacist institutions, by racist colleagues, by hierarchies that placed the word of the professor above that of the student. When I would tell the more supportive professors about racist comments that were said behind closed doors, during office hours, there would always be an expression of disbelief, surprise, and suspicion about the accuracy of what I was reporting. Mostly they listened because they felt it was their liberal duty to do so. Their disbelief, their refusal to take responsibility for white racism made it impossible for them to show authentic concern or help. One professor of 18th century literature by white writers invited me to his office to tell me that he would personally see to it that I would never receive a graduate degree. I, like many other students in the class, had written a paper in a style that he disapproved of, yet only I was given this response.

¹⁵⁰ Original em inglês: In general, movement from one group to another fosters punishment.

comunidade verbal por 1) servir como ocasião para o comportamento verbal do falante, e 2) selecionar, modelar e manter esse comportamento de modo a constituir um *repertório de falante*. Segundo Skinner (1957, 1986, 1989), embora o falante seja imprescindível para o episódio verbal total ocorrer, sem um ouvinte que selecione, mantenha e modele o fluxo comportamental desse falante, não haveria comportamento verbal. Nas palavras do autor,

Quando [o comportamento verbal] é emitido na ausência de um ouvinte, geralmente não é reforçado. Após repetido reforçamento na presença de um ouvinte, e de extinção na ausência dele, chega um momento em que o falante somente fala na presença de um ouvinte. *Praticamente todo o comportamento verbal é, dessa forma, controlado por uma audiência* (Skinner, 1957, p.52, grifos nossos, tradução nossa¹⁵¹).

Sendo assim,

A audiência é um estímulo prévio, geralmente não verbal, o qual *controla grupos de respostas*. Quando duas ou mais respostas estão sob controle do mesmo estímulo, *a audiência age para selecionar uma delas*. O *repertório sob o controle de uma audiência* pode ser uma linguagem, um jargão, um canto, ou alguma subdivisão funcional menos definida do *comportamento do falante* (Skinner, 1957, p.186, grifos nossos, tradução nossa¹⁵²).

Se uma audiência, antes de mais nada, diz respeito ao repertório do ouvinte, podemos falar de diferentes tipos de audiência: aquela constituída pelos repertórios de ouvinte compartilhados pelos membros de uma comunidade ou subcomunidade verbal e que, portanto, se assemelham entre eles; a(s) presente(s) em todo e qualquer falante (e que estará(ão)

¹⁵¹ Original em inglês: When it is emitted in the absence of a listener, it generally goes unreinforced. After repeated reinforcement in the presence, and extinction in the absence, of a listener, the speaker eventually speaks only in the presence of a listener. Practically all verbal behavior is thus controlled by an audience.

¹⁵² Original em inglês: The audience is a prior stimulus, usually nonverbal, which controls groups of responses. When two or more responses are under control of the same stimulus, the audience acts to select one of them. The repertoire under the control of an audience may be a language, a jargon, a cant, or some less sharply-defined functional subdivision of the behavior of the speaker.

marcada(s) pela história desse indivíduo); e a que corresponde aos repertórios de ouvinte de pessoas que pertencem a um mesmo grupo social. Ou seja, a comunidade verbal trata-se de uma audiência mais ampla, cujos contornos são definidos pelas práticas verbais dessa comunidade (e.g., a comunidade verbal acadêmica), as quais lhe conferem uma certa regularidade. Essa regularidade, no entanto, não implica em homogeneidade.

Em primeiro lugar, a existência de duas ou mais subcomunidades verbais dentro dessa mais ampla (e.g., diferentes cursos universitários) supõe, necessariamente, a existência de várias audiências. Ao mesmo tempo, cada membro da comunidade pode, também, ser uma audiência individual. Nesse caso, ao se tratar de um indivíduo, ao repertório de ouvinte controlado pela comunidade verbal acadêmica, somam-se aspectos idiossincráticos diversos, derivados de outras comunidades verbais das quais essa pessoa faz parte e de outras variáveis de sua história individual (aspectos fisionômicos, tom e cadência da voz, maneirismos, interesses pessoais, etc.). Assim, um aluno universitário de direito, por exemplo, pode ser mais extrovertido do que seu colega de sala, o que o transforma numa audiência especialmente reforçadora para certas pessoas ou grupos. Ele pode, também, se interessar por livros de fantasia, podendo ser, então, uma audiência não tão reforçadora para o colega que prefere biografias e narrativas baseadas em histórias reais.

Além disso, o pertencimento a um ou vários grupos sociais geralmente faz com que o indivíduo apresente certas variáveis (verbais ou não-verbais) que podem torná-lo uma audiência diferenciada. Tais variáveis, por sua vez, constituem-se como tais na relação com o ambiente verbal e sua história política. Desse modo, numa cultura hierarquizada, a raça, nacionalidade, gênero e classe social do indivíduo afetam tanto o tipo de repertório de ouvinte que ele terá (se será sensível ou não a determinados assuntos, se – e como reforçará ou punirá certas ações, etc), quanto o tipo de variável que ele constituirá para os outros falantes (quais tipos de ações verbais as outras pessoas emitirão na presença dele? Com quanta frequência?

Chegarão, sequer, a se comportar verbalmente na sua frente?). Se ao invés do aluno de direito do exemplo, pensarmos numa *aluna*, é fácil imaginar que os assuntos que seus colegas de sala discutem com ela no intervalo sejam diferentes do que seriam se ela não fosse mulher. Da mesma forma, ela provavelmente não reforçará uma piada machista no mesmo grau que seus colegas homens, mesmo que todos e todas pertençam às mesmas comunidades e subcomunidades verbais: a acadêmica e do curso de direito.

O discurso, então, mesmo ocorrendo no mesmo ambiente físico e verbal, pode variar consideravelmente (ou inclusive pode deixar de ocorrer) de acordo com a(s) audiência(s) presentes. Sendo assim, uma pessoa com um dado repertório verbal sobre determinado assunto, por exemplo, pode falar coisas totalmente diferentes a depender da audiência que estiver controlando seu comportamento verbal nesse momento. Imaginemos que, no exemplo já citado da patroa branca e a empregada doméstica negra, há agora mais uma empregada doméstica, também negra, trabalhando na casa. Imaginemos também que a primeira empregada está na sala, conversando com a patroa sobre o jantar que vai ter à noite. Mesmo incomodada com as horas extras que vai ser obrigada a fazer, como a patroa se apresenta como uma audiência punitiva para reivindicações e críticas sobre o trabalho, a empregada limita-se a falar sobre os detalhes da refeição. Contudo, imaginemos que a patroa sai da sala e, logo em seguida, a outra empregada entra no cômodo. Diferente da patroa, ela provavelmente será uma audiência reforçadora para o discurso crítico e reivindicativo da primeira empregada e, portanto, ela poderá reclamar com a colega sobre o excesso de trabalho e de horas extras que esse jantar supõe. Nesse contexto, mesmo que as três mulheres compartilhem uma comunidade verbal mais ampla (o mesmo país ou cidade, por exemplo), nenhuma delas está *sendo* uma comunidade verbal nesse momento; elas constituem, outrossim, diferentes *audiências* para o comportamento verbal da primeira empregada.

Dado que a audiência é mais um contexto que pode (ou não) ser ocasião para a emissão de comportamento verbal, o ouvinte e suas características (incluindo sua localização na matriz de dominação) ganham relevância como variáveis importantes na produção de discursos. É por isso que Skinner (1957) afirma que:

Nosso interesse no ouvinte não é, contudo, meramente um interesse no que acontece com o estímulo verbal criado pelo falante. Numa explicação completa de um episódio verbal, precisamos mostrar que o comportamento do ouvinte fornece, de fato, as condições que até o momento assumíamos ao explicar o comportamento do falante (p.34, tradução nossa¹⁵³).

É nesse sentido, também, que as feministas negras apontam que o controle do discurso do oprimido se dá, muitas vezes, de forma sutil. Basta a mera presença de uma pessoa do grupo dominante para inibir ou mudar drasticamente o comportamento verbal do subalterno, mesmo que ele seja forte em outros contextos, pois, como diz hooks (1984), “sua presença [a daqueles que dominam] muda a natureza e a direção de nossas palavras” (p. 16, tradução nossa¹⁵⁴).

7.2.4.1. Audiências no próprio indivíduo: as dinâmicas políticas do pensamento

O fato da audiência ser, em última instância, um repertório, implica que o próprio falante (por ser ao mesmo tempo um ouvinte), se torna também uma audiência para si mesmo, produzindo diversos fenômenos que tradicionalmente são denominados de “pensamento” e que, segundo Skinner (1957), são fundamentais nos processos de produção de conhecimento. É importante manter no horizonte, entretanto, que essa interação dos repertórios de falante e

¹⁵³ Original em inglês: Our interest in the listener is not, however, merely an interest in what happens to the verbal stimuli created by the speaker. In a complete account of a speech episode we need to show that the behavior of the listener does in fact provide the conditions we have assumed in explaining the behavior of the speaker.

¹⁵⁴ Original em inglês: Their presence changes the nature and direction of our words.

ouvinte, mesmo tendo lugar *no* indivíduo e ocorrendo muitas vezes de forma inaudível, tem uma origem social, cultural e, portanto, política. Como todo repertório, as audiências no indivíduo surgem e adquirem força suficiente para que determinadas ações verbais ocorram (mesmo que de forma subvocal) sob certas circunstâncias, graças a uma ou várias comunidades verbais que os estabeleceram e os modelaram. Nas palavras de Skinner (1948),

Numa dada comunidade verbal, um indivíduo se torna não apenas um falante, mas também um ouvinte . . . o degrau físico entre falante e ouvinte significa que o falante pode, e muito provavelmente vai, ouvir a si mesmo. No encadeamento do comportamento complexo também se pode dizer que [o indivíduo] reage ao próprio comportamento, mas a natureza especial da resposta verbal conduz a um resultado muito diferente. Parece não haver nenhum caso não-verbal no qual ele revise seus próprios atos tão facilmente e de forma tão bem-sucedida como quando revisa uma página de um manuscrito (pp.22-23, grifos nossos, tradução nossa¹⁵⁵).

A baixa energia dessas ações verbais e a ocasião na qual elas ocorrem (tendo apenas o próprio falante como sua audiência), também sinalizam a existência de determinadas interações entre o indivíduo e o mundo mais amplo. Alguns exemplos seriam: o comportamento verbal que, anteriormente punido num contexto (ou perante determinada audiência), poderá ser submetido a processos de autoedição e se tornar subaudível nesse mesmo contexto no futuro; as ações verbais que, no estado de privação instalado pela ausência de uma audiência que foi reforçadora no passado passarão a ser emitidas (de forma audível ou subaudível) mesmo que o falante esteja sozinho; o engajamento com produtos do comportamento verbal de outra pessoa, como um livro ou uma carta, por exemplo, cuja

¹⁵⁵ Original em inglês: In a given verbal community an individual becomes not only a speaker but a listener . . . the physical step between speaker and listener means that the speaker can, and almost certainly will, hear himself. In the chaining of complex behavior one may also be said to react to one's own behavior, but the special nature of the verbal response leads to a very different result. There appears to be no non-verbal case in which one reviews his own acts as easily and as successfully as in going over a page of manuscript.

“compreensão” se dá justamente mediante a interação de repertórios tanto de falante quanto de ouvinte emitidos pelo próprio indivíduo; ou o processo de escrita, no qual o escritor produz e é afetado pelo próprio comportamento verbal, engajando-se num processo constante de autoedição no qual ele está, de certa forma, conversando com ele mesmo – sendo sua própria audiência, dentre outros.

Sendo assim, as relações de poder vigentes entre e nas comunidades verbais das quais o falante é membro, ou com as quais ele tem contato, também participam dessa dinâmica. Os repertórios de ouvinte (audiência) e de falante operando num mesmo indivíduo, conseqüentemente, não são neutros: eles também estão situados na matriz de dominação e, portanto, provavelmente vão funcionar e se relacionar uns com os outros de acordo com uma lógica hierarquizada em termos de poder.

Vale ressaltar, ainda, que cada indivíduo possui diversos repertórios verbais, sejam estes de falante ou de ouvinte. Dessa forma, uma única pessoa provavelmente terá múltiplas audiências, cada uma controlada por eventos antecedentes específicos e controlando partes distintas de seu comportamento verbal e não-verbal. Quando analisadas de uma perspectiva interseccional, como a das feministas negras, percebe-se que em um indivíduo podem coexistir audiências localizadas em diferentes pontos da matriz de dominação que, por sua vez, vão ser contexto para diferentes discursos, cada um em função de uma linguagem distinta. Essa convivência nem sempre harmoniosa de audiências é abordada por hooks (1989/2015) quando ela reflete sobre o processo de escrita de seu livro, mostrando que, mesmo se tratando de uma atividade individual, as interações verbais que ocorrem no/a escritor/a são, de fato, social e politicamente constituídas:

Em seus estágios iniciais, o livro estava modelado por textos sociológicos e muito da escrita era rígida, artificial e prolixa. O primeiro rascunho do livro expôs muitas das minhas fraquezas na minha consciência de sujeito que escreve. *O maior problema era*

que eu estava tentando falar para todas as audiências possíveis, tentando apaziguar e conciliar. A escrita do livro era dificultada pelo fato de eu ser uma estudante e de ter um trabalho de tempo integral. Após os rascunhos iniciais, comecei a trabalhar como uma telefonista em um escritório no qual trabalhavam predominantemente mulheres negras. As dimensões negativas da experiência das mulheres negras, especialmente aquelas informadas pelo sexismo em nossas vidas, eram um tema recorrente de conversação. Ali, aprofundou-se a minha convicção de que as mulheres negras e outras pessoas precisavam entender a extensão do sexismo e do racismo como forças opressivas nas vidas das mulheres negras. Esse foi um ano importante para o trabalho em meu livro, porque as mulheres negras com as quais eu trabalhava diariamente sentiam que era importante que alguém tentasse contar para as pessoas sobre os aspectos negativos da nossa realidade social. Elas forneceram apoio e afirmação para o projeto, o tipo de apoio que eu não tinha encontrado no contexto de uma universidade. Elas não estavam preocupadas com os meus títulos, com as minhas habilidades de escrita, com as minhas notas. Elas, assim como eu, queriam que alguém falasse o tipo de coisas sobre nossas vidas que traria mudanças ou um maior entendimento (p.254, grifos nossos, tradução nossa¹⁵⁶).

No relato de hooks, percebe-se que a comunidade verbal de mulheres negras de classe trabalhadora, da qual ela era parte, tornou-se uma audiência importante e especialmente

¹⁵⁶ Original em inglês: In its initial stages, the book was modeled after sociological texts and much of the writing was stiff, artificial, and wordy. This first draft of the book exposed many weaknesses in my consciousness as a writing subject. The major problem was that I was trying to speak to all possible audiences, to appease and placate. The writing of the book was complicated by the fact that I was a student and working a full-time job. After writing initial drafts, I went to work as a telephone operator in an office that was predominately black and female. Negative dimensions of black female experience, especially those experiences informed by sexism in our lives, were an ongoing topic of conversation. There, my conviction that black women and other people needed to understand the extent to which sexism was an oppressive force in black women's lives along with racism was deepened. This was an important year for work on the book because the black women I worked with daily felt that it was important that someone attempt to tell people about negative aspects of our social reality. They provided support and affirmation of the project, the kind of support I had not found in a university setting. They were not concerned about my credentials, about my writing skills, about degrees. They, like me, wanted someone to say the kinds of things about our lives that would bring change or further understanding.

reforçadora para autora, contribuindo com um repertório de ouvinte da própria hooks que, nos momentos “solitários” de escrita, seria sua principal audiência. Assim, a audiência modelada por suas colegas de trabalho negras foi contexto para grande parte do comportamento verbal envolvido na redação do livro que ela estava escrevendo, o que seria o mesmo que dizer que o discurso de hooks, nesse momento, estava localizado também nessa audiência.

A comunidade verbal acadêmica, por outro lado, parece ter sido uma audiência relativamente punitiva para a escritora. O fato da universidade ser um ambiente historicamente dominado por homens brancos de classe média-alta, faz com que a relação que estabelece com grupos marginalizados, como o das mulheres negras, esteja geralmente marcado por práticas de dominação e exploração (Carneiro, 2005; Collins, 1986, 1990/2002; hooks, 1989, 1989/2015, 1991/1995; Kilomba, 2010; Ribeiro, 2017). Algumas partes do comportamento verbal de hooks, especialmente nos primeiros rascunhos do livro dela, eram controladas de forma predominantemente aversiva pela audiência acadêmica, gerando, dessa forma, um discurso pouco fluído (“rígido, artificial, prolixo”) por estar constantemente fugindo ou esquivando-se da estimulação aversiva dessa audiência (tentando “apaziguá-la”).

A tentativa de “conciliar” os efeitos de audiências tão diferentes em um único discurso é, por si só, fonte de estimulação aversiva. Em outro texto, hooks (1989) discute como essa convivência nem sempre harmoniosa pode ser produtora de silêncios (literais ou figurados) a respeito de certos temas e como, mesmo quando esses silêncios são superados, o discurso resultante fica exposto a uma possível futura punição:

A linguagem é também um lugar de luta. *Atrevo-me a falar com o oprimido e com o opressor na mesma voz? Atrevo-me a falar com você numa linguagem que irá além dos limites da dominação – uma linguagem que não vai te restringir, não vai te prender nem te segurar. A linguagem é também um lugar de luta . . . Não é tarefa fácil encontrar formas de incluir nossas múltiplas vozes nos vários textos que criamos –*

nos filmes, na poesia, na teoria feminista. Esses sons e imagens que os consumidores convencionais acham difíceis de entender. Sons e cenas que não podem ser apropriadas são geralmente aquilo que todos questionam, querem apagar, aniquilar. Inclusive agora, escrevendo este texto . . . falando espontaneamente, usando uma fala acadêmica familiar de vez em quando . . . usando a fala vernacular negra, os sons e gestos que normalmente reservo para minha família e meus seres queridos. Fala privada no discurso público, intervenção íntima, fazendo um outro texto, um espaço que me permita recuperar tudo o que eu sou na linguagem. *Encontro tantas lacunas, ausências neste texto escrito*. Citá-las, pelo menos, é deixar ao leitor saber que *alguma coisa foi perdida, ou que permanece ali, sugerida pelas palavras* – ali, na estrutura profunda (pp.17-18, grifos nossos, tradução nossa¹⁵⁷).

7.2.4.2. Audiências negativas: quando se é contexto para o silêncio

Audiências (e as relações entre as audiências) são, como indica hooks (1989), também lugar para diferentes tipos de silêncio (para “lacunas”, “ausências”, “coisas perdidas”). Audiências que não reforçam determinadas ações verbais, podem não ser contextos para essa classe de comportamento verbal. Outras audiências (ou as mesmas audiências em outros contextos), podem diretamente punir esses discursos, constituindo no que Skinner (1957) denomina de *audiências negativas*. Nas palavras do autor:

¹⁵⁷ Original em inglês: Language is also a place of struggle. Dare I speak to oppressed and oppressor in the same voice? Dare I speak to you in a language that will move beyond the boundaries of domination - a language that will not bind you, fence you in, or hold you. Language is also a place of struggle . . . It is no easy task to find ways to include our multiple voices within the various texts we create - in film, poetry, feminist theory. Those sounds and images that mainstream consumers find difficult to understand. Sounds and scenes which cannot be appropriated are often that sign everyone questions, wants to erase, to "wipe out". Even now, writing this piece . . . talking spontaneously, using familiar academic speech now and then . . . using black vernacular speech, the intimate sounds and gestures I normally save for family and loved ones. Private speech in public discourse, intimate intervention, making another text, a space that enables me to recover all that I am in language. I find so many gaps, absences in this written text. To cite them at least is to let the reader know something has been missed, or remains there hinted at by words - there in the deep structure.

Podemos distinguir, no entanto, entre o ouvinte que simplesmente não reforça o comportamento verbal e o ouvinte que de fato o pune. Uma audiência em cuja presença o comportamento verbal é punido pode ser chamada de 'audiência negativa'. Reis, oficiais de alto escalão do governo, empresários poderosos e outros, podem se tornar audiências negativas efetivas nesse sentido. Na presença delas, o falante responde perguntas e, caso contrário, fala somente quando falam com ele. Pais e outros adultos às vezes constituem tais tipos de audiência para crianças que devem ser 'vistas mas não ouvidas' (p.178, tradução nossa¹⁵⁸).

Grupos hegemônicos, que historicamente se constituíram como comunidades verbais com práticas altamente aversivas em relação a grupos marginalizados, agem, em muitas ocasiões, como audiências negativas para indivíduos desses grupos. É importante ressaltar que indivíduos também podem se constituir em audiência negativas, o que complexifica ainda mais as diferentes localizações e dinâmicas do silêncio. Assim, mesmo uma pessoa estando na presença de uma comunidade que tende a reforçar seu comportamento verbal (um grupo de amigos, por exemplo), basta com que se una ao grupo uma pessoa cuja história com o falante a converteu numa audiência negativa (um namorado abusivo, por exemplo) para que ela deixe de falar.

Se as relações de poder forem consideradas de maneira mais explícita nessa dinâmica, no entanto, o efeito que uma única pessoa de um grupo hegemônico teria como audiência negativa é amplificado pelo desequilíbrio de poder. Desse modo, mesmo num contexto com grandes quantidades de pessoas de grupos subordinados, a mera presença desse indivíduo pode silenciar a todos, sem esforço e sem retaliação. O contrário, contudo, nem sempre se

¹⁵⁸ Original em inglês: We may distinguish, however, between the listener who merely does not reinforce verbal behavior and the listener who actually punishes it. An audience in the presence of which verbal behavior is punished may be called a "negative audience." Kings, high government officials, powerful business executives, and others may become effective negative audiences in this sense. In their presence a speaker answers questions and, otherwise, speaks only if spoken to. Parents and other adults sometimes constitute such audiences for children who are to be "seen and not heard."

verifica. A chegada de um garçom estrangeiro para tomar o pedido de uma mesa de pessoas nativas que estão fazendo piadas xenofóbicas dificilmente será contexto para que os nativos fiquem em silêncio, pois não há uma história (nem há poder) de punição de estrangeiros em relação aos cidadãos naturais desse país. Essa dinâmica fica ainda mais evidente em cenas comuns nos últimos anos, nas quais o anterior presidente do Brasil (que era apenas uma pessoa, mas era um homem branco, heterossexual de classe alta e, naquele momento, chefe do poder executivo do país) emitia constantemente discursos classistas, machistas, racistas, colonialistas, xenofóbicos e homofóbicos que eram ofensivos para a maioria de habitantes do território nacional. A desigualdade de poder era tanta e em tantos níveis, que dezenas de milhões de pessoas não tinham o poder (nem a história comportamental necessária) para se constituírem como uma audiência negativa em relação a esse único homem. Um exemplo semelhante é dado por hooks (1989/2015), porém no contexto da comunidade verbal familiar:

Ao crescer num lar dominado por homens, sulista, negro e de classe trabalhadora, morávamos em dois espaços sociais. Um deles era um mundo sem o pai, quando ele saía para trabalhar, e esse mundo era cheio de falas. Podíamos aumentar o volume. Podíamos nos expressar em alto e bom som, passionalmente, escandalosamente. O outro mundo era um espaço social dominado por homens, onde *o som e o silêncio eram ditados pela presença deles*. Quando ele [o pai] chegava em casa (e nós geralmente vigiávamos, escutávamos e esperávamos pelo som da chegada dele), nós ajustávamos nossas falas de acordo com o humor dele. Diminuíamos o volume, falávamos mais baixo; se fosse preciso, ficávamos em silêncio. Nesse mesmo mundo da infância, *testemunhávamos mulheres – nossas avós, mães, tias – falar com força e com poder em espaços separados por sexo, e, depois, se recolherem para o reino do silêncio na presença de homens*. Nossa avó, que falava sem parar, de forma rápida, dura, era um exemplo para mim e para as minhas irmãs do tipo de mulher que não

devíamos nos tornar. De alguma forma, o mero amor que ela tinha pelas palavras, pela fala, sua disposição para retaliar, para contestar, tinha roubado o privilégio masculino de meu avô. Ela tinha diminuído ele; ela tinha se tornado menor. Sabíamos disso porque ouvíamos o que os adultos ao nosso redor falavam dela, e nós tínhamos medo de ser como ela. Tínhamos medo da fala. Tínhamos medo das palavras de uma mulher que podia sustentar sua posição em qualquer debate ou discussão com um homem (p.217, grifos nossos, tradução nossa¹⁵⁹).

Observa-se, também na narrativa de hooks, como a assimetria de poder entre as localizações sociais fazia com que a mera presença de uma única pessoa (o pai) tivesse a capacidade de silenciar grupos inteiros de mulheres. Quando se tratava de uma mulher (a avó da autora) punindo o comportamento masculino, no entanto, a sua história como membro de um grupo historicamente subordinado aos homens não lhe conferia o poder de silenciá-los. Pelo contrário, seu comportamento era sistematicamente punido, ao ponto de tornar seu nome um estímulo verbal aversivo condicionado para outras meninas e mulheres, servindo como ameaça para evitar esse tipo de comportamento.

Retomemos, finalmente, o exemplo das empregadas negras trabalhando na casa de uma mulher branca, e imaginemos, agora, uma cena em que ambas as mulheres negras estão na sala da casa criticando o excesso de trabalho. Nesse momento, a patroa branca entra na sala e, automaticamente, as empregadas ficam em silêncio. O silêncio nesse contexto sugere que a

¹⁵⁹ Original em inglês: Growing up in a male-dominated, southern, black, working-class household, we lived as though in two social spaces. One was a world without the father, when he would go to work, and that world was full of speech. Our volumes could be turned up. We could express ourselves loudly, passionately, outrageously. The other world was a male-dominated social space where sound and silence were dictated by his presence. When he returned home (and we would often wait, watch and listen for the sound of him coming), we would adjust our speech to his mood. We would turn our volumes down, lower our voices; we would, if need be, remain silent. In this same childhood world we witnessed women—our grandmothers, mothers, aunts—speak with force and power in sex-segregated spaces, then retreat into a realm of silence in the presence of men. Our grandmother, who talked endlessly, rapidly, harshly, was an example for me and my sisters of the woman we were not to become. Somehow, her mere love of words, of speech, her willingness to fight back, talk back, had stolen male privilege from my grandfather. She had made him less; she had become less. We knew this from listening to what the adults around us said about her and we feared being like her. We feared speech. We feared the words of a woman who could hold her own in any discussion or argument with a man.

patroa, por ter punido anteriormente as empregadas em diversas situações, transformou-se numa audiência negativa para o comportamento verbal delas.

Continuando ainda com esse exemplo, se imaginarmos que, em outro momento, uma das empregadas decide escrever sobre a opressão das mulheres negras, não é difícil imaginar que, caso ela “pensar” que a patroa lerá seu texto, seu comportamento verbal ficará sobre controle dessa audiência negativa, podendo dificultar enormemente a escrita ou bloqueá-la por completo. Por outro lado, caso a audiência (como repertório de ouvinte da empregada) a controlar o comportamento verbal dela seja sua colega de trabalho (ou outras mulheres negras em situações semelhantes), é muito provável que a escrita flua com bastante facilidade e profusão.

7.2.5. O organismo como produto e produtor de discursos

Somente podemos nos comportar verbalmente porque somos um *organismo*. Somos um conjunto de elementos orgânicos limitado pelo órgão que denominamos de pele; sentimos dor, prazer e irritação, ficamos energizados, cansados, com sono, com fome, com frio e com calor, com vontades (ou sem vontade nenhuma). As mãos que escrevem são as mãos calejadas de quem já fez muito trabalho braçal, ou as mãos delicadas que nunca precisaram disso? As cordas vocais de quem fala (ou de quem cala) foram colocadas em uso desde a infância? Para o que? Com quem? Em quais contextos? Ou pelo contrário: será que por causa de uma história de punição, o comportamento verbal desse organismo ocorre mais sem o uso das cordas vocais do que com ele? E o organismo que se cala, o faz porque já disse tudo que tinha para dizer, ou porque está cansado demais para se engajar em mais essa atividade que pode vir acompanhada de punição e de mais esgotamento? E ainda no nível mais básico: há energia suficiente nesse organismo para falar? Ou a miséria é tanta que a fome e o frio atrapalham até na própria fala e/ou escrita? E a boca? Será que ela está (ou esteve) livre para ser capaz de

vocalizar os sons da fala? Pois como Kilomba (2010) narra, há grupos inteiros de pessoas cuja história está marcada pela restrição física desse órgão. Por isso, também é importante se perguntar: os textos que hoje lemos seriam os mesmos se esses grupos não tivessem tido suas bocas restringidas por máscaras, e suas mãos ocupadas com enxadas e machados, ou com panelas, vassouras e bebês brancos?

Os processos responsáveis pela fala e pela escrita se dão sempre na relação entre os organismos com o mundo; conseqüentemente, como Skinner (1957) afirma, “uma explicação do comportamento verbal não está completa até que sua relação com *o resto do comportamento do organismo* tenha sido esclarecida” (p.434, grifos nossos, tradução nossa¹⁶⁰). Dessa forma, coerente com sua teoria multidimensional do comportamento humano, o autor situa o comportamento verbal também na face orgânica do indivíduo, afastando-se das noções modernas que o separam de sua dimensão encarnada e que o deslocam para contextos extra-terrenos. Da mesma forma que o feminismo negro, o comportamentalismo radical devolve ao discurso seu lugar na terra e nos organismos humanos que passam (ou deixam de passar) frio e fome, que sentem raiva, paixão e medo, que ferem e que são feridos, que restringem ou são restringidos.

Quais organismos experimentam cada uma dessas condições e se engajam nessas atividades, e em quais medidas o fazem, no entanto, é uma questão que apenas pode ser explicada olhando para as outras histórias que constituem o comportamento humano: a história ontogenética e, principalmente, a história das culturas. Embora a relação desta última (que envolve a política e as relações de poder estruturais) com o comportamento verbal tenha sido negligenciada por Skinner, a base teórica e filosófica fundada pelo autor permite explorar essa face política do organismo na produção de discursos e silêncios.

¹⁶⁰ Original em inglês: An account of verbal behavior is not complete until its relation to the rest of the behavior of the organism has been made clear.

7.2.5.1. Do organismo ao corpo: a politização da carne

Desde o momento em que o ser humano nasce, ou inclusive antes (quando se descobre o sexo do bebê, por exemplo), o seu organismo é inexoravelmente perpassado pela cultura. As práticas culturais e verbais da comunidade onde ele nasce constroem uma série de significados sobre esse organismo, que vão afetar a forma como ele é visto e tratado (será entendido como um sujeito com direitos e vontades próprias, ou como um objeto a ser utilizado e explorado?), os lugares aos quais terá acesso (estará destinado à esfera pública ou à privada?, terá acesso à educação formal ou tão sequer será alfabetizado?), as funções de suas respectivas partes (usará mais as mãos ou a “cabeça”?, será mais ou menos sexualizado?, sua boca será importante, ou será um inconveniente com o que se terá que lidar?). Enfim, ao entrar em contato com um determinado ambiente social, cultural e verbal, definem-se muitas das maneiras nas quais o organismo humano vai se relacionar com o mundo (e o mundo com ele). Esse processo, mediante o qual o organismo é transformado em um *corpo*, se inicia, então, antes mesmo desse organismo sequer aprender a se comportar verbalmente. Nas palavras de Lopes et al. (2018),

. . . desde muito cedo, o organismo passa a responder de maneira diferencial aos limites de sua própria estrutura física. Nessa situação, *um corpo próprio é constituído*, contribuindo para a emergência de outra dimensão humana. Trata-se de uma face pessoal pré-verbal do ser humano, pois surge mesmo antes da comunidade verbal ensinar o indivíduo a falar. Uma face corporal criada por uma contingência discriminativa bastante estável, a qual o organismo está exposto praticamente desde o seu nascimento (grifos nossos, p.78).

Porém, ainda que haja uma contingência pré-verbal envolvida na constituição do corpo próprio, desde o início a comunidade verbal interfere nesse processo. As características sexuais e reprodutivas, a cor da pele, os traços faciais, o formato e a cor do cabelo, dentre

outros aspectos fisionômicos, tornaram-se, graças a práticas verbais de uma cultura classista, racista, machista e colonial, contextos para a hierarquização, dominação e exploração de existências. Ou seja, como as autoras do feminismo negro apontam, o grupo que ocupa o centro da matriz de dominação e que objetifica em maior ou menor medida os seres humanos que se afastam dele, têm um determinado corpo: masculino, branco, com traços europeus. São corpos que têm um maior acesso e um maior controle, desde seu nascimento, dos ambientes e dos reforçadores disponíveis. São corpos com maior capacidade e tendência histórica a punir e controlar aversivamente outros corpos que considera, consciente ou inconscientemente, como inferiores. São corpos que ocupam cargos específicos, frequentam lugares específicos e que se relacionam, de modo geral, com o mundo físico e social (e seus estímulos) de formas específicas. Por isso, esses corpos apresentarão um repertório verbal com certas topografias e tendências. E, não por acaso, serão esses repertórios verbais os que serão registrados nos textos e livros oficiais, para depois serem comercializados, distribuídos e utilizados nas instituições educacionais e em outras esferas da vida social. Não é por acaso, tampouco, que suas produções discursivas ocultem esses processos, naturalizando-os e, com isso, tornando seus corpos e seus discursos aqueles que são tidos como “normais”, “neutros”, “objetivos”.

7.2.5.2. Corpos que falam e corpos que calam

Dada essa história comportamental, os corpos dos grupos hegemônicos, de modo geral, coincidirão com os corpos que compõem comunidades verbais privilegiadas (como a acadêmica, por exemplo). Ademais, suas características provavelmente se tornarão estímulos aversivos condicionados para a fala de pessoas de outros grupos menos privilegiados. Isso explica, por exemplo, que um homem desconhecido (com o qual nunca se tenha estabelecido nenhuma interação verbal), a despeito de suas intenções e história de vida individual, funcione como uma audiência negativa caso se aproximar de um grupo de mulheres que, até o

momento, estavam conversando tranquilamente. A história cultural que permeia esses corpos e as funções que eles adquirem vão muito além de suas histórias e esforços individuais. Assim, esse homem pode estabelecer um vínculo baseado no reforçamento positivo e em relações mais igualitárias com as mulheres do exemplo e, com isso, produzir mudanças na dinâmica da interação e no comportamento verbal de ambos os lados. Essa mudança, no entanto, apesar de ser importante, é incapaz, por si só, de transcender uma estrutura de poder com a magnitude e o nível de organização como a que perpassa todas nossas relações na sociedade capitalista ocidental. Mesmo que o homem não perceba (pois não foi preparado pela sua comunidade verbal para tanto, e não lhe afeta do mesmo modo), sua presença muito provavelmente continuará afetando o comportamento verbal dessas mulheres, ainda que num grau menor e menos visível.

Não se trata aqui de desmerecer os esforços individuais, nem de menosprezar as mudanças nas micro-relações e sua potencialidade. Muito pelo contrário, se trata de explicitar a força de relações comportamentais que se alastram desde muito antes de qualquer um de nós termos nascido, assim como sua dinâmica desigual. O conceito de lugar de fala procura, dessa forma, explicitar que, mesmo nas interações verbais que aparentam ser horizontais, há corpos que foram condicionados para falar e outros para calar. É uma tentativa, também, de reverter os processos de culpabilização individual, os quais vão do extremo que culpabiliza os grupos marginalizados pelos seus silêncios (“não fala porque não quer, eu sou todo ouvidos”) até o outro extremo, no qual membros individuais de grupos hegemônicos se auto culpabilizam por ocuparem determinados lugares sociais e por terem determinados corpos. Falas como “peço perdão por ser um homem branco”, por exemplo, pertenceriam a essa última categoria. Não é esse tipo de mudança a que as feministas negras propõem ao discutir os lugares de fala. Até porque, além de não serem coerentes com sua proposta, ações verbais desse tipo são

inefetivas, fomentando uma posição passiva entre os grupos que deveriam estar agindo para gerar mudanças estruturais, as únicas realmente capazes de alterar efetivamente a situação.

Corpos de grupos marginalizados e suas características, por outro lado, também se tornam estímulos discriminativos para os grupos dominantes. Porém, dada a dinâmica de poder, os resultados desse lado das histórias de condicionamento são diferentes. A frequência do comportamento verbal de alguém de um grupo privilegiado dificilmente diminuirá pela aparição de uma pessoa pertencente a um grupo subordinado; é possível, inclusive, que ele aumente de frequência e que adquira diferentes formas e funções. Não é incomum, por exemplo, que corpos negros passeando em lojas de shopping evoquem mandos em corpos brancos que, ao assumirem que os primeiros se tratam de vendedores ou vendedoras, lhes fazem perguntas ou pedidos sobre os produtos ou serviços do local. Interações desse tipo, no entanto, não são meras confusões. Elas ocorrem com mais frequência do que gostaríamos de imaginar e sua dinâmica se repete em contextos mais violentos, com resultados muito mais graves, pois estão contextualizadas numa história cultural muito mais antiga e ampla. Nessa história, corpos brancos dominaram e exploraram sistematicamente corpos negros, aprendendo que suas características físicas eram contexto para eles (os brancos) serem atendidos, servidos e paparicados; de preferência, em silêncio. Corpos negros se tornaram, também, contexto para uma alta frequência de mandos por parte de corpos brancos, pois, segundo Skinner (1948; 1957), é mais fácil falar para alguém fazer algo do que fazê-lo por si mesmo: o custo de resposta costuma ser menor e a magnitude do reforçador obtido, a qual não precisa corresponder com a ação verbal, pode ser enorme.

Além de terem sido historicamente associados a papéis de submissão e servidão, corpos de mulheres, especialmente de mulheres negras, também têm sido objetificados no âmbito sexual por corpos masculinos brancos. Desde o período da escravidão, a sexualidade das mulheres negras tem sido apropriada, explorada e violada, seja com o objetivo de produzir

novos escravos para os senhores brancos, de ser fonte de prazer sexual para eles ou para punir o “mau” comportamento de homens negros escravizados (Collins, 1990/2002; Gonzalez, 1984; hooks, 1989/2015, 1991/1995; Kilomba, 2010). Nessa dinâmica de dominação e exploração sexual, corpos femininos negros foram transformados em contextos para a emissão, por parte de homens brancos, de comentários que caracterizam assédio (como verbalizações sobre partes íntimas do corpo feminino, avanços sexuais não-solicitados ou mandos relativos ao ato sexual) e que se assentam em supostas “confusões” de mulheres negras com prostitutas, por exemplo.

Os efeitos da sexualização do corpo negro, no entanto, não param por aí. Corpos de mulheres negras também se tornam não-contextos; isto é, na lógica racista, machista e colonial eles *não* se tornam estímulos discriminativos para o estabelecimento de relacionamentos sérios e públicos com homens brancos (Oliveira & Santos, 2018; Vieira, 2020), nem para o estabelecimento ou validação de discussões teóricas no âmbito da vida universitária (hooks, 1991/1995; Kilomba, 2010), por exemplo. Ademais, e como as feministas negras têm denunciado enfaticamente, nossa cultura moderna e colonial separa as atividades humanas em intelectuais (ligadas à “mente”) e braçais (ligadas ao corpo) – como se ambas esferas pudessem ser separadas e avaliadas independentemente –, situando a primeira numa posição mais elevada e nobre do que a segunda. Nessa divisão binária e hierarquizada, os corpos das mulheres negras, conseqüentemente, são classificados como mais pertencentes ao reino carnal (e sexual) do que ao intelectual. Como afirma hooks (1991/1995), “Desde a escravidão até hoje, *o corpo da negra* tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural, orgânica, mais próxima da natureza animalística e primitiva” (p.468, grifos nossos).

Nas raras exceções em que corpos assim marcados conseguiam ter acesso ao ensino superior, ainda precisavam (e continuam precisando) lidar com um ambiente social cujas

práticas verbais estão continuamente as desqualificando como intelectuais. Nas palavras de hooks (1991/1995),

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a *ideia de que as negras eram só corpo sem mente*. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como símbolo sexual, os corpos femininos negros são postos numa categoria, em termos culturais, tida como bastante distante da vida mental (p.469, grifos nossos).

Sendo assim, silêncios que, para certos corpos, se iniciam na infância, muitas vezes são perpetuados inclusive em ambientes e instituições, como a universidade, que são supostamente entendidos como neutros e racionais e onde se repete o jargão de que o importante são as ideias ditas, e não as pessoas que as disseram. Contudo, como sinalizam as teóricas do feminismo negro, nenhum discurso é neutro; nem mesmo a suposta “voz de ninguém” (Ribeiro, 2017, p.90) que reina nas universidades e em outras instituições poderosas. Muito pelo contrário, pois, nas palavras de Xavier (2012), “Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções” (p.9). Por isso, explica a autora, “para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos, que mostrem uma outra geografia da razão” (p.9).

7.2.6. O falante em estado motivacional ou emocional

Corpos que são sistematicamente expostos a mais situações aversivas e a maiores condições de privação, como os corpos de grupos historicamente oprimidos, é provável que estejam, com maior frequência, em certos estados motivacionais e emocionais. Skinner

(1953/2015) explica que esses estados são evocados por operações (motivacionais ou emocionais), que nada mais são do que mudanças (nem sempre estimulacionais) do ambiente que afetam circunstancialmente a força do comportamento. O acesso a reforçadores (ou o tempo sem acesso), bem como processos não-controlados da maturação do corpo (como as mudanças que caracterizam a transição entre infância, adolescência, maturidade e velhice) são alguns exemplos de operações motivacionais. Estímulos aversivos condicionados e incondicionados, interrupção de um processo de reforçamento, perda de reforçadores positivos são alguns exemplos de operações emocionais. Ao serem afetados por essas variáveis (operações motivacionais e emocionais), os organismos apresentam mudanças atípicas na frequência de emissão de determinadas classes de comportamentos. Por exemplo, ao estarmos *em fome* (um estado motivacional desencadeado por privação de comida), é muito provável que aumente a força do comportamento de comer, bem como de outras ações que, anteriormente, permitiram acesso à comida. Além disso, é provável que, em algum estágio mais avançado desse estado, experimentemos uma série de reações corporais (e.g., contrações estomacais, aumento de ácidos gástricos, deglutição) às quais nossas comunidades verbais têm nos ensinado a denominar como fome.

Estados motivacionais e os estados emocionais funcionam de maneira semelhante: são mudanças atípicas na força de certos comportamentos. Uma das principais diferenças é que em estados motivacionais, essas mudanças geralmente vão se restringir a uma classe de respostas em específico (aquela relacionada diretamente aos reforçadores de que o organismo está privado); já nos estados emocionais, as mudanças ocorrem no repertório inteiro do indivíduo, ou pelo menos em grandes partes dele (Skinner, 1953/2015, 1957). Um exemplo deste último caso, é de uma pessoa em estado emocional de raiva, no qual diversas tendências comportamentais variam juntas: ela pode apresentar uma maior probabilidade de emitir comportamentos abusivos e agressivos em relação a várias pessoas (e não só em relação

àquela que a deixou brava) e, ao mesmo tempo, uma diminuição na probabilidade de emissão de comportamentos de cunho generoso ou prestativo (Skinner, 1957).

O comportamento verbal não é uma exceção e, portanto, também está sujeito a mudanças em função de operações motivacionais e emocionais. É mais provável que grupos subalternizados falem e escrevam (quando falam e escrevem) mais frequentemente em estados de aversão e privação do que grupos privilegiados, o que altera o controle exercido por diferentes aspectos do mundo e do próprio corpo na fala e escrita. Nas palavras de hooks (1994),

Quando eu uso a frase ‘paixão da experiência’, ela envolve muitos sentimentos, mas particularmente o de sofrimento, pois há um conhecimento particular que vem do sofrimento. É uma forma de conhecimento que geralmente é expressada através do corpo, o que ele sabe, o que está profundamente inscrito em sua experiência (p.91, tradução nossa¹⁶¹).

Estados motivacionais e emocionais, portanto, têm altas chances de afetar os diferentes discursos de pessoas de grupos marginalizados, seja na sua forma, seja nas consequências que estes vão produzir no ouvinte. Segundo Skinner (1957), mesmo não sendo exclusivo do campo emocional,

A maneira na qual o comportamento é executado depende de sua força. Algumas emoções, como privação ou estimulação aversiva extrema, são caracterizadas por comportamento descoordenado. O falante pode gaguejar, pronunciar incorretamente, cometer erros gramaticais, usar extensões solecísticas do tato, e exibir outros sinais de

¹⁶¹ Original em inglês: When I use the frase “passion of experience,” it encompasses many feelings but particularly suffering, for there is a particular knowledge that comes from suffering. It is a way of knowing that is often expressed through the body, what it knows, what has been deeply inscribed on it through experience.

estar ‘afobado’. Tensão excepcional na musculatura do aparato fonador pode aumentar o timbre e o nível de energia do comportamento (p, 217, tradução nossa¹⁶²).

Não é raro, por exemplo, ouvir críticas e reclamações a respeito do comportamento verbal de pessoas de grupos oprimidos, como é o caso das mulheres negras, por este ser “agressivo demais” ou “apaixonado demais” (Kilomba, 2010; Collins, 1986; hooks, 1991/1995). Mesmo que as variáveis emocionais e motivacionais não sejam as únicas responsáveis por essa topografia, ou inclusive por essa descrição do comportamento verbal do oprimido, há chances de que muitos desses discursos estejam sendo emitidos em um estado de raiva, por exemplo.

Vale lembrar, no entanto, que falar sobre as próprias condições sociais de forma crítica, além de aversivo, também pode ser reforçador (hooks, 1989/2015). Quando pessoas de grupos marginalizados contam com comunidades verbais que reforçam esse tipo de discursos, é provável que esse reforçamento social produza audiências também reforçadoras no repertório do falante, as quais, ao unir forças com o reforçamento “natural” que esse discurso produz no sentido de ajudar os falantes a lidarem melhor (de forma mais emancipatória) com a própria realidade, torne-se uma operação emocional capaz de gerar, nos falantes, estados emocionais alegria ou inclusive de paixão. Por isso, não é raro que pessoas oprimidas emitindo esse tipo de discursos possam apresentar repertórios alterados e, como resultado, falar de modo “apaixonado” sobre as estratégias para superar as próprias condições de opressão e exploração e suas consequências.

Por outro lado, grupos que, por uma distribuição desigual dos reforçadores, são constantemente submetidos a estados motivacionais (que, por isso, podem se converter em

¹⁶² Original em inglês: The manner in which behavior is executed depends upon its strength. Some emotions, like extreme conditions of deprivation or aversive stimulation, are characterized by unco-ordinated behavior. The speaker may stammer, mispronounce, make mistakes in grammar, show solecistic extensions of the tact, and exhibit other signs of being "flustered." Exceptional muscular tension in the speech apparatus may increase the pitch and energy level of the behavior.

estados emocionais), em relação a alimentação ou a acesso a determinados espaços, por exemplo, têm uma chance maior de emitir mandos especificando esses reforçadores. É importante lembrar que o comportamento verbal nunca é regido por uma única variável, e esses mandos provavelmente são punidos (silenciados) na presença de pessoas dos grupos hegemônicos. Conseqüentemente, torna-se comum que pessoas de grupos subalternizados, mesmo em estados importantes de privação, que aumentam a força de mandos, fiquem em silêncio perante esse tipo de audiências. E o mesmo pode ocorrer, também, em contextos que tenham adquirido propriedades aversivas em função de uma história de condicionamento. Tais silêncios, à primeira vista, podem indicar (erroneamente) que mandos não estão sendo emitidos. O que pode estar acontecendo, no entanto, é que eles estejam sendo emitidos de forma subaudível e sendo, posteriormente, rejeitados pelo falante em um processo de autoedição. Nesses casos, é muito provável que, na presença de audiências não-punitivas (ou inclusive reforçadoras), essas pessoas passem a emití-los com considerável frequência. Um exemplo disso podem ser os contextos constituídos por movimentos sociais organizados, nos quais é comum que se destaquem ações verbais do tipo mando em relação a uma série de reforçadores aos quais esses grupos não têm acesso.

7.2.6.1. A emoção invisível na “voz de ninguém”

A influência de estados emocionais também pode ser comumente observada em pessoas de grupos hegemônicos que são contrariadas por ações verbais de grupos oprimidos. Não é raro que, em casos assim, essas pessoas entrem em estados emocionais de raiva que alteram também seu comportamento verbal. Como descreve Kilomba (2010), o discurso crítico do oprimido costuma ser aversivo, pois, no caso de narrativas antirracistas, por exemplo, “. . . a normalidade da cultura nacional branca é perturbada repentinamente quando nossas experiências com o racismo colocam em risco o conforto da sociedade branca” (p.40,

tradução nossa¹⁶³). Nesses casos, é provável que, no discurso do ouvinte-opressor (ou no repertório verbal opressor do próprio falante), possam ser identificados certos tipos específicos de ações verbais, como xingamentos, termos pejorativos ou enunciados mais sutis, mas cujos efeitos são igualmente aversivos, todos eles comuns em um estado emocional de raiva:

Respostas vocais que expressam raiva . . . incluem mandos que especificam condições aversivas do ouvinte (e.g., amaldiçoá-lo), tacts que descrevem o ouvinte e que têm efeitos aversivos (e.g., xingá-lo ou usar adjetivos pejorativos), e respostas que são diretamente punitivas (*Tss!* ou uma risada depreciativa). Há formas de comportamento verbal mais claramente “expressivas” do que outras e que podem ser igualmente punitivas para o ouvinte, como dar a ele más notícias ou falar de assuntos sobre os quais ele não se sente confortável (Skinner, 1957, p. 216, grifos do autor, tradução nossa¹⁶⁴).

Quando isso acontece na interação entre dois repertórios verbais de uma mesma pessoa, podemos falar de um processo de “invalidação” do próprio discurso ou consciência crítica. Tais repertórios críticos muitas vezes são aprendidos de forma tardia e alternativa e, quando confrontados com os repertórios instalados e fortalecidos numa cultura racista, classista e sexista, é muito provável que sejam inicialmente aversivos até para o próprio indivíduo, mesmo que a longo prazo possam ser benéficos. Assim, quando uma mulher emite, pela primeira vez, uma ação verbal que descreve criticamente uma situação de opressão pela qual ela passou, por exemplo, não é improvável que isso seja contexto para a emissão, por ela

¹⁶³ Original em inglês: . . . the normality of white national culture is suddenly disturbed, when our experiences with racism endanger the comfort of white society.

¹⁶⁴ Original em inglês: Vocal responses which express anger . . . include mands which specify aversive conditions of the listener (e.g., damning him), tacts descriptive of the listener which have aversive effects (e.g., calling him names or applying pejorative adjectives), and responses which are directly punishing (*Pfui!* or derisive laughter). These are more clearly "expressive" than other forms of verbal behavior which may be equally punishing to the listener, as in telling him bad news or raising topics of conversation in which he is ill at ease.

mesma, de uma ação verbal que “invalide” a anterior (e.g., “nossa, como sou exagerada”, “Tss, que besteira”).

Por outro lado, e lembrando mais uma vez sobre o controle múltiplo do comportamento verbal, é importante ressaltar que as ações verbais pejorativas e os insultos emitidos por pessoas de grupos sociais diferentes provavelmente terão topografias distintas. No caso de pessoas de grupos privilegiados, e principalmente em contextos letrados que usam uma linguagem mais abstrata, é comum que esse tipo de ações verbais seja mais rebuscado, apresentando uma topografia menos óbvia e, portanto, mais “palatável”. Por se tratar de um grupo cujo discurso é entendido como a norma, há grandes chances de que seu comportamento verbal, mesmo emitido *em raiva*, não seja rotulado como “raivoso” ou “passional”. O mesmo costuma acontecer com ações verbais emitidas em estados de alegria e paixão, cuja topografia poderá se mostrar mais “contida” e “polida” em relação à de outros grupos sociais, passando a impressão de neutralidade ou ausência de emoção.

Assim, o conceito de lugar de fala parece explicitar que as emoções participam tanto dos discursos do oprimido quanto dos do opressor. Numa cultura hierarquizada, contudo, mesmo que todos os indivíduos sejam passíveis de se comportar verbalmente *em emoção*, há “dois pesos, duas medidas” para aqueles discursos que partem do centro e aqueles que partem das margens: enquanto o primeiro é aceito e tratado como neutro e racional, o segundo é punido e tachado de emocional, irracional e subjetivo demais (Ribeiro, 2017). Essa dinâmica contribui com a narrativa que, ao apresentar a voz do centro como sendo uma voz neutra, descorporificada e completamente racional – uma “voz de ninguém” (Ribeiro, 2017, p.90), é efetiva em mascarar a existência e a origem do controle social opressor que tal voz veicula. Os princípios que regem a dinâmica do comportamento verbal, então, se analisados de um ponto de vista político, parecem corroborar essa visão, ajudando a especificar processos e controles específicos a partir de um olhar científico.

7.2.7. As agências controladoras e seus discursos cristalizados

As práticas culturais e verbais que dão forma e função ao comportamento verbal têm, por sua vez, uma história. Fontana e Laurenti (2021) explicam que “o surgimento de algumas práticas pode se dar devido ao *poder de determinados grupos* que fazem parte da cultura” (p.312, grifos nossos). Tais grupos, ainda, podem organizar-se de tal maneira a ter uma influência considerável sobre seus membros mediante o controle de grande parte dos eventos ambientais, constituindo o que Skinner (1953/2015) denomina de *agências controladoras*, ou *instituições*. Nas palavras de Lopes et al. (2018),

Uma agência controladora ou instituição opera organizando contingências sociais, nas quais reforçadores positivos (geralmente artificiais) e, principalmente, eventos aversivos (geralmente exclusivos daquela agência), são manipulados para manter uma população sob controle. O resultado desse *controle institucional* é uma *obediência massiva* às regras extraídas dessas contingências ou, de modo mais geral, a obediência aos interesses dos representantes da agência (p.131, grifos nossos).

Tal controle, ao mesmo tempo, somente é efetivo mediante a implementação de um sistema ético, ou seja, de um conjunto de regras que especificam os valores da agência controladora em questão, permitindo sua maior difusão e diminuindo as chances de contracontrole por parte dos controlados (Lopes et al., 2018; Sá, 1978; Skinner 1953/2015). Pode-se dizer, então, que agências controladoras são produtoras de discursos que funcionam para sua própria perpetuação e fortalecimento. Ao mesmo tempo, e dado que as agências controladoras dependem da manutenção da desigualdade entre controladores e controlados (Lopes et al. 2018; Sá, 1978; Skinner 1953/2015), seus discursos tendem, também, a funcionar nesse sentido: mantendo e naturalizando hierarquias vantajosas para elas.

Ademais, dado que as agências controladoras trabalham para sua própria sobrevivência e fortalecimento, os discursos que elas produzem provavelmente não

obedecerão às variáveis que não provenham das agências (ou o farão num grau pouco significativo). Consequentemente, grupos inteiros poderão ser reforçados por emitir discursos que, a longo prazo, não os beneficiam (ou até os prejudicam) mas que são mantidos porque são importantes para o correto funcionamento de certas agências controladoras. Essa “não-necessidade” de vinculação ao bem-estar do grupo ou a outras variáveis importantes do contexto imediato faz com que discursos com essas origens sejam bastante rígidos e pouco permeáveis a variáveis contrárias aos interesses das agências. Em outras palavras, pode-se dizer que agências controladoras produzem discursos de certa forma *cristalizados*, que podem, porém, se adaptar seletivamente em função dos interesses da agência, como veremos na sequência.

7.2.7.1. Cooptação dos discursos rebeldes e outras mudanças para que tudo permaneça igual

Embora os discursos produzidos pelas agências controladoras adotem muitas vezes um caráter relativamente cristalizado, eles não têm dificuldades em se adaptar e em se contradizer quando é conveniente para quem os produzem. Isso é facilmente observável nos *processos de cooptação*, que ocorrem quando controlados que produzem discursos críticos em oposição às agências de controle têm seus discursos apropriados por estas últimas, que fazem as modificações necessárias para poder usá-los contra os controlados que originariamente os produziram. Quando o caminho mais efetivo deixa de ser a oposição direta aos discursos rebeldes – o que geralmente facilita o contracontrole (Sá, 1978), não é incomum que as agências controladoras passem a incorporar alguns aspectos não demasiadamente ameaçadores desses discursos, especialmente em termos de topografia. O resultado são *discursos aparentemente rebeldes*, que se valem de conceitos que, mesmo tendo origens de fato revolucionárias, são esvaziados em termos de sua história e de sua função para passarem

a operar como mais uma estratégia de dominação e exploração. Um exemplo claro desses processos é dado por El Hachmi, autora feminista marroquina que emigrou para Espanha quando era criança e que atualmente é crítica da forma como o islã – que, para Skinner (1953/2015) constituiria um tipo de agência de controle, como qualquer outra religião – tem cooptado os discursos feministas produzidos por mulheres muçulmanas emigrantes:

Assim, ante o perigo de que as meninas criadas na Europa rompêssemos, sem pensar duas vezes, com todas as normas de submissão que nos inculcaram, *apareceram novos discursos, véus que se apresentam como novos e que nada mais são do que transformações das velhas, antigas e ultrapassadas normas de conduta*. Eles têm aparência de pensamento contemporâneo, moderno, e um brilho de novidade que desafia os mecanismos de poder, mas, apesar disso, *não passam de novos disfarces da lei do patriarca* (pp.34-5, grifos nossos, tradução nossa¹⁶⁵).

Ela também conta que, após uma árdua luta pessoal e coletiva para se desprender dos costumes e discursos opressivos da religião na qual tinha sido criada, estava preparada para enfrentar uma oposição clara e direta dessa agência controladora. Foi surpreendida, contudo, por uma retaliação muito mais sutil (e perigosa), orquestrada por meio de discursos que pregavam uma suposta liberdade e subversão. A autora narra que “Estava preparada para o racismo puro e simples, daquele tipo que te manda voltar para o teu país, que considera que quem é machista é o homem mouro, e que aqui [na Espanha] faz tempo que deixamos de sê-lo” (El Hachmi, 2019, p.129, tradução nossa¹⁶⁶), mas que ela não estava preparada para um discurso que “. . . acabaria me dizendo que a religião da qual eu fugi é fantástica e

¹⁶⁵ Original em espanhol: Así, ante el peligro de que las chicas criadas en Europa rompiéramos sin miramientos todas las normas de sumisión que nos han inculcado, han aparecido nuevos discursos, velos que se presentan como nuevos y que no son más que transformaciones de las viejas, antiguas y rancias normas de conducta. Tienen aspecto de pensamiento contemporáneo, moderno, y un lustre de novedad que desafia los mecanismos del poder, pero, de hecho, no son más que nuevos disfraces de la ley del padre.

¹⁶⁶ Original em espanhol: Estaba preparada para el racismo puro y duro, el de vete de tu tierra, el que considera que el machista es el moro y que aquí hace tiempo que ya no lo somos.

maravilhosa, que usar *hijab* é moderno e subversivo, e outras coisas do tipo” (El Hachmi, 2019, p.126, tradução nossa¹⁶⁷).

Como as agências estão geralmente compostas por membros dos grupos hegemônicos, é comum que as práticas e discursos ali gestados coincidam com os interesses desses grupos. Por isso, discursos que ameacem essas estruturas não serão encorajados ou inclusive serão punidos. A agência, que possui uma ampla capacidade de manipulação das contingências nesse sentido, será muito provavelmente, então, também uma prolífera produtora de silêncios. É nessa linha de pensamento que o conceito de lugar de fala parece se referir a relações de poder estruturais, nas quais torna-se muito difícil emitir discursos diferentes aos que elas disseminam, pois as condições para tanto são sistematicamente negadas ou atacadas. “Pensar lugar de fala”, explica Ribeiro (2017), “seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (p.90).

Percebe-se, então, que agências controladoras são habilidosas manipuladoras do comportamento verbal, seja daquele produzido pelos próprios controladores e controladoras, seja daquele surgido nas margens, nas mãos e bocas dos controlados e controladas. Embora Skinner, no *Verbal behavior*, não inclua explicitamente o papel das agências controladoras na produção e manipulação do comportamento verbal, suas discussões podem servir para elucidar vários aspectos do seu funcionamento nesse sentido. Operantes verbais autoclíticos, por exemplo, parecem participar de muitos dos processos que denominados de *retórica* que, segundo Skinner (1989), se trata da “arte de induzir o ouvinte a dizer o que o falante estava dizendo, mas geralmente por motivos irrelevantes” (p.45, tradução nossa¹⁶⁸), ou seja, controlado por variáveis diferentes, não relevantes para esse ouvinte. Nesse sentido, Skinner

¹⁶⁷ Original em espanhol: . . . acabaría diciéndome que la religión de la que hui es fantástica y maravillosa, que llevar pañuelo es moderno y subversivo y otras cosas por el estilo.

¹⁶⁸ Original em inglês: the art of inducing the listener to say what the speaker was saying, but often for irrelevant reasons.

(1957) também explica que “O controle inicial exercido por uma propriedade da situação que comumente evoca uma primeira resposta pode estar sujeito a muitas influências perturbadoras, como as *consequências especiais da ordem da retórica*” (p.338, grifos nossos, tradução nossa¹⁶⁹).

Outro exemplo nessa mesma linha de pensamento pode ser apontado quando Skinner (1957) explica que os mandos, por geralmente funcionar em benefício do falante, têm uma tendência a serem emitidos de forma *suavizada*, de modo a evitar a revolta do ouvinte. Por isso, é provável que controladores emitam mandos alterados ou distorcidos por autoclíticos, o que aumenta as chances de obediência dos controlados. Tais processos “suavizadores” e de cooptação podem gerar nos controlados a “sensação” de que são livres para obedecer ou não, e de que são “empoderados” ou revolucionários, mesmo que as consequências que mantêm as agências difundindo esse tipo de discursos sejam justamente o fato de restringirem a liberdade e as possibilidades de contracontrole político dos controlados. Ou seja, as únicas realmente beneficiadas nessa dinâmica, a longo prazo, são as agências controladoras, as quais também são hábeis em adaptar suas práticas e seus discursos na lógica de “alguma coisa precisa mudar para que tudo permaneça igual”. Não bastando isso, autoras feministas negras têm identificado que os grupos com maior poder na matriz de dominação, procuram *apagar* a forma como a matriz de fato funciona ao mesmo tempo que são extremamente competentes em explorar as contradições e encruzilhadas nas quais ela coloca os indivíduos com menos poder.

Tanto o comportamentalismo radical quanto o feminismo negro, dessa forma, elaboram críticas estruturais, entendendo que mudanças “aparentes”, seja na esfera verbal ou não-verbal, não serão capazes de produzir mudanças realmente efetivas em termos da emancipação dos grupos sociais explorados. O conceito de lugar de fala, por sua vez, ao

¹⁶⁹ Original em inglês: The initial control exercised by a property of the situation which commonly evokes a first response may be subject to many disturbing influences, such as the special consequences of rhetorical order.

denunciar a desigualdade de condições que opera na produção de discursos e silêncios, e ao reivindicar uma redistribuição do acesso e do controle dessas condições, afasta-se de uma lógica reformista ou reacionária; não se trata de reproduzir os mesmos discursos de sempre, porém com a adição de alguns termos novos e sob a prerrogativa de que agora é necessário legitimá-los porque estão localizados nas margens. Se trata, pelo contrário, de um enfrentamento às estruturas de dominação, que somente pode ser feito criando as condições para que emergjam discursos controlados de fato pelas variáveis politicamente importantes para os povos oprimidos.

7.2.8. As histórias individuais do falante e do ouvinte

Apesar do discurso ter sempre uma história grupal, indivíduos transitam em diferentes grupos e contextos, e vão construindo histórias inexoravelmente particulares, mesmo com todas as regularidades da vida coletiva (Skinner, 1953/2015). Suas histórias comportamentais individuais, dessa forma, também afetarão o seu comportamento verbal, que adquirirá nuances próprias inclusive na emissão daqueles discursos mais padronizados e difundidos. São histórias que, quando o indivíduo se engajar em ações verbais, também interagirão com as do ouvinte.

7.2.8.1. A multiplicidade e a interseccionalidade dos repertórios verbais

Essa localização mais individual dos discursos e dos silêncios é especialmente importante de ser considerada quando incluimos, nas análises do comportamento verbal, a influência de uma matriz de dominação de dinâmica interseccional. Um mesmo indivíduo, como vimos anteriormente, pode pertencer a vários grupos sociais e a várias comunidades e subcomunidades verbais ao mesmo tempo, além de poder transitar entre todas elas. Esses “pertencimentos” também podem ser transitórios: o grupo social de pessoas analfabetas, por

exemplo, não nos cabe mais quando passamos por um processo de alfabetização, e quando terminamos o ensino médio e começamos a faculdade, normalmente deixamos de pertencer à comunidade verbal da nossa escola, para citar alguns exemplos. Essa pessoa alfabetizada e que ostenta um título universitário pode ser um *homem* (pertencendo a mais um grupo social hegemônico), mas, ao mesmo tempo, pode ser *negro* (o que o torna também membro de um grupo social marginalizado). Ele pode ser *brasileiro e morar no Brasil* (tornando-o privilegiado no quesito nacionalidade e idioma) mas, a partir do momento em que *se mudar para Noruega* para fazer um doutorado, ele perderá esses privilégios (pois passará a formar parte do grupo social composto por pessoas estrangeiras). Suas tendências verbais, no entanto, são fruto tanto de sua localização social atual, quanto dessas localizações passadas, resultando numa multiplicidade de repertórios verbais, os quais encontram-se em diferentes tipos e níveis de relações de poder entre eles. A própria dinâmica do pensamento desse indivíduo estará marcada por essa multiplicidade hierarquizada de repertórios: na emissão de uma única ação verbal, a depender da situação antecedente, poderão participar diversos repertórios que editarão e/ou rejeitarão partes dessa ação verbal (ou ela completa). Ademais, as probabilidades de ações verbais de cada um desses repertórios ocorrer aumentarão ou diminuirão de acordo com diversas variáveis do contexto, inclusive da própria interação verbal.

Ao se comportar verbalmente em relação a um ouvinte, o entramado de variáveis em jogo multiplica-se, pois é como se dois pequenos universos verbais interseccionados entrassem em contato. Novamente, a depender das circunstâncias nas quais esse contato esteja acontecendo, alguns repertórios do falante se destacarão em relação a outros. Eles podem, porém, ser punidos por certos repertórios do ouvinte, com todos os efeitos que a punição acarreta: na ação verbal, no organismo, no condicionamento do ambiente físico, social e verbal e na própria audiência. Desse modo, e apesar de que as histórias individuais já são

comumente consideradas ao discutir o comportamento verbal, quando se incluem as variáveis políticas nessa análise fica evidente a participação das relações de poder inclusive nesse nível ontogenético.

Como se pôde ver, o que é defendido pelo conceito de lugar de fala não é uma adoção do indivíduo e suas confluências históricas como uma unidade de análise e de práxis política. Essa preocupação, como mencionado anteriormente, fica evidente nas discussões que embasam os pressupostos teórico-filosóficos do conceito, quando Collins (1997) enfatiza o papel das condições sociais que estabelecem e mantêm repertórios verbais individuais:

Como explica Collins, quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das *condições sociais* que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate *estrutural*. *Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades*. Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma (Ribeiro, 2017, p.36, grifos nossos).

Condições sociais e dinâmicas estruturais, ao mesmo tempo que produzem discursos relativamente regulares, não eliminam as influências e as idiosincrasias provenientes das histórias individuais, já que “ocupar localização comum em relações de poder hierárquicas não implica em se ter as mesmas experiências” (Ribeiro, 2017, p.37). Desse modo, uma análise contextual e histórica do discurso não apaga sua dimensão individual pois, como diz Skinner (1957), “o falante . . . é também um *locus*, um lugar no qual um número de variáveis converge numa única confluência para produzir uma conquista igualmente única” (p.131,

grifos do autor, tradução nossa¹⁷⁰). No fim das contas, são os indivíduos os que se comportam verbalmente, e não o grupo. Indivíduos estes que são também organismos delimitados por suas características anatômico-fisiológicas, capazes de interagir com as partes do universo que ficam sob as suas próprias peles. Indivíduos que, ao mesmo tempo, estão em constante interação com diferentes ambientes verbais e não-verbais, que participam de diferentes comunidades e subcomunidades verbais e que assumem posições de controladores e/ou controlados em diversas agências. *Essa multiplicidade de localizações e de histórias se funde, de maneira interseccional, no comportamento verbal individual*, permitindo que ele apresente tanto regularidades quando singularidades, e que, portanto, afete o mundo de modos únicos, mas também compartilhados.

Em vistas disso, pode-se afirmar que o conceito de lugar de fala não recai nem no extremo do individualismo, nem no do comunitarismo radical, e sim num *continuum* indivíduo-grupo. Trata-se de um conceito que não apenas engloba as variáveis de cunho individual e cultural, mas que também contribui com uma maior explicitação de quais delas estão em jogo no momento da fala ou do silêncio, e em qual medida. É um conceito que considera as histórias individuais dos falantes e dos ouvintes sem apagá-las e sem menosprezá-las, mas que não deixa de mostrar como até elas são perpassadas a todo momento pelas relações de poder. Histórias individuais e os discursos nelas situados também têm, então, sua face política.

7.2.9. As interações verbais

Em vistas das múltiplas localizações do discurso, o episódio verbal total pode ser metaforicamente entendido como o encontro de pelo menos dois sistemas verbais complexos que compartilham um mesmo universo verbal, mas podem ou não fazer parte das mesmas

¹⁷⁰ Original em inglês: The speaker . . . is also a *locus*, a place in which a number of variables come together in a unique confluence to yield an equally unique achievement.

galáxias ou constelações. Há uma quantidade importante de variáveis em jogo, que provém de diferentes níveis e contextos, e que, longe de serem estáticas, estão em constante movimento, se relacionamento incansavelmente umas com as outras (Skinner, 1957). Nessa colisão, os sistemas verbais do falante e do ouvinte são confrontados, reorganizados e complexificados, saindo dela sempre diferentes do que entraram. Em termos comportamentais, pode-se dizer que cada episódio verbal total *atualiza* os diferentes repertórios verbais do falante e do ouvinte, mudando, assim, cada um desses indivíduos em suas múltiplas dimensões. Cada interação é capaz de ampliar as sensibilidades dos corpos que falam e que ouvem, bem como de afetar, mesmo que de forma ínfima, limitada e gradual, sua localização no entramado de relações sociais.

7.2.9.1. A responsabilidade do falante na atualização dos discursos

Uma única interação verbal não é capaz de mudar significativamente a matriz de dominação. Discursos, no entanto, são estabelecidos, modelados, fortalecidos e difundidos num fluxo constituído por miríades de interações verbais. Desconsiderá-las por serem “pequenas” ou “insignificantes” demais seria perder de vista a concretude das micro relações nas quais os discursos são produzidos e atualizados. Seria, também, abdicar das possibilidades concretas e cotidianas de mudança que cada uma dessas interações nos proporciona diariamente e, por conseguinte, significaria abdicar da parcela de responsabilidade que todo indivíduo tem na atualização das práticas culturais e verbais que moldam sua existência e de seus semelhantes. É nesse sentido que Collins (1990/2002) explica que

Uma *ética da responsabilidade pessoal* também caracteriza a epistemologia feminista negra. Os indivíduos não somente devem desenvolver suas alegações de conhecimento mediante o diálogo e apresentá-las num estilo que prove sua preocupação com as suas

ideias, mas [também] espera-se que as pessoas *sejam responsáveis* por suas alegações de conhecimento (p.265, grifos nossos, tradução nossa¹⁷¹).

O conceito de lugar de fala não pretende nos conduzir a uma práxis política individualista, nem nos paralisar com suas análises criteriosas das dinâmicas de poder nas interações verbais. Porém, pretende sim explicitar que, mesmo quando não as descrevemos, elas continuam agindo e que, mesmo quando não somos conscientes disso, cada um de nós está constantemente alterando as possibilidades de produção de discursos mais ou menos emancipadores. Assim, ao mesmo tempo que é necessário assumir uma responsabilidade coletiva de construção de possibilidades discursivas mais igualitárias, é também importante reivindicar a parcela, mesmo que reduzida e limitada, de responsabilidade pessoal em nossas interações verbais cotidianas. Quais são as histórias que informam a nossa fala e a nossa escuta? Qual a “carga” política na topografia, energia e frequência de nossos enunciados? Em qual contexto estamos interagindo? Quem é o nosso interlocutor e quais as histórias que informam a fala dele ou dela? Nossa fala cria condições para a fala dele e vice-versa? Em quais momentos é mais politicamente efetivo calar, ou, em outras palavras, manipular e rejeitar nosso comportamento verbal num processo de autoedição?

É pensando na forma que a dimensão política das interações verbais acarreta o silenciamento (literal ou figurado) de grupos marginalizados que Alcoff (1995) discute “quatro conjuntos de práticas interrogatórias que foram pensadas para ajudar a avaliar instâncias possíveis e reais de falar pelos outros” (p.111, grifos nossos, tradução nossa¹⁷²). A primeira, segundo a autora, diz respeito a analisar criteriosamente e, se preciso, conter a vontade de sempre falar pelos outros, pois “o ímpeto de sempre ser o falante e de sempre falar

¹⁷¹ Original em inglês: An ethic of personal accountability also characterizes Black feminist epistemology. Not only must individuals develop their knowledge claims through dialogue and present them in a style proving their concern for their ideas, but people are expected to be accountable for their knowledge claims.

¹⁷² Original em inglês: four sets of interrogatory practices that are meant to help evaluate possible and actual instances of speaking for

em todas as situações deve ser visto pelo que é: o desejo pela superioridade [*mastery*] e pela dominação” (p.111, tradução nossa¹⁷³). Em segundo lugar, Alcoff (1995) explica que, caso após um processo de autoedição de nossa ação verbal, decidirmos emití-la de forma audível, ainda é importante considerar as implicações e a influência da nossa localização social e do contexto naquilo que está sendo falado. Para a filósofa, essa análise da relação entre nosso contexto e nossas palavras “deveria ser uma parte explícita de cada prática discursiva séria na qual nos engajarmos” (p.112, tradução nossa¹⁷⁴). A autora nos alerta, no entanto, que esse cuidado não se equipara à simples emissão de uma série de ações autoclíticas na intenção de mitigar uma possível punição:

Uma maneira deformada na qual isso é normalmente levado a cabo ocorre quando os falantes oferecem, num espírito de ‘honestidade’, informações autobiográficas sobre eles mesmos, geralmente no início de seus discursos e como uma forma de aviso [*disclaimer*]. Isso tem a intenção de reconhecer o próprio entendimento de que eles estão falando de uma localização especificada e corporificada sem pretensão a uma verdade transcendental. Mas, como María Lugones e outros têm argumentado veementemente, tal ato não serve a um bom fim quando é usado como um aviso [*disclaimer*] contra a própria ignorância ou contra os próprios erros, e quando é feito sem uma interrogação crítica das implicações de tal autobiografia naquilo que está prestes a ser dito. Isso deixa para os ouvintes fazerem todo o trabalho árduo que precisa ser feito (Alcoff, 1995, p.112, grifos nossos, tradução nossa¹⁷⁵).

¹⁷³ Original em inglês: the impetus to always be the speaker and to speak in all situations must be seen for what it is: a desire for mastery and domination.

¹⁷⁴ Original em inglês: should be an explicit part of every serious discursive practice we engage in.

¹⁷⁵ Original em inglês: One deformed way in which this is too often carried out is when speakers offer up in the spirit of "honesty" autobiographical information about themselves, usually at the beginning of their discourse as a kind of disclaimer. This is meant to acknowledge their own understanding that they are speaking from a specified, embodied location without pretense to a transcendental truth. But as Maria Lugones and others have forcefully argued, such an act serves no good end when it is used as a disclaimer against one's ignorance or

Em terceiro lugar, nossa ação verbal precisa sempre vir acompanhada da responsabilidade por aquilo que está sendo dito. Trata-se, para Alcoff (1995), de “um compromisso sério de se manter aberto às críticas e de buscar ativamente, atenta e sensivelmente, ‘ouvir’ a crítica (compreendê-la)” (p.113, tradução nossa¹⁷⁶).

Em quarto lugar, e no que a autora argumenta ser o ponto central de seu argumento, Alcoff (1995) explica que é necessário considerar as prováveis consequências que aquilo que será dito poderá ter naquele contexto específico, pois: “não podemos simplesmente olhar para a localização do falante ou para suas credenciais para falar; nem podemos meramente olhar para o conteúdo proposicional da fala; devemos olhar também *para onde a fala vai e o que ela faz* naquele lugar (p.113, grifos nossos, tradução nossa¹⁷⁷).

O conceito de lugar de fala, embora não seja sinônimo do “lugar social de onde partem nossas palavras”, apresenta-se como uma ferramenta que nos convida a investigar a maneira como nossas ações verbais atualizam incessantemente os diferentes discursos que constituem nossa cultura e, com ela, a matriz de dominação que explora muitos em detrimento de uns poucos. É um conceito que, ao vincular a dimensão individual do comportamento verbal com sua esfera política e grupal, nos arrasta também para um processo que não é de culpabilização, mas sim de redistribuição e de assunção de responsabilidades, pessoais e coletivas.

7.2.10. Parcialidade, ciência e pluralismo

As análises de inspiração comportamentalista e feminista negra sobre as diferentes localizações dos discursos que foram apresentadas até agora, apesar de não esgotarem o

errors and is made without critical interrogation of the bearing of such an autobiography on what is about to be said. It leaves for the listeners all the real work that needs to be done.

¹⁷⁶ Original em inglês: a serious commitment to remain open to criticism and to attempt actively, attentively, and sensitively to "hear" the criticism (understand it).

¹⁷⁷ Original em inglês: One cannot simply look at the location of the speaker or her credentials to speak; nor can one look merely at the propositional content of the speech; one must also look at where the speech goes and what it does there.

debate, apontam para um aspecto central na discussão do lugar de fala: a parcialidade inerente a qualquer discurso. Desde a própria definição geral de comportamento, que o entende como a relação do organismo com seu contexto, até a definição do comportamento verbal, que contextualiza essa relação numa comunidade verbal e suas práticas (Skinner, 1953/2015, 1957), fica evidente que, quando se fala de comportamento e seus produtos, está se falando em contextualidade e em parcialidade, e não em absolutos ou verdades últimas. O critério comportamentalista de seleção e de avaliação do comportamento, desse modo, não é uma correspondência com algum tipo de essência ou de fundamento comum que existe *a priori*, de forma independente e subjacente às variações comportamentais, mas sim suas consequências, ou seja, a efetividade das ações (verbais ou não) na(s) relação(ões) indivíduo-mundo que as produziram.

Tais princípios também são evidenciados nas reflexões tecidas pelo feminismo negro, as quais enriquecem a discussão trazendo de forma mais enfática o fato de que a própria efetividade dos discursos não somente é medida de forma contextual, mas também em termos hierarquizados e organizados numa matriz de dominação interseccional. Em outras palavras, o pensamento feminista negro explicita que há parcialidades que são tidas como superiores, mais objetivas e mais verdadeiras do que outras. Isso porque, ao envolver sempre relações de poder estruturais, a efetividade dos discursos é avaliada partindo do ponto de vida dos grupos que detêm um maior poder (Collins, 1986, 1990/2002, 2016; hooks, 1989, 1989/2015, 1991/1995; Ribeiro, 2017; Werneck; 2009).

O comportamentalismo radical, embora não tenha traçado uma trajetória tão explicitamente política quanto a do feminismo negro, parece estar em consonância com essa afirmação, especialmente ao discutir questões de poder e controle social a partir do conceito de agências controladoras (Holland, 1978; Lopes et al., 2018; Sá, 1978; Skinner, 1953/2015, 1971). Holland (1978), por exemplo, denuncia que os discursos que regem nossa sociedade

são produzidos pelas elites econômicas e são avaliados também por elas. A efetividade desses discursos, conseqüentemente, é medida em termos da manutenção e perpetuação do poder desses grupos. Para tanto, é importante que tais discursos diminuam as probabilidades dos explorados exercerem o contracontrole político, buscando não só mascarar toda essa dinâmica, mas também justificá-la, apresentando-a como natural, necessária e benéfica para todos. Nas palavras (não desprovidas de ironia) do autor, “vindas dessas elevadas alturas, os objetivos de nossa sociedade são formulados, as metas e valores são estabelecidos em conformidade com a perspectiva da classe alta, a qual, permitam-me acrescentar, é [composta por] governantes benevolentes” (Holland, 1978, p.169, tradução nossa¹⁷⁸).

As autoras feministas negras, por sua vez, complexificam o entendimento dessas elites a partir de uma perspectiva interseccional que inclui outras variáveis importantes nas lógicas da dominação, com destaque para as de raça e gênero (Akotirene, 2020; Collins, 1990/2002; Crenshaw, 1989, 2002; hooks, 1989, 1989/2015; Ribeiro, 2017). Nesse movimento, a dinâmica de produção de comportamento verbal é traduzida em termos de *discursos do centro e discursos da margem* (hooks, 1989), sendo o centro a localização dos discursos que obedecem aos interesses dos grupos com maiores concentrações históricas de poder (homens brancos de classe alta).

Diferentes grupos sociais vão sendo constituídos nas políticas da dominação e da exploração, os quais, conforme se afastam do centro masculino, branco e economicamente abastado, experienciam condições de vida e de acesso hierarquicamente diferentes. Conseqüentemente, discursos marginais, quando muito diferentes dos discursos do centro, são deslegitimados e invisibilizados. hooks (1989), no entanto, argumenta que mesmo que se queira apagar ou desconsiderar esses discursos, tanto a margem quanto o centro, apesar de parciais (ou justamente por isso) são partes importantes para entender o funcionamento de

¹⁷⁸ Original em inglês: From these lofty heights the objectives of our society are formulated, the aims and values are set in conformity with the perspective of the upper-class who, let me hasten to add, are benevolent rulers.

nossa realidade atual. A autora usa a lógica da geografia urbana da cidade da sua infância para ilustrar suas reflexões:

Estar na margem é ser *parte do todo*, mas estar *fora do corpo principal*. Como americanos negros morando numa pequena cidade de Kentucky, os trilhos do trem eram um recordatório diário da nossa marginalidade. Atravessando esses trilhos, havia ruas pavimentadas, lojas nas quais não podíamos entrar, restaurantes nos quais não podíamos comer, e pessoas que não podíamos olhar diretamente no rosto. Atravessando aqueles trilhos havia um mundo no qual nós podíamos trabalhar como empregadas domésticas, como zeladoras, como prostitutas, sempre e quando fosse na qualidade de serviçais. Nós podíamos entrar naquele mundo, mas não podíamos viver nele. Sempre precisávamos retornar à margem, atravessar os trilhos em direção a barracos e casas abandonadas nas periferias da cidade. Havia leis para assegurar nosso retorno. Não retornar significava arriscar-se a ser punido. Ao viver da forma em que o fazíamos – na periferia – desenvolvemos uma maneira particular de ver a realidade. Nós olhávamos tanto de fora para dentro, quanto de dentro para fora. Focávamos nossa atenção no centro e na margem ao mesmo tempo. Nós compreendíamos ambos. Esse modo de ver nos lembrava da *existência de um universo* inteiro, um corpo principal *constituído por ambos: margem e centro*. Nossa sobrevivência dependia de uma consciência pública e constante da separação entre margem e centro, e de uma consciência privada e constante de que nós éramos uma parte necessária, vital, desse todo (hooks, 1989, p.9, grifos nossos, tradução nossa¹⁷⁹).

¹⁷⁹ Original em inglês: To be in the margin is to be part of the whole but outside the main body. As black Americans living in a small Kentucky town, the railroad tracks were a daily reminder of our marginality. Across those tracks were paved streets, stores we could not enter, restaurants we could not eat in, and people we could not look directly in the face. Across those tracks was a world we could work in as maids, as janitors, as prostitutes, as long as it was in a service capacity. We could enter that world but we could not live there. We had always to return to the margin, to cross the tracks, to shacks and abandoned houses on the edge of town. There were laws to ensure our return. To not return was to risk being punished. Living as we did-on the edge-we developed a particular way of seeing reality. We looked both from the outside in and and from the inside out. We

O exemplo de hooks, se pensado em termos das dinâmicas de produção de discursos, mostra que a perspectiva (inerentemente parcial) de cada grupo social, independente de seu lugar na matriz de dominação, se relaciona necessariamente com as perspectivas (também parciais) dos outros grupos. Ou seja, um grupo pode “ver” coisas que os outros não veem, não somente porque seus membros são expostos a ambientes diferentes aos dos outros grupos, mas também porque são obrigados a se relacionar com esses ambientes de maneiras distintas, precisando prestar atenção a certos aspectos e se comportar de determinadas maneiras, ora para explorar e dominar eficientemente os grupos subordinados, ora para evitar a punição dos grupos dominantes enquanto se procura maximizar o aproveitamento dos poucos reforçadores disponíveis. Sendo assim, grupos mais privilegiados (que se localizam no centro ou próximos dele), por não precisarem se preocupar com essas últimas questões, é muito provável que produzam discursos que não as levem em consideração ou que sequer as nomeiem. Como explica Skinner (1957), tacts somente emergem numa comunidade verbal quando a relação de controle entre ela e determinados estímulos ambientais têm a força suficiente, ou seja, quando esses estímulos se tornam, na relação, importantes para o grupo. Caso contrário, estímulos irrelevantes para os membros dessa comunidade não controlarão seu comportamento verbal, ficando invisibilizados em seus discursos.

O problema, contudo, não para por aí. Mesmo alheios a várias partes importantes do mundo e das relações sociais, os discursos do centro se pretendem universais, proclamando, numa lógica que beira à do essencialismo, dar conta de “representar” a realidade tal e como ela é. Assim, apesar de ser parcial, o discurso do centro é legitimado (pelo próprio centro, que possui o poder para tanto) como o discurso universal e verdadeiro que abrange todas as outras realidades. Os discursos marginais, por outro lado, apesar de ser produtos dos mesmos

focused our attention on the center as well as on the margin. We understood both. This mode of seeing reminded us of the existence of a whole universe, a main body made up of both margin and center. Our survival depended on an ongoing public awareness of the separation between margin and center and an ongoing private acknowledgment that we were a necessary, vital part of that whole.

processos comportamentais, são tachados de desvios e, com isso, tratados como discursos menos verazes e menos confiáveis por supostamente retratarem uma parcela muito menor e distorcida da realidade.

Contraopondo-se a esse panorama cindido e hierarquizado do mundo, o feminismo negro, assim como outros pensadores e pensadoras pós-coloniais e decoloniais, entendem que ambos os tipos de discurso são *duas caras da mesma moeda*, as margens e o centro de um mesmo mundo (Akotirene, 2020; Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016; Dussel, 2005; hooks, 1991/1994, 1989, 2000/2015; Kilomba, 2010; Mignolo, 1993, 2007; Raul, 2016; Ribeiro, 2017). Porém, por causa das relações estruturais de poder nas quais se originam, somente um deles prevalece como a Verdade: o discurso dos grupos hegemônicos, centrais. Nesse movimento não apenas nega-se a própria lógica de dominação e exploração que os originou, como também se perdem todas as outras perspectivas que poderiam contribuir com uma visão *realmente* mais ampla e efetiva da realidade. A prevalência do discurso do centro sobre os da margem, desse modo, se dá mediante um processo violento de apagamento e de imposição, ou, como explica Carneiro (2005), de *epistemicídio*. Um exemplo disso é dado por hooks (1989) ao discutir criticamente a teoria feminista hegemônica:

Muita teoria feminista emerge de mulheres privilegiadas que vivem no centro, cujas perspectivas sobre a realidade raramente incluem o conhecimento e a consciência das vidas das mulheres e homens que vivem na margem. Como consequência, a teoria feminista carece de completude, carece da análise ampla que poderia englobar uma variedade de experiências humanas (hooks, 1989, p.10, tradução nossa¹⁸⁰).

Uma interpretação pluralista dos pressupostos filosóficos da análise do comportamento (Lopes et al., 2018) diria que essa dinâmica epistemicida opera numa lógica

¹⁸⁰ Original em inglês: Much feminist theory emerges from privileged women who live at the center, whose perspectives on reality rarely include knowledge and awareness of the lives of women and men who live in the margin. As a consequence, feminist theory lacks wholeness, lacks the broad analysis that could encompass a variety of human experiences.

monista, ou seja, priorizando apenas uma única narrativa, que seria universal e verdadeira, enquanto qualquer outra é vista como um desvio, como algo distorcido e falso que não contribui com o discurso linear já estabelecido. Numa visão de mundo monista, então, discursos alternativos são aniquilados, literal ou figuradamente, em benefício de um discurso pretensamente superior e capaz de englobar todos os fenômenos. Em outras palavras, o monismo preza pelo “privilégio de um aspecto do mundo sobre os demais” (Lopes et al., 2018, p.48), sendo, como apontam os autores e autoras, “nesse ponto que o monismo mostra sua fraqueza”, pois “não parece haver comprovação empírica satisfatória desse todo coeso e completamente previsível” (Lopes et al., 2018, p.61).

O discurso hegemônico, desse modo, apresenta também as limitações e fragilidades da narrativa monista. Por um lado, percebe-se que ele se afasta perigosamente de um entendimento mais amplo da complexidade das contingências. Ao buscar explicar *tudo* a partir de uma única perspectiva, o que os grupos dominantes estão fazendo, na verdade, é “esticar” sua própria perspectiva parcial num esforço de “cobrir” a maior quantidade de aspectos possível do mundo. Aquelas partes que não conseguem ser cobertas, são ignoradas ou, no máximo, tampadas com remendos sem muita cerimônia, mesmo que isso implique incorrer em contradições ou recorrer a explicações simplistas ou circulares. Como vimos anteriormente, numa cultura hierarquizada, o controle que o privilégio exerce sobre os indivíduos dos grupos hegemônicos é maior do que o controle exercido por outras variáveis, como é o caso de regras e valores tais como a coerência e honestidade teórica.

Tais tendências tornam o discurso do centro paradoxalmente poderoso e frágil ao mesmo tempo. Poderoso porque o comportamento verbal controlado nesses termos é amplamente efetivo na tarefa que se propõe (a manutenção e fortalecimento de condições de vida privilegiadas para seus produtores), dado que não precisa ver-se limitado pelos cuidados que controlam outros tipos de discursos, como os decorrentes de valores ligados ao bem-estar

comum e a uma atitude científica perante a vida, por exemplo. Frágil porque a própria fonte de sua força (o apagamento violento de outros grupos sociais e suas realidades), o expõe ao potencial perigo do contracontrole político daqueles que explora e domina, e o torna um alvo relativamente fácil de ser atingido por análises que critiquem sua capacidade e efetividade de explicar um mundo tão amplo e complexo como o nosso. Trata-se, assim, de um discurso poderoso, mas arrogante e dogmático, dono de uma

. . . uma atitude exclusivista, que não admite exceções: o mundo é uno, e isso não pode ser questionado. Esse dogmatismo é, em boa medida, decorrente da fragilidade do monismo, uma vez que qualquer desvio, descontinuidade, irregularidade detectada, por menor que seja, o derrubaria como faz um sopro a um castelo de cartas (Lopes et al., 2018, p.49).

As consequências que mantêm esse tipo de discursos em vigor, por estarem vinculadas à manutenção do poder (à manutenção da localização central) dos grupos dominantes, não permitem o estabelecimento de uma relação forte de controle entre tais práticas discursivas e o que Lopes et al. (2018) denominam de *mundo vivido*. O mundo vivido, que seria “um mundo sensível, vivido e experienciado como uma evidente variedade de cores, formas, odores, sons, paixões” (p.53) é definido em contraste com o *mundo teórico*, “um mundo de ideias abstratas, inteligível, de conceitos e teorias que tentam classificar, sistematizar e, com isso, unificar a experiência” (p.53). Em outras palavras, os discursos dominantes têm a tendência a “esticar” tanto sua visão de mundo que, nesse esforço, comprometem as relações de controle que os originaram e que teriam o potencial de torná-los efetivos para além do despotismo, caso assumissem seu caráter contextual e limitado. Tais fragilidades e limitações podem ser observadas nos apontamentos feitos por Crenshaw (1989) ao discutir o apagamento das contingências que regem as vidas das mulheres negras nas mãos de discursos feministas

produzidos por e para mulheres brancas que entendem as relações de poder de maneira simplista e linear:

As mulheres de cor não somente são desconsideradas, mas sua exclusão é reforçada quando mulheres brancas falam por e como mulheres. A *voz oficial universal* – que geralmente é a subjetividade branca e masculina mascarada como uma objetividade não-racializada e não-genderizada – *é meramente transferida* para aquelas que, com exceção do gênero, compartilham muitas das mesmas características culturais, econômicas e sociais. Quando a teoria feminista tenta descrever as experiências das mulheres analisando o patriarcado, a sexualidade ou ideologias de esferas separadas, o papel da raça é geralmente negligenciado. As feministas, dessa forma, *ignoram como sua própria raça funciona para mitigar alguns aspectos do sexismo* e, além disso, a forma como ele geralmente *as privilegia e contribui com a dominação de outras mulheres* (p.154, tradução nossa¹⁸¹)

Num cenário desse calibre, é comum se perguntar sobre o lugar da objetividade numa visão de mundo assentada na parcialidade dos discursos, inclusive dos discursos científicos. Será que há lugar para ela num entendimento contextual do comportamento verbal e seus produtos? É possível fazer ciência dos fenômenos sociais quando a própria ciência é também um discurso gestado nas relações de poder? Ainda mais se considerarmos que o discurso científico, como as autoras feministas negras denunciam, tem se alinhado, muitas vezes, aos interesses dos grupos dominantes.

Em primeiro lugar, as análises viabilizadas pelo pensamento feminista negro, apesar de afirmarem o caráter parcial de *todos* os discursos, não negam, com isso, as regularidades

¹⁸¹ Original em inglês: Not only are women of color in fact overlooked, but their exclusion is reinforced when *white* women speak for and as *women*. The authoritative universal voice-usually white male subjectivity masquerading as non-racial, non-gendered objectivity³ -is merely transferred to those who, but for gender, share many of the same cultural, economic and social characteristics. When feminist theory attempts to describe women's experiences through analyzing patriarchy, sexuality, or separate spheres ideology, it often overlooks the role of race. Feminists thus ignore how their own race functions to mitigate some aspects of sexism and, moreover, how it often privileges them over and contributes to the domination of other women.

também presentes neles e, principalmente, nos contextos e grupos sociais que os produzem. É a partir dessas regularidades, históricas e socialmente construídas, inclusive, que as autoras da teoria tecem seus argumentos e propõem seus conceitos. Contudo, fazem isso adotando uma visão de mundo cuja crítica ao monismo atinge, por consequência, discursos científicos tradicionais calcados na modernidade e no positivismo, que buscam “desvendar” uma realidade última e que exaltam a norma e os padrões. E mais, que o fazem *sem ver* que essas normas e padrões não são régua neutras, “limpas” de qualquer viés, e sim critérios parciais, *situados* no mundo vivido e por ele “contaminados”.

Trata-se de um *corpus* teórico e de um movimento político, então, que assume sua parcialidade, mas que não a entende como um empecilho para a construção de discursos úteis e emancipadores. Pelo contrário, parece justamente valer-se dessa característica inerente ao comportamento humano para usá-la, em conjunto com os objetivos da luta política das mulheres negras, como uma bússola mais confiável, ajustável e justa nessa empreitada. Assim, o pensamento feminista negro que informa a noção de discurso na qual o conceito de lugar de fala está embasado se trata de uma proposta teórica cujo compromisso com o contextualismo e com o relacionismo impedem que recaia num relativismo inócuo. Diferente disso, busca não somente aceitar a parcialidade do conhecimento, mas abraçá-la como uma solução para a ampliação de seu próprio escopo, alcance e efetividade. Nas palavras de hooks (2000/2015),

Intervenções críticas sobre raça não destruíram o movimento das mulheres; *o tornaram mais forte*. Romper com a negação sobre raça ajudou as mulheres a *enfrentar a realidade da diferença em todos os níveis*. E nós finalmente estamos implementando um movimento que não coloca os interesses das mulheres privilegiadas, especialmente das mulheres brancas, por cima dos de todas as outras mulheres. Estabelecemos uma visão de irmandade onde *todas nossas realidades*

poderiam ser enunciadas. Não há nenhum movimento contemporâneo em prol da justiça social onde os participantes individuais se engajem na troca dialética que ocorreu entre as pensadoras feministas acerca da raça, e que levou a repensar muito da teoria e da prática feminista. O fato das participantes no movimento feminista poderem enfrentar críticas e desafios e ainda assim permanecer sinceramente comprometidas com uma visão de justiça, de libertação, é um testemunho da força e do poder do movimento. Isso nos mostra que, sem importar quão equivocadas estivessem as pensadoras feministas no passado, a disposição de mudar, a disposição de criar o contexto para a luta e para a libertação, continua sendo mais forte do que a necessidade de se prender a crenças e suposições errôneas (p.58, grifos nossos, tradução nossa¹⁸²).

A proposta teórico-política do feminismo negro, dessa forma, encontra sua força na parcialidade, sem, com isso, deixar de fazer uso do pensamento crítico nem deixar de ter no horizonte, a todo momento, a disposição de mudar quando as críticas se mostrarem sólidas e coerentes o suficiente com os objetivos do movimento e sua teoria. Uma concepção de discurso ancorada no feminismo negro, então, certamente não é uma proposta compatível com uma ciência tradicional, moderna e monista, incapaz de enxergar sua própria parcialidade e seus privilégios. Isso não significa, porém, que a proposta feminista negra seja necessariamente avessa a toda e qualquer proposta científica.

¹⁸² Original em inglês: Critical interventions around race did not destroy the women's movement; it became stronger. Breaking through denial about race helped women face the reality of difference on all levels. And we were finally putting in place a movement that did not place the class interests of privileged women, especially white women, over that of all other women. We put in place a vision of sisterhood where all our realities could be spoken. There has been no contemporary movement for social justice where individual participants engaged in the dialectical exchange that occurred among feminist thinkers about race which led to the re-thinking of much feminist theory and practice. The fact that participants in the feminist movement could face critique and challenge while still remaining wholeheartedly committed to a vision of justice, of liberation, is a testament to the movement's strength and power. It shows us that no matter how misguided feminist thinkers have been in the past, the will to change, the will to create the context for struggle and liberation, remains stronger than the need to hold on to wrong beliefs and assumptions.

Os pressupostos filosófico-políticos da ciência do comportamento proposta por B.F. Skinner, quando lidos numa ótica pragmatista, parecem estar em consonância com várias das preocupações que guiam o pensamento feminista negro. Por um lado, o contextualismo e o relacionismo inerentes ao conceito de comportamento (e de comportamento verbal) skinneriano fazem com que esta ciência não só aceite e inclua a parcialidade dos discursos em sua práxis, mas que também se situe, ela mesma, como um discurso científico e parcial (Lopes et al., 2018). Uma *visão de mundo pluralista* e de inspiração pragmatista permite essa hipótese, entendendo que isso, além de não desqualificar a análise do comportamento como ciência, também a enriquece e a fortalece.

Diferente do monismo, o pluralismo entende que o mundo é constituído tanto por regularidades quanto por irregularidades, identificando a existência de padrões, mas também de variações não sempre previsíveis e coerentes com os aspectos mais regulares. Pode-se dizer, desse modo, que *a parcialidade é o ponto de partida do pluralismo*: ao assumir que há diferentes perspectivas e, portanto, diferentes discursos, ele permite construir e avaliar o próprio discurso com uma maior humildade e criticidade. Nas palavras de Lopes et al. (2018),

O pluralismo impede que olhemos as coisas com olhos que não nos pertencem. Trata-se de aceitar e manter o ser humano em sua condição, e falar do mundo a partir de seu ponto de vista. O ser humano não é deus nem demônio, capaz de olhar o mundo ‘de fora’, e narrar uma história completa como se não fizesse parte dela. Ele não descobre o Verdadeiro funcionamento das coisas, que estaria por detrás das aparências de um mundo sensível; não conhece uma Realidade apartada da experiência. Enfim, *é preciso sempre lembrar que o ser humano tem uma visão parcial das coisas* (p.49, grifos nossos).

De modo geral, pode-se dizer que a noção de objetividade, a qual vem sendo sequestrada pelos grupos dominantes, que a identificam com seu discurso parcial e “esticado”,

é resgatada quando a parcialidade é assumida e interpretada de um ponto de vista pluralista. Uma ciência do comportamento que está preocupada com tendências e probabilidades, e não com verdades últimas, e que considera as variações tão importantes quanto as seleções, parece estar em condições de tratar discursos e outros fenômenos comportamentais de maneira *parcial e objetiva* ao mesmo tempo. Como Skinner (1953/2015) mesmo defende, em hipótese alguma o cientista se desvincula de seu objeto de estudo; pelo contrário, no processo de estudá-lo, ele o recorta e o modifica, sendo, em troca, também modificado por ele. Ter consciência disso não o impede de estudá-lo, mas o leva a criar métodos de estudo que permitam extrair dessa relação regras efetivas para lidar com o mundo e, principalmente, a se preocupar com o tipo de comunidade científica que vai avaliar e talvez selecionar tais regras. Quem compõe essa comunidade verbal? Quais são as relações de poder que nela estão operando? Qual sua localização na matriz de dominação? Quais são os valores que regem sua práxis científica? Pois, se, como dizem Lopes et al. (2018), “tudo seria diferente se nossos interesses fossem outros” (p.50), a localização e os interesses que controlam o comportamento de nossa comunidade verbal científica se tornam especialmente importantes.

A objetividade, nesses termos, fugiria da noção tradicional que a restringe à emissão de “tactos puros” – ou seja, tactos emitidos sob controle exclusivo de um evento ambiental específico. Essa visão é, antes de mais nada, inconsistente com a própria noção skinneriana de comportamento verbal, que parte da assunção de um mundo complexo, no qual o controle do comportamento é sempre múltiplo e localizado (Skinner, 1957). Operantes verbais e outras unidades de análise nada mais são do que recortes artificiais que operamos nesse fluxo comportamental e que, apesar de úteis, não esgotam a complexidade das relações de controle que resultam no fenômeno estudado (Skinner, 1953/2015).

Além disso, tactos (como qualquer outro operante verbal) dependem, em última instância, de práticas da comunidade verbal em questão (Skinner, 1957), e é nesses termos,

então, que a objetividade também deve ser entendida. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a objetividade descreve o conhecimento orientado para a produção de consequências práticas no mundo e que é gerado por uma comunidade que preza por uma atitude científica, objetiva a identificação de regularidades e de relações entre os eventos, bem como a previsão e o controle dos fenômenos. Essa comunidade, denominada (em virtude dessas práticas específicas) de comunidade científica, engaja-se em práticas que permitem avaliar o conhecimento produzido em função de alguns critérios, como seu apoio empírico, sua coerência lógica e sua resistência à crítica (Skinner, 1953/2015) de modo a eliminar (ou pelo menos, minimizar) vieses que possam comprometer a resolução de problemas humanos.

Contudo, tais preocupações, embora necessárias, não são suficientes para a produção de conhecimento objetivo, em um sentido mais amplo e contemporâneo. Como explica Santos (1987/1995),

A ciência não descobre, cria, e o acto criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real. Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. São parte integrante dessa mesma explicação (p. 52).

Dadas as múltiplas localizações e controles do comportamento verbal, todos os processos relacionados à atividade científica (desde a escolha e delimitação dos temas e perguntas de pesquisa até a seleção de amostras, por exemplo) são influenciados pelas variáveis de cunho político que perpassam a comunidade verbal científica e seus discursos, tal como ilustram, por exemplo, os estudos de Schiebinger (1999/2001) e de Hølge-Hazelton e Malterud (2009) a respeito das variáveis de gênero. Isso porque, de acordo com Santos (1987/1995) “as nossas trajectórias de vida pessoais e colectivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam” (p. 53) constituem um

saber que “suspeitado ou insuspeitado, corre hoje subterraneamente, clandestinamente, nos não-ditos dos nossos trabalhos científicos” (p. 53).

Uma noção de ciência que assuma esses vieses – ao invés de fingir que pesquisadores e pesquisadoras são sujeitos transcendentais que não possuem uma raça, um sexo e uma classe específica –, sem, com isso, abandonar o resto de práticas características da comunidade científica, produzirá um conhecimento mais amplo, mais efetivo e em consonância com a complexidade de um mundo plural, dinâmico e terreno. Nas palavras de Skinner (1953/2015), “a ciência também não está livre [do fluxo da história] . . . A ciência pode, porém, *fornecer a descrição do tipo de processo do qual ela é um exemplo*” (p. 446, grifos nossos, tradução nossa¹⁸³).

Dessa forma, a aceitação e descrição da parcialidade do próprio conhecimento científico também deveria ser parte de uma atitude científica, a qual implica, necessariamente, em uma comunidade verbal que ensine e fortaleça a honestidade intelectual, isto é, a “. . . disposição para aceitar os fatos mesmo quando eles se opõem aos desejos” (Skinner, 1953/2015, p. 12, tradução nossa¹⁸⁴). Tal afirmação, do ponto de vista de uma interpretação pragmatista dos pressupostos filosóficos de uma ciência do comportamento humano (Lopes et al., 2018), significa também aceitar a parcialidade dos discursos, inclusive do próprio, por mais que isso resulte na refutação do discurso hegemônico dominante, no qual se assenta a noção moderna e tradicional de ciência. Se, como também afirma Skinner (1953/2015), “a ciência rejeita inclusive suas próprias autoridades quando elas interferem com a observação da natureza” (p. 12, tradução nossa¹⁸⁵), o conceito de objetividade deste tipo de ciência precisaria, então, não apenas assumir a constatação da natureza parcial e plural do

¹⁸³ Original em inglês: Science is not free, either . . . Science can, however, supply a description of the kind of process of which it itself is an example.

¹⁸⁴ Original em inglês: . . . willingness to accept facts even when they are opposed to wishes.

¹⁸⁵ Original em inglês: Science rejects even its own authorities when they interfere with the observation of nature.

conhecimento, mas também trabalhar para explicitá-la, alargando seu escopo para incluir variáveis oriundas de sua localização (e de sua ação) na matriz de dominação. Trata-se de um movimento que, no processo, contesta uma tradição científica monista que oculta esses aspectos “desviantes” do mundo ou, no melhor dos casos, ignora-os, repercutindo diretamente em sua capacidade explicativa da realidade e em sua efetividade na resolução de problemas humanos.

Por um lado, temos que um dos critérios utilizados para avaliar e para definir o conhecimento científico (e portanto, a objetividade) é a sua exposição e conseguinte resistência à crítica da comunidade científica, e, por outro lado, que a honestidade intelectual exige que resultados ou elementos que possam enfraquecer sua posição nesse processo sejam assumidos e explicitados. Pode-se dizer, então, que o *modus operandi* da ciência – e o que torna o conhecimento por ela produzido especialmente efetivo – é justamente o esforço constante da comunidade científica em arranjar contingências que possibilitem, incentivem e facilitem a crítica do conhecimento produzido. Assumir e explicitar sua parcialidade, especialmente em termos filosófico-políticos, soma-se, dessa forma, ao conjunto de estratégias comumente adotadas para atingir esse objetivo (como fundamentar e justificar a delimitação da pergunta de pesquisa, descrever o método seguido para respondê-la e expor as limitações percebidas no estudo). Em outras palavras, discussões como as que suscita o conceito de lugar de fala promovem um movimento que se trata de *capturar a parcialidade a favor da objetividade*, pois o próprio fato do conhecimento científico entender-se como parcial, por si só, implica aceitar a existência de outros discursos (científicos e não-científicos) que podem testar seus limites, obrigando-os a recuar ao apontar contradições ou insuficiências até então invisíveis ou convidando-os a se alargar para explicar novos fenômenos sob sua ótica particular. É nesse sentido que Santos (1987/1995) explica que “. . . o conhecimento avança à medida que o seu objetivo se amplia, ampliação que, como a da

árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces” (p. 53).

O conceito de lugar de fala, desse modo, não parece vir para eliminar a objetividade da atividade científica, nem para instaurar um relativismo que tornaria, a ele mesmo e à ciência, reacionários e inefetivos. Ele convida, outrossim, a uma reflexão sobre as práticas científicas que estão regulando nossa práxis, nos lembrando da importância de manter sempre no horizonte a condição parcial dos discursos, da ciência e do ser humano, bem como e a forma em que essa parcialidade está interagindo com as outras. São discursos que partem da margem ou do centro? E de quais margens e quais centros? Estão trabalhando em prol dos controlados ou estão sob controle dos interesses dos controladores? Quais vozes estão sendo apagadas no processo? Pois, como diz Alcoff (1995),

Alguns de nós temos sido ensinados que, pelo direito de termos o gênero, raça ou classe dominantes, [certas] letras antes do nosso nome, ou algum outro critério, temos maiores possibilidades de ter a verdade. A outros têm sido ensinado o contrário, e vão falar de forma hesitante, com desculpas, se é que de fato falam (pp.111-112, tradução nossa¹⁸⁶).

Uma objetividade científica que não enxerga (ou que decide não enxergar) essas dinâmicas, pode se dizer, de fato, objetiva? Se o discurso científico, segundo Skinner (1957), está preocupado com a produção de mudanças práticas no mundo, quanto mais ampla e complexa for a compreensão desse mundo, quantas mais vozes forem consideradas e mais perspectivas forem contrastadas, é muito provável que esses resultados sejam mais efetivos. Isso porque, a partir do momento em que a parcialidade inerente ao comportamento verbal for entendida como parte também inerente da ciência, poderemos começar a criar melhores

¹⁸⁶ Original em inglês: Some of us have been taught that by right of having the dominant gender, class, race, letters after our name, or some other criterion, we are more likely to have the truth. Others have been taught the opposite and will speak haltingly, with apologies, if they speak at all.

condições de lidar de forma mais honesta, humilde e justa com ela e com todas as possibilidades que ela traz.

No entanto, não se trata de uma tarefa fácil. Para além de sua complexidade e do grau de inovação, criatividade e cuidado que exige, esse movimento desafia o paradigma positivista e moderno de ciência, bem como os grupos dominantes que historicamente têm o produzido e se beneficiado dele. De um ponto de vista comportamental, o arranjo deliberado de contingências para criticar politicamente a própria prática envolve, primeiramente, abdicar de reforçadores arbitrários e mais imediatos advindos de práticas científicas monistas (que nos blindam da aversividade envolvida no contato com novas perspectivas e com outros tipos de conhecimento) pois, como discutem Laurenti e Lopes (2022), ao trabalhar na contramão das práticas vigentes na nossa cultura (acadêmica e não-acadêmica), “a tendência é que tenhamos poucos reforçadores fornecidos por agências controladoras” (p.36). Isso, somado à exposição constante e voluntária a eventos aversivos gerados pelas críticas da comunidade científica, significa que é preciso aprender a viver com poucos reforçadores e a conviver com eventos aversivos, sendo esta uma tarefa que implica, necessariamente, em um alto nível de autocontrole.

No entanto, é justamente o enfrentamento desse tipo de tarefas que torna o conhecimento científico especialmente útil para lidarmos com problemas humanos que requerem nossa atenção urgente, como é o caso da subordinação, exploração e silenciamento decorrentes da desigualdade social na qual vivemos. Nas palavras de Skinner (1953/2015),

sempre foi uma desafortunada tarefa da ciência se desfazer de bem estimadas crenças em relação ao lugar do homem no universo. É fácil entender o porquê dos homens se auto enganarem com tanta frequência – o porquê de eles caracterizarem o mundo de formas que reforçam eles ao lhes fornecer uma fuga das consequências da crítica ou de outras formas de punição. Mas, embora o autoengano fortaleça temporariamente o

comportamento, é questionável que tenha algum tipo de valor último de sobrevivência (p. 449, tradução nossa¹⁸⁷).

Nesse mesmo sentido, pode-se dizer, então, que também é uma forma de autoengano achar que a ciência é neutra e que o cientista opera alheio a qualquer valor.

7.3. Discursos da margem e discursos do centro: o agir verbal na matriz de dominação

Algumas especificidades do comportamento verbal, como seu baixo custo de resposta, suas discretas dimensões físicas e sua necessidade de mediação para constituir-se como uma ação *verbal*, podem dar a impressão de que ele é menos potente do que o comportamento não-verbal ou, inclusive, de que é de uma natureza diferente, afastada do mundo concreto, vivido. Contudo, como qualquer outro comportamento operante, o comportamento verbal ocorre na relação com esse mundo, produzindo nele mudanças que, por sua vez, também o afetam e o modificam (Skinner, 1957). Ou seja, ele é *ação*, estabelecendo uma relação de influência mútua com seu contexto, o que inclui o próprio falante e seus múltiplos repertórios.

Ser uma ação *verbal*, no entanto, significa que seu primeiro efeito é sempre no ouvinte (ou em repertórios de ouvinte), o qual é capaz de ser afetado dessa maneira graças às práticas compartilhadas da comunidade verbal da qual falante e ouvinte fazem ou fizeram parte em algum momento. O fato de ser mediado e contextualizado em comunidades verbais, desse modo, não retira do comportamento verbal seu caráter ativo; simplesmente o complexifica e lhe dá novos contornos. Nas palavras de Skinner (1957), “As consequências de tal comportamento são mediadas por uma cadeia de eventos *não menos físicos ou inevitáveis que*

¹⁸⁷ Original em inglês: It has always been the unfortunate task of science to dispossess cherished beliefs regarding the place of man in the universe. It is easy to understand why men so frequently flatter themselves—why they characterize the world in ways which reinforce them by providing escape from the consequences of criticism or other forms of punishment. But although flattery temporarily strengthens behavior, it is questionable whether it has any ultimate survival value.

a ação mecânica direta, mas claramente mais difíceis de descrever” (p. 2, grifos nossos, tradução nossa¹⁸⁸).

As especificidades da atividade verbal, se por um lado limitam seu funcionamento (o ar em movimento que acompanha as ações vocais, por si só, não é capaz de curar uma doença ou de construir uma escola, por exemplo), por outro lado possibilitam novas e potentes formas de alterar o mundo físico e suas organizações sociais que não seriam possíveis apenas com ações mecânicas, diretas e não-verbais. Isso porque a complexificação do comportamento não-verbal se dá num movimento simultâneo e indissociável com a complexificação do ambiente físico e das relações sociais: ambientes físicos, indivíduos e grupos se tornam, respectivamente, ambientes verbais, falantes, ouvintes e comunidades verbais. O resultado é um cenário no qual comunidades verbais constroem práticas verbais – linguagens, mediante as quais é possível capacitar indivíduos para manipularem o ambiente de modo a curar doenças, construir hospitais, instituições educacionais e outras façanhas caracteristicamente humanas que somente são possíveis porque somos capazes de *agir* verbalmente.

Assim, o comportamento verbal tem contribuído e é em grande medida responsável pela construção e fortalecimento das organizações sociais complexas, desde as associações cooperativas mais primitivas até as burocráticas e estratificadas agências controladoras que permeiam praticamente todas nossas interações nos dias de hoje (Skinner, 1953/2015, 1957, 1971). Ao mesmo tempo, as formas e dinâmicas que tais organizações sociais iam assumindo também foram, simultaneamente, selecionando e fortalecendo as práticas verbais de seus membros, resultando em conjuntos de indivíduos cujo comportamento verbal é muito similar em termos de dinâmica e topografia. Grupos sociais mais hierarquizados, desse modo, apresentam práticas verbais também organizadas e modeladas nesses termos, e vice-versa: práticas verbais ou discursos que naturalizam e justificam a opressão e exploração de

¹⁸⁸ Original em inglês: The consequences of such behavior are mediated by a train of events no less physical or inevitable than direct mechanical action, but clearly more difficult to describe.

determinadas pessoas contribuem com sociedades cujos membros se organizam e se relacionam entre eles nesses moldes. O comportamento verbal, desse modo, é produto e produtor das relações de poder que permeiam nossa cultura e que mantêm, de forma explícita ou mascarada, determinados grupos sociais em situações de precarização, miséria e subordinação para o benefício de algumas elites. Nas palavras de Burton e Kagan (1994),

As características da linguagem não somente são influenciadas pelas relações sociais (embora não sejam reduzidas a elas), mas *as próprias linguagens também influenciam essas relações*. As comunidades verbais, as coletividades que praticam a linguagem, então, podem ser consideradas como estando intimamente ligadas com as relações de poder (pp.90-91, tradução nossa¹⁸⁹).

Embora Skinner seja enfático na defesa do comportamento verbal como mais um tipo de ação, o fato de não ter se debruçado na investigação de como ele age nas estruturas de poder e em função delas, pode dar espaço para interpretações apolíticas da linguagem ou, inclusive, da própria teoria skinneriana do comportamento verbal. As bases contextualistas na qual esta última está assentada, no entanto, não apenas interdita esse tipo de argumentos, mas também possibilitam a exploração da influência mútua entre linguagem e relações de poder, movimento no qual o conceito de lugar de fala do feminismo negro se mostra especialmente pertinente, já que, como explica Ribeiro (2017),

. . . é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento,

¹⁸⁹ Original em inglês: Not only are the characteristics of languages influenced by (although not reducible to) social relations, but also, languages themselves influence those relations. Verbal communities, the collectivities that practice language, then, can be regarded as closely bound up with power relations.

além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora (p.26).

Ou seja, se trata de um conceito que adota, como uma de suas preocupações filosófico-políticas, a necessidade de explicitação de que “todos nós falamos a partir de um tempo e de um lugar específico, a partir de uma história e uma realidade específica” (Kilomba, 2010, p.31, tradução nossa¹⁹⁰). Suas discussões, ao assumir a mesma parcialidade do discurso que o comportamentalismo também parece assumir, compele a teoria a dar o próximo passo e afirmar, que “não há discursos neutros” (Kilomba, 2010, p.31, grifos nossos, tradução nossa¹⁹¹).

Desse modo, se até o momento têm sido discutidas algumas formas como as relações de poder informam, selecionam e fortalecem os discursos, situando-os de diferentes maneiras na matriz de dominação, esta parte do texto discutirá como, por sua vez, esses discursos multiplamente situados também agem nas relações de poder, atualizando-as no sentido de sua manutenção ou de sua desestabilização.

7.3.1. Os discursos do centro e a manutenção das relações de poder

Numa cultura hierarquizada, os contornos que as práticas verbais dos grupos que ocupam o centro adquirem não são apenas meros produtos da exposição às condições ambientais dessa localização específica. Eles são selecionados também pela sua *utilidade na manutenção e na ampliação dessas condições privilegiadas*. Dessa forma, muito daquilo que tende a ser julgado como individual, insignificante ou até neutro (como timbre e modulação da voz, frequência ou ausência de determinados termos, gestos e topografia dos diferentes operantes) provavelmente se repita no comportamento verbal de mais de um membro desse

¹⁹⁰ Original em inglês: we all speak from a specific time and place, from a specific history and reality - there are no neutral discourses.

¹⁹¹ Original em inglês: there are no neutral discourses.

grupo social ou comunidade verbal, produzindo uma série de consequências que mantêm tais semelhanças, mesmo que isso não seja discriminado verbalmente pelo grupo.

7.3.1.1. Não há topografia neutra no comportamento verbal

Aspectos topográficos como o tom de voz e as palavras utilizadas ao falar, quando são frequentes em pessoas de um grupo privilegiado, como o da classe alta, por exemplo, podem adquirir função de estímulos discriminativos para a ocorrência de certos tipos de comportamento por parte de outros grupos sociais. Assim, o uso de um determinado vocabulário e de uma determinada entonação podem funcionar como sinalizadores para que outras pessoas, também de classe alta, apesar de nunca ter sequer visto esse falante antes, o tratem da mesma forma que o fazem com seus pares, com os que compartilham a mesma localização social privilegiada. Assim, essas características garantem aos grupos hegemônicos o acesso a reforçadores reservados para eles em diversos contextos, mantendo, dessa maneira, o *controle desigual dos ambientes*. O mero “jeito” de falar de uma pessoa, por exemplo, pode garantir a ela um maior acesso a reforçadores sociais, como atenção e elogios, passando a ser aceita em determinados espaços e atividades. Mesmo sem ter feito nada por “merecer” aquele tipo de tratamento, a história do grupo social ao qual essa pessoa pertence a coloca nessa posição. Em outras palavras, é como se a topografia típica dos discursos das classes dominantes “abrisse portas” para determinados ambientes físicos, culturais e verbais e funcionasse como “palavras-chave” para “ativar” certas funções desses ambientes que estariam reservadas aos mais privilegiados.

Um exemplo disso pode ser o uso excessivo e desnecessário de palavras rebuscadas, frases subordinadas, angloamericanismos e latinismos ao escrever ou ao falar (Cruz, 2022). De forma geral, a aquisição desse tipo de repertório verbal costuma se dar em ambientes sociais privilegiados, como as universidades ou como certos círculos sociais, aos quais os

grupos sociais dominantes têm o acesso facilitado. Assim, a despeito da inegável utilidade da norma culta do português e do vocabulário abstrato para lidar efetivamente com o mundo, muitas vezes é apenas sua topografia a que está sendo selecionada, pois, numa cultura como a nossa, dentre suas funções práticas também se encontram a exploração desigual do ambiente e a subordinação de vários grupos de pessoas. “*Não há discursos neutros*”, nos lembra Kilomba (2010, p.31, grifos nossos, tradução nossa¹⁹²); “*a linguagem é também um lugar de luta*”, repete hooks (1989, p.16, tradução nossa¹⁹³). Por isso, topografias e operantes verbais, mesmo não tendo como única função a dominação, não podem ser separados da história dos ambientes culturais profundamente hierarquizados que os produziram.

No caso do comportamento verbal vocal, esses aspectos também podem vir acompanhados de um tom de voz suave e de uma cadência relativamente pausada, indicando “racionalidade”, “ponderação” e “neutralidade”, mesmo que esse não seja o caso. Quantas vezes não fomos interpelados por pessoas cuja forma de falar era extremamente calma, educada e prolixa, mas que, nas entrelinhas, estavam sendo profundamente grosseiras e arrogantes conosco, demonstrando que provavelmente estavam falando em estado emocional de raiva, mesmo que apresentassem as topografias supracitadas? São aspectos do comportamento verbal que, como quaisquer outros, por si sós, não têm necessariamente função de dominação. Contudo, quando são emitidos por determinados falantes e em determinados contextos, é comum que adquiram a função de manter a voz dos grupos dominantes numa posição vantajosa, autodeclaradamente neutra e, portanto, autorizada a exercer um controle desigual e opressivo mascarado de razão e imparcialidade. Assim, a “voz de ninguém” da qual fala Ribeiro (2017) também tem uma topografia específica, com uma

¹⁹² Original em inglês: There are no neutral discourses.

¹⁹³ Original em inglês: Language is also a place of struggle.

história e uma função determinada e, por isso, se faz necessário submetê-la, como a qualquer outra voz, ao escrutínio do olhar científico que historicamente tem a amparado e protegido.

Ao mesmo tempo, quando a interação se dá com membros de grupos subordinados, há grandes chances de que esses mesmos elementos funcionem, em conjunto com outros (como acontece com a cor da pele, os aspectos genderizados do corpo, ou o uso de certas roupas, joias, distintivos ou acessórios), como estímulos aversivos condicionados para essas pessoas, pois sinalizariam a possibilidade de punição para determinados tipos de ações ou, inclusive, para sua mera presença. Indivíduos de grupos subalternizados, em consequência, estarão mais predispostos a obedecer a mandos vindos de pessoas de grupos com mais poder, por exemplo. O caso desse operante verbal, em específico, por beneficiar mais o falante do que o ouvinte (Skinner, 1957), chama a atenção justamente para o papel da cultura em preparar determinados grupos de pessoas para obedecer, a despeito desse desequilíbrio nas vantagens da obediência. Nas palavras de Skinner (1957),

Caso o ouvinte não esteja já predisposto a agir, a probabilidade dele mediar um reforçador dependerá da efetividade da estimulação aversiva fornecida pelo falante. *Alguns ouvintes estão acostumados a receber ordens* em relação às quais já sentiram as consequências aversivas incondicionadas por não o terem feito, e [hoje em dia] respondem apropriadamente a mandos simples (pp.42-43, grifos nossos, tradução nossa¹⁹⁴).

Em ambos os casos, essa discussão também pode ser colocada em termos de *prestígio* ou *autoridade*. Pessoas vistas como “prestigiosas”, ou com como tendo algum grau de autoridade, normalmente costumam ser pessoas pertencentes a grupos dominantes ou que

¹⁹⁴ Original em inglês: If the listener is not already predisposed to act, the probability of his mediating a reinforcement may depend upon the effectiveness of the aversive stimulation supplied by the speaker. Some listeners are accustomed to taking orders they have felt the unconditioned aversive consequences of not doing so and respond appropriately to simple mands.

compartilham algumas características com elas, inclusive no tocante ao comportamento verbal. Essas características passam, então, a agir como estímulos discriminativos para determinados tipos de comportamento (como a obediência de mandos, por exemplo), sinalizando possibilidades de reforço para pessoas do mesmo grupo social privilegiado ou de grupos próximos (terem seus mandos reforçados), ao mesmo tempo em que sinaliza punição e restrições para pessoas de grupos marginalizados (caso eles não fornecerem os reforçadores especificados pelos mandos dessas figuras de autoridade, literal ou figurada). Se, para Skinner (1957), existe uma predisposição de certos ouvintes a obedecerem mais prontamente a ações verbais do tipo mando do que outros, e se, na nossa cultura, há grupos sociais com maior poder de punir e de controlar aversivamente o seu ambiente social de modo a organizar tais predisposições em pessoas mais vulneráveis, então a afirmação do autor de que há variáveis como “a entonação, o volume, ou outros indicativos de que o falante vai fornecer consequências aversivas” (Skinner, 1957, p.42, tradução nossa¹⁹⁵), que “entram no que é denominado de *autoridade* ou *prestígio* do falante” (Skinner, 1957, p.43, grifos nossos, tradução nossa¹⁹⁶) adquire nuances marcadamente políticas.

Há, dessa forma, pelo menos dois pontos a serem considerados nesta discussão: muitas das características encontradas com considerável regularidade nos discursos “do centro” estão diretamente relacionadas às condições de vida e aos diferentes ambientes aos que essas pessoas tiveram acesso. Porém, para além disso, ao tornarem-se estímulos discriminativos para a obtenção de reforçadores (muitos deles às custas da obediência, da marginalização e/ou da alienação de pessoas de outros grupos sociais menos favorecidos), sua emissão também passa a ser controlada por essas consequências reforçadoras. Ou seja, esses discursos passam,

¹⁹⁵ Original em inglês: The intonation, loudness, or other indication that the speaker will supply aversive consequences.

¹⁹⁶ Original em inglês: These variables enter into what is called the authority or prestige of the speaker

desse modo, a funcionar em prol da manutenção das condições privilegiadas e elitizadas que originalmente os produziram.

7.3.1.2. Mentalismo e imagens controladoras: culpabilizando os explorados para justificar e mascarar a exploração

Aspectos topográficos, apesar de participarem da lógica de dominação e exploração, são apenas uma das partes do comportamento verbal a ser levadas em consideração ao analisar os discursos hegemônicos e suas funções. Conceitos e teorias, por sua vez, também cumprem um papel importante nessa dinâmica, especialmente aqueles que são produzidos no centro da matriz de dominação (Carneiro, 2005; Collins, 1986, 2002/1990; Gonzalez, 1984; hooks, 1989, 1989/2015, 1991/1995, 1994; Ribeiro, 2017). Como as autoras do feminismo negro explicam, se um conjunto de pessoas se relaciona com determinados grupos sociais de modo hierarquizado, é muito provável que as descrições verbais que emergem dessas relações estejam sob o controle específico desse tipo de interação, as quais têm um caráter opressivo e explorador. Consequentemente, é também provável que tais descrições, longe de serem neutras ou passivas, sejam selecionadas justamente porque ajudam essas pessoas a manterem os reforçadores obtidos mediante a exploração e dominação dos seus semelhantes (Sá, 1978).

Tais descrições, que coincidem com as que as autoras do feminismo negro denominam de *imagens controladoras*, têm como função a *justificação e a perpetuação das relações desiguais de controle* e, por isso, é muito provável que estejam constantemente presentes nos discursos que se originam nas elites. No caso das mulheres negras, King (1973, como citado em Collins, 1986) explica que as “imagens controladoras da feminilidade afro-americana . . . têm sido centrais para a desumanização das mulheres negras e para a exploração do trabalho das mulheres negras” (p.17, tradução nossa¹⁹⁷). Como geralmente ocorre com os discursos

¹⁹⁷ Original em inglês: controlling images of Afro-American womanhood . . . have been central to the dehumanization of Black women and the exploitation of Black women's labor.

gestados por agências controladoras, as imagens controladoras também são especialmente úteis para *maskarar o modus operandi dos controladores*. Isso porque, ao *naturalizar condições oriundas de relações sociais desiguais*, conseguem desviar a atenção dos grupos sociais responsáveis por produzi-las e voltá-la para as vítimas desse processo, culpabilizando, assim, as exploradas e explorados por sua própria opressão e exploração. Nas palavras de Gonzalez (1984),

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que *todo mundo acha que é natural*. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque *ele tem umas qualidades que não estão com nada*: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, *é natural que seja perseguido pela polícia*, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, *tem que ser preso, naturalmente*. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, *naturalmente*, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. *Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados*. (pp.225-226, grifos nossos).

Outra função das imagens controladoras que povoam o discurso dos grupos do centro é o de *se blindar contra possíveis ameaças que o comportamento dos oprimidos e explorados possa apresentar* para eles. Por isso, assim que características indesejáveis (por serem ameaçadoras para as agências de controle) são identificadas nos grupos marginalizados, são rapidamente neutralizadas mediante discursos que as ridicularizam e as inferiorizam, tornando-as aversivas para os próprios indivíduos oprimidos e suas comunidades verbais. É uma estratégia quem, como exemplifica Collins (1990/2002) deixa tudo novamente “sob controle”, devolvendo as rédeas da situação às mãos das agências controladoras:

Muitas das imagens controladoras aplicadas às mulheres afro-americanas são, na verdade, *interpretações daqueles aspectos de nosso comportamento que ameaçam os arranjos de poder existentes* (Gilkes 1983a; D. White 1985). Por exemplo, mães fortes são ameaçadoras porque contradizem as definições predominantes de feminilidade. Ridicularizar mães negras fortes e assertivas ao rotulá-las como matriarcas representa um esforço para controlar uma dimensão do comportamento das mulheres negras que ameaça o status quo. As mulheres afro-americanas que valorizam esses aspectos da feminilidade negra são estereotipadas, ridicularizadas e caluniadas no conhecimento acadêmico (pp. 115-116, grifos nossos, tradução nossa¹⁹⁸).

Ao analisar as consequências que mantém essa presença constante de imagens controladoras nos discursos dos grupos dominantes, percebe-se que, de modo geral, obedecem a uma lógica paralisadora: não permitem que o oprimido se enxergue nas relações de poder, levando-o a procurar as causas de sua situação dentro dele mesmo, em suas próprias características, as quais muitas vezes foram também modeladas pelas agências controladoras e para o benefício delas. O movimento, nesse caso, é circular, e paralisa. E quando, pelo contrário, o oprimido exhibe características que destoam daquelas desejadas pelas agências, como no exemplo de Collins, os discursos dominantes as interdita e as usam como armas, invertendo a lógica e paralisando qualquer possível rebeldia. Trata-se de uma dinâmica que se aproxima muito dos *conceitos e teorias mentalistas* que são alvos de crítica do comportamentalismo radical.

Para Skinner (1953/2015, 1957), explicações mentalistas, seja de fenômenos verbais ou não-verbais, contribuem com um apagamento das relações contextuais de influência que

¹⁹⁸ Original em inglês: Many of the controlling images applied to African-American women are actually distorted renderings of those aspects of our behavior that threaten existing power arrangements (Gilkes 1983a; D. White 1985). For example, strong mothers are threatening because they contradict prevailing definitions of femininity. To ridicule strong, assertive Black mothers by labeling them matriarchs reflects an effort to control a dimension of Black women's behavior that threatens the status quo. African-American women who value those aspects of Black womanhood that are stereotyped, ridiculed, and maligned in scholarship.

dão forma aos fenômenos ao situá-los no interior de um indivíduo, o qual, por sua vez, passa a ser simultaneamente culpado e vítima de sua própria situação. Sendo assim, embora conceitos e teorias desse calibre tenham sido selecionados por apresentarem alguma utilidade, esta geralmente é teoricamente limitada (já que não considera o contexto mais amplo) e politicamente reacionária, pois coaduna com o discurso individualista que permeia grande parte das narrativas dos grupos dominantes. Nas palavras de Laurenti e Lopes (2022),

Nesse processo de “interiorização”, o indivíduo passa a ser considerado o único culpado quando não é capaz de resolver seus problemas por si próprio, fortalecendo-se a prática de “culpabilização da vítima”. Por outro lado, o sucesso é reconhecido como mérito individual, produto do esforço que independe de variáveis contextuais. O mito das causas internas está, portanto, na base do discurso da meritocracia (p.32).

Teorias e conceitos mentalistas, bem como imagens controladoras, desse modo, são comuns nos discursos hegemônicos tanto dentro quanto fora da academia, servindo como importantes ferramentas para fazer com que o sistema classista, racista, machista e colonialista continue funcionando exatamente da mesma forma. São, como afirma hooks (1989, 2015), autênticos processos de *colonização das mentes*, pois, como Holland (1978) afirma, “é especialmente importante para os de cima convencer os de baixo que sua condição é sua própria culpa” (p.170, tradução nossa¹⁹⁹). As essências ou causas internas que são supostamente responsáveis pela situação precarizada de grande parte da população, então, nada mais são do que discursos controlados pelas variáveis importantes para as comunidades verbais que detêm maiores quantidades de poder nesse contexto específico.

Seguindo essa lógica alienante, pessoas de grupos explorados terão seu comportamento verbal sistematicamente reforçado caso ele reproduza as imagens controladoras e as explicações mentalistas formuladas para mantê-las em perpétua posição de

¹⁹⁹ Original em inglês: it is especially important for those on top to convince those on the bottom that their plight is their own fault.

subordinação. Pessoas que se comportem verbalmente dessa maneira são, ainda, utilizadas ao mesmo tempo como “bandeiras” e como “escudos” das próprias estruturas de dominação. Servem como bandeiras ao serem colocados como exemplos do “oprimido perfeito” ou, nas palavras de Skinner, do “escravo feliz” (Skinner, 1971) que “entende” qual é o seu lugar, assumindo toda a culpa por ocupá-lo e exaltando uma suposta liberdade da qual, na verdade, não usufrui (Lopes et al., 2018). Indivíduos nessa posição constituem peças importantes no jogo da dominação, funcionando também como escudos para as agências controladoras, pois seus discursos (emprestados das classes dominantes) são especialmente efetivos em blindá-las daquelas críticas que mirem, apenas, nos controles opressivos mais diretos, explícitos e aversivos.

O conceito de lugar de fala, muitas vezes, vê-se preso nessa dinâmica desprovida de escrúpulos das agências controladoras. Mesmo sendo um conceito originado na crítica e no enfrentamento aos sistemas de dominação e exploração, justamente pela ameaça que isso representa para os grupos dominantes, tem sido vítima de diversas tentativas de cooptação. Nessas investidas, o lugar de fala é utilizado como uma forma de justificar a opressão de diversos grupos sociais na qual, graças a estratégias de controle social sutil e supostamente benevolente, “escravos felizes” defendem e justificam a própria exploração desde esse lugar de opressão.

Como vimos anteriormente, entretanto, mesmo que essas pessoas estejam, de fato, se comportando verbalmente, elas estão emitindo discursos que obedecem aos interesses das agências controladoras e não aos do próprio grupo social. Por não estarem falando criticamente sobre a própria realidade, encontram-se numa posição de alienação, de silêncio figurado, e não em um *lugar de fala* pois, como explica Ribeiro (2017), “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar” (p.69). Em casos como esse, as agências controladoras flexibilizam seus discursos cuidadosamente arquitetados como

“neutros” para trazer estrategicamente à tona conceitos como “lugar de fala” e, desse modo, fazer público que até os indivíduos mais oprimidos sob suas estruturas são, na verdade, livres e completamente responsáveis por sua localização social. Se trata de uma conveniente artimanha do centro para aproveitar a oportunidade de fortalecer sua posição e deslegitimar discursos rebeldes que estejam firmados no potencial emancipatório do conceito.

7.3.2. Os discursos da margem e a desestabilização das relações de poder

O comportamento verbal que se origina longe do centro, apesar de ainda encontrar-se dentro da lógica da matriz de dominação, é inegavelmente produzido sob condições distintas, em ambientes físicos, culturais e verbais diferentes, e por indivíduos com histórias de vida e com repertórios verbais e não-verbais inexoravelmente marcados pelas diversas intersecções das relações de poder. Quando as autoras feministas negras destacam o potencial dos discursos marginais para desestabilizar a matriz de dominação, elas não estão romantizando o comportamento verbal dos oprimidos e o elevando a algum patamar diferente que o torna automaticamente emancipador. Estão, pelo contrário, pautando-se em suas condições concretas, complexas e informadas pelas relações de poder para argumentar que são justamente essas dinâmicas as que produzem, na margem, consequências distintas das do centro.

As diferenças nas condições de produção das narrativas marginais em relação às hegemônicas podem organizar-se em pelo menos cinco eixos principais que sistematizam, ao mesmo tempo, suas potencialidades: 1) uma maior quantidade de variações comportamentais verbais; 2) variáveis controladoras divergentes das do centro; 3) a existência de uma série de comunidades verbais que compartilham condições parecidas de opressão e exploração; 4) maiores possibilidades de contracontrole político; e 5) uma maior amplitude da sensibilidade em relação ao centro e a outros grupos sociais. Vale lembrar, ainda, que os discursos apenas

podem ser considerados como tais por serem práticas verbais relativamente difundidas em pelo menos uma comunidade ou subcomunidade verbal. Continua se tratando, portanto, de uma discussão situada nos grupos, e não nos indivíduos, pois são as condições coletivamente compartilhadas e as trocas verbais convencionadas nessa comunidade que permitem a emergência de certas regularidades nos repertórios e nas interações verbais de seus membros às quais denominamos de narrativas ou discursos.

7.3.2.1. O potencial subversivo das contranarrativas marginais

As margens, a diferença do centro, são amplas, diversas e multiplamente atravessadas pelos eixos da matriz de dominação. Assim, apesar dos esforços de controle e normatização procedentes do centro, e de suas tentativas de invisibilização e silenciamento, é impossível eliminar a diversidade que reina no ambiente verbal e não-verbal das margens. Como explica Werneck (2009), mesmo que as vidas das mulheres negras estejam perpassadas por experiências semelhantes oriundas das relações de poder estruturais, elas não se constituem como um grupo social completamente homogêneo, já que o grupo social “mulheres negras” é apenas um recorte de algumas das regularidades que se observam em suas vivências. Essa diversidade para além das contingências compartilhadas, inclusive, é o que justifica, para a autora, a necessidade de uma luta social complexa com “articulações heterogêneas” (p.126).

Em suas palavras,

A trajetória das mulheres negras relatada de forma breve e perigosamente linear aqui não nos permite afirmar que houve qualquer espécie de continuidade histórica entre as diferentes organizações de mulheres negras que se desenvolvem no Brasil ao longo das diferentes fases da história do país, na segunda metade do século XX ou no século atual. Mas sim, que diferentes elementos circulantes e até então desconsiderados

estiveram à disposição, estabelecendo nexos entre diferentes momentos e sujeitos, permitindo variadas singularizações (Werneck, 2009, p.162).

Assim, mesmo em condições adversas de exploração e opressão semelhantes, mulheres negras e outros grupos sociais das margens têm criado *diversas estratégias de enfrentamento de suas respectivas situações*. A amplitude das margens permite a coexistência de um enorme leque de estímulos, os quais, mesmo com a interferência da matriz de dominação, afetam e são afetados diferentemente pelas pessoas de cada grupo e por seus respectivos repertórios múltiplos e interseccionados. A própria lógica de dominação, por ser interseccional, participa da multiplicação da complexidade e da diversidade das margens, mesmo isso não sendo uma consequência planejada nem desejada pelas agências controladoras. Comportar-se verbalmente num cenário tão rico e tão complexo em termos estimulacionais provavelmente fará com que aumentem as chances de ações verbais originais surgirem, variações estas que seriam menos prováveis de acontecer no centro da matriz, e que, na margem, têm a chance de serem selecionadas por suas consequências vantajosas para movimentos de resistência.

Variações são, na análise do comportamento, e principalmente numa interpretação pragmatista de seus pressupostos filosóficos, uma parte igualmente importante nos processos de produção e fortalecimento do comportamento. Isso porque, no modelo de variação e seleção pelas consequências, uma novidade apenas pode ser selecionada porque houve, antes, uma variação, e porque outras tantas não foram selecionadas (Lopes et al., 2018). O fato de não ter sido selecionadas por um determinado contexto, no entanto, não lhes resta importância ou potencial em outros possíveis contextos. Alguns repertórios presentes em pessoas de grupos marginalizados, por exemplo, não foram selecionados pelas contingências provenientes da matriz de dominação, mas sim pelas contingências da própria margem, que se constituiu como um contexto menos punitivo e com outros esquemas de reforçamento em

vigência. Assim, pessoas da classe trabalhadora que passam o dia em seus empregos no centro da cidade, por exemplo, estarão constantemente produzindo variações em seus repertórios verbais. Muitos deles não serão selecionados pelas empresas capitalistas, racistas e machistas do centro. Outras, no entanto, caso ocorrerem depois do expediente, no contexto familiar da periferia, por exemplo, poderão ser selecionadas por esse outro ambiente e nele ir-se fortalecendo até formar novos repertórios. Foi nesse tipo de “brechas” no controle da matriz de dominação que surgiram muitas manifestações artísticas e culturais que foram (e ainda são) importantes fontes de resistência dos grupos sociais subordinados. Em outras palavras, pode-se dizer que as margens são, também, um lugar de *criatividade* (Collins, 1990/2002, 1986; hooks, 1989; Ribeiro, 2017). Um exemplo de processos criativos marginais que se constituíram como contextos de resistência é, segundo Werneck (2009), o caso do samba no Brasil:

Muitas de nós concordamos, nos dias atuais, acerca da importância da cultura, em suas *possibilidades de organizar e mesmo normatizar a vida cotidiana das pessoas*. A partir do trabalho de diferentes mulheres negras em torno do *samba e seus produtos*, pude verificar a intensidade da circulação de conteúdos e formas de *crítica cultural e política*, de *confronto às hegemonias* de raça e gênero; de *afirmação e atualização da tradição*; de expressão e significado do corpo e seus elementos; de *ocupação de espaços públicos e privados*; de *nação, comunidade e povo*. Todos estes e outros elementos e discursos estiveram e estão presentes como parte das mensagens embutidas nas melodias, nos ritmos, nas letras, nas imagens que estas mulheres propagavam e propagam através de diferentes mídias (Werneck, 2009, p.160).

Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que essas diferentes possibilidades de seleção de variações comportamentais são potencializadas pelo *tipo diferente de controle* que rege o comportamento verbal e não verbal das pessoas da margem em relação ao controle que se

origina e que prevalece no centro. A matriz de dominação, por um lado, se caracteriza por exercer o tipo controle relativamente cristalizado das agências controladoras, que vão selecionar o comportamento verbal de seus controlados em função de seu próprio fortalecimento (Skinner, 1953/2015). Por outro lado, pode-se dizer que a margem apresenta controles mais difusos e menos centralizados, obviando, é claro, aqueles que emanam do centro. Tratam-se, então, de controles paralelos aos das agências controladoras que, apesar de menos fortes e organizados, ainda assim seriam capazes de influenciar o comportamento dos habitantes das periferias e selecionar variações passíveis de tornar-se parte de repertórios de resistência no futuro.

Estreitamente entrelaçada a essas possibilidades, encontra-se uma terceira diferença das margens em relação ao centro: suas comunidades verbais características. Fruto das interseções da matriz de dominação, as diferentes comunidades verbais que povoam as margens constituem-se como um contexto importante para os processos sociais e verbais que ali se dão, incluindo aqueles de resistência. O fato de tais comunidades estarem constituídas por pessoas que passam por experiências semelhantes em função de raça, classe e gênero (dentre outros) não as torna automaticamente ambientes para a produção de discursos emancipadores, mas fornece contextos compostos por pessoas que têm maiores possibilidades de serem afetados de formas semelhantes por determinados estímulos. Da mesma forma, são maiores as chances dessas pessoas agirem de maneiras parecidas em função de tais estímulos, dado que as consequências de suas ações provavelmente também apresentarão algum grau de regularidade. É provável, ademais, que essas pessoas estejam, com uma frequência relativamente parecida, em estados motivacionais e/ou emocionais de privação ou aversão, o que, por sua vez, também influencia as relações anteriores.

Tais semelhanças podem ser importantes na produção de discursos que se oponham aos controles opressivos porque há maiores chances de que consequências por eles produzidos

afetem o grupo todo, ou pelo menos grande parte dele, contribuindo com uma maior tendência de organização social e ação conjunta no futuro. É como se, nesse movimento, as regularidades que a matriz de dominação produz em prol do benefício próprio, permitissem o surgimento de comportamentos que não são favoráveis a ela.

Pode-se dizer, por outro lado, que comunidades verbais que são constantemente submetidas a controle aversivo, exibem maiores chances de produzirem comportamento verbal com função de *controcontrolar politicamente* o comportamento dos grupos que as oprimem e exploram. Isso porque, a diferença dos grupos sociais (e das comunidades verbais) do centro, os seus discursos não necessariamente funcionam no sentido de fortalecer as agências controladoras, o que dá espaço para que operem com outros fins, sendo o contracontrole político um deles. Esse tipo de contracontrole em específico pode ser definido como um “enfrentamento ou resistência aos controles instituídos, de modo que, se eficaz, . . . poderia conduzir a relações sociais mais equilibradas” (Santos et al., 2016, p.68).

Pensar em contracontrole político inclui, ademais, pensar na necessidade de que certos repertórios complexos sejam estabelecidos, como os de *autoconhecimento* e *autocontrole* (Santos et al., 2016). Isso porque, para afetar efetivamente agências de controle, é necessário contar com descrições verbais das contingências que estão influenciando o nosso comportamento (autoconhecimento), assim como com repertórios de manipulação do próprio comportamento (autocontrole) que possibilitem que os controlados fiquem sob controle de consequências reforçadoras a longo prazo, dado que normalmente o contracontrole nestes termos costuma primeiro intensificar a condição aversiva antes de atenuá-la ou eliminá-la.

Tais repertórios, por conseguinte, precisam de pelo menos uma comunidade verbal que os instale e os fortaleça, mesmo perante situações adversas ou pouco reforçadoras. Comunidades verbais da margem não necessariamente cumprirão esses requisitos apenas por compartilharem a mesma localização social. Contudo, só pelo fato de compartilharem os

efeitos do controle opressivo das agências de controle e por terem algumas contingências em comum, já apresentam chances maiores de virem a se tornar contextos para o contracontrole político do que as comunidades verbais opressoras, por exemplo.

Por outro lado, se o que caracteriza o contracontrole político é sua capacidade de provocar transformações que promovam, de fato, relações sociais menos hierarquizadas, isso significa que é necessário organizar um contracontrole capaz de atingir as agências de controle que organizam a matriz de dominação de modo efetivo, estrutural, o que somente pode ser feito de modo coletivo. Essa empreitada precisa ocorrer, segundo as autoras do feminismo negro, necessariamente no sentido “de baixo para cima” (Collins, 1990/2002; Crenshaw, 1989, 2002; hooks, 1989/2015; Lorde, 1984/2007; Ribeiro, 2017). Sob a lógica de que se as pessoas menos favorecidas, de cuja exploração dependem as melhores condições de muitos dos outros grupos, puderem afetar as estruturas de poder (de modo a diminuir consideravelmente ou eliminar o controle opressivo que as mantêm nesse lugar), é muito provável que grande parte dos outros grupos oprimidos também se beneficie desse movimento. Crenshaw (1989) ilustra essa proposta com a metáfora do porão. Nela, a autora descreve um porão fictício, o qual encontra-se cheio de pessoas de diferentes grupos marginalizados, empilhadas umas sobre os ombros de outras. As pessoas atravessadas por vários eixos de dominação ocupavam o fundo do porão, enquanto as pessoas que estavam no alto, com a cabeça encostando no teto, eram justamente as pessoas perpassadas por apenas um eixo de dominação. Esse teto, no entanto, nada mais era do que o chão de uma casa, na qual viviam as pessoas do centro da matriz de dominação, que não eram perpassadas por nenhum dos eixos da matriz de dominação e exploração. Segundo Crenshaw (1989), um alçapão é construído e, “num esforço para corrigir alguns aspectos da dominação, aqueles acima do teto deixam sair somente quem pode dizer que ‘não fosse pelo teto’, também estaria no cômodo

superior” (p.151, tradução nossa²⁰⁰). Assim, mesmo com o alçapão aberto, quem sai do porão são somente grupos que não estão tão distantes do centro de poder; para grupos multiplamente marginalizados, as opções que restam são ficar no fundo indefinidamente ou se esgueirar, de modo individual, entre as outras pessoas para tentar a sorte. Se, nesse cenário, explica a autora, as pessoas mais desfavorecidas (as que ficam no fundo do porão, abaixo de todo mundo) conseguirem conquistar as condições necessárias para passar pelo alçapão, significa que todas as outras pessoas acima delas também conseguirão passar. Em vista disso, caso grupos de pessoas em condições muito desvantajosas sejam bem-sucedidos no contracontrole político dos grupos dominantes, isso seria vantajoso para todos os outros grupos subordinados, incluindo aqueles não tão desfavorecidos. Em outras palavras, um contracontrole político orquestrado desde “os fundos do porão” teria consequências mais amplas do que se organizado desde outros pontos mais acima.

Um quarto aspecto que converte os grupos sociais das margens em contextos mais prováveis de produzirem discursos subversivos é o fato de seus membros terem mais probabilidades de apresentar *sensibilidades mais amplas*, pois, para o comportamentalismo radical, histórias comportamentais diferentes produzem sensibilidades diferentes (Fernandes, 2021; Lopes et al. 2018), ou seja, capacidades e padrões distintos em que somos afetados pelo mundo. Assim, pessoas para as quais o sofrimento do outro seja uma variável relevante, por exemplo, serão afetados caso vejam outra pessoa sofrendo, circunstância que se tornará um contexto para possíveis ações em relação a ela.

Desse modo, quando hooks (1989) explica que “o centro é cego”, mas que as margens conseguem “ver o centro”, pode-se entender que a localização social que informa as histórias comportamentais das pessoas de grupos dominantes não as torna sensíveis ao próprio lugar na matriz de dominação. Por isso, muitas vezes, esses grupos veem a si mesmos e aos seus

²⁰⁰ Original em inglês: In efforts to correct some aspects of domination, those above the ceiling admit from the basement only those who can say that "but for" the ceiling, they too would be in the upper room.

próprios discursos e características como sendo neutros, não-localizados, nem marcados pela matriz de dominação. Isso ocorre porque, devido às condições privilegiadas de seu lugar social, discriminar tais variáveis não se tornou relevante para sua comunidade verbal, acarretando na produção de uma linguagem que não as nomeia.

Contudo, hooks (1989) argumenta que a matriz de dominação, apesar de funcionar em benefício desses grupos, não deixa de marcá-los. Assim, se os grupos explorados são as margens, os grupos dominantes são o centro. Esse centro cego, porém, somente é visto desde fora, desde as margens que ele explora. Isso porque, diferente do que ocorre com os grupos dominantes, para os grupos subordinados é de extrema importância saber exatamente quem é esse centro, qual é a cor de sua pele, qual seu gênero e classe social, como ele opera e onde ele fica. Essas variáveis, por serem relevantes para as comunidades verbais marginais, passam a ser discriminadas verbalmente e incorporadas em seus discursos. Discursos estes que, por sua vez, delineiam suas sensibilidades num processo que resulta em sensibilidades geralmente mais amplas e acuradas em relação ao centro do que ele próprio

Ao pensar na produção de discursos subversivos e efetivos o suficiente para enfraquecer a matriz de dominação, o fato de possuir uma sensibilidade alargada, que inclua tanto o centro de poder quanto outros grupos sociais (num sentido semelhante à metáfora do porão de Crenshaw) parece tornar as margens um contexto mais provável do que o centro para a possível emergência de discursos capazes de desestabilizar as estruturas de dominação. Em conjunto com uma maior diversidade de variações, e contando com comunidades verbais compostas, em sua maioria, por controlados e controladas, pode-se entender que a margem é, nas palavras de hooks (1989), “muito mais do que um lugar de privação . . . é também o lugar da possibilidade radical, um espaço de resistência” (p.20, tradução nossa²⁰¹).

²⁰¹ Original em inglês: Much more than a site of deprivation . . . it is also the site of radical possibility, a space of resistance.

7.4. Do silêncio à voz própria: o lugar de fala como a construção coletiva de comunidades verbais marginais

Os discursos que grupos sociais marginalizados produzem a respeito de si, sob controle de reforçadores alternativos àqueles fornecidos pela matriz de dominação, são o que as autoras do feminismo negro denominam de *autodefinições*, podendo ser apontadas como um exemplo de contranarrativa marginal com potencial subversivo. Amparadas no grupo, as autodefinições tratam-se de discursos que se opõem, na arena discursiva, às imagens controladoras. Elas reivindicam não apenas uma outra descrição verbal a respeito dos grupos marginalizados (a qual pode ter efeitos práticos nas vidas das mulheres negras e de outros grupos) mas, principalmente, as condições e o direito dessas pessoas se definirem, tomando assim as rédeas da própria humanidade.

Uma autodefinição, por si só, não tem a capacidade nem a pretensão de enfraquecer a matriz de dominação de forma significativa. A discussão do lugar de fala, porém, busca direcionar a atenção mais para os processos que possibilitaram a produção dessa autodefinição do que para o produto em si (apesar de que ele é também importante). Em primeiro lugar, para autodefinir-se, grupos marginalizados precisam de um contexto que assim o permita. Ou seja, precisam de, pelo menos, uma comunidade verbal cujos controles não coincidam com aqueles da matriz da dominação, sendo capaz, dessa forma, de produzir e selecionar variações em função de necessidades próprias – e não daquelas ditadas pelas agências controladoras. Como explicam López et al. (2023) ao discutir os pré-requisitos para um controcontrolo feminista efetivo, é necessário, ainda, que essa comunidade esteja preocupada com ensinar autoconhecimento e autocontrole a seus membros, de modo a capacitá-los para exercer o contracontrole político, pois o próprio movimento de construção de comunidades verbais marginais, por ser uma afronta à matriz de dominação, pode acarretar punição ou, no mínimo, perda de reforçadores.

Além de ensinar seus membros a se comportarem em função de consequências a longo prazo, López et al. (2023) também apontam que é importante que a comunidade verbal forneça reforçadores positivos, mesmo que arbitrários, de modo a poder instalar e manter certos repertórios comportamentais que, de outro modo, não serão reforçados pelas agências de controle. É necessário, ainda, que essas comunidades permitam analisar as contingências que estão controlando o próprio comportamento, identificando controles opressivos e estabelecendo seus próprios critérios de avaliar a seu comportamento e o de outros, de modo a não ficarem reféns de imagens controladoras ou outros mecanismos de dominação. É necessária, em outras palavras, uma comunidade verbal alternativa. Nas palavras de Sebastião (2010),

Inserida no contexto das lutas por hegemonia entre o movimento de mulheres negras e o movimento feminista tradicional, a *produção discursiva das organizações de mulheres negras* ressignificam as experiências do gênero feminino e do imaginário sobre a mulher afrodescendente. Para isso, fazem uso das *perspectivas do grupo, acumuladas ao longo da história* que vem dando vida aos propósitos do feminismo negro (p.76).

Percebe-se, assim, que a possibilidade de grupos historicamente oprimidos e explorados falarem por si próprios e de maneira crítica sobre a própria realidade – ou seja, discriminando os controles opressivos que governam seu comportamento – passa por um processo de luta coletiva não apenas por reconhecimento, mas também por uma redistribuição do acesso a reforçadores (López et al., 2023). Desse modo, diferente de interpretações individualistas do conceito, o lugar de fala unifica uma denúncia das condições desiguais de produção de discursos, entendendo que grande parte de nossa humanidade é perpassada pelo comportamento verbal, o qual é produto e produtor de nossa realidade. Por isso, sua produção

de modo autônomo e emancipador somente pode se dar em relações mais horizontais e justas, as quais apenas podem ser alcançadas num esforço coletivo, organizado e consciente.

8. Conclusão

Esta aproximação comportamentalista ao conceito feminista negro de lugar de fala pode ser descrita, antes de mais nada, como um grande desafio. Um desafio que, de maneira muito comportamentalista, não deixa impune nenhuma das três histórias que possibilitam (e que limitam) esta discussão. Em primeiro lugar, o conceito olha bem nos olhos da análise do comportamento, prescrutando-os em busca da abertura e da sensibilidade necessárias para que ela olhe de volta, sem as lentes opacas que herdou da modernidade e que às vezes ainda carrega. Não se trata de um conceito tradicional, nem na sua história, nem no modo como chegou ao mundo acadêmico: na boca e na ponta dos dedos de pessoas negras, de mulheres, de estrangeiras, de pessoas com sexualidades dissidentes e de professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores, que transitam nas margens das teorias e das universidades.

Não se trata de um conceito claramente delimitado. Seu uso, que rapidamente transpassou os limites das redes sociais e que foi testando a permeabilidade de vários contextos, nem sempre é coerente ou efetivo, suscitando críticas e resistências muitas vezes justificáveis. Suas origens, longe do centro branco e letrado, não incomodam só por serem distantes e menos documentadas. E seus efeitos não assustam apenas porque há quem use o conceito em prol do individualismo e do reformismo. Incomodam, outrossim, porque o conceito de lugar de fala justamente nasceu da crítica a toda a estrutura onde hoje esses olhares se encontram. Incomodam porque questionam não só os discursos impressos nos livros e textos, mas também nossa prática e nosso papel na arena discursiva. É um conceito que, ao nos encontrar, nos avisa, na voz aguerrida da bell hooks, que “a linguagem é também um lugar de luta”, para imediatamente nos fazer várias perguntas. E perguntas, como Skinner explica, sempre contém elementos de aversividade. Como nosso comportamento verbal está participando nessa luta (já que não participar não é uma opção)?, nos questiona o conceito. De

onde ele parte? A quem ele serve? De que maneiras ele direciona nosso olhar? O que ele nos permite ver e o que ele torna invisível? O que ele chama de digno ou de indigno, de objetivo ou de subjetivo demais? Como nossas sensibilidades são moldadas por ele? E quantas existências cabem nessa sensibilidade? É um olhar muito perspicaz esse do conceito, capaz de enxergar e até de medir silêncios. Por isso, também nos pergunta: O que os nossos silêncios calam? Será que sequer percebemos que estão ali? E a ciência que estamos fazendo, por quais silêncios ela é responsável? O que ela está (nós estamos) fazendo a respeito? São perguntas que nos obrigam a olhar para nós e para nossa práxis científica, nos fazendo ver coisas que antes não víamos e fazendo com que nos importemos com coisas que antes talvez não tínhamos a sensibilidade para nos importarmos. É um olhar que, se reparamos com calma e atenção, não culpabiliza, mas redistribui responsabilidades, nos chamando para a ação e para a mudança. E isso também incomoda.

Este estudo não teve a pretensão de responder todas as perguntas suscitadas pelo encontro entre o lugar de fala e o comportamentalismo radical. Procurou, no entanto, explicitá-las e mantê-las presentes ao longo do trabalho, permitindo que o desconforto fizesse parte e servisse como um termômetro no processo de esboçar alguns caminhos.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho originou-se dos primeiros desconfortos e perguntas que surgiram ao propor um diálogo entre o comportamentalismo radical e o conceito de lugar de fala: ao que o conceito se refere exatamente? Há uma definição delimitada dele? Há material na literatura acadêmica que possa responder essas perguntas? Seguindo o caminho traçado por tais questionamentos, foi realizado um mapeamento dos usos e definições do conceito de lugar de fala na literatura acadêmica, o qual mostrou que, ao menos até o ano de 2020, o conceito tinha sido incorporado nessa literatura, porém de forma pontual e pouco delimitada. Além disso, o conceito apresentou diferentes usos, filiados a pelo

menos quatro campos de investigação diferentes: o feminismo negro, os estudos decoloniais, a sociologia dos produtos da comunicação e a pedagogia institucional.

Nesse cenário, o feminismo negro mostrou-se especialmente amplo, abarcando diversos aspectos do conceito que eram comuns a vários dos outros campos de investigação que fazem uso dele, com destaque para os estudos decoloniais e a sociologia dos produtos da comunicação. Essa primeira parte da investigação mostrou que o conceito tem, de fato, penetrado na cultura acadêmica e no pensamento científico, mesmo que de forma incipiente. Apontou também para vários referenciais teóricos que dão contornos ao conceito, revelando os elementos necessários para uma investigação sistemática de suas origens e princípios, que foi executada no capítulo dois.

Um estudo dos pressupostos teórico-filosóficos do conceito de lugar de fala no feminismo negro e sua conseqüente delimitação expõe sua vinculação a uma série de princípios filosóficos, como o relacionismo, contextualismo e o pluralismo. Ademais, também evidencia que ele assume um conjunto de compromissos sociais, como a luta pela construção de um mundo mais igualitário, com relações menos hierarquizadas e na qual todos e todas contem com as condições necessárias para poderem ostentar autonomia discursiva. Outro aspecto evidenciado no conceito de lugar de fala foi seu caráter grupal e social, que é, ao mesmo tempo, não-relativista. A localização do discurso ocorre a partir da existência de condições semelhantes compartilhadas pelo grupo do qual se faz parte e o qual nos ensina a falar e a pensar, e é justamente essa localização grupal que vai definir certas funções desses discursos, não permitindo que sejam intercambiáveis ou que lhes seja atribuído sempre o mesmo valor. Essa constatação tampouco permite filiar o conceito a usos ou interpretações individualistas sem ferir sua própria definição e arcabouço teórico-filosófico. E nesse mesmo sentido, o conceito rejeita abordagens políticas reacionárias e reformistas aos problemas por ele apontados. Dado que ele identifica que a exploração e dominação de uns grupos em

detrimento de outros se dá no nível estrutural, também entende que a solução somente pode ser delineada de maneira coletiva, organizada e consciente, pois indivíduos isolados não constituem ameaças reais para a matriz de dominação.

Afastando-se do individualismo, e diferente do que as críticas comumente apontam, o conceito de lugar de fala defende o diálogo e as alianças intergrupais e intragrupos, pois entende que a construção de uma resistência verdadeiramente efetiva passa, necessariamente, pelo reconhecimento das diferenças e das dinâmicas de poder que ocorrem *nos* próprios movimentos sociais, assim como pela sua adequada abordagem dialógica. O movimento que o conceito propõe, portanto, não é o de se fechar em si mesmo com base nas diferentes identidades que são produzidas pelos eixos entrelaçados da matriz de dominação. Pelo contrário: se trata de um movimento de explicitação dos grupos que *já existem* em função dessa dinâmica violenta, e da utilização das especificidades que assim são criadas contra sua fonte: as estruturas de poder. O objetivo é o de construir coletivamente novos parâmetros para que o diálogo possa efetivamente acontecer já que até o momento, a relação entre grupos dominantes e grupos marginais tem sido de objetificação e alienação, condições sob as quais, por mais que se tente fazer parecer diferente, não é realmente possível estabelecer um diálogo justo com outros grupos sociais.

Assim, o conceito demonstrou ter bases filosóficas e teóricas sólidas que possibilitam o estabelecimento de uma discussão científica e, mais especificamente, de uma interlocução com os princípios do comportamentalismo radical. O seguinte passo foi avaliar o alcance de uma abordagem comportamentalista do discurso nessa empreitada, avaliação esta que foi orientada também por algumas perguntas: as bases para o entendimento do discurso de ambas as propostas são compatíveis? O comportamentalismo radical tem a capacidade de explicar fenômenos tão complexos como os verbais? A teoria também faz uma análise política do assunto?

A abordagem skinneriana do comportamento verbal apresenta-se, em termos teórico-filosóficos, como uma teoria compatível com a noção de discurso do feminismo negro, na qual assenta-se o conceito de lugar de fala. Sua definição do comportamento verbal (seja no sentido individual da fala, ou no sentido de um conjunto de práticas verbais grupais relativamente coesas e disseminadas no grupo, como é o caso das narrativas ou discursos), inevitavelmente arrasta a discussão para o campo das relações terrenas, o que deriva em explicações contextualistas que se contrapõem a noções essencialistas e mentalistas de discurso. Ao mesmo tempo, o entendimento do comportamento verbal como fruto de três histórias de variação e seleção configura o discurso como um processo multidimensional cuja dinâmica é tão complexa que precisa ser analisada em diversos níveis (orgânico, individual e cultural). O resultado é uma descrição do ser humano (e dos seus discursos) em termos de pontos de convergência de distintas variáveis derivadas dessas três histórias, a qual parece se aproximar muito ao pensamento interseccional que embasa o lugar de fala, sinalizando, assim, mais uma importante compatibilidade entre as propostas teóricas.

Além disso, o caráter relacional e contextual da concepção de comportamento verbal skinneriana distancia-se das noções tradicionais de discurso, cujo caráter essencialista e mentalista tem servido às estruturas de dominação disseminando e fortalecendo explicações individualistas e cristalizadas dos fenômenos discursivos, as quais retiram o foco das causas contextuais e, assim, isolam, culpabilizam e alienam os grupos oprimidos, de modo a mantê-los em sua posição de subalternos. Na contramão disso, o comportamentalismo radical consolida-se como a filosofia de uma ciência do comportamento contracultural (Laurenti & Lopes, 2022), a qual parece estar em consonância com os objetivos rebeldes do conceito de lugar de fala, pois ambos estão preocupados em proporcionar ferramentas de desvendamento dos controles sociais opressivos que estão em jogo nos embates discursivos, colocando-se, assim, a serviço dos controlados e não dos controladores.

Por outro lado, alguns questionamentos mantêm-se pertinentes. Destaca-se, especialmente, a notória escassez de questões políticas na discussão do comportamento verbal. Apesar de, vez ou outra, aparecerem vislumbres dessa dimensão no texto skinneriano, de modo geral, o comportamento verbal é abordado de um modo praticamente neutro, o que parece inconsistente inclusive com o próprio comportamentalismo radical e sua abordagem multidimensional dos fenômenos humanos. Há silêncios na teoria nesse sentido, silêncios estes que, de modo geral, têm passado despercebidos. O conceito de lugar de fala, contudo, está ancorado, justamente, no objetivo de identificar esse tipo de silêncios, tanto em indivíduos e em grupos de pessoas, quanto em teorias e outros discursos. Por isso, ao confrontá-lo com a análise do comportamento, essa é uma das principais questões que vem à tona. Será que, apesar desse silêncio, a análise do comportamento é capaz de dialogar com um conceito que defende uma abordagem tão declaradamente política do discurso? Ela é capaz de construir explicações que comportem a complexidade e a especificidade dos fenômenos descritos pelo lugar de fala? E mais, é possível construir uma interpretação conjunta deles, de maneira colaborativa e dialógica? O conceito de lugar de fala parece contar com uma série de contribuições relevantes para enriquecer a discussão do comportamento verbal. Mas e o contrário, também se aplica? Há vantagens, nesse diálogo, para o conceito de lugar de fala e para o feminismo negro de modo geral, ou se trata de uma relação desequilibrada, unilateral?

A timidez com a qual a face política do comportamento verbal tem aparecido nas discussões skinnerianas tem gerado um desequilíbrio entre as histórias de variação e seleção das quais ele é produto, resultando numa abordagem muito mais operante do que cultural desse tipo de comportamento. Nesse cenário, a noção de discurso ou narrativa mostra-se útil, já que, ao referir-se a um conjunto de práticas verbais aceitas e difundidas no grupo, direciona a atenção para a comunidade verbal e para as variáveis históricas e políticas que informam suas práticas e, com isso, destaca que discursos e relações de poder são indissociáveis e estão

constantemente em um processo de retroalimentação. Sendo assim, pode-se dizer que, ao trabalhar em conjunto, a análise política e interseccional que embasa o conceito feminista negro de lugar de fala contribui com um maior entendimento da tensão existente entre o comportamento verbal (esfera individual) e a linguagem (esfera cultural e política), enquanto as ferramentas teórico-conceituais de uma ciência do comportamento humano permitem explicar, de modo contextual e relacional, o funcionamento dos processos discursivos em vários níveis de análise: filogenético, ontogenético e cultural.

Partindo do princípio de que discursos e silêncios são situados, identificaram-se pelo menos nove maneiras em que o comportamentalismo radical situa o comportamento verbal, obedecendo uma dinâmica interdependente e interseccional: em ambientes físicos, verbais e culturais, nas comunidades verbais, nas audiências, nos organismos, em estados motivacionais e emocionais, em agências de controle, nas histórias individuais e na interação verbal em questão. Em primeiro lugar, os discursos estão localizados em seus ambientes físicos imediatos, os quais, devido a uma distribuição desigual do mundo em função de variáveis de classe, raça e gênero, não são os mesmos para todos, havendo grupos sociais com menor ou maior acesso que outros que, então, afetarão os diversos aspectos de seu comportamento verbal.

Mudanças significativas nas hierarquias que invisibilizam e silenciam grupos inteiros de pessoas em detrimento de outras, dada a lógica estrutural de dominação na qual estamos inseridos, somente são possíveis mediante esforços coletivos, organizados e conscientes. Uma investigação da face política do comportamento verbal corrobora as análises elencadas pelo pensamento feminista negro ao afirmar que discursos que partem de posições privilegiadas têm maiores chances de agir no sentido da manutenção das relações de poder existentes. Grupos da margem, no entanto, por não serem os beneficiários dos reforçadores e privilégios especiais fornecidos pelas agências de controle, apresentam maiores chances de emitir

discursos que a elas se oponham. A localização marginal, apesar de não gerar automaticamente uma consciência discursiva crítica, apresenta algumas potencialidades que aumentam as chances de ser contexto para a produção de contranarrativas subversivas, capazes de desestabilizar a matriz de dominação.

Conforme informam as autoras do feminismo negro, para construir lugares de fala são necessárias comunidades verbais cujas práticas não coincidam com aquelas das agências controladoras, e cujas condições e contextos permitam o estabelecimento de relações críticas e organizadas para o enfrentamento das estruturas. Por isso, torna-se necessário um movimento de redistribuição dos ambientes e seus reforçadores, de modo a criar condições para a superação dos silêncios (literais e figurados) que têm sido historicamente impostos. É nessa direção que o conceito de lugar de fala aponta: a de abandonar o lugar do silêncio que lhes é imposto a tantas pessoas para, coletivamente, construir lugares e relações mais horizontais nas quais uma maior quantidade de pessoas possa, de fato, falar.

Uma análise em tais termos mostra que o conceito de lugar de fala não advoga por um silenciamento ou por uma inversão dos polos da fala, e sim pela reivindicação de humanidades que têm sido usurpadas quando algumas poucas elites organizadas monopolizaram os direitos de definir o mundo. Ao lutar por recuperar as possibilidades concretas de autodefinir-se a partir de uma consciência crítica contextualizada no grupo, grupos marginalizados que não eram permitidos de falar a não ser que fosse com a voz do opressor, estão rejeitando o papel de objetos definidos de “cima para baixo” e apossando-se do papel de sujeitos, capazes de falar e de definir-se por si mesmos.

Uma análise mais detalhada dos processos discursivos e suas localizações, procurando incluir as diferentes dimensões que constituem parte importante de qualquer comportamento humano, mostra, de forma enfática, que a parcialidade é, de fato, uma característica inerente a todos os discursos. Contudo, tanto o pensamento feminismo negro quanto uma interpretação

pragmatista dos pressupostos filosóficos da análise do comportamento parecem, além de corroborar essa afirmação, aceitá-la com bastante naturalidade e confirmar não apenas a viabilidade de fazer uma ciência que assume a parcialidade dos discursos, mas também as vantagens de optar por esse caminho, bem como as incoerências e perigos de escolher o caminho contrário.

Na contramão disso, o pluralismo foi incorporado na discussão como uma proposta alternativa de fazer científico que, partindo de uma visão contextual e relacionista do mundo e do ser humano, não só admite a possibilidade de que a práxis científica possa ser simultaneamente parcial e objetiva, mas que também abraça essa parcialidade como uma ferramenta de ampliação do escopo das teorias científicas, argumentando que estas podem se beneficiar do encontro e do diálogo com outras parcialidades que as complementam ou as questionam. Desse modo, a objetividade, nesta discussão, não somente é resgatada do discurso dos grupos hegemônicos que têm como costume equipará-la a palavras de caráter dogmático como Verdade ou Autoridade, mas também é reposicionada como bússola de uma ciência que admite tanto a variação como a regularidade, e que olha com lentes críticas tanto o diferente quando o velho conhecido, disposta a interrogá-lo e a abandoná-lo caso não se prove mais útil. Além disso, a assunção e explicitação da parcialidade no processo de produção de conhecimento científico pode ser entendida como mais uma importante ferramenta para o exercício da honestidade intelectual ao contribuir com uma melhor instrumentalização da comunidade científica para o exercício de avaliação crítica desse conhecimento. Ou seja, as discussões levantadas pelo conceito de lugar de fala não somente não são antagônicas à objetividade científica, mas a complementam e a fortalecem, servindo para aprimorar o já existente *modus operandi* da ciência ao mesmo tempo em que ajudam a mantê-la alinhada com o compromisso social de construir um mundo melhor para a maior quantidade de pessoas possível.

Este trabalho dialógico entre o comportamentalismo radical e feminismo negro iniciou-se buscando uma aproximação em que estivessem presentes as relações de poder envolvidas nesse movimento, e mirou na abertura de uma postura pluralista que entende que o rigor científico não se dissocia da sensibilidade e não é inimigo da parcialidade. Por isso, foi uma aproximação que não só permitiu, como também explorou os sentimentos de desconforto e de alegria que surgiram durante o desenvolvimento do trabalho. Nesse cenário, teorias de origens tão distintas, mas com pressupostos filosóficos semelhantes, pareceram funcionar de uma forma complementar. Por um lado, a sensibilidade política do pensamento feminismo negro, informada pela sua própria parcialidade, ajudou a preencher os silêncios a respeito da dimensão política do comportamento verbal decorrentes da localização da qual surge o comportamentalismo radical. Por outro lado, a discussão do lugar de fala à luz do comportamentalismo radical contribuiu com uma explicação científica e não-mentalista de uma série de processos para os quais o conceito chama a atenção. Tal movimento pode ser entendido como um passo que abre caminhos para uma maior exploração desses processos sob uma ótica que tem a potencialidade de aumentar a efetividade das propostas de transformação social do feminismo negro evitando dificuldades comuns a propostas de psicologia alinhadas ao mentalismo, essencialismo e positivismo (Laurenti & Lopes, 2022). Nesse processo de serem examinados por duas parcialidades de origens e histórias diferentes, velhos fenômenos adquiriram novos contornos, produzindo explicações cujas novas nuances e maior complexidade parecem dialogar melhor com as contingências das quais os recortamos

Apesar dessas contribuições mútuas, os benefícios dessa interlocução ainda parecem inclinar-se mais para o lado do comportamentalismo radical do que para o do feminismo negro. O comportamentalismo radical, ao ser interpelado pelo conceito de lugar de fala, ganhou em complexidade, escopo e inclusive em coerência em relação a seus pressupostos filosóficos e a seu compromisso político-social. Isso porque as lacunas apontadas nesse

diálogo evidenciam, por um lado, a relação intrínseca entre comportamento verbal e relações de poder, ao mesmo tempo em que, por outro, explicitam o fato dessas noções terem caminhado de formas relativamente paralelas, raramente tocando-se e, quando isso acontece, entrelaçando-se de modo pontual. Continuar discutindo conceitos oriundos do campo verbal (cuja explicação necessariamente precisa incluir variáveis de cunho político) apelando quase que exclusivamente para variáveis ontogenéticas e, portanto, individualistas, afasta o comportamentalismo radical de seu potencial contracultural e da luta por um mundo mais igualitário. Da mesma forma, isso também dificulta a aproximação com movimentos sociais e/ou outras teorias que compartilhem desse mesmo objetivo e que poderiam se beneficiar de ferramentas e noções comportamentalistas. A promoção, nas comunidades verbais de analistas do comportamento, de um olhar político sobre o comportamento verbal, bem como de discussões sobre o papel do comportamento verbal nos processos políticos pode, portanto, aumentar as chances de parcerias desse tipo acontecerem, ao mesmo tempo em que contribui com a amenização do desequilíbrio entre os níveis de análise ontogenético e cultural que, muitas vezes, observa-se nas discussões analítico-comportamentais sobre comportamento verbal.

Dado o escopo deste trabalho, a exploração do território político do comportamento verbal é ainda limitada e precisa de maiores discussões, de modo a ser aprofundada, ampliada e complementada com outras vozes que possam continuar a trilhar este caminho em conjunto, testando suas fronteiras, sua solidez e sua aplicabilidade. Além disso, e em relação a esta última opção, novas pesquisas poderiam sondar as possibilidades de aplicação de ferramentas do comportamentalismo radical, especialmente daquelas relativas ao terreno verbal, com vistas a contribuir de maneira prática com movimentos sociais e/ou outras iniciativas engajadas numa transformação social radical. Trabalhos nesse sentido poderiam propiciar um maior equilíbrio na interlocução entre feminismo negro e comportamentalismo radical, por

exemplo, pois trabalhariam em prol de testar e socializar a aplicabilidade de ferramentas técnicas e conceituais com as quais a análise do comportamento conta.

Por outro lado, a complexidade da matriz de dominação e a infeliz diversidade dos modos em que os seres humanos são explorados, oprimidos e silenciados, assim como a localização da autora e de sua comunidade verbal nessas relações de poder, também foi um fator limitador neste estudo. Reconhecendo isso, futuros trabalhos podem explorar aquelas dinâmicas do comportamento verbal em relação aos eixos de dominação que não foram aqui abordados, assim como as interseccionalidades com um ou vários eixos, presentes ou não neste texto.

De modo geral, incluindo limitações e possíveis caminhos, tanto o percurso quando os resultados deste trabalho apontam que o que parecia ser uma dupla teórica improvável se mostrou promissora complementar, incomodando-se e instigando-se mutuamente num grau científica, teórica e humanamente produtivo. A linguagem é mesmo um lugar de luta. Também de medos e de silêncio. Pode ser, porém, também um lugar de perguntas, de diálogo, de recalibragem e de parcerias.

Algumas palavras sobre a voz que escreve

As perguntas e o desconforto plasmados neste trabalho, são, sem sombra de dúvidas, as mesmas que me perpassaram mesmo desde antes do início formal deste estudo. Iniciaram como faíscas, pequenas e intrigantes, e foram crescendo e ganhando em peso e em magnitude quando me detive para enfrentá-las com calma e com rigor científico. Mesmo não fazendo isso sozinha, teve momentos em que as senti grandes demais para mim e para os meus esforços, me vi engolida por elas. Houve muitas dúvidas, paralises e também muito medo. Fui confrontada por elas não apenas no campo teórico, mas também no pessoal. Quem sou eu? Qual é o meu papel nisso tudo? O que estou fazendo com as minhas palavras, com meus estudos? É esse o caminho? Devo parar? Devo continuar? Estou sendo parte do problema ou parte da solução?

Mas a investigação desse diálogo também me trouxe algumas respostas, ou pelo menos esboços delas. Me mostrou caminhos que jamais poderia ter imaginado, mas que foram ganhando sentido conforme eu ia sendo transformada pelo próprio trabalho de pesquisar. Diversas vozes (algumas conhecidas e muitas que nunca tinha ouvido antes) foram testando e ampliando os limites da minha sensibilidade, me fazendo tomar consciência da localização, não só do meu corpo, mas também de meus múltiplos repertórios interseccionados, verbais e não verbais. E eu, sendo uma mulher branca, estrangeira e de classe trabalhadora, que teve o privilégio de aprender inglês desde criança, mas cujo português foi aprendido na marra nas entrevistas de emprego e nos terminais de ônibus, que nasceu no Uruguai mas que foi emigrante em mais de um país (na Espanha e aqui, no Brasil), carregando um sotaque que denuncia seu não-completo-pertencimento a nenhum deles, que teve acesso ao ensino superior, mas que precisou trabalhar para se manter ao longo da graduação e de parte da pós-graduação, que enfrenta todos os dias as dificuldades de ser mulher em qualquer lugar do mundo, mas que também faz parte de um grupo social responsável pela exploração e

dominação de pessoas negras, sempre senti (e ainda sinto) a sensação paradoxal de que pertença, sim, à universidade mas sem pertencer completamente a ela. Por isso, além de angústia e questionamentos, trabalhar neste diálogo também foi abraço e conforto. As palavras das feministas negras eram simultaneamente desafio (para minha audiência como pessoa branca) e aconchego (para minhas audiências de mulher estrangeira da classe trabalhadora). Compreendê-las à luz do comportamentalismo radical me permitiu entender melhor meus repertórios de opressora e meus repertórios de oprimida. Me ajudou, também, a avaliar a minha prática científica e a reforçar o compromisso social da ciência e da psicologia, assim como a minha responsabilidade na produção e nas possibilidades de enfrentamento da desigualdade e a injustiça. Perguntas e desconforto são o fruto natural de uma atitude científica numa realidade injusta, não são? Preocupante seria se este diálogo não suscitasse nem uma coisa nem a outra.

Pensar na localização dos meus discursos e nas consequências do meu fazer científico, ainda mais numa lógica comportamentalista, significou também pensar de forma ampla, estrutural, coletiva. E ao seguir o caminho traçado pelas autoras feministas negras que tanto me ensinaram, elas me mostraram que o seguinte passo depois da dúvida, da angústia e do desconforto é o uso criativo desses sentimentos para buscar por novas formas de resistir: de resistir o medo, a paralise e o individualismo e de tentar honrar o esforço coletivo de tantas e tantos que se esforçam diariamente para agir. Não se trata de me perceber, em algumas intersecções, também como opressora e, então, ficar em silêncio, permitindo que tudo continue como está. Se trata de permitir que essa consciência encontre lugar entre meus outros repertórios verbais e que também os modifique. Se trata de recalibrar a voz, a vida, de entender que, da mesma forma que nossas palavras e silêncios podem perpetuar práticas de exploração e dominação, também, podem resistir e se opor a elas. E então, se trata de explorar, não sozinha, maneiras de fazer isso.

Referências

- Aguiar, L. A., & Schaun, A. (2016). A notícia e a lógica das sensações: uma contribuição para as teorias do jornalismo. *Chasqui. Revista Latinoamericana de comunicación*, 132, 225-243. <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i132.2468>
- Akotirene, C. (2020). *Interseccionalidade*. Editora Jandaíra. (Trabalho original publicado em 2019)
- Alcoff, L. M. (2011). An epistemology for the next revolution. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(2), 67-78. <http://dx.doi.org/10.5070/T412011808>
- Alcoff, L. M. (1995). The problem of speaking for others. In Roof, J. & Wiegman, R. (Eds.), *Who Can Speak?: Authority and Critical Identity* (pp. 97-119). University of Illinois Press.
- Almeida, C. C. R., & Martins, J. A. (2010). As feministas e a diversidade das alternativas republicanas. *Revista de Sociologia e Política*, 18 (36), 115-133. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200008>.
- Alves Neto, N., & Barros, J. C. (2019). Literatura e vozes literárias em ascensão: Carolina Maria de Jesus e o Quarto de Despejo. *Revell*, edição especial, 7, 60-72. <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/3406>
- Bairros, L. (1995). Nossos Feminismos Revisitados. *Estudos Feministas*, 2(3), 458-463. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Bambirra, N. V., & Lisboa, T. K. (2019). Enegrecendo o feminismo: a opção descolonial e a interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos. *Revista Artemis*, 27(1), 270-284. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.40162>

- Barbosa, D. S. (2022). *Considerações analítico-comportamentais sobre a resistência feminista: Uma interlocução a partir de María Lugones* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Londrina. <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000237143>
- Barros, R. S. (2003). Uma introdução ao comportamento verbal. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, 73-82. [Uma introdução ao comportamento verbal \(bvsalud.org\)](http://bvsalud.org)
- Barros, A. T., & Meneguim, A. M. P. L. (2014). Dimensão sociopolítica da inserção social difusa de conteúdos culturais e educativos: estudo sobre o projeto ‘Baixe e Use’ da TV Câmara. *Revista Sociedade e Estado*, 29(3), 867-894. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000300010>
- Bernardino-Costa, J. (2018). Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: Em busca de um diálogo horizontal. *Revista Sociedade e Estado*, 33(1), 119-137. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183301005>
- Bernardino-Costa, J., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
- Braga, J. L. (2000). “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In PPG Comunicação Unisinos (Org.), *Mídias e Processos Socioculturais* (159-184). Editora Unisinos.
- Bogo, A., C., & Melo, C. M. (2019). Contribuições do projeto de educação da sensibilidade de Abib ao planejamento cultural. *Acta Comportamentalia*, 27(3), 269-286. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/70623>
- Borloti, E., Iglesias, A., Dalvi, C. M., & Silva, R. D. M. (2008). Análise Comportamental do Discurso: Fundamentos e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(1), 101-110. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000100012>

- Borloti, E., Haydu, V. B., Rafihi-Ferreira, R. E., & Fornazari, S. A. (2012). Análise Comportamental do Discurso: Uma entrevista com uma paciente oncológica. *Revista Perspectivas*, 3(2), 103-116.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482012000200003.
- Bosco, F. (2017). *A vítima tem sempre razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. Todavia.
- Burton, M., & Kagan, C. (1994). The Verbal Community and the Societal Construction of Consciousness. *Behavior and Social Issues*, 4, 87-96
<https://link.springer.com/article/10.5210/bsi.v4i1.210>
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In Louro, G. R. (Org.), *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade* (2ª ed., pp. 151-157). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1993)
- Campos, L. A. (2012). "We have a dream": cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa. *Revista Sociedade & Política*, 20(41), 53-73.
<https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000100005>
- Carneiro, A. S. (2005). *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório da Universidade de São Paulo.
<https://repositorio.usp.br/item/001465832>
- Carneiro, A. S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos* (pp. 49-58). Takano.
- Carrara, K. (2015). *Uma ciência sobre coisa alguma: Relações funcionais, comportamento e cultura*. Editora Unesp-Cultura Acadêmica.

- Carvalho, M. F. (2017). Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 347-364.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Collins, P. H. (1986). Learning with the Outsider Within: The sociological significance of Black Feminist Thought. *Social Problems*, 33(6), S14-S15.
<https://doi.org/10.1525/sp.1986.33.6.03a00020>
- Collins, P. H. (1997). Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power? *Signs*, 22 (2), 375-381.
<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/495162>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2016). *Intersectionality*. Polity Press.
- Collins, P. H. (2002). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2ª ed.). Routledge. (Trabalho original publicado em 1990)
- Costa-Júnior, F. M. (2020). Sexualidade, diversidade sexual e ética na psicoterapia comportamental de queixas sexuais. In A. C. Bortolozzi, L. R. S. De Carvalho, M. Bosco & T. G. Costa (Orgs.), *Saberes e atuações em sexualidade* (pp. 41-76). Pedro & João Editores.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. *Revista Perspectivas*, 8(2), 247-158.
<http://dx.doi.org/10.18761/PAC.2016.047>
- Couto, A. G. (2019). O empoderamento das mulheres sob uma perspectiva analítico-comportamental. In R. Pinheiro & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 40-63). Imagine publicações.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, 1(10), 171-188.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1 (8), 139-167. <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>
- Cruz, F. S. (2011). Mídia e direitos humanos: Tensionamentos e problematizações em tempos de globalização neoliberal. *Ver. Katál*, 14(2), 182-190. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000200005>
- Cruz, R. (2022). *O Zen e a Arte da Escrita Acadêmica*. Casa da Escrita.
- Danner, L., Dorrico, J., & Danner, F. (2020). Decolonialidade, Lugar de Fala e Vóz-práxis Estético-Literária: Reflexões desde a literatura indígena brasileira. *ALEA*, 22(1), 59-74. <https://doi.org/10.1590/1517-106X/20202215974>
- Davis, A. (1983). *Women, Race & Class*. First Vintage Books Edition. (Trabalho original publicado em 1981)
- Dourado, L. B., Lopes, C. E., & Pompermaier, H. M. (2021). O Besouro na Caixa de Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37221>
- Dussel, E. (1994). *1492: El Encubrimiento del Otro. Hacia el Origen del “Mito de la Modernidad”*. Plural Editores.
- Dussel, E. (2005). Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas* (pp. 24-33). CLACSO.
- Eira, I. M. G., Jaedicke, C., Magga, O. H., Maynard, N. G., Vikhamar-Schuler, D., & Mathiesen, S. D. (2013). Traditional Sámi snow terminology and physical snow classification—Two ways of knowing. *Cold Regions Science and Technology*, 85, 117–130. <http://dx.doi.org/10.1016/j.coldregions.2012.09.004>
- El Hachmi, N. (2019). *Siempre han hablado por nosotras*. Editorial Planeta.

- Fanon, F. (2008). *Black Skin, White Masks* (C. L. Markmann Trad.). Pluto Press. (Trabalho original publicado em 1952).
- Federici, S. (2019). *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista* (Coletivo Sycorax Trad.). Elefante. (Trabalho original publicado em 2012)
- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zilio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta Comportamentalia*, 25(2), 265-280. [Visor Redalyc - Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultural](#)
- Fernandes, D. M. (2021). Educação da sensibilidade como educação política. *Acta Comportamentalia*, 29(3), 167-184. <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/80308>
- Fernandes, M. L. B. (2018). Os conceitos de vivência e reelaboração criadora para as crianças de uma comunidade quilombola. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 16(1), 213-226. <https://doi.org/10.11600/1692715x.16112>
- Flores Júnior, C. R., Barbosa, D. S., & Laurenti, C. (2021). Autonomia, educação e compromisso social: convergências ontológicas entre Paulo Freire e o Comportamentalismo Radical. *REBAC: Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(2), 207-218. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11016>.
- Fonai, A. C., & Sério, T. M. (2007). O conceito de audiência e os múltiplos controles do comportamento verbal. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(2), 349-360. [O conceito de audiência e os múltiplos controles do comportamento verbal \(bvsalud.org\)](#)
- Fontana, J. (2019). *Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Londrina. <http://www.uel.br/pos/pgac/wp->

[content/uploads/2019/08/Una-analise-da-dominacao-masculina-a-luz-da-nocao-skinneriana-de-cultura.pdf](https://www.unam.mx/acta-comportamentalia/revista-latina-de-analisis-del-comportamiento/2019/08/Una-analise-da-dominacao-masculina-a-luz-da-nocao-skinneriana-de-cultura.pdf)

- Fontana, J., & Laurenti, C. (2020). Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento*, 28(4), 499-515 [Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista | Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento \(unam.mx\)](#)
- Foucault, M. (1999). *A ordem do discurso* [L'ordre du discours]. Loyola.
- França, V. R. V. (2001). Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. *Intexto*, 2(7), 1-10. <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3392>
- Freire, P. (2013). *A pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra Ltda. (Trabalho original publicado em 1968)
- Gallo, A. E., Moraes, A. O., Fazzano, L. H., & Santos, S. J. (2019). Psicologia para quem? Uma discussão analítico-comportamental do feminismo, homofobia e racismo. In C. L. Luzia, J. Gamba, N. Kienen & S. R. S. A. Gil (Orgs.), *Psicologia e Análise do Comportamento: Pesquisa e intervenção* (pp. 44-54). Universidade Estadual de Londrina. http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/02/UELLivro4fev19web.pdf?fbclid=IwAR2LyRl_1nih0v4rpwLxBM7h0ynlv0TGu9zww2d-1q3kjuwkp-u2KPwQwVs
- Gomes, C. M. (2014). O feminicídio na ficção de autoria feminina brasileira. *Estudos Feministas*, 22(3), 781-794. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300004>
- Gomes, V. M. L. R. (2016). Uma perspectiva sistêmico-discursiva para estudos em comunicação organizacional. *Revista Famecos: Mídia, cultura e tecnologia*, 23(1). <http://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.1.20906>

- Góngora, M. A. N., & Abib, J. A. (2001). Questões Referentes à Causalidade e Eventos Privados no Behaviorismo Radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(1), 9-24. [Questões referentes à causalidade e eventos privados no Behaviorismo Radical \(bvsalud.org\)](http://bvsalud.org)
- Gonzaga, K. R. V., & Andrade, F. C. B. (2012). Lugar de fala: psicanálise e gestão docente da indisciplina. *Estudos de Psicanálise*, 38, 89-96. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372012000200010&lng=pt&tlng=pt.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 233-244. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20-%20C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20-%20281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20-%20C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20-%20281%29.pdf)
- Gorjon, M. G., Mezzari, D. C., & Basoli, L. P. (2019). Ensaio de lugares de escuta: Diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala. *Quaderns de Psicologia*, 21(1). <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1455>
- Grupo de Estudios sobre Colonialidad – GESCO. (2014). Estudios decoloniales: un panorama general. *KULA. Antropólogos del Atlántico Sur*, 6, 8-21. http://revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6_1_GESCO.pdf
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. <https://www.jstor.org/stable/3178066>
- Héveline, E., & Robbes, B. (2009). Praticando a Pedagogia Institucional. In F. C. Andrade & M. E. Carvalho (Orgs.), *Instituir para Ensinar e Aprender: Introdução à Pedagogia Institucional*, (pp. 17-99). Editora Universitária da UFPB.

- Hineline, P.N. (2018). Narrative: Why It's Important, and How It Works. *Perspect Behav Sci*, 41, 471–501. <https://doi.org/10.1007/s40614-018-0137-x>
- Hølge-Hazelton, B., & Malterud, K. (2009). Gender in medicine – does it matter? *Scandinavian Journal of Public Health*, 37(2), 139-136. [10.1177/1403494808100271](https://doi.org/10.1177/1403494808100271)
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. [10.1901/jaba.1978.11-163](https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163)
- hooks, b. (2015). *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. Routledge. (Trabalho original publicado em 1989).
- hooks, b. (2015). *Feminism is for Everybody: Passionate Politics* (2ed). Routledge. (Trabalho original publicado em 2000).
- hooks, b. (2004). Mujeres negras: Dar forma a la teoria feminista. In b. hooks, A. Brah, C. Sandoval & G. Anzaldúa (Orgs.), *Otras Inapropiables. Feminismo desde las fronteras* (pp. 33-50). Traficante de Sueños.
- hooks, b. (1995). Intelectuais Negras (Santarrita, M. Trad.). *Estudos Feministas*, 3 (2º sem), 464-478. (Trabalho original publicado em 1991).
- hooks, b. (1994). *Teaching to Transgress: Education as the practice of freedom*. Routledge.
- hooks, b. (1989). Choosing the Margin As a Space of Radical Openness. *Framework: The Journal of Cinema and Media*, 36, 15-23. <https://www.jstor.org/stable/44111660>
- hooks, b. (1984). *Feminist Theory: From Margin to Center*. South End Press.
- Kilomba, G. (2010). *Plantation memories: Episodes of everyday racism*. UNRAST.
- Lander, E. (Org.). (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO.
- Laurenti, C. (2012). O lugar da Análise do Comportamento no Debate Científico Contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367-376. [O lugar da análise do](https://doi.org/10.1191/ptep.2012.00000)

[comportamento no debate científico contemporâneo | Psicol. teor. pesqui;28\(3\): 367-376, jul.-set. 2012. | INDEXPSI \(bvsalud.org\)](#)

- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2015). *Cultura, democracia e ética: Reflexões comportamentalistas*. Eduem.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. Araujo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). Hoegrefe.
- Laurenti, C., Nogueira, L. N., Jesus, L. S., & Risolia, I. W. (2019). Participação das mulheres em atividades acadêmico-científicas de Análise do Comportamento no Brasil. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 251-268.
<http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/69863>
- Laurenti, C. & Lopes, C. E. (2022). Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios. *Perspectivas em Análise do Comportamento (Ed. Especial: Estresse de Minorias)*, 025-040. <https://doi.org/10.18761/DH00024.jan22>
- Lima, D. (2018). Não me aguarde na retina: A importância da prática curatorial na perspectiva decolonial das mulheres negras. *Sur*, 15(28), 245-257.
<https://sur.conectas.org/en/nao-me-aguarde-na-retina/>
- Lima, R. (2000). Um rio são muitos: de aventura e antropologia rio São Francisco. *Tempo Social*, 12(2), 147-170. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702000000200011>
- Linhares, Y., & Laurenti, C. (2018). Uma análise de relatos verbais de alunas sobre situações de assédio sexual no contexto universitário. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(2), 234-247. <https://doi.org/10.18761/PAC.2018.n2.08>
- Linhares, Y., Fontana, J., & Laurenti, C. (2021). Protocols for preventing and tackling sexual violence in the university context: an analysis of the Latin American scenario. *Saúde E Sociedade*, 30(1). <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200180>

- Lisboa, T. K., & Bambirra, N. V. (2019). “Enegrecendo O Feminismo”: A opção descolonial e a interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos. *Revista Artemis*, 27(1), 270-284. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.40162>
- Lopes, C. E. (2008). Uma proposta de definição do comportamento no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10(1), 1-13. [Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical \(bvsalud.org\)](http://www.bvsalud.org)
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas Pragmatistas sobre Comportamentalismo Radical* (2ed). CRV.
- Lopes, C. E. (2020). Could Walden II be an anarchist society? *Behavior and Social Issues*, 29(1), 195-217. [10.1007/s42822-020-00036-w](https://doi.org/10.1007/s42822-020-00036-w)
- López, D. B., Fontana, J., & Laurenti, C. (2023). O contracontrole político feminista como enfrentamento à noção individualista de resistência. In R. Pinheiro & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento Volume 2* (pp. 121-136). Instituto Par.
- Lorde, A. (2007) The Transformation of Silence into Language and Action. In A. Lorde, *Sister Outsider: Essays and Speeches* (pp. 90-93). Random House, Inc. (Trabalho original publicado em 1984).
- Marcellino, M. R., & Arantes, A. (2019). Implicações dos experimentos sobre atitudes implícitas para uma análise experimental feminista do comportamento. In R. Pinheiro & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 40-63). Imagine publicações.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 17(4), 75864. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>

- Mendoza, B. (2010). La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In Y. E. Miñoso (Org.), *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano* (pp. 19-36). En la Frontera.
- Mestre Malfrán, Y. I., & Lago, M. C. (2019). Derecho de *falar*, derecho de existir. *Revista Estudos Feministas*, 27(1), 1-5. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n159599>
- Mignolo, W. (1993). Colonial and Post-colonial Discourse: Cultural Critique or Academic Colonialism? *Latin American Research Review*, 28(3), 120-134. <https://www.jstor.org/stable/2503613>
- Mignolo, W. (2007). *The Idea of Latin America*. Blackwell Publishing.
- Miguel, A. (2011). *Los feminismos a través de la historia*. Biblioteca Virtual Omegalfa.
- Miranda, A. C. C., Carvalho, E. M. R., & Costa, M. I. (2018). O impacto dos periódicos na comunicação científica. *Biblos*, 32(1), 01-22. <https://doi.org/10.14295/biblos.v32i1.7177>
- Mizael, T. M. (2021). Behavior Analysis and Feminism: Contributions from Brazil. *Behavior and Social Issues*, 30(1), 1-14. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00067-x>
- Mizael, T. M., De Almeida, J. H., Roche, B., & De Rose, J. C. (2020). Effectiveness of Different Training and Testing Parameters on the Formation and Maintenance of Equivalence Classes: Investigating Prejudiced Racial Attitudes. *Psychological Record*, 1, 1-13. <https://doi.org/10.1007/s40732-020-00435-w>
- Mizael, T. M. (2018). Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: Análise da produção científica. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(1), 15-28. <https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011>
- Mizael, T. M., & de Rose, J. C. (2017). Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios. *Acta Comportamentalia*, 25(3), 365-377. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/61632>

- Mombaça, J. (2017). Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. *Buala*, 19 Jul. 2017. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em 20/07/18 às 21:26.
- Mucheroni, N. (2020). *O conceito de comunidade verbal na obra de B.F. Skinner*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP Teses e Dissertações. <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/23141>
- Mueller, S. P. M. (2005). A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. *DataGramZero*, 6(1). <https://repositorio.unb.br/handle/10482/980>
- Mwewa, C. M., Cechinel, A., & Vaz, A. F. (2018). Calipso e a intransigência do gênero. *Revista Estudos Feministas*, 26(3), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n348156>
- Natasohn, G. L. (2000). Medicina, gênero e mídia: O programa *Mulher* da TV Globo. *Estudos Feministas*, 8(1), 46-63. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2000000100004&lng=pt&nrm=iso
- NEXO. (2017). O que é “lugar de fala” e como ele é aplicado no debate público. NEXO, 15 Jan 2017 (atualizado 16/Jan 17:40). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ele-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%ABablico> Acesso em: 30/11/19.
- Nogueira, I. P. (2017). Lugar de fala, lugar de escuta: Criação sonora e performance em diálogo com a pesquisa artística e com as epistemologias feministas. *Revista Vórtex*, 5(2), 1-20. <https://doi.org/10.33871/23179937.2017.5.2.2141>

- Nogueira, R. (2012). Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, 18, 62-63. <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4523>
- Oka, M., & Laurenti, C. (2018). Entre sexo e gênero: Um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. *Saúde e Sociedade*, 27(1), 238-251. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170524>
- Oliveira, J. S., Oliveira, P.S., Cortês, G. R., & Silva, A. R. (2019). Mulheres e Lugar de Fala: Caminhos Percorridos. *ConCl: Convergências em Ciências da Informação*, 2(1), 23-41. <https://doi.org/10.33467/conci.v2i1.11344>
- Oliveira, I. M., & Santos, N. C. S. (2018). Solidão tem cor? Uma análise sobre a afetividade das mulheres negras. *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, 7(2), 9-20. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2018v7n2p9-20>
- Padilha, F. M. G., Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2022). Relação entre Cultura e Religião na Emissão de Comportamentos LGBTfóbicos por Psicólogas(os) Clínicas(os). *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1), 129–141. <https://doi.org/10.18761/DH00010.jul21>
- Pain, J. (2009). A Pedagogia Institucional Ontem e Hoje. In F. C. Andrade & M. E. Carvalho (Orgs.), *Instituir para Ensinar e Aprender: Introdução à Pedagogia Institucional*, (pp. 13-16). Editora Universitária da UFPB.
- Paiva, P. H. G. (2016). A-cor-de Angola: conceitos e preconceitos “Zito Makoa, da 4ª classe”, de Luandino Vieira. *Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões*, 6(1), 107-122. <https://doi.org/10.36113/litterata.v6i1.1215>
- Paixão Junior, F. D. (2022). Conhecimento Científico e Interseccionalidade: da ingenuidade à sensibilidade política na Análise do Comportamento. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1), 304–320. <https://doi.org/10.18761/DH000176.dez21>

- Palmer, D. C. (2008). On Skinner's Definition of Verbal Behavior. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 8, 3, 295-307. <https://www.redalyc.org/pdf/560/56080305.pdf>
- Passos, M. L. (2003). A análise funcional do comportamento verbal em Verbal Behavior (1957) de B. F. Skinner. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(2), 195-213. [A análise funcional do comportamento verbal em Verbal Behavior \(1957\) de B. F. Skinner \(bvsalud.org\)](#)
- Passos, M. L. R. F. (2007). Skinner's Definition of Verbal Behavior and the Arbitrariness of the Linguistic Signal. *Temas em Psicologia*, 15, 2, 161-172. <https://doi.org/10.1007/BF03392270>
- Passos, M. L. (2012). B.F. Skinner: The Writer and His Definition of Verbal Behavior. *The Behavior Analyst*, 35, 115-126. <https://link.springer.com/article/10.1007/BF03392270>
- Penna, C. (2014). Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas*, 8(2), 181-199. <http://dx.doi.org/10.21057/repam.v8i2.12609>
- Pinheiro, R., & Mizael, T. M. (2019). *Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento*. Imagine publicações.
- Pinheiro, R., & Oshiro, C. (2019). Variáveis de gênero que terapeutas devem estar atentas no atendimento a mulheres. In R. Pinheiro, & T. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 40-63). Imagine publicações.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidade. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20. <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>
- Raul, J. M. (2016). Mulheres Negras e a Luta por Igualdade: por um Feminismo Decolonial. *Estudos de Sociologia*, 21(41), 291-302. <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8663>

- Rese, N., Kuabara, F. H. S., Villar, E. G., & Ferreira, J. M. (2017). O vir a ser da estratégia como uma prática social. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(2), 227-248. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150300>
- Ribeiro, J. F. (2006). Notas para uma reflexão sobre crítica musical no Brasil contemporâneo. *C-Legenda - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual*, 16. <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36709>
- Ribeiro, D. O. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Ribeiro, D. O. (2016). Feminismo Negro para um Novo Marco Civilizatório: Uma perspectiva brasileira. *Sur*, 13(24), 99-104. <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>.
- Rich, A. (1987). Notes towards a politics of location. In A. Rich, *Blood, Bread and Poetry: Selected Prose 1979-85* (pp. 210-231). Virago.
- Rocha, M. E. M. (2017). Nacionalismo e diversidade: do programa “Esquentá”, da Rede Globo, à cerimônia de abertura das olimpíadas do Rio 2016. *Política & Sociedade*, 16(35), 159-177. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p159>
- Rosso, S. D. (2006). Multidão pode substituir classe operária nos dias de hoje? *Revista Sociedade e Estado*, 21(3), 793-800. <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5272>
- Rozytko, V., Swift, K., Swift, J., & Boggs, L. (1973). Controlled Environments for Social Change. In J. Wheeler (Ed.), *Beyond the Punitive Society. Operant Conditioning: Social and Political Aspects* (pp. 71-101). The Fund for the Republic, Inc.
- Rutherford, A., & Granek, L. (2010). Emergence and development of the psychology of women. In J.C. Chrisler & D. R. McCreary (Eds.), *Handbook of gender research in psychology, Vol.1. Gender research in general and experimental psychology* (pp. 19-41). Springer Science+Business Media, LLC.

- Seabra, J. E., & Assis, M. P. (2016). Transformando desde as margens: uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano. *Revista Direito & Práxis*, 7(1), 465-493. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21819>
- Sá, C. P. (1978). *Psicologia do Controle Social*. Edições Achamé.
- Santos, B. S. (1995). *Um discurso sobre as ciências* (7ª ed.). Edições Afrontamento. (Trabalho original publicado em 1987).
- Santos, E. A., Garbelotti, C. S., & Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Cognitivo Comportamental*, 8, 61-72. [10.31505/rbtcc.v18i0.845](https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.845)
- Schienbinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência?* (Fiker, R. Trad.). EDUSC. (Trabalho original publicado em 1999).
- Seabra, J. E., & Assis, M. P. (2016). Transformando desde as margens: uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano. *Revista Direito & Práxis*, 7(1), 465-493. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21819>
- Sebastião, A. A. (2010). Feminismo Negro e suas práticas no campo da cultura. *Revista da ABPN*, 1(1), 64-77. <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/308>
- Silva, E. C., & Felipe, D. A. (2019). Tapeçarias de Madalena dos Santos Reinbolt: Identificação de arte e artista popular. *Conhecer: Debate entre o público e o privado*, 9(23), 94-123. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2019.9.23.1060>
- Silva, R. G. (2019). Des(p)ejo das palavras: Relendo os primeiros diários de Carolina Maria de Jesus. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), 1-13. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254825>

- Silva, A. B., & Moraes, I. H. (2012). O caso da Rede Universitária de Telemedicina: Análise da entrada da telessaúde na agenda política brasileira. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 22(3), 1211-1235. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000300019>
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.009>
- Silva, J. A., & Mendes, F, M. (2019). Negros em foco: Uma análise de matérias jornalísticas sobre a marca Lab no SPFW. *Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, 3(2), 189-207. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/download/7351/16207/>
- Siracusa, M. J. (2018). *Skinner e o Estudo do Comportamento Verbal Pós 1957: Alterações, Complementos, Reiteraões e Exclusões*. [Dissertação de Mestrado, Pontificia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP Teses e Dissertações. <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/21054>
- Skinner, B. F. (1948). *Verbal Behavior – The William James Lectures*. Western Michigan University: The Association of the Experimental Analysis of Behavior.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. Appleton-Century-Crofts, Inc.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Vintage Books Edition.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on Behaviorism and Society*. Prentice-Hall Inc.
- Skinner, B. F. (1986). The Evolution of Verbal Behavior. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 45, 115-122. [10.1901/jeab.1986.45-115](https://doi.org/10.1901/jeab.1986.45-115)
- Skinner, B. F. (1987). *Upon further the reflection*. Prentice-Hall Inc.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent Issues in the Analysis of Behavior*. Merrill Publishing Company.

- Skinner, B. F. (2015). *Science and Human Behavior*. The B.F. Skinner Foundation. (Trabalho original publicado em 1953).
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Edições Graal.
- Spivak, G. C. (1995). Can the subaltern speak? In P. Williams & L. Chrisman (Eds), *Colonial discourse and post-colonial theory: A reader*, (pp. 66-111). Columbia University Press. (Trabalho original publicado em 1988).
- Terry, C., Bolling, M. Y., Ruiz, M. R., & Brown, K. (2010). FAP and feminist therapies: Confronting power and privilege in therapy. In J. W. Kanter, M. Tsai & R. J. Kohlenberg (Eds.), *The practice of functional analytic psychotherapy* (pp. 97–122). https://doi.org/10.1007/978-1-4419-5830-3_7
- Thébaudin, F., & Oury, F. (1995). *Pédagogie Institutionnelle: Groupe, inconscient, techniques*. Matrice
- Tiburi, M. (2018). *Feminismo em Comum para Todas, Todes e Todos*. Rosa dos Tempos.
- Vieira, A. C. O., Costa, A. M. F., & Medeiros Neta, O. M. (2018). O ensino primário no Rio Grande do Norte: reflexões a partir das obras de Maria Marta de Araújo e Nestor dos Santos Lima. *Research, Society, and Development*, 7(9), 01-20. e379393. <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i9.393>
- Vieira, C. G. G. (2020). Experiências de solidão da mulher Negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 5(10), 291-311. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22458/17946>
- Villa, C. P. (2021). *O conceito de sexualidade em B.F. Skinner*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Biblioteca Digital da Universidade Estadual de

Londrina. <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2021/03/Caroline-Prestes-Villa-O-conceito-de-sexualidade-em-B-F-Skinner.pdf>

- Werneck, J. (2009). Nossos Passos Vêm de Longe! Movimentos de Mulheres Negras e Estratégias Políticas Contra o Sexismo e o Racismo. In C. Verschuur (Dir.), *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*. (pp. 151-163) Graduate Institute Publications. <http://books.openedition.org/iheid/6316>
- Xavier, G. (2012). “Leitoras”: Gênero, raça, imagem e discurso em o *Menelik* (São Paulo 1915-1916). *Afro-Ásia*, 46, 163-191. <https://www.scielo.br/j/afro/a/6GqQxDYMNPffmzY38ZV8fTy/>
- Young, I. M. (1987). A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações feministas da teoria moral e política. In S. Benhabib & D. Cornell (Orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade: Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rosa dos Tempos.
- Zamin, A. (2018). A crítica das práticas no dizer do repórter. *Revista Observatório*, 4(1), 327-348. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p327>